



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS**

ARIANE GOIM RIOS VALENÇA

As prisões do feminino: entre o governo de si e dos outros

CAMPINAS

2024

ARIANE GOIM RIOS VALENÇA

AS PRISÕES DO FEMININO: ENTRE O GOVERNO DE SI E DOS OUTROS

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva, na área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde"

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA SILVIA MARIA SANTIAGO.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
ARIANE GOIM RIOS VALENÇA E ORIENTADA PELA PROFESSORA
DOUTORA SILVIA MARIA SANTIAGO.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8402

V234p Valença, Ariane Goim Rios, 1984-
As prisões do feminino : entre o governo de si e dos outros / Ariane Goim Rios Valença. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Sílvia Maria Santiago.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Cuidado de si. 2. Verdade. 3. Poder. 4. Mulher. 5. Feminino. I. Santiago, Sílvia Maria, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: The prisons of the feminine : between the government of the self and others

Palavras-chave em inglês:

Care of the self

Truth

Power

Woman

Femininity

Área de concentração: Política, Planejamento e Gestão em Saúde

Titulação: Doutora em Saúde Coletiva

Banca examinadora:

Sílvia Maria Santiago [Orientador]

Anna Christina Bentes

Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

Emerson Elias Merhy

Flávia Helena Miranda de Araújo Freire

Data de defesa: 12-12-2024

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3328-8747>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/3425696522770659>

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTURADO
ARIANE GOIM RIOS VALENÇA

Membros da comissão examinadora:

- 1) Silvia Maria Santiago**
- 2) Anna Christina Bentes da Silva**
- 3) Silvio Donizetti de Oliveira Gallo**
- 4) Emerson Elias Merhy**
- 5) Flávia Helena Miranda de Araújo Freire**

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho: à todas as mulheres que eu tive e tenho o privilégio de dividir a existência: às minhas avós Alice e Apolônia, minha mãe Gizela, minhas filhas Melissa e Isis. Vocês me ensinam que é preciso ter a “ousadia” de cuidar de si mesmas e a chama acesa do desejo de liberdade do governo de si.

Mulher Vestida de Gaiola

Parece que vives sempre
de uma gaiola envolvida,
isenta, numa gaiola,
de uma gaiola vestida,

de uma gaiola, cortada
em tua exata medida
numa matéria isolante:
gaiola-blusa ou camisa.

E assim como tu resides
nessa gaiola, cingida,
o vasto espaço que sobra
de tua gaiola-ilha

é como outra gaiola
igual que o mar: sem medida
e aberto em todos os lados
(menos no que te limita).

Pois nessa gaiola externa
onde tudo tem cabida,
onde cabe Pernambuco
e o resto da geografia,

três bilhões de humanidade
e até canaviais de usina
sei que se debate um pássaro
que a acha pequena ainda.

Tal gaiola para ele
mais do que gaiola é brida;
como cárcerelhe aperta
sua gaiola infinita

e lhe aperta exatamente
por essa parede mínima
em que sua gaiola-mundo
com a tua faz divisa.

Contra essa curta parede
entre ti e ele contígua,
que te defende e para ele
é de força, se é camisa,

todo o dia se debate
a sua força expansiva
(não de pássaro, de enchente,
de enchente do mar de Olinda).

Por que ele a quem sua gaiola
de outros lados não limita,
deseja invadir o espaço
de nada que tu lhe tiras?

por que deseja assaltar
precisamente a área estrita
da gaiola em que resides,
melhor: de que estás vestida?

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Esta tese objetivou compreender processos de subjetivação (relação de sujeito e assujeitado) de mulheres em liderança intramuros (encarceradas) e extramuros (líderes de diferentes segmentos da sociedade) e a dimensão do governo de si mesmas. Além disso, buscamos identificar práticas de cuidado de si; promover reflexão e aprendizado sobre os conceitos filosóficos apresentados e estimular uma narrativa de si parresíastica. Trata-se de uma pesquisa intervenção, com forte referência teórica da filosofia de Michel Foucault. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas de forma online e também presencial. Participaram do estudo 19 mulheres em liderança no total, sendo 10 mulheres da penitenciária feminina de uma unidade do interior do Estado de São Paulo e 9 mulheres em liderança de diferentes segmentos. Das 18 perguntas existentes no roteiro de entrevista, selecionamos 7 questões para realizar a análise de dados que foi realizada na perspectiva da análise do discurso. As perguntas formuladas e os eixos temáticos da pesquisa refletem a estrutura teórica de Foucault ao integrarem as dimensões do cuidado de si, da verdade e do governo de si como aspectos interdependentes do processo de subjetivação.

Os resultados apontam para a criação de 7 categorias de análise discursiva nesses três eixos, a saber: *“Cuidado como um processo: do outro ao si”*; *“Os dois cardápios: Jumbo e Michelin”*; *“Subjetividades e direitos desrespeitados”*; *“A verdade sobre si: dos limites do autoconhecimento ao diferencial de acesso à psicoterapia”*; *“A gestão do governo de si: limites e expressões simbólicas”*; *“Prisões internas e linhas de fuga da alma”* e *“As expressões do poder”*;

Podemos concluir que ficou evidente os diferentes acessos a que esses dois grupos de mulheres possuem; que cuidar de si mesmas é sempre um processo, não é direito líquido e certo, além da clara observância de que todas, independente de privilégios ou não, somos atingidas em algum nível pelas pressões, opressões, padrões e tantas outras cobranças sobre a performance feminina. Estamos todas presas. Neste estudo foi possível encontrar os assujeitamentos mais expressivos em razão do gênero, as “grades”. Mas também evidenciou que as chamadas “lideranças intramuros” (mulheres encarceradas) não são “cidadãs de segunda categoria”. O contexto em que a pesquisa foi realizada rompe esse paradigma e demonstrou que o potencial, o interesse e a disponibilidade para esse trabalho interno existem e resistem. Estão ávidas por essa “oportunidade”, e, nesse sentido, há uma intersecção entre os lados dos muros: desejam cuidar melhor de si mesmas. As prisões do feminino nos falam sobre isso, mas também sobre as possibilidades de solturas do si (governo de si), breves oportunidades de consciência sobre si mesmas, que podem configurar uma subjetivação menos aprisionada e com mais práticas de liberdade em uma dimensão ética da existência.

Palavras-chave: cuidado de si; verdade; assujeitamento; governo de si; poder; mulher; feminino.

ABSTRACT

This research aimed to understand the processes of subjectivation (the relationship between the subject and the subjected) of women in leadership, both within the confines of incarceration (incarcerated) and beyond (leaders in various sectors of society), as well as the dimension of self-governance. Furthermore, the study sought to identify practices of care of the self, promote reflection and learning on the philosophical concepts presented, and encourage a parrhesiastic self-narrative. This is an interventionist work in nature, drawing heavily from the theoretical framework of Michel Foucault's philosophy. Data collection was carried out through semi-structured interviews, conducted both online and in person. Nineteen women in leadership roles participated in the study, comprising 10 women from a women's penitentiary in the interior of São Paulo state and 9 women in leadership positions from various societal sectors. Of the 18 questions in the interview guide, 7 questions were selected for analysis, which was conducted from the perspective of discourse analysis. The formulated questions and the thematic axes of the research reflect Foucault's theoretical structure by integrating the dimensions of care of the self, truth, and self-governance as interdependent aspects of the subjectivation process.

The results led to the emergence of 7 categories of discursive analysis: "Care as a process: from the other to the self," "The two menus: Jumbo and Michelin," "Subjectivities and violated rights," "The truth about the self: from the limits of self-knowledge to the differential access to psychotherapy," "The management of self-governance: limits and symbolic expressions," "Internal prisons and escape lines of the soul," and "Expressions of power."

In conclusion, the study suggests that there are different levels of access available to these two groups of women; that caring for oneself is always a process, not an inherent right, and that, regardless of privilege or lack thereof, all women are impacted in some way by the pressures, oppressions, standards, and numerous other demands related to female performance. In this sense, we are all subjected. This study identified the most pronounced forms of gendered subjectivation—the "bars" of confinement. However, it also demonstrated that the so-called "intramural leaders" (incarcerated women) are not "second-class citizens." The context in which this research was conducted challenges this paradigm, revealing that the potential, interest, and willingness for this internal work are not only present but persist. These women are eager for this "opportunity," and in this regard, there exists an intersection between both sides of the walls: they wish to care for themselves better.

The prisons of femininity speak to us about this, but they also point to the possibilities of self-liberation (self-governance), brief moments of self-awareness that may configure a less constrained subjectivation, fostering more practices of freedom in an ethical dimension of existence.

Keywords: care of the self; truth; subjectivation; self-governance; power; woman; femininity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de Subjetivação	40
Figura 2 - Governo de Si	54
Figura 3 - Dobra por Deluze	56
Figura 4 - Idade e Gênero da População Prisional - SENAPPEN	67
Figura 5 - Aprisionamento feminino e faixa etária dos filhos que estão nos estabelecimentos, SENAPPEN	68
Figura 6 - População por Cor/Raça no Sistema Prisional, SENAPPEN	68
Figura 7 - Equipe de Saúde Mental do Sistema Penitenciária, SENAPPEN	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Marcos Históricos e Filosóficos	18
Tabela 2 - Dados Lideranças intramuros (encarceradas)	64
Tabela 3 - Dados das lideranças extramuros	69
Tabela 4 – Perguntas selecionadas	77
Tabela 5 - Categorias de Análise Eixo 2 - Verdade	89
Tabela 6 - Categorias de Análise Eixo 3 – Verdade	118
Tabela 7 - Categorias de Análise Eixo 3 – Governo de si	139

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	12
1.1 Sujeito Mulher	16
1.2 Sujeito Mulher e Poder	31
1.3 Sobre o governo de si.....	42
2. OBJETIVOS	58
2.1 Objetivo Geral.....	58
2.2 Objetivos específicos	58
3. MÉTODO	59
3.1 Delineamento do Estudo (Qual).....	59
3.2 Participantes (Quem)	61
3.3 Local de realização da Pesquisa (Onde)	73
3.4 Etapas da produção de dados (Como).....	73
3.5 Análise de dados (Método)	80
4. RESULTADOS	84
4.1 Sobre a entrevista.....	84
4.2 Devolutiva.....	86
4.3 Sobre as categorias de análise.....	86
4.3.1 Eixo Cuidado de Si:.....	86
4.3.2 Eixo Verdade/Parresia.....	115
4.3.3 Eixo Liberdade/Governo de si.....	137
5. CONCLUSÃO.....	169
5.1 Conclusões parresiásticas:	180
REFERÊNCIAS.....	184

I INTRODUÇÃO

Uma pesquisa de Doutorado é um bom pedaço de um projeto de vida. Quatro anos que se estenderam para cinco (devido à pandemia da COVID-19) dedicados à exploração de um tema que ao mesmo tempo é restrito, mas, por outro lado, é um universo a ser desvendado. E com o tema do feminino, a cada texto lido, novas perspectivas se abriam e se desdobravam. Essa abundância de sentidos que talvez já nos desse uma pista de que o feminino é múltiplo e não circunscrito. Nesse sentido, não consigo vislumbrar outra forma de mobilizar todos os recursos internos que são necessários nessa empreitada acadêmica, que não passe pela questão dos afetos e desejo da pesquisadora, enquanto mola propulsora dessa busca.

O desejo de ter uma vida acadêmica começou cedo. Filha caçula que queria seguir o irmão mais velho na escola infantil de qualquer maneira. Chorava para ir. Sempre me senti muito bem aprendendo e admirando aquelas mulheres especiais que eu carinhosamente chamava de “tias” e mais tarde, de “professoras”. E falo mulheres, porque não tive a experiência de ter um professor homem antes do Ensino Fundamental II.

Mas é importante que eu compartilhe que o tema da "mulher" sempre me mobilizou. De um lado, pelos aspectos positivos, toda a grandeza e enigma do universo feminino, as figuras de mulheres fortes que tive como referência na minha vida. Aliás, essa será uma palavra de suma importância nesse trabalho. Força. Eu sempre vi uma força incomum na grande maioria das mulheres que conheci.

Por outro lado, desde cedo eu também já conseguia observar que essas mulheres fortes de alguma maneira também geravam incômodo ao seu redor. Tentativas de “controle”, de “enquadramento”, de colocar dentro da caixa dos “padrões sociais”. Uma caixa que é bem mais apertada para mulheres do que para homens, certo?

E quando ingressei no curso de Psicologia aos 17 anos, logo me encantei pela psicanálise e, com ela, conheci a célebre questão de Freud: "Afim, o que querem as mulheres?".

Entendi que, ao mesmo tempo que essa pergunta era potente, com uma multiplicidade de possibilidades de respostas, ela já indicava um mecanismo de controle e de poder em nossa cultura em relação ao feminino¹. Talvez uma pergunta dessas nunca

¹ Nada contra a pergunta de Freud. Pelo contrário, afinal Freud inaugurou a psicanálise a partir da escuta dos sintomas histéricos de suas pacientes. Deu passagem aos afetos das histéricas, mostrando que eram vítimas da civilização e deveriam ter seus sintomas compreendidos e não reprimidos. Assim, apontou a opressão sexual à qual as mulheres estavam submetidas, e a histeria como consequência desse fato (Freud,

seria direcionada aos homens, porque a sociedade não está preocupada com o que eles querem.

Supostamente, eles têm legitimidade para querer tudo. Já as mulheres, bom... elas precisam constantemente “prestar contas” do que é da ordem dos desejos (o que querem, porque querem, como querem, quando querem, para que querem). Ah, como querem demais!

E foi quando me confrontei com o tema da violência. Mulher e violência. Uma dupla infeliz, mas que andam bem juntas.

Foi assim que, em meu primeiro trabalho como psicóloga com meus 22 anos, tive o privilégio de trabalhar em uma organização da sociedade civil (OSC) na maior zona confinada de prostituição da América Latina, Jd. Itatinga, em Campinas/SP. Lá, passei quase dois anos atuando na área da psicologia social, acompanhando mulheres e famílias em situação de grande vulnerabilidade e violência, de todas as ordens. Foi uma experiência muito enriquecedora que não só me deu uma visão bastante abrangente das mazelas sociais, mas também, do trabalho em rede, da intersetorialidade, da importância do trabalho com o território e com as lideranças comunitárias.

Depois desse período, fui trabalhar como psicóloga da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em um campo amplo de defesa de direitos humanos, e, dentre estes, novamente o tema da mulher. Foram quase 8 anos de atendimento em defesa dos direitos da mulher, buscando articulações e realizando intervenções para que as mais diversas situações de violência pudessem ser superadas.

E o desejo daquela menina que adorava ir à escola ficava cada vez mais forte e começava a ter outro contorno: voltar para a Universidade e atuar como pesquisadora na área acadêmica. E foi no meio desta trajetória que ingressei (em 2015) no Mestrado em Saúde Coletiva da UNICAMP e "afetada" pelo campo de atuação, escolhi, dentre tantas possibilidades, a interface da mulher na sua dimensão da maternidade e desenvolvi a dissertação intitulada "O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres gestantes usuárias de álcool e outras drogas e/ou em situação de rua e seus filhos recém-nascidos" (1).

Durante dois anos de pesquisa busquei a compreensão de como o direito à maternidade de mulheres muito vulneráveis poderia ser violado pelo próprio Estado, bem como tantas outras violações antecedentes à gestação e, também, como poderíamos

S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1976). Portanto, deu um grande passo a frente ao assumir a sexualidade feminina como objeto de estudo.

pensar num modelo de atenção que oferecesse cuidado e proteção social para o exercício da maternidade, quando essas mulheres assim desejassem.

Além da dissertação, outras duas produções também marcaram essa etapa: o capítulo “Mulheres, gestação, ruas e drogas: pontes de cuidado no município de Jundiaí” do livro "Redes Estratégicas do SUS e Biopolítica – Cartografias da Gestão de Políticas Públicas" (2) e um artigo na Revista Ciência e Saúde Coletiva "A produção do comum como estratégia de cuidado para usuários "complexos": uma cartografia com mulheres em situação de rua" (3).

O curso da vida seguiu, recebi um convite para atuar na gestão da política da assistência social de Jundiaí/SP e após minha exoneração da Defensoria Pública, ingressei na Prefeitura Municipal de Jundiaí onde permaneci por quase 4 anos. Lá, mergulhei na construção de políticas para o enfrentamento das violências e na continuidade pela construção de políticas públicas garantidoras de direitos humanos, já que agora, eu estava na diretoria de uma secretaria que tinha a função executiva de prestar serviços. Depois desse período, prestei assessoria no âmbito do poder legislativo à única mulher vereadora eleita na cidade naquele mandato e no último ano, me dediquei exclusivamente à finalização desta tese, à prática da psicologia clínica e à prática da docência, onde encontrei tanto significado e realização: aquela menina que adorava a escola, agora segue no ambiente acadêmico como professora universitária do curso de Psicologia.

E uma expressão frequentemente era citada em todos esses campos: "precisamos promover o empoderamento feminino", as mulheres precisam ser "empoderadas". Isso começou a me inquietar: que poder era esse? Que empoderamento nos referíamos? Como fazer isso?

Foi então que, ainda impactada com os estudos pós estruturalistas que havia me aproximado no Mestrado, especialmente de Foucault, Deleuze e Guattari, entendi que somente o retorno à vida acadêmica poderia alimentar as lacunas do pensamento.

Desta vez, a sede de compreender a construção da subjetividade de mulheres, com "s" no final, considerando que não há um único querer na constituição do desejo feminino, tampouco, uma verdade universal que as defina, foi o disparador do presente trabalho. Afinal, Badinter já nos dizia: “ideia de natureza feminina, que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo” (4).

Nesse sentido e partindo do princípio de que há um universo de desejos, verdades, forma de existir e de se constituir, as principais perguntas do presente trabalho são: como

mulheres, com diferentes formas de existência e papéis sociais, cuidam de si mesmas, vivem suas verdades e se "empoderam" para uma maior liberdade de existência? Como conjugam essa intersecção de poder e liberdade? Como produzir governo de si em meio a um contexto de tantas subjugações e opressões? Poder e liberdade. As duas palavras que se tornaram o farol deste trabalho.

A justificativa, vai além das questões pessoais, a escolha do tema é vasta: são as mulheres a categoria social de maior expressão da violência, preconceito e juízo de valor. Também são elas que tem 40% maior chance de sofrer algum transtorno mental, conforme concluiu uma análise feita por Daniel Freeman, psicólogo da Universidade Oxford, na Grã-Bretanha (5).

As mulheres enfrentam uma carga mental, emocional e laboral significativamente maior do que os homens. Em média, elas dedicam 18,1 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto eles investem 10,5 horas. No mercado de trabalho, a disparidade salarial é evidente: os homens recebem, em média, 2.306 reais por mês, enquanto as mulheres ganham 1.764 reais. Além disso, eles ocupam 62,2% dos cargos de liderança nas empresas, deixando para elas apenas 37,8%. Na esfera política, a desigualdade é ainda mais acentuada: apenas 10,5% dos deputados federais na Câmara são mulheres, apesar de elas representarem cerca de 50,6% da população brasileira no momento da pesquisa, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (6).

Por fim, os índices de violência contra as mulheres continuam inadmissíveis. De acordo com a pesquisa "Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil" (7), realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha publicada em 2021, 24,4% das mulheres com 16 anos ou mais – aproximadamente uma em cada quatro – relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de COVID-19. Isso corresponde a cerca de 17 milhões de mulheres que enfrentaram violência física, psicológica ou sexual nesse período.

Portanto, implicada com o **questionamento de que poder estamos buscando**, essa pesquisa foi gestada. Entende-se que o presente estudo pode contribuir para a compreensão dos processos de subjetivação de diferentes mulheres, buscando pistas de um caminho mais saudável para o governo de si, rompendo com paradigmas e práticas normalizadoras do feminino, potencializando uma existência mais livre e menos violenta.

Nesta introdução apresentarei a base teórica do presente trabalho que nos remete aos estudos sobre: mulher; feminino; poder; cuidado de si; verdade e governo de si.

1.1 Sujeito Mulher

Se eu propusesse um “teste” de associação de palavras, ou seja, diante da palavra mulher você apenas falasse as palavras que vem à sua mente, o que viria? O que o tema mulher evoca em nós? Cuidado? Maternidade? Submissão? Feminilidade? Sexualidade? Loucura?

Muito possivelmente algumas dessas palavras tenham surgido em seu sistema de pensamento. É difícil nos desprendermos de algo que está tão enraizado em nossa história e cultura, ou ainda, em nosso inconsciente.

Portanto, com essa provocação inicial quero dizer que esse capítulo tem o objetivo de descortinar o quanto a cultura e o pensamento de uma época incutiram essas relações que se naturalizam quando buscamos definir uma “mulher” ou mais especialmente, uma “mulher feminina”.

É importante entendermos que o tema da “problematização do sujeito” foi um dos temas cruciais da filosofia de Michel Foucault: “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (8). Aqui, Foucault já nos dá pistas que não é possível conceber o sujeito enquanto uma categoria universal, de forma “essencialista”.

E precisamos iniciar esse tópico reconhecendo a importância dos ideais culturais no processo de constituição do conceito de feminilidade e na criação de um padrão de normalidade para as mulheres na modernidade. Aristóteles (na Filosofia Antiga) e Santo Tomás de Aquino, no século XIII, já se ocupavam dessas questões da diferença entre homem e mulher. A ponto de considerar que a mulher era sempre uma espécie inferior, imperfeita, um homem falho, faltoso (9).

Mas, é no século XVIII e XIX, que surgiu um novo ideal de feminilidade: o de mulher dedicada à maternidade e submissa ao desejo do marido, em grande parte devido a produção de Rousseau (12). Nas palavras da psicanalista Maria Rita Kehl (11) “de todos os escritores que se manifestaram a favor de uma volta das mulheres ao seu verdadeiro estado, ou seja, o ‘estado de natureza’, o mais influente foi Rousseau”.

Foi em seu livro Quinto da obra “Emílio ou da Educação” (12) que Rousseau escreveu a personagem Sofia, esposa de Emílio, a qual, segundo Kehl (11), “é o paradigma do ideal de feminilidade baseado na dedicação, na doçura, na submissão”. Autores como Kehl (11), Badinter (4) e Laqueur (13) consideram Rousseau como o principal teórico dessa perspectiva.

Partimos do princípio que esse ideal contribuiu para o modo de subjetivação das mulheres e foi tão bem articulado, que temos ressonâncias até os dias de hoje, ainda que ele tenha surgido no século 18, mas tenha dominado toda uma produção de saberes sobre as mulheres no século 19.

Não tendo a pretensão de resgatar essa longa história do pensamento do lugar da mulher na sociedade, partiremos da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, numa breve passagem para a constituição da feminilidade que ainda vemos nos dias de hoje. Somente à título de melhor visualização do que pretendo apresentar aqui, abaixo segue uma tabela com marcos históricos que eu delimito para exploração desse tópico, uma vez que essa seleção foi necessária para contorno da abordagem dada à esta tese.

Idade Antiga (4000 A.C. – 476 D.C.)	Idade Média - (476-1453)	Idade Moderna (1453-1789)	Idade Contemporânea (1789 – atualidade)
Filosofia Greco Romana	Inquisição	Iluminismo	Revolução Francesa
Cristianismo	Cruzadas	Reforma Protestante	Freud (1856-1939) e o nascimento da Psicanálise (1885)
Sócrates (470 A.C)		Rousseau (1712-1778)	Foucault (1926-1984)
Platão (427/428 AC) à 347 AC		Renascimento	Feminismo Contemporâneo (1960 – atualidade)
Aristóteles (384AC à 322 AC)		Revolução Industrial	Pós-estruturalismo (1960 – atualidade).

Tabela 1 - Marcos Históricos e Filosóficos

Isto posto, é possível verificar que, ainda que essa visão sobre a “feminilidade” tenha sido cultivada na Idade Moderna há mais de 300 anos, ainda é presente. Voltaremos nessa imagem no próximo item desta introdução, momento em que trataremos do retorno que Foucault faz à Filosofia Greco Romana no que chamamos de “último Foucault”.

Portanto, o modelo de mulher criado por Rousseau foi tão fundamental para a constituição de um novo ideal de feminilidade que ainda está presente na subjetividade de mulheres contemporâneas.

Ser feminina, dentro desse contexto e inscrição cultural, seria quase que uma “patente”, um adjetivo que nos transportaria para qualidades que nos remetem a moral e aos bons costumes. Então teriam o dever de abdicar de si para que pudessem se dedicar unicamente à maternidade, ao marido e ao lar. Assim, seria por conta da anatomia do corpo feminino que as mulheres possuem uma essência capaz de se submeter ao desejo

masculino, porque são naturalmente mais passivas, dóceis e resilientes ao sofrimento. (10)

A âncora desse sistema de pensamento estava baseada no corpo da mulher para explicar o seu lugar na sociedade, portanto, na sua anatomia sexual e funções, como a maternidade e outros atributos que constituiriam a feminilidade, conforme podemos verificar nas palavras da psicanalista Maria Rita Kehl:

A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade (11).

Assim, com Rousseau, surge uma nova forma de pensar a feminilidade, um novo paradigma que passa a fazer parte da cultura e da subjetividade de mulheres como um ideal:

Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já pela simples razão de ser forte (12).

Segundo Sampaio (14), nessa lógica de dominação masculina presente na concepção rousseauiana, o sexo feminino fica em uma posição de nítida sujeição ao desejo masculino. Diante disso, a visão preponderante é a de que a mulher é feita para agradar ao sexo masculino; a mulher deveria preocupar-se em satisfazê-lo. Este, por sua vez, só se satisfaria sujeitando-a ao seu desejo. Desse modo, bastaria ao homem dominar a mulher, pensada como necessariamente subordinada ao desejo dele.

Para que isso acontecesse, ou seja, para que as mulheres submetessem suas fantasias e seus desejos à vontade dos homens, elas deveriam desde cedo sofrer o que Rousseau denominou de constrangimentos contínuos. Nas palavras do autor:

As jovens devem ser vigilantes e laboriosas; não é tudo: elas devem ser contrariadas desde cedo. Esta desgraça, se é que é uma, inseparável de seu sexo; e dela nunca elas se libertam senão para sofrer outras bem mais cruéis. Estarão a vida inteira escravizadas a constrangimentos contínuos e severos, os de decoro e das conveniências. É preciso exercitá-las desde logo a tais constrangimentos, a fim de que não lhes pesem; a dominarem suas fantasias para submetê-las às vontades dos outros (12).

Portanto, como produto desses exercícios de constrangimentos teríamos mulheres dóceis, passivas e submissas. Nesse sentido, Kehl considera que a feminilidade seria

produto de uma construção discursiva produzida a partir da posição masculina, à qual se espera que as mulheres correspondam.

Dessa forma, em cada época haveria um modo feminino de ser, de acordo com o que era estabelecido pelos pensadores da época e que se criou um ideal de feminilidade, o qual ainda se apresenta como referencial identificatório para mulheres na contemporaneidade.

Rago quando narra a história das pesquisas de gênero nos fala que elas evidenciam que:

o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo, por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente (15).

No século XX acompanhamos o nascimento da Psicanálise. Com ela, é inegável a contribuição para essa desnaturalização da feminidade ou ao menos a desestabilização do que significa “ser mulher”. Mas, para enxergar as contribuições da Psicanálise para além das críticas feministas, é preciso ir além de uma leitura superficial.

Por um lado, ainda que o pai da Psicanálise tenha, no final das contas, sustentado que a maternidade era a saída para a feminilidade “a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, um bebê assume o lugar de pênis” (16) e isso torna complicada a decisão de definir a mulher em psicanálise a partir de um paradigma positivo, por outro lado, também foi através da Psicanálise que pudemos começar a olhar o sujeito (homens e mulheres) para além do corpo, do físico. Freud inaugurou essa leitura com a escuta das histéricas.

É também a partir da compreensão da sua teoria da sexualidade que o tornar-se mulher ou homem é um ponto de chegada e não de partida. Em Freud, sexo e identidade sexual não andavam necessariamente juntos.

É a partir da travessia edípica que nos tornamos sexuados, marcados pela identificação aos padrões e ideais próprios aos gêneros, os quais nos garantirão a pertinência imaginária a um grande subgrupo humano – dos homens ou das mulheres; obra que não se dá sem o sacrifício de algumas possibilidades de satisfação da pulsão – entre outras, as possibilidades bissexuais, primárias no ser humano (10).

É preciso ponderar que era essa a possibilidade/contexto da lógica do tempo de Freud, assim como Rousseau.

Mas, Freud foi revolucionário quando propôs uma lógica que se deslocou da anatomia, pela transformação do pênis em falo, e passou da atribuição anatômica à fálica, que permitiu a equação falo = filho, na qual o filho é o falo da mãe (9).

E como chegamos até aqui não há como não falar da instituição do falo como significante, sem falar de Lacan. Até então “ser o falo” referir-se-ia à posição feminina. No homem, prevaleceria a dialética do “ter o falo”. Lacan diz que “na dialética falocêntrica”, que tem como centro o falo, a mulher representa o “Outro absoluto”. Ou seja, na dialética que significa de alguma forma um encontro de opostos, e cujos elementos são por definição relativos, a mulher representa o Outro que, em certo sentido, está fora da relação, fora da dialética (9).

Não é o foco do presente trabalho o aprofundamento teórico nas correntes psicanalíticas, mas sem dúvida pode-se dizer que “Ao criticar o biologismo naturalizante de Freud e valorizar a dimensão de linguagem inerente aos processos simbólicos de subjetivação e de sexualização, Lacan recolocou a psicanálise no debate” (9).

Tão famosa quanto a frase “O que querem as mulheres?” em Freud é o aforismo de Lacan “A mulher não existe” (18).

O aforismo lacaniano “A mulher não existe” (1985/1972-73) denota que não há um significante próprio que represente as mulheres como um conjunto em totalidade. Não há o universal das mulheres, como acontece do lado dos homens. **A feminilidade não é marcada pela incompletude, mas pela inconsistência de um conjunto lógico.** Diferença torna-se aqui dotada de duas propriedades novas: a indecibilidade de seu sentido e a indiscernibilidade de sua existência. De uma mulher não se deduzem as outras do conjunto, as mulheres devem ser tomadas uma a uma (17).

E é nesse sentido que para o presente trabalho entendo ser pertinente destacar a questão da diferença em Lacan. A diferença é, por definição, uma forma de determinação. Quando afirmo que A é diferente de B, estou estabelecendo que há algo em A que não está presente em B, ou vice-versa. Nesse contexto, a diferença surge a partir de uma comparação: dois opostos são colocados lado a lado, e identifica-se o ponto que os distingue ou impede que se sobreponham. No entanto, algo bem distinto é afirmar que A é diferente em termos absolutos, sem referência a B ou qualquer comparação, ou seja, em um nível que não depende de um reflexo especular. Lacan, no Seminário 11, menciona essa ideia de diferença absoluta no contexto do final de uma análise, sugerindo que a análise busca alcançar essa forma de diferença. Podemos, talvez, chamá-la de alteridade: uma diferença que não requer necessariamente um oposto para se definir (9).

Lacan posiciona “as mulheres” fora da dualidade tradicional homem-mulher. Há uma alteridade na mulher que não é definida pelo homem e que tampouco pode ser plenamente compreendida pela própria mulher, especialmente se ela tentar interpretá-la por meio da relação entre os dois polos. A análise de uma mulher pode buscar aproximá-la desse ponto de falta de simetria (9).

A principal contribuição da Psicanálise lacaniana parece residir na superação de paradigmas, possibilitando uma compreensão da mulher como absolutamente diferente – inclusive de si mesma. Isso implica em situá-la em um plano que transcende qualquer tipo de comparação, inclusive consigo mesma. Essa seria a essência da diferença feminina, que não se configura como um ideal a ser alcançado ou imitado pelas mulheres reais.

É inegável que, por meio dos conceitos chave da teoria psicanalítica, são criadas possibilidades e perspectivas para a escuta e fazer analítico a partir da subjetividade e do desejo e não somente do corpo anatômico ou da cultura: o da constituição do sujeito por meio dos processos identificatórios (inicialmente por intermédio dos pais e dos códigos da cultura que “definem o que é ser menina e o que é ser menino”); do inconsciente; das neuroses; teoria das pulsões; mas também dos registros psíquicos do simbólico, imaginário e real.

Buscando avançar o percurso nos marcos históricos, chegamos ao Feminismo. Foi preciso que o Feminismo trouxesse à tona a luta das mulheres de forma mais explícita e direta. Foi um marco reivindicatório das mulheres enquanto sujeito político.

Não se pretende aqui realizar uma definição exata do que é o Feminismo. Não seria possível circunscrevê-lo, uma vez que se trata de um processo que começou no passado, que se atualiza cotidianamente e que não tem um fim predeterminado. Há diferentes correntes e múltiplas manifestações, o que não quer dizer que não seja um movimento organizado. Mas aqui, pretendo assumir a posição de que o mais adequado seria pensarmos em “Feminismos² (15).

² Este trabalho não tem como objetivo aprofundar-se epistemologicamente sobre o Movimento Feminista. Considerando que a epistemologia estabelece o campo e a forma de produção do conhecimento, definindo o arcabouço conceitual a partir do qual construímos ciência, a relação entre sujeito e objeto de estudo e a concepção de conhecimento como verdade, seria pertinente refletir sobre a constituição de uma (ou, quem sabe, várias?) epistemologia(s) feminista(s). Assim, neste trabalho, opta-se pelo uso do termo “feminismos” para enfatizar a pluralidade intrínseca a esse movimento, rejeitando a ideia de um “feminismo universal”.

Independente disso, é frequente referir-se a três “ondas” do feminismo (e até mesmo a uma “quarta”), definidas pelas principais demandas dos movimentos de mulheres em distintos períodos históricos³. É importante que reconheçamos que estudiosos creditam ao contexto social e político da Revolução Francesa (1789), o “berço” do feminismo moderno, tendo o documento da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791” de Marie Gouze (1748-1793)⁴ seu grande marco.

pode-se demarcar o movimento feminista a partir de três ondas ou gerações, a saber: a primeira onda do feminismo, que se insere nos séculos XIX e XX, caracterizou-se como um movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, no qual o movimento sufragista teve fundamental importância; a partir das décadas de 1960 e 1970, iniciou-se a denominada segunda onda do feminismo, na qual as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina (19) p. 649.

Foi só a partir da segunda metade da década de 1960/70, que, possivelmente começou a distinção entre *sexo* e *gênero*, sendo que o primeiro passou a ser entendido como uma característica biológica; e o segundo, como uma construção social, um conjunto de características e de papéis imposto à pessoa dependendo de seu sexo.

já a partir da década de 1980, teve-se o início da terceira onda feminista, influenciada pelo pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, na qual se passou a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concentrando-se na análise da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade (19) p. 649.

Todavia, é importante destacarmos, por exemplo, que Ângela Davis iniciou a ampliação nessa fase para incluir também as variáveis de raça e de classe (à discussão de gênero) ao escrever em 1981 o livro “Mulheres, raça e classe” (20), buscando uma concepção não hierarquizada das opressões, com o cuidado de não criar, como ela mesma diz “primazia de uma opressão em relação à outras”.

No ano de 1988, Lélia Gonzales escrevia “Por um feminismo afro-latino-americano” (21). Nesse texto, Gonzalez, problematiza a necessidade de o feminismo

³ É fundamental destacar, antes de tudo, que a divisão em ondas serve apenas como recurso didático. Mesmo quando há consenso sobre determinadas pautas, coexistem teorias e movimentos paralelos, cada um com suas próprias particularidades e características.

⁴ Este documento foi apresentado à Assembleia Nacional da França durante a Revolução Francesa (1789-1799). Sua autora, Marie Gouze (1748-1793) adotou o pseudônimo Olympe de Gouges para assinar panfletos e petições em diversas causas, incluindo a abolição da escravidão, pela qual lutou intensamente.

latino-americano repensar suas contradições internas e reconhecer as profundas desigualdades raciais e étnicas que a caracterizam.

Ou seja, Ângela Davis e Lélia Gonzales já reconheciam essa cadeia de opressões, essa “intersecção”, ainda que não tivesse usado este termo para se referir ao que posteriormente Kimberlé Crenshaw definiu como interseccionalidade em seu ensaio de 1989 “Desmarginalizando a Intersecção entre Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina da Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antirracista”, no qual apresentou uma descrição do modo como múltiplas opressões são experimentadas.

Considere a analogia ao tráfego num cruzamento, indo e vindo nas quatro direções. A discriminação, como o tráfego no cruzamento, pode fluir numa ou noutra direção. Se um acidente acontece no cruzamento, sua causa pode ser os carros viajando de quaisquer direções e, às vezes, de todas elas. De modo similar, se uma mulher negra sofre injúrias por estar numa intersecção, elas podem resultar da discriminação sexual ou racial [...] mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: às vezes as marcas de derrapagem e as lesões indicam simplesmente que elas ocorreram simultaneamente, frustrando os esforços em determinar qual o motorista responsável (22).

Portanto, embora Angela Davis e Lélia Gonzalez não tenham desenvolvido o conceito da categoria “interseccionalidade”, já faziam essa discussão com extrema profundidade na década de 80. Mas por que então essa desconsideração em relação à raiz do conceito? Entendemos que a questão da colonialidade do poder pode trazer luz à esta questão;

No entanto, a colonialidade do poder (23) coloca as pensadoras latino-americanas, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, em posição de subalternidade. Por esta razão, é atribuído à norte-americana Kimberlé Crenshaw a responsabilidade pela elaboração do conceito de interseccionalidade em 1989³, conceito este, repensado ainda pela norte-americana Patrícia Hill Collins (24).

É possível pensar, nesse sentido, que a colonialidade do poder atua subalternizando as pensadoras feministas negras e latino-americanas e, conseqüentemente, “invisibiliza as significativas contribuições teóricas dessas pensadoras na construção do pensamento feminista interseccional. É preciso, portanto, descolonizar o pensamento feminista e dar o verdadeiro reconhecimento a essas pensadoras”.

Segundo Quijano (23, 25), a colonialidade do poder “trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores”.

Isso pode ser útil para nos fazer compreender como há forte influências do período colonial e como esse pensamento ainda resiste e é dominante.

Ainda que tenhamos testemunhado a independência dos países colonizados, “padrões coloniais são impostos a nós de maneira naturalizada sem que tenhamos um olhar crítico sobre esse processo” (25).

De acordo com bell Hooks, tem-se uma ideia errada sobre o que é de fato o feminismo e a autora nos entrega uma definição: “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (26). Essa definição deixa claro que o problema é o sexismo. Ou seja, entender o que é feminismo passa necessariamente por entender o que é sexismo, toda opressão e discriminação baseada no sexo ou no gênero da pessoa.

Feito esse breve panorama e buscando retomar a discussão central do presente trabalho, é possível compreender que os “Feminismos” questionaram os modelos de feminilidade impostos às mulheres e apontaram para a necessidade de se criarem espaços sociais e outras condições subjetivas para si mesmas, para que pudessem “libertar-se da Mulher”, como propôs Elisabeth Grosz (27), recusando uma identidade definida pelo dispositivo do saber-poder classista e sexista (28).

Também é possível admitirmos que há uma aproximação importante a partir da terceira onda do Feminismo que é mais identificada com o movimento pós-estruturalista, base teórica utilizada nesta tese, afinal:

As feministas da terceira onda, período que se iniciou nos anos 80, trazem consigo um caráter pós-modernista e pós-estruturalista, ou seja, têm na essência da luta uma resistência à categorização, ao essencialismo. O conceito de gênero passa a ser amplamente discutido, transpondo a visão binária e configurando uma nova forma de pensar a identidade (29).

É um momento que, de forma geral, rejeita quaisquer tentativas de universalização, padronização, com um conceito de feminismo que se atomiza. Dessa perspectiva, pode-se considerar que as normas culturais e sociais sustentam um modelo que funciona como padrão de referência, objetivando regulamentar as relações entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida. Nesse sentido, utilizarei estudos que abordam o gênero como uma “categoria de análise”.

Não pretendo aqui aprofundar a disputa entre as categorias “mulher x gênero”, afinal essa não é a discussão principal do presente trabalho. Mas é importante introduzir algumas ideias que permitam elucidar as diferentes correntes de pensamento existentes.

Como uma das principais estudiosas sobre a categoria “gênero”, Scott (30) define que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um modo primordial de dar significado às relações de poder”.

“Convém esclarecer que é através das feministas anglo-saxãs que “*gender*” passa a ser usado como distinto de “*sex*”, visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (31), portanto buscando ressaltar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (30), enquanto uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo política.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. O conceito passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional — já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros (31).

Desbravadora nesse campo, Scott apresenta o gênero como um sistema que ressalta diferenças e pode estruturar a distribuição de poder, assim como as categorias “raça” e “classe”. Nessa perspectiva, tratar o gênero como uma categoria de análise permite enxergar homens e mulheres em relação mútua; ao discutir a mulher, discute-se também o homem e as dinâmicas entre eles. Esse conceito abarca a compreensão do masculino e do feminino como construções sociais que têm como objetivo

dar significado às relações de poder, de modo que a masculinidade e a feminidade passariam a ser caracterizadas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas, biológicos (30).

Portanto, conforme nos diz Brah (32), não se trata do feminismo ignorar a biologia das mulheres, mas sim, de questionar as ideologias que representam a subordinação das mulheres como resultados de suas capacidades biológicas.

Fica evidente que as relações de gênero são construídas historicamente através de uma hierarquia/antagonismo de gênero, uma assimetria no que se refere às posições e espaços ocupados por homens e mulheres na vida pública e privada. Por isso, esses estudos são tão importantes na busca da igualdade de gênero em nossa sociedade.

Rago (33) nos fala que “a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”.

Aqui, entendemos que é de suma importância também incluímos como um pensamento alternativo e cada vez mais difundido na contemporaneidade, as contribuições de Judith Butler em relação ao tema “estudos de gênero”.

A autora nos fala que os corpos jamais se conformam totalmente às normas que lhe são impostas. De fato, não há qualquer essência da mulher ou do homem. O próprio ato de nomeação “é uma mulher” é performativo.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (34).

Butler destaca a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo. Afinal:

se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma (34).

A performatividade aqui não deve ser entendida como um ato único e isolado, mas como uma prática contínua, uma repetição de normas que, ao serem reiteradas, adquirem autoridade. Essa autoridade vem justamente do fato de serem constantemente evocadas como parâmetros normais. Em outras palavras, a performatividade é sempre a renovação de um conjunto de normas pelas quais o discurso produz os efeitos que ele próprio nomeia. (35).

Assim, é possível compreender que, para Butler, a noção de gênero é problemática e não pode ser pensada sem um aporte performativo da linguagem e fora das políticas que implementam mudanças nas relações de poder que existem entre os gêneros.

Por outro lado, é importante esclarecer que há também autoras, como Linda Nicholson, que defendem o retorno à noção de mulher, enquanto categoria política e problematizam os diferentes sentidos adotados quanto nos referimos à gênero. Nessa linha, Nicholson (36) em “Interpretando o gênero” nos traz:

De um lado, o "gênero" foi desenvolvido e é sempre usado em oposição ao “sexo” para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, "gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e ao comportamento, não ao corpo; "gênero" e “sexo” são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, "gênero" têm sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção

masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos” (36).

Portanto, ao refletir sobre a retomada da “categoria mulher”, a autora não busca atribuir a ela um significado universal; em vez disso, destaca que o uso desse conceito pode facilitar o reconhecimento das múltiplas diferenças existentes entre as mulheres. Mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política.

Trata-se de uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas (36) p. 26

A autora nos fala sobre determinismo biológico e o fundacionalismo biológico. Em comum, há esse reconhecimento da importância do biológico, do corpo, mas não numa concepção determinista, e sim, de um relacionamento entre “biologia” e “socialização” enquanto uma noção de “porta casacos” da identidade:

O corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a personalidade e comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizarem sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico, ao mesmo tempo em que dispensava certas desvantagens. [...] Rotulo essa noção de relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento de fundacionalismo biológico (36) p.30.

As críticas a essa visão partem da recusa da ideia de que exista algo essencialmente comum entre as mulheres fundamentado na biologia. Dessa forma, o feminismo deveria abrir mão tanto do determinismo quanto do fundacionalismo biológico. Assim, estariam as discussões feministas diante de um beco sem saída? Como pondera Claudia de Lima Costa ao analisar a crítica ao essencialismo e as questões de identidade, o debate sobre identidades leva à reflexão sobre o significado da diferença: de que modo pensar a diferença sem cair no binarismo nem sucumbir a “sedução dos apelos pós-modernos à total fragmentação e dispersão” (37, p. 79). Em vista disso, como conceber uma prática política feminista que se situe entre a crítica ao essencialismo e a recusa da completa fragmentação dos sujeitos?

Há uma carga política e social no termo, por isso não os desconsideramos na pesquisa e muitas vezes nos referimos “às mulheres”, mas não sem ponderar o “peso” que o termo deveria representar, pois toda a subjetivação abordada vem deste fardo social.

Para enfrentar este dilema, recorremos à Butler que faz uma crítica sobre esse cenário e nos propõe não a morte da categoria “mulheres” e sim sua ressignificação.

No instante em que se invoca a categoria mulheres como descrevendo a clientela pela qual o feminismo fala, começa invariavelmente um debate interno sobre o conteúdo descritivo do termo. [...], Mas cada vez que essa especificidade é articulada, há resistência e formação de facções dentro da própria clientela supostamente unificada pela articulação de seu elemento comum. [...] Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a ‘identidade’ como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo ‘mulheres’ não deva ser usado, ou que devamos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e ressignificação (34).

Portanto, apresentando essas controvérsias e politizando relativamente a discussão, nesta tese, adotamos em alguns momentos o termo “gênero” e em outros “mulheres”, a depender das autoras a que recorremos para determinadas discussões, também porque entendemos esse uso em constante ressignificação.

Aqui, nosso objeto de estudo central não é o “sujeito do feminismo” e sim o tema do governo de si. Nossa percepção é que o “ser mulher”, o ideal de feminilidade e tudo que acompanha essa matriz foi aprisionado pelos sistemas de poder.

E, recorrendo a uma brecha deleuziana, acreditamos que a dobra, o lado de fora do lado de dentro do poder acontece na subjetivação do “ser mulher”, não enquanto categoria e conceito universal, mas, nessa alteridade que nos aponta Lacan, na performance de gênero, no processo de subjetivação que se pode encontrar mais governo de si.

Passamos agora a abordar os aspectos mais macropolíticos que atravessam o ser mulher, que são constitutivos da abordagem adotada.

Reconhecemos que, de uma maneira geral, após décadas de lutas feministas é inegável a melhoria na condição de vida de muitas mulheres (mesmo que os padrões de vida possam variar amplamente entre diferentes regiões do mundo), inclusive com a conquista de mais direitos; maior expectativa de vida; mais anos de estudo e mais acesso a bens e serviços em todo o mundo, porém muitas desigualdades persistem.

Temos mais de um século de história desde a primeira onda do “Movimento Feminista”. Muitas conquistas foram realizadas e novos significados ao “ser mulher” foram incorporados. Mas não nos esqueçamos que quando se trata da liberdade feminina, nunca temos algo 100% conquistado.

Como nos diz Beauvoir “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida (38)”.

A partir disso, fica evidente que não é possível pensar em processos de subjetivação sem pensar em relações de poder ou mesmo desconsiderar o aspecto macropolítico da desigualdade de gênero à que as mulheres estão submetidas, portanto, é preciso considerar as interrelações entre o aspecto macropolítico de desigualdade de gênero que vivemos e o aspecto micropolítico, próprio da subjetividade da vida de mulheres com diferentes modos de existência.

Começarei pelo macro com um sobrevoo sobre as questões da desigualdade de gênero e chegarei no micropolítico.

A igualdade de gênero tem sido usada como um indicador fundamental para avaliação do desenvolvimento de um país. E para compreendermos mais concretamente como a desigualdade de gênero afeta a vida das brasileiras, a seguir apresentaremos alguns indicadores.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2020, lançado mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em dezembro de 2020 (39), o IDH do Brasil cresceu de 0,762 para 0,765 (dados referentes à 2019). No entanto, caiu cinco posições no ranking, em relação ao ano anterior, ficando em 84º lugar entre 189 países.

É importante esclarecer que no 30º aniversário deste documento que calcula a prosperidade dos países, o PNUD se propõe a redefinir o desenvolvimento e inclui indicadores relacionados ao impacto ambiental dos países o que ocasiona importantes variações.

Segundo Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): “Como mostra este relatório, nenhum país do mundo obteve um desenvolvimento humano muito alto sem exercer uma grande pressão sobre o planeta. Mas poderíamos ser a primeira geração a corrigir isso” (39). Nesse sentido, quando

reclassificado com o índice de “pressões ambientais” o Brasil cairia 10 posições no ranking.

Além disso é importante ressaltar que esta tese foi desenvolvida durante o período de pandemia do COVID-19 que foi declarada pela OMS em 11 de março de 2020, e, portanto, esse último índice de IDH no Brasil não reflete os impactos causados pela pandemia porque não considerou os dados de 2020. Subentende-se que com os dados de 2020/2021 podem demonstrar o agravamento ainda maior da situação, pois quando a pandemia de COVID-19 se sobrepõe as assimetrias existentes de poder e oportunidade, esse cenário pode perpetuar e até aumentar as desigualdades no desenvolvimento humano.

O PNUD também apresenta dois índices para avaliar as desigualdades de gênero. O Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDvG) e o índice de Desigualdade de Gênero (IDgG).

O Brasil apresenta índice de 0,993 no Índice de Desenvolvimento de Gênero. Apesar de as mulheres terem melhor desempenho na dimensão educação e longevidade que os homens, a renda das mulheres (em RNB per capita) é 41,5% menor que a dos homens (40).

Já quanto ao índice de desigualdade de gênero, o Brasil apresenta o índice de 0,408 (por este índice, que quanto mais perto de 0, melhor), o Brasil fica na 95ª posição no ranking mundial (41).

Há também o “*Global Gender Gap Report*” (42) realizado desde 2006 pelo Fórum Econômico Mundial que faz uma avaliação de 144 países sobre o progresso em relação à igualdade de gênero em quatro dimensões temáticas: Participação Econômica e Oportunidade, Desempenho Educacional, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político.

No ano de 2020, o Brasil ocupou o 90º lugar, pouco acima da média global, esse sim já considerando os dados do ano de 2020.

Nenhum de nós verá paridade de gênero em nossas vidas, e nem provavelmente muitos de nossos filhos. Essa é a conclusão preocupante do *Global Gender Gap Report* (2020), que revela que a paridade de gênero não será atingida por 99,5 anos (42).

Além disso, considerando os impactos da pandemia da COVID-19, observa-se que, em escala global, as mulheres foram as mais afetadas pela perda de empregos durante o período da pandemia. Ao mesmo tempo, a população negra sofreu com as maiores taxas

de contaminação e índices mais elevados de mortalidade por covid-19 no mesmo intervalo (43).

A partir desses dados temos um pressuposto: partimos de relações de gênero que são desiguais em nossa sociedade, muito evidentes quando analisamos a desigualdade histórica do “ser mulher” nos planos político, jurídico, trabalhista, econômico e civil. Esse é o cenário macropolítico. Somos um país com fortes traços de desigualdade de gênero. Isto já está posto e os indicadores são claros.

Mas como se dá a micropolítica da vida das mulheres em meio a esse contexto? Quais são suas rotas de fuga⁵? Como as mulheres são afetadas por essa máquina de desigualdades e de desempoderamento? Como se subjetivam em meio a tantas opressões? Como ocorre o empoderamento das mulheres no aspecto micropolítico, do cuidado de si, articulado ao cenário macropolítico em que vivemos?

Considerar a subjetividade como um processo de produção significa abordar o plano em que esse processo se dá, isto é, onde ocorre a construção do si e a relação consigo próprio. Nesse sentido, é indispensável levar em conta o caráter político e as relações de poder que compõem esse plano, bem como as forças que nele intervêm. Assim, pode-se afirmar que o plano das forças, responsáveis pela formação da subjetividade, constitui uma dimensão inerente à própria subjetividade.

Portanto, o próximo capítulo tem esse objetivo: apresentar as concepções de poder que ampararam o presente trabalho, sem desconsiderar o contexto histórico, social, econômico e político a que mulheres estão agenciadas, combatendo um delineamento da problemática que seja descolado das relações de gênero em nossa sociedade.

1.2 Sujeito Mulher e Poder

Considero relevante afirmar que a questão do sujeito constitui um dos temas centrais da filosofia de Michel Foucault.

Essa abordagem está vinculada ao conceito de "episteme", ou seja, a base, o “solo” sobre a qual os saberes se organizam em determinado período histórico. Esse conceito abrange tanto os conhecimentos formalmente reconhecidos como científicos quanto outras formas de saber que, embora não enquadradas no domínio da ciência, exercem influência na construção das práticas discursivas de uma época.

Nesse sentido, Foucault parte do pressuposto de que essa “episteme moderna” está condicionada por uma determinada visão, um determinado conceito de sujeito “universal em sua substância”, ou “sujeito constituinte” (44).

Esse sujeito – o homem: um duplo empírico/ transcendental, condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, sujeito e objeto dos saberes das Ciências Humanas – é o elemento ordenador de toda produção discursiva com pretensão de cientificidade, realizada nos marcos desse sistema de pensamento (45).

Para Foucault (2004) seria importante seguir um sistema de ceticismo em relação a esses “universais antropológicos, numa atitude de suspeita e questionamento: que jogos de verdade sustentam essas construções discursivas? (46) . Nesse sentido, é assim que problematizamos esse capítulo: que sujeito mulher é este? Que tecnologias de gênero e dispositivos atravessam essa subjetivação?

E esse é o motivo pelo qual Foucault adota a problematização do sujeito como projeto filosófico.

Nessa altura do trabalho, você deve estar direcionando uma pergunta à autora desta tese: por que usar a referência teórica foucaultiana para falar de mulheres se este autor “desconsiderou” as questões de gênero? Há duras críticas do Feminismo em relação ao pensamento pós estruturalista (tendo Foucault como representante principal desse pensamento pós-moderno).

É possível que ouçamos que esses sistemas de pensamentos “falham em fornecer uma teoria de poder para as mulheres” (47), “que acatar discurso de Foucault é nada menos que a despolitização do feminismo” (48), por exemplo. Ou ainda, que a sua noção de poder (o poder está em todo lugar) não permite distinguir a diferença entre dominados e dominadores e uma concepção de poder que possa contribuir para a assimetria de relações de poder entre gêneros é essencial para o feminismo (49).

Por outro lado, há teóricos que identificam convergências (o corpo como ponto de poder; poder como local) e Margareth McLaren em sua obra “Foucault, Feminismo e Subjetividade” (49) destaca o quanto suas últimas obras (de Foucault), podem ser aplicadas às práticas feministas contemporâneas, uma vez que convergem a atenção para uma nova concepção de subjetividade por meio das práticas de si.

É claro que os “Feminismos” podem ser instrumentos de resistência, uma possível dobra ao assujeitamento e apostamos que a estrutura teórica adotada no presente trabalho,

especialmente de Foucault, pode representar uma ferramenta poderosa para a análise e crítica social feminista.

Outro provável questionamento que você deva estar se fazendo é sobre qual poder eu me refiro. Sem sombra de dúvidas esse é conceito central deste trabalho.

Refiro-me a um poder que é abastecido por uma fala franca, por uma “coragem da verdade”, que dá maiores graus de liberdade de existência.

Refiro-me a um poder que dá força interior para que as mulheres se constituam como autoras reais da sua história.

Refiro-me a um poder que as torna capazes de fazerem um trabalho sobre si mesmas, lapidando e esculpindo a subjetividade para que possam construir uma existência bela.

Refiro-me a um poder que possibilita uma relação consigo mesmas, uma prática de vida, uma “dobra” que pode trazer mais governo de si e dos outros.

Estaria eu então falando do tão famoso “empoderamento feminino”? Têm sido cada vez mais comum ouvirmos esse termo, sendo assim, é fundamental delinear-mos em que perspectiva trabalharei as noções de poder e conseqüentemente, de empoderamento feminino, que grosso modo significa “dar poder”, para que não aconteça um esvaziamento leviano do termo, afinal, esse é um termo recorrente em nossa contemporaneidade, mas que foi sendo distorcido do seu real sentido numa versão “*light*”, ou ainda de uma banalização em sua utilização numa espécie de promoção desenfreada de ações de “pseudo-empoderamento”. Isto posto, utilizar este termo exige todo o cuidado, considerando que “foi incorporado de uma forma que praticamente o roubou de seu significado original e valor estratégico” (50).

Portanto, há que se reconhecer que “empoderamento” é um conceito complexo e muito incompreendido e que há uma lacuna estrutural nas discussões sobre empoderamento que é a ausência das reflexões sobre o que significa o próprio conceito de *poder*, cuja palavra entra na composição do neologismo *Empoderamento*.

A principal referência que usamos para falar do termo na perspectiva de gênero é a arquiteta e urbanista Joice Berth, que também nos alerta sobre os questionamentos existentes da utilização do termo por “não entenderem quem dá poder e de que tipo de poder estamos falando” (51).

Berth utiliza os conceitos de poder formulados por Hannah Arendt e Michel Foucault para estabelecer uma compreensão mais ampla do tema. De acordo com a autora, Arendt define o poder no âmbito da ação coletiva, não apenas como a capacidade de agir,

mas sim de agir em conjunto. Por sua vez, Foucault ressalta que o poder não está concentrado exclusivamente nas instituições: as relações de poder ultrapassam o domínio estatal e atravessam todas as esferas sociais.

Nesse sentido, resgatamos a abordagem do filósofo francês Michel Foucault que tanto trabalhou sobre o tema do poder e sua intrínseca relação com a governabilidade, ainda que reconheçamos sua negligência aos estudos de gênero, fato este que será explorado na discussão deste trabalho, uma vez que reconhecemos que acima de críticas, há importantes contribuições do pensamento pós estruturalista para o presente trabalho.

O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. Devemos deixar para este termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; **mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos**: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, **porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos** (52).

Portanto, a concepção de poder que encontramos em Foucault ultrapassa as “esferas formais de poder” a que estaríamos habituadas a pensar e destaco o trecho “dirigir a conduta dos indivíduos”.

Foucault estava interessado em “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos” (52). Partia do princípio de que esse mesmo sujeito que está submetido a relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas.

E essa concepção nos remete a uma reflexão mais ampla em relação ao tema deste trabalho: Como as mulheres são governadas? Que poderes atravessam a construção das suas subjetividades? A que estão sujeitas?

Foucault nos dizia que

O termo “conduta”, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade” (52).

Nesse sentido, parece-nos interessante abordar o tema na perspectiva da microfísica do poder, em uma análise do “como” é, e então, operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um “poder” fundamental.

O objeto de análise são as “relações de poder” e não um poder. É necessário abrir a discussão acerca do que sustenta a ação opressora. Portanto, não se trata de pessoalizar a questão do poder, cujo principal significado é o fortalecimento individualista. Mais do que nunca é importante promover a discussão sobre o que oprime ou onde está o potencial opressor em ação, muito além de quem oprime.

Mas, retomando os estudos sobre “A Teoria do Empoderamento”, temos as discussões acerca da dinâmica social e opressões estruturais de forma indissociáveis, portanto, em tese, seria impossível falar de empoderamento em uma versão que seja destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais.

E é dentro desse escopo que se busca abordar o tema do “empoderamento”, uma vez que, somente admitindo a existência de opressão, de relações desiguais de gênero e de uma estrutura de sociedade patriarcal, machista e misógina, podemos avançar na discussão da importância sobre o “empoderamento feminino”.

É fundamental destacar que, ao articular a concepção foucaultiana de poder para a discussão sobre o empoderamento feminino, rejeita-se a perspectiva que o entende como algo que pode ser concedido ou transferido. Reafirma-se, assim, uma abordagem teórica e analítica que enfatiza o exercício do poder pelas mulheres, considerando-o para além dos processos de assujeitamento historicamente instituídos. Torna-se essencial desvincular o conceito de poder da naturalização que historicamente o associou à legitimidade de determinados grupos em detrimento de outros, estabelecendo hierarquias baseadas em gênero, classe social e outras categorias de exclusão.

Assim, mais do que simplesmente adaptar um termo estrangeiro, o conceito de “empoderamento” precisa apontar para uma luta coletiva em favor da igualdade, rejeitando, assim, iniciativas centradas no fortalecimento individual que acabam perpetuando a exclusão de outras vivências. Embora a relação entre o âmbito individual e o coletivo traga incertezas ao processo de empoderamento, Berth destaca que ambos são inseparáveis — um não se estabelece e não se sustenta sem o outro. (51).

Isso fica evidente quando resgatamos os aspectos históricos do termo. Diversas referências colocam a acadêmica Bárbara Bryant Solomon como precursora do trabalho aplicado da Teoria do Empoderamento, em sua prática profissional do Serviço Social

emancipatória voltada para os grupos oprimidos. Outros estudos apontam o educador brasileiro Paulo Freire, como um dos precursores da análise aplicada à realidade de grupos oprimidos, quando se refere à sua Teoria da Conscientização, a qual inspirou a Teoria do Empoderamento. Portanto, a Teoria do Empoderamento nasce desse compromisso social e coletivo de superação das opressões e não de uma lógica individualista.

Exaltar sucessos individuais, auto aceitação estética ou a ocupação de um cargo de “poder” em uma multinacional, por exemplo, como casos recorrentes na mídia sobre empoderamento feminino, alimentam uma "despolitização do conceito”, numa versão individualista em que impera a ilusão do “você é capaz de superar qualquer coisa e chegar em qualquer posição”, “venci sem ajuda” ou ainda “Você quer, você pode”, numa versão barata da meritocracia, desconsiderando os “possíveis sociais” de acordo com as opressões estruturais de certos grupos minoritários e desconecta do contexto sócio-político e histórico a que estamos agenciadas.

Esse é o modelo de poder delineado pelo capitalismo, em que poder é medido pela capacidade de consumo, ou seja, uma mulher dita “mulher empoderada” seria equivalente a “economicamente autônoma”, em que empoderar uma mulher seria o mesmo que, e, tão somente promovê-la economicamente. Entendemos que esse olhar mais superficial é um tipo de pseudo-empoderamento que pode capturar facilmente, pois é o modelo de poder delineado pelo capitalismo, pelo neoliberalismo.

Todavia, é importante esclarecer que não buscamos reduzir a importância da dimensão econômica do empoderamento, mas considerá-la em sua interface com as dimensões cognitiva, política e psicológica.

ao não entendermos o que significa poder, acreditamos que um carro, um cargo de destaque em uma grande empresa (ou ter uma grande empresa) ou ainda a superação de alguma barreira relacionada à autoestima, nos coloca no domínio da centralidade e distribuição do poder (53).

O trecho acima evidencia a ilusão de se confundir sucesso material ou prestígio profissional com o real exercício do poder, mostrando que, sem uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, acabamos reduzindo seu significado a realizações individuais e superficiais.

Alegações de estar “empoderando as mulheres”, engajando-as no mercado, conjuga poder ao dinheiro. A aquisição de dinheiro passa a ter poderes quase mágicos, como se, uma vez que as mulheres tivessem

seu próprio dinheiro, poderiam sacudir a varinha e, num passe de mágica, fazer desaparecer as normas sociais, as relações afetivas e as instituições subjacentes que as constroem (54).

Numa concepção reducionista as desigualdades e violências estruturais não desaparecem e isso retira o caráter coletivo da luta. Um outro exemplo de enxergar o poder de forma reducionista ou desarticulada seria a exposição dos corpos femininos, ao que Joice Berth (55) refere:

Nudez não é empoderamento, especialmente a nudez padrão de corpos escolhidos para compor um padrão excludente e racista de beleza. Empoderamento, nesse sentido, seria a conscientização profunda de que seu corpo é objetificado e controlado, inclusive para excluir a morte física e simbólica de corpos preteridos.

Outro ponto de grande discussão sobre o termo do “empoderamento” é a assunção de que **não podemos empoderar ninguém**, porque o poder não se transmite como se o outro fosse um recipiente que pudesse “receber poder”. Nesse sentido convém ponderar:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento tanto de si mesmo quanto de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente, para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e ainda de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. Essa é a síntese do poder a ser desenvolvido no processo de empoderamento ressignificado pelas diversas teorias do feminismo negro e interseccional (51).

É fundamental refletir sobre como as dimensões estéticas influenciam o processo de empoderamento. A autora argumenta que a noção de beleza se encontra pautada por padrões eurocêntricos, o que condiciona a forma como a beleza é percebida e acaba por excluir, por exemplo, características de origem africana. Dessa forma, o empoderamento voltado para a valorização da beleza negra — estimulando o reconhecimento e a exaltação de traços historicamente depreciados — torna-se essencial. A autora destaca também que o cabelo de mulheres e homens negros é alvo frequente de ataques preconceituosos (51).

Embora o empoderamento estético seja um fenômeno individual, ele possui impacto coletivo, já que está diretamente ligado à questão da representatividade. Ainda

assim, é preciso compreender que a mera valorização da estética negra não basta para tornar alguém empoderado. É necessário que isso ocorra em conjunto com uma consciência racial crítica. Caso contrário, corre-se o risco de o capitalismo se apropriar do potencial de consumo da comunidade negra apenas para obter lucro, sem realmente contribuir para o processo de empoderamento.

Conclui-se, por ora, que o conceito de empoderamento na referida obra de Berth, é um instrumento de emancipação política e social, ou seja, uma libertação individual a serviço da emancipação coletiva. Empoderar, “dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto”. (51).

Esclarecidos os equívocos e principais discussões sobre o tema, entendemos que é necessário refletir sobre como o feminismo — sobretudo aquele que questiona a noção de uma “mulher” universal — desempenhou um papel crucial na redefinição das premissas que norteiam a compreensão e a utilização do conceito em pauta, numa premissa interseccional é

que acaba por reestruturar as bases iniciais para o entendimento e a aplicabilidade, bem como para a detecção de fissuras e distorções que necessitavam de atenção” que é fundamental para abordar as desigualdades por uma perspectiva de gênero, partindo dos lugares sociais das mulheres (51).

A autora destaca a necessidade de vigilância para que o termo não perca o seu real significado. Isso porque ele pode ser comercializado por indivíduos empenhados em preservar as condições de desigualdades sociais, convertendo-o em um instrumento que perpetua as opressões. Nesse cenário, o conceito acaba prejudicando a possibilidade de um autêntico processo de reconhecimento e autodescoberta sociopolítica, uma vez que não se vislumbra a eliminação das hierarquias e opressões já internalizadas.

Embora a definição de poder seja mais facilmente entendida por quem não vivencia múltiplas opressões e se dedica ao estudo dos efeitos individuais e coletivos do empoderamento, a autora reforça a importância de reconhecer que o poder também funciona como um recurso que limita a mobilidade social de quem não o possui, ou seja, grupos que permanecem à margem da sociedade. A pergunta que se coloca neste momento é: como promover um verdadeiro empoderamento?

E nesse ponto, retornamos à Foucault. Foi em “Sujeito e Poder” (52) que o autor afirmou que é o poder que transforma os indivíduos em sujeitos, existindo dois sentidos para a palavra: o sujeito que está sujeito a outro pelo controle; e o sujeito que se conhece

e afirma sua “identidade”. Em todo caso, o processo de constituição do sujeito é uma sujeição, um efeito de um poder.

O sujeito é, pois, aquele que age e que sofre ações de outrem; o si mesmo é a relação que este sujeito estabelece consigo mesmo enquanto agente. É este “nó de relações” que, segundo Foucault, opera como o alvo das técnicas de si, conjunto de operações de constituição subjetiva. Se os sujeitos são submetidos pelos poderes, as lutas contra a sujeição também são constituintes do sujeito (56).

Criamos as ferramentas e as ações para resistir. Aqui nos ajuda novamente Foucault: não se trata de liberar o indivíduo do Estado e das instituições; é nela que somos constituídos, logo não podemos ser fora delas; mas, sendo constituídas nas e pelas instituições, podemos agir sobre nós mesmos, recusando aquilo que somos e investindo em transformações de nossos panoramas subjetivos” (56).

Abaixo, apresento uma sugestão de um esquema para que possamos compreender melhor como se dá essa relação de Sujeito e Poder.



Figura 1 – Processo de Subjetivação

De forma muito sucinta, o processo de subjetivação proposto por Foucault é entendido de forma dinâmica: um sujeito só se produz por um primeiro movimento de assujeitamento (exterior). Depois é que se permite uma ação sobre si mesmo (subjetivação). Ser sujeito é ser assujeitado a alguma coisa e por ser assujeitado que ele

pode agir sobre si mesmo (subjetivação), agindo nas condições (sociais, inclusive) que lhe foi dada.

Foucault ressaltou a importância de criar novos modos de subjetivação que consigam se desvencilhar das formas subjogadoras, egocêntricas e narcisistas, as quais se fortaleceram de modo alarmante em nossa sociedade, caracterizada pelas mais diversas expressões da violência (28).

Na aula que ministrou em 17 de fevereiro de 1982 no Collège de France, ao refletir sobre as diversas tentativas históricas de imprimir um estilo à própria existência e indagar sobre a viabilidade dessa empreitada, ele declara:

é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez seja esta uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo (57).

Para Foucault, a ética é o campo das relações que o sujeito se estabelece, permitindo um "trabalho de si sobre si"; em outras palavras, um processo de subjetivação através do qual alguém se constitui como sujeito.

Na entrevista que foi chamada de “A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade” (58) Foucault relembra que na antiguidade, entre os gregos e romanos, para se conduzir bem socialmente, para o que podemos chamar de exercício de cidadania, seria necessário ocupar-se de si mesmo, o famoso “conhece-te a ti mesmo”, mas também resgata o negligenciado “cuidar de si”, com o intuito de se conhecer, para se constituir como pessoa, superar a si mesmo e dominar os instintos que poderiam dominá-lo.

Isto posto, este é o cenário conceitual do presente trabalho: a investigação de como diferentes mulheres articulam poder, em uma dimensão ética e estética da vida como uma “obra de arte”, acima de um dever moral.

É disso que o próximo capítulo tratará: da dimensão da subjetividade, do trabalho consigo mesmo enquanto resistência ao poder, ou seja, resistência às formas disciplinares e normalizadoras de composição da subjetividade, que é o campo por meio do qual Foucault desloca o foco de experiência e busca verificar, como, numa relação consigo, o homem se institui e se afirma como sujeito do desejo e, em última instância, como sujeito ético.

Antes de nos aprofundarmos no chamado “terceiro/último Foucault” e nos aproximarmos mais desse tema, é importante lembrar que o pensamento de Foucault, na

época em que foi elaborado, foi fortemente marcado por dois conceitos estruturantes: o de biopoder e o de biopolítica.

Como vimos, as práticas (e aqui o uso do termo “trabalho” é proposital, pois se trata efetivamente de um empenho sobre si mesmo) que um indivíduo realiza, relacionadas ao cuidado de si, surgem como uma estratégia para enfrentar os embates e processos de (des)subjetivação promovidos pelo Estado por meio do biopoder e da biopolítica.

O biopoder diz respeito à estatização da vida biológica, ou seja, à apropriação, por parte do Estado, das formas possíveis de se viver e de morrer. Essa intervenção resulta no esvaziamento da subjetividade e da autonomia sobre o próprio corpo, que passa a ser compreendido como parte de uma noção surgida a partir do século XVII: a de população. Assim, a própria existência é submetida ao controle de saberes e às intervenções do poder (59).

A biopolítica, por sua vez, toma como objeto o corpo coletivo, a população. Ela se debruça sobre fenômenos de massa a longo prazo, buscando antecipar e calcular estatísticas, mantendo o equilíbrio populacional e sua regulamentação. Trata-se de uma relação de poder entre o Estado e o indivíduo entendido enquanto membro de uma categoria mais ampla: a população. A biopolítica consiste, então, na racionalização das questões que o governo enfrenta ao lidar com a população, tais como natalidade, mortalidade, morbidade, saúde e higiene (60).

Portanto, quando chegamos ao “terceiro Foucault”, não vemos uma ruptura na sua história do pensamento, mas, sim, um percurso que passou por três grandes eixos ou focos de experiência: o eixo da formação dos saberes, o eixo da normatividade dos comportamentos e, enfim, o eixo da constituição dos modos de ser do sujeito.

E ainda que o objetivo do presente trabalho se detenha neste último eixo, é imprescindível compreender esse percurso do pensamento de forma articulada.

E por “pensamento” queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis (61).

1.3 Sobre o governo de si

Durante o aprofundamento teórico realizado que buscou amadurecer os conceitos que instrumentalizaram a presente pesquisa, chegamos na centralidade de três conceitos fundamentais nas obras do “terceiro Foucault, ou seja, os últimos movimentos do pensamento de Michel Foucault são conhecidos como fundamentos de uma Estética da Existência, ou também de uma Arte da Existência, quando Foucault delineava uma nova faceta da subjetividade, isto é, a relação do indivíduo consigo próprio.

Nessa trajetória da subjetividade encontramos três palavras-chave em sua produção: **CUIDADO DE SI + PARRESSIA = GOVERNO DE SI.** A equação que propomos acima não é uma reprodução de algo que Foucault tenha criado. Mas é o produto das reflexões que marcam a história desse capítulo.

Ainda que a equação seja meramente ilustrativa, ela pretende subsidiar nosso entendimento sobre conceitos tão subjetivos e sofisticados do ponto de vista filosófico e intelectual e apostamos que a construção desses esquemas possa auxiliar na compreensão do que buscamos atingir.

Portanto, considerando a sofisticação dos conceitos e a “preocupação” sempre presente de torná-los acessíveis é que se propõe a apresentação de uma definição/elucidação, tanto para buscamos um alinhamento conceitual com o leitor, quanto para adequarmos o instrumental metodológico que este trabalho propõe (roteiro de entrevistas semiestruturadas).

Apresentamos essa tríade conceitual inicialmente de forma isolada para fins pedagógicos, todavia, eles interagem entre si de forma dinâmica, uma vez que cada fenômeno vivenciado afeta e é afetado pelos outros.

Inicialmente, foi preciso definir o que não queríamos, ou seja, distinguir os possíveis equívocos conceituais a que este trabalho estava sujeito para não distorcer ou superficializar a teoria: não queríamos uma concepção de cuidado de si como sinônimo de “autocuidado” do ponto de vista médico, estético ou corporal, por exemplo.

Após examinarmos a dimensão política do conceito de empoderamento, constatamos que ele opera na interseção entre a libertação individual e a emancipação coletiva. No entanto, em Michel Foucault, há um contraponto fundamental quanto à utilização desses termos: para o autor, não existe uma libertação ou emancipação em sentido absoluto. O que se pode alcançar são práticas de liberdade, as quais, ainda assim, não conferem um estatuto permanente de autonomia.

É nesse ponto que se assume o desafio desta tese. Foucault nos legou conceitos essenciais da filosofia grega antiga, os quais adotamos como ferramentas teórico-metodológicas, mas sempre com a advertência de que se tratam de ideias formuladas em outro tempo, para uma sociedade distinta e para sujeitos historicamente situados de maneira diferente.

Neste contexto, torna-se imprescindível problematizar as concepções de poder, esclarecendo a que formas de poder nos referimos e quais são os contrapontos estabelecidos com outras abordagens teóricas. O conceito de "cuidado de si" está profundamente interligado ao cuidado do outro, mas não se confunde com a noção de emancipação coletiva, pois envolvem pressupostos distintos.

Ainda assim, há um ponto de convergência: a relação entre o indivíduo e o coletivo permanece indissociável, de modo que a constituição de um sujeito — neste caso, a mulher enquanto sujeito — envolve a construção de práticas de liberdade e o exercício do poder, nesse entrelaçamento do si e do outro. Embora os conceitos sejam formulados a partir de diferentes referenciais teóricos, o vínculo entre a experiência “individual” e os processos coletivos é inegável e constitui um eixo central desta análise.

Mas qual conceito de cuidado foi adotado nesta tese? Que cuidado de si é esse? Que si é esse?

Diversas concepções de cuidado coexistem e têm exercido influência sobre as práticas profissionais, variando de acordo com as abordagens teórico-filosóficas adotadas e os contextos em que se realizam. Uma das concepções mais correntes é definição de autocuidado da Organização Mundial de Saúde (62): “contempla uma atitude ativa e responsável de cada indivíduo diante da própria saúde, 24 horas por dia, 7 dias por semana por meio de hábitos de higiene pessoal, alimentação balanceada e atividade física”, que busca destacar o papel individual de assunção de responsabilidade na prevenção de doenças, por meio de hábitos mais saudáveis. A OMS define autocuidado como sendo uma ação deliberada que os indivíduos, família e comunidade realizam para manter uma boa saúde.

No entanto, o que nos interessa é uma outra (não que essa da OMS não seja necessária) perspectiva que vêm emergindo no contexto da filosofia, saúde mental e coletiva: a noção de cuidado de si que foi batizada pelos gregos e resgatada por Michel Foucault.

Quando falamos de cuidado de si, buscamos a investigação do “trabalho de si sobre si mesma”, ou seja, da relação que a mulher estabelece consigo mesma, construindo sua subjetividade.

Portanto, não se trata da pesquisa sobre o eu, da personalidade, mas de sua subjetividade. Isso exige uma parcela do “conhece-te a ti mesmo”, mas não se limita a ele.

O “cuida de ti mesmo” ultrapassa a esfera cognitiva do conhecimento de si mesmo e nos remete ao “cultivo” de si mesmo, na atitude de converter-se a si mesma, no sentido do cuidado da alma e se apresenta em ação, não somente como uma “atitude de espírito”. Esse cuidado de si é um conjunto de técnicas/práticas/tecnologias de si orientadas para o cuidar-se e isso precisa ser um valor para o sujeito que o pratica.

A questão do cuidado de si foi tratada com particularidade durante o curso ministrado no Collège de France, entre 1981 e 1982, sendo posteriormente publicado no Brasil sob o título “A hermenêutica do sujeito” (57).

É importante ponderarmos que houve uma evolução do conceito de “cuidado de si” ao longo da análise que Foucault realiza no livro “A hermenêutica do sujeito” (período socrático platônico; período helenístico e período cristão).

Foucault salienta que a noção de cuidado de si tornou-se um verdadeiro “fenômeno do pensamento”, desenvolvendo-se como uma cultura de si.

Temos, pois, com o tema do cuidado de si, uma formulação filosófica precoce, por assim dizer, que aparece claramente desde o século V a.C. e que até os séculos IV-V d.C. percorre toda a filosofia grega, helenística e romana, assim como a espiritualidade cristã. Enfim, com a noção de epiméleia heautoû, temos todo um corpus definindo uma maneira de ser, uma atitude, formas de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações, nem somente na história das noções ou das teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade (57), p. 12.

Nesse sentido, para demonstrar a perspectiva dos gregos, Foucault resgata a “**epiméleia heautoû**”, para nomear um conjunto de posturas associadas ao cuidado de si, isto é, ao ato de ocupar-se e preocupar-se consigo próprio. De forma sucinta, perpassando os diferentes momentos, podemos entender que:

No período socrático platônico (primeiro momento) para um bom governo, o cuidado era o “si”, mas a finalidade era a cidade. Nesse sentido, é importante atentarmos para um aspecto: desde os gregos o cuidado de si estava disponível para homens de uma

classe muito privilegiada e ali o objetivo era promover uma preparação daqueles que iriam governar a “pólis”⁶. Ou seja, estava longe de ser um “*life style*”⁷ para todos. Bem pelo contrário.

Em “Primeiro Alcibíades” a grande questão que se apresenta é a pretensão, o desejo do jovem Alcibíades em “desfrutar do privilégio político do governo da cidade de Atenas, uma vez que o mesmo pretendia fazer uso do seu status privilegiado da descendência aristocrática” (63).

Ou seja, estamos falando de um homem com uma ambição política aristocrática de governar a cidade. E Sócrates oferece a ele esse cuidado, ainda que isso signifique abdicar das próprias funções, porque Sócrates acreditava que Alcibíades não estava apto a exercer a arte de governar, pois desconhecia a habilidade (técnica) indispensável ao conhecimento exigido; ele pretendia liderar a cidade, porém não sabia de que modo fazê-lo. (64).

A finalidade do cuidado de si, não o objeto, era outra coisa. Era a cidade. Sem dúvida, na medida em que quem governa faz parte da cidade, também ele, de certo modo, é finalidade de seu próprio cuidado de si e, nos textos do período clássico, encontra-se com frequência a ideia de que o governante deve, como convém, aplicar-se a governar, para salvar a si mesmo e a cidade - a si mesmo enquanto parte da cidade (57), p. 76-77.

No período helenístico, segundo momento de análise, o cuidado de si estava a serviço do “cuidado de si mesmo”. São as filosofias helenísticas (cínicos, estoicos e epicuristas). Já não temos nessa fase um cuidado de si que é atrelado ao bom governo da cidade, ou seja, à aristocracia jovem.

O que vemos nessa etapa é uma generalização do cuidado de si para todos e com sua finalidade em seu próprio objeto. Ocupar-se de si mesmo, para si mesmo. Se nos gregos essa hora era quando o jovem deixava de estar nas mãos dos pedagogos para ingressar e exercer poder, no período helenístico é uma obrigação que deve durar toda a vida. Nunca é cedo ou tarde. Aqui mais importante é a passagem da vida adulta para a velhice, o ponto sensível da prática de si. Foucault associa essa mudança também às questões políticas quando fala sobre o declínio das cidades-estados. Costuma-se interpretar esse fenômeno como a causa de um declínio generalizado da vida política, justamente onde as atividades cívicas constituíram, para os cidadãos, uma verdadeira ocupação. Identifica-se nessa ocorrência o motivo para a decadência das classes

⁶ Polis = palavra grega que significa “cidade”

⁷ Life style = expressão em inglês que significa “estilo de vida”

tradicionalmente dominantes, e busca-se compreender seus desdobramentos num movimento de recolhimento individual, no qual os membros desses grupos privilegiados converteriam a perda efetiva de autoridade em um afastamento, conferindo assim cada vez mais importância à própria existência e à esfera privada. (57).

Portanto, aqui fica evidente que as questões macropolíticas trouxeram impactos significativos no período helenístico que é conhecido como “a idade de ouro” do cuidado de si:

A volta do indivíduo sobre si, incapaz de sustentar, perante seus olhos, entre suas mãos, por ele próprio, uma moral coletiva (a da cidade, por exemplo), e que, em face do deslocamento da moral coletiva, nada mais então teria senão ocupar-se consigo (57), p. 13.

Já no terceiro “momento”, que aqui definiremos como momento “cristão” se refere ao cristianismo que articula o cuidado de si com o princípio da salvação da alma. É preciso cuidar de si mesmo para poder salvar-se, o que ficou ancorada na filosofia cristã. E essa filosofia marcou tão fortemente a história do pensamento que é possível que possamos nos subjetivar como cristãos ainda que não sejamos, pois, de algum modo todos nós somos, porque o Cristianismo influenciou e se tornou um dispositivo que atravessa a subjetivação de quase toda uma sociedade.

No Cristianismo o dizer verdadeiro passaria a ser definido essencialmente a partir de uma revelação, de um texto e de uma relação de fé. Quanto à ascese, ela implicava um sacrifício: sacrifício de partes sucessivas de si mesmo e renúncia final a si mesmo (57), p.395.

Os dois momentos (primeiro e terceiro) demonstram o “cuidado de si” como instrumento da realização de um outro objetivo e não um fim em si mesmo. A diferença do período helenístico (segundo momento), conhecido como “idade de ouro” do cuidado de si é que ele é ampliado; generalizado (ainda que com limitações).

O que é importante compreendermos é que na filosofia clássica grega, o cuidado de si estava atrelado ao conhecer a si mesmo (gnôthi seautón), noção que ganhou destaque e centralidade no ocidente, mas que encobriu o conceito do “cuidado de si”. Compreende-se que só pode se conhecer, quando a gente se preocupa, se coloca como tema do conhecimento. São conceitos entrelaçados, mas que é de suma importância fazermos a distinção para não reduzirmos o conceito amplo e multifacetada a depender do momento histórico, do cuidado de si.

Poderíamos dizer que a epiméleia heautoû refere-se a um modo específico de estar no mundo, que envolve não apenas práticas direcionadas a si mesmo, mas também

relações com o outro; uma maneira particular de olhar para si. Trata-se de ações realizadas por cada indivíduo em relação a si próprio, por meio das quais nos reconhecemos, nos transformamos, nos purificamos, nos reconfiguramos e, por fim, nos transfiguramos.

O termo epimeléia não designa simplesmente uma preocupação, mas todo um **conjunto de ocupações**; trata-se de epimeléia quando se fala para designar as atividades do dono-de-casa, a tarefa do príncipe que vela por seus súditos, os cuidados que se deve ter para com um doente ou para com um ferido, ou ainda, as obrigações que se prestam aos deuses ou aos mortos. Igualmente, em relação a si mesmo, a epimeléia implica um labor. Um dos pontos mais importantes da atividade de cuidado de si é que ela não constitui um exercício de solidão, mas uma verdadeira prática social que frequentemente tomou forma em estruturas mais ou menos institucionalizadas (57).

Superado superficialmente o entendimento nos diferentes momentos históricos que o livro analisa, vamos então à questão mais interessante: o que é esse sujeito para quem devemos orientar nossa atividade reflexiva? Que “eu” é esse que devo me ocupar? No que consiste essa ocupação, esse cuidado? O livro vai descortinando que esse “eu” é o “si mesmo”. Essa atividade que retorna do indivíduo para ele mesmo. O “si” como objeto de cuidado.

Os gregos não tinham o conceito de “eu” como os modernos. Por isso Foucault fala no “si”, que é o sujeito que pensa sobre si mesmo enquanto age como sujeito. Isto é, não há uma “substância” do eu, uma identidade profunda, como se poderia pensar na psicologia. Esse “si” (ou mesmo eu, se tivermos claro ao usar a palavra que ela não tem a conotação moderna) só se coloca na própria atividade do sujeito.

Como vocês sabem, não temos [o equivalente da] palavra “self” em francês; é uma pena, porque penso ser uma boa palavra. Em francês, temos duas palavras, “sujeito” e “subjetividade”, e não sei se vocês usam com frequência “subjetividade”, penso que não. Vejam: por “si” eu entendo o tipo de relação que o ser humano enquanto sujeito pode ter e nutrir com ele mesmo. Por exemplo, o ser humano pode ser, na cidade, um sujeito político. Sujeito político, isso quer dizer que ele pode votar, ou que ele pode ser explorado pelos outros etc. O si seria o tipo de relação que este ser humano enquanto sujeito tem com ele mesmo numa relação política. Podemos chamar isso de “subjetividade” em francês, mas não é satisfatório, eu penso que “si” é melhor. E este tipo de relação do sujeito consigo mesmo é, eu creio, o alvo das técnicas (57).

E aqui somos alertados do risco de transportar o cuidado de si para os dias de hoje e ele se transformar no cuidado do “eu”, uma vez que o significado do eu moderno é a racionalidade (Descartes a Kant).

Portanto, é preciso cuidar dos erros na interpretação desse cuidado de si: não é o cuidado médico, não é o cuidado econômico e “funcional” (papéis sociais), não é o cuidado enamorado. O cuidado médico cuida do corpo. Corpo é instrumento da alma. Não é o cuidado de si. O cuidado econômico (pai de família), quando alguém cuida de seu trabalho, de suas finanças, está cuidado de seus bens. Não de si mesmo. O cuidado enamorado cuida da beleza, do corpo.

Mas em francês temos sujeito e subjetividade. Por “si mesmo” compreende-se o “tipo de relação” que o ser humano enquanto sujeito pode ter e manter consigo mesmo.

Por exemplo: o ser humano pode na cidade ser um sujeito político que vota e que é “mais ou menos” explorado. O “si” seria o tipo de relação que esse ser humano enquanto sujeito tem com ele mesmo no ato político. É a reflexão. O “si” não é sujeito. É a relação que o sujeito tem consigo mesmo no ato de ser sujeito. O que significa que o sujeito pode ser escravo e ter outra relação de si. O que significa que uma mulher possa estar encarcerada, ou seja, ser presidiária, manter ter uma relação libertária de si mesmo.

A compreensão da partícula “si” é importantíssima. Si é um processo em constante de formação, de metamorfose. O “eu” não é metamórfico, o “si” é metamórfico. Ocupar-se consigo enquanto é “sujeito de”. Esse é o “eu” que devo ocupar-me: a alma-sujeito.

E que cuidado é esse? Foucault resgata que não é só uma atitude de espírito e sim um conjunto de práticas, exercícios. Portanto, o cuidado de si é uma força ativa que mais age do que reage, força que se afirma por si mesmo, um equipamento de defesa para a vida. Podemos entender que há no cuidado de si uma implicação/preocupação com a prática, com exercícios (mentais e físicos). Eles fazem parte de um conjunto de técnicas que buscam criar, dar forma a uma subjetividade.

De uma maneira geral temos três grandes técnicas regendo o mundo que foram formuladas por **Habermas**: Técnicas de produção (economia), Significação(linguagem) e dominação (política) – Foucault propõe uma quarta – técnicas de si.

As práticas do cuidado de si se concentram para um objetivo comum: a conversão a si próprio. Poderíamos sintetizar essa ideia na noção de “pertencer a si mesmo”, de ser efetivamente “seu”. Qual é a questão central envolvida? Trata-se do sujeito moderno, de sua relação com o conhecimento e com a verdade. “Cuidar de si mesmo” implica uma ligação específica com a verdade e o saber, bem como com a ação. Os verbos utilizados na obra de Foucault ilustram isso claramente. (57):

- Não é só a conversão do olhar. Movimento da existência que é convidada a girar sobre si mesma: Convertere, a famosa metanoia. Retirar-se em si, recolher-se em si, refluir sobre si, retrair-se, estabelecer-se, instalar-se em si mesmo como lugar refúgio, cidade bem fortificada, uma fortaleza protegida por muralhas.
- Área médica: tratar-se, curar-se, amputar-se, abrir seus próprios abscessos, fazendo um paralelo com a área médica.
- Área jurídica: reivindicar-se, fazer valer seus direitos, liberar-se, desobrigar-se.
- Relacionamento consigo: sentir prazer consigo mesmo, alegrar-se consigo, ser feliz na presença de si, satisfazer-se consigo mesmo.

Aqui é importante resgatar que a cultura grega constantemente utilizava a comparação com o atleta olímpico, com aquele que se prepara, que possui um conjunto de técnicas para atuar em qualquer momento. Todavia, nas práticas de si ou tecnologias de si, o preparo se volta para a alma, portanto, aqui conseguimos visualizar a diferença do conceito do cuidado de si com autocuidado.

Enquanto o autocuidado tem como endereço o cuidado para o corpo, estar bem para o trabalho, para o serviço ao outro, para que não se esvaíam as forças para a produção, nestas considerações sobre o cuidado de si, podemos ter claro que é uma introspecção, um cuidado voltado ao fortalecimento do sujeito.

Isto posto, das práticas/técnicas de si apresentadas no livro, temos um destaque especial para a Meditação, mas também há outras de suma importância e muitas destas, são praticadas até os dias de hoje, outras, precisam ser atualizadas.

A meditação na filosofia helenística tem um conceito diferente do que entendemos de forma ocidental. Nessa perspectiva, a meditação é um exercício do e no pensamento. Trata-se de apropriar-se de uma ideia, de fixar a verdade na mente de modo que ela possa ser evocada sempre que necessário. O objetivo é formar um sujeito que pense e aja com base na verdade. Não se trata de um estudo sobre o pensamento em si ou seu conteúdo, mas de uma prática na qual o indivíduo se insere, por meio do pensamento, em determinadas circunstâncias — um jogo em que o pensamento incide sobre o próprio sujeito. Meditar sobre a morte, por exemplo, é uma prática de si que implica colocar-se mentalmente no lugar de alguém que está nos últimos dias de vida.

O valor particular da meditação sobre a morte não está apenas no fato de que ela antecipa o que a opinião geral representa como o maior dos

infortúnios, não está apenas no fato de que ela permite convencer-se de que a morte não é um mal; ela oferece a possibilidade de lançar como que por antecipação, um olhar retrospectivo sobre a própria vida. Considerando-se prestes a morrer, pode-se julgar, em seu valor próprio, cada uma das ações que se está cometendo (57).

Um outro exemplo de exercício seria o exame de consciência (manhã e noite) e nas palavras de Foucault fica evidente o seu caráter de preparação também:

Parece que o exame da manhã servia sobretudo para considerar as tarefas e obrigações do dia a fim de se ficar suficientemente preparado para elas. O exame da noite era consagrado de maneira muito mais unívoca à memorização do dia transcorrido (59).

Outro exercício que foi proposto pelos filósofos e que ainda hoje é praticado é o “Exercício de previsão dos males”, que buscaria a preparação para que ninguém fosse bruscamente surpreendido e estivesse despreparado:

Um homem que se vê bruscamente surpreendido por um acontecimento corre o risco de encontrar-se em estado de fragilidade, tamanha a surpresa e o despreparo para esse acontecimento (57)

Também é citado o exercício da Escrita/Leitura: Foucault nos diz que não há leitura senão para meditar, então a leitura está muito ligada à escrita. A escrita é um elemento do exercício de si. Deve-se alternar leitura e escrita. A leitura recolhe e é preciso disto fazer “corpus”, em um exercício de assimilação. Ler, escrever e reler e isto é feito para nós mesmos – suportes de lembranças. Exemplo: correspondências de antigamente.

Por fim, no escopo do que citaremos aqui, temos o exercício da “Escuta”. Foucault nos fala que a passagem da aletheia para o ethos começa com a escuta (do discurso verdadeiro as regras de conduta). Natureza ambígua da audição. Seria superficialmente o mais passivo de todos os sentidos? Não. Aqui a alma está exposta, é impossível não captar o que acontece ao nosso redor pelo ouvido. Podemos fechar os olhos ou recusar-nos a provar algo, mas não conseguimos deixar de ouvir. Além disso, mais do que qualquer outro sentido, o som tem o poder de fascinar a alma. (ex. Ulisses e as sereias). Os outros sentidos podem levar ao erro. Mas a escuta também é logos – linguagem racional e isso tem vantagens e inconvenientes.

Mas também tem seus perigos no logos – passividade do ouvir. Escuta não é uma técnica porque pressupõe conhecimento prévio e conhecimento só se adquire pela escuta. Então essa prática pode ser feita de três maneiras: silêncio; atitude do corpo / atitude em geral (excitar o falar); atenção, dirigir a atenção para a beleza da forma, não para a

gramática e, por fim, a memorização (recolher-se, olhar para si mesmo, uma rápida olhada no espelho).

Aqui, buscamos apenas citar alguns dos exercícios propostos pelos filósofos no sentido de exemplificar, corporificar e deixar claro que o cultivo de si está diretamente ligado à ação, a práticas de exercícios, ou seja, não é um mero conceito abstrato. É preparo, labor diário.

Em suma, é fundamental reconhecer que o “sujeito do cuidado de si” precisa alcançar uma convergência entre si próprio e a verdade. É com base nessa concepção — a de um indivíduo que pratica uma técnica de cuidado de si e, assim, resiste ao assujeitamento — que esta pesquisa trata a noção de cuidado de si.

Entende-se que o “cuidado de si” é condição “*sine qua non*”, a base da pirâmide para os demais fenômenos ocorrerem, afinal, como seria possível conhecer a verdade sobre si mesma sem que pudéssemos ter cultivado o cuidado de si? Sem ter dedicado nossa atenção, sem ter “trabalhado sobre si mesma” não seria possível conhecer e falar a verdade sobre si mesma. “É preciso dizer a verdade sobre si mesmo” (65).

Pode-se afirmar, nesse contexto, que para os gregos um indivíduo não teria acesso à verdade sem antes realizar em si mesmo um certo trabalho que o tornasse capaz de conhecê-la — um trabalho de purificação, uma conversão da alma por meio da contemplação da própria essência (57). Essa “conversão da alma” representa o esforço do sujeito sobre si mesmo, isto é, o cuidado de si.

Ao introduzirmos o tema da “verdade”, torna-se necessário definir o conceito de parresia. Parresia, do grego parrhêsia, significa “coragem de dizer a verdade”, “falar com liberdade”, “falar tudo”. É a fala honesta, uma verdade assumida com responsabilidade, não apenas como ideia solta, mas como prática concreta de vida. Assim, a parresia envolve a coragem da verdade daquele que fala e se arrisca a dizer integralmente o que pensa, apesar de tudo, e a coragem de quem ouve, aceitando receber como verdadeira uma afirmação possivelmente ofensiva.

É com a figura do parresiasta, personagem situado na Antiguidade, que Foucault encontra uma forma de elaborar a constituição do sujeito livre através das práticas de si. Mas, mais uma vez, era preciso definir o que não era parresia:

O parresiasta não é o profeta, que diz a verdade desvelando, em nome de um outro e enigmaticamente, o destino. Tampouco é o sábio que, em nome da sabedoria, diz, quando quer e sobre o fundo de seu próprio silêncio, a Verdade do ser e da natureza (*physis*). O parresiasta não é o professor, o instrutor, o homem do know-how que diz, em nome de uma tradição, a *tékhnē*. Ele não diz, portanto, nem o destino, nem o ser, nem

a tékhne. Ao contrário, na medida em que ele assume o risco da guerra contra os outros, em lugar de solidificar, como o professor, o laço tradicional falando em seu próprio nome e com toda clareza, contrariamente ao profeta que fala em nome de outro, na medida enfim em que ele diz a verdade do que é, embora não como mundo ou Ser, mas na forma singular dos indivíduos e das situações, pois bem, o parresiasta põe em marcha o discurso verdadeiro disso que os gregos denominavam o êthos (65).

Portanto, não se trata de adotar uma concepção de verdade que se descobriu de um lugar do inconsciente, mas de um “lugar” constituído dentro de si, por meio das práticas/tecnologias de si.

O “dizer verdadeiro sobre si” era uma atividade realizada em conjunto, uma prática que envolvia outras pessoas e, de maneira mais específica, um outro indivíduo — uma ação realizada entre duas pessoas. Ao revisitar essa tradição, encontramos a figura do mestre, responsável por ensinar a arte do cuidado de si àquele que deseja alcançar sua própria verdade. Abaixo da ampla variedade de representações do mestre, podem surgir figuras como a do conselheiro, do guia espiritual, do filósofo, do amigo ou mesmo de um líder provisório (65).

Mas o que define a parresia não é esse “conteúdo da verdade” e sim uma certa maneira de dizer a verdade:

Toda parresia anuncia uma espécie de rompimento possível. É uma potência disruptiva da fala. Quando se efetua, é um acontecimento: instaura novas verdades, faz variar as relações de poder, implica no cuidado de si.

A potência da parresia não está na confissão, mas na coragem. O parresiasta não diz algo de si enquanto indivíduo, ele não vem a público confessar nada seu, nem anunciar algo por vir, muito menos ensinar uma lição, ele vem para pôr a si e aos outros à prova. Ele vem denunciar (66).

Assim, é por meio da parresia que se estabelece a união entre o discurso e o modo de vida, assumindo-se o risco de viver conforme o que se diz. É nessa tensão, no entrelaçamento entre poder e liberdade, entre poder e verdade, que ocorre o jogo parresiástico.

Aqui voltamos então à nossa equação inicial. Cuidado de si + parresia = governo de si.



Figura 2 - Governo de Si.

Ultrapassado a apresentação sobre cuidado de si e parresia é possível que aqui fique mais compreensível o que Foucault chamou de “governo de si”.

Conceito inacabado em sua obra, é possível que ele suscite mais perguntas do que respostas, afinal se partimos do princípio foucaultiano que não há “fora do poder”, uma vez que todas as relações são impregnadas pelo poder, **de que liberdade estaríamos falando? Que liberdade seria possível? Que tipo de governo de si? Onde se constituem esses espaços de liberdade de que fala Foucault, imanentes aos campos de saber-poder?**

Inevitavelmente, precisamos admitir o assujeitamento como inerente à condição humana e causadora de possível “mal-estar na civilização”, ou seja, como um componente do nosso processo de subjetivação. A cultura assujeita. O gênero assujeita. A classe assujeita e a raça também assujeita, numa sobreposição de camadas de assujeitamento. Todavia, Foucault nos aponta uma saída: se o poder estará sempre presente, poderá estar também a resistência.

Foucault admite que estamos enredados das relações de poder, efeito destas relações, presos, mas a questão do Foucault é: será possível sair das relações de poder? Será possível ir totalmente para fora?

Para Foucault não se subjetiva fora do poder. Portanto, o processo de subjetivação significa um sujeito que está assujeitado à certos dispositivos.

Por dispositivo Foucault compreende (67) p. 244:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (...) por dispositivo, entendo uma espécie – digamos- de formação que tem por função maior responder a uma emergência em um determinado momento. O dispositivo tem, pois, uma

função estratégica dominante, o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder.

Na perspectiva de outro autor, disposto é definido como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (68)

Mas, ao se subjetivar nestas relações, nós temos condições de atuar sobre essas relações (o conceito de dobra de Deleuze). Portanto, para Foucault o assujeitamento é polo negativo e a subjetivação é o polo positivo.

Podemos aqui, seguindo Foucault, pensar em outros modos de cuidado de si e numa nova estética da existência. E é nessa perspectiva que entendemos as possíveis “porções de liberdade”. Mas é preciso compreender em que ponto dessa “história do pensamento” Foucault mudou a rota para esse novo foco de experiência.

Foucault se opõe à existência de uma filosofia do sujeito, ou seja, “ao sujeito cognoscente ou constituinte, ao sujeito como essência ou unidade originária do conhecimento, natureza ou substância, estrutura já-dada, refratária à história, transcendental, condicionada para o ato cognitivo” (69).

Entretanto, o último Foucault realiza um “deslocamento de foco da experiência” para compreender a formação do sujeito como resultado de um tipo específico de relação do indivíduo consigo próprio, adotando um certo modo de vida e uma perspectiva estética da existência através das técnicas de cuidado de si, é necessário observar como, nessa relação interna, o indivíduo se constitui e se reafirma enquanto sujeito ético.

Foucault demonstrou que, numa sociedade disciplinar, os dispositivos, por meio de práticas, discursos, saberes e exercícios, visam formar corpos dóceis, porém livres, que assumem sua identidade e “liberdade” enquanto sujeitos justamente durante o próprio processo de assujeitamento. Em outras palavras, o dispositivo é, essencialmente, uma máquina produtora de subjetivações e, por essa via, também um mecanismo de governo (68).

A motivação para tal escolha residia no desejo de conduzir uma vida bela e, assim, legar uma existência igualmente bela.

Nas palavras de Foucault “Eis o que tentei reconstruir: a formação e o desenvolvimento de uma prática de si que tem como objeto constituir a si mesmo como artesão da beleza de sua própria vida” (70).

E esse deslocamento do “foco da experiência” já dava pistas quando Foucault apresentava a questão do “governo”.

Foucault caminha da compreensão do sujeito como “efeito” das relações de poder à postulação do sujeito ético, do poder disciplinar e da biopolítica às “técnicas” e “práticas de si”. Tal inflexão, entretanto, não leva Foucault a se despedir, propriamente, da investigação do biopoder ou a subestimar o propósito moderno de normalização. Não há ruptura radical e inflexível ou fronteira rigidamente demarcada: as análises sobre o governo não eliminam as investigações sobre biopoder, mas, com o prestígio do tema do governo, está aberto o caminho para o novo deslocamento -- o exame da auto constituição do sujeito --, vislumbram-se o movimento e a motivação da nova rota em direção aos gregos e os romanos, em especial, ao tema da estética da existência e do cuidado de si, e, em última instância, à consideração de novas formas de resistência e de liberdade, sugeridas ou proclamadas por Foucault com a aproximação da cultura greco-romana (69).

Na Antiguidade grega, tem início uma forma de governo de si que, segundo Foucault, inaugura uma novidade no pensamento e que Deleuze viria a nomear: trata-se da “dobra da força”, da flexão do que está fora para criar um interior (dentro).

A imagem da dobra em Deleuze, elaborada a partir de suas reflexões sobre Foucault (1986) e Leibniz (no livro *Le Pli: Leibniz et le baroque*, de 1988), aponta, no centro de sua complexidade, para uma inflexão ou curvatura do poder externo, constituindo uma relação da força consigo mesma, um poder de afetar a si próprio, um afeto de si por si. Em suma (72), essa dobra representa uma relação de forças que, por meio do processo de subjetivação, produz a subjetividade e a forma pela qual o sujeito se relaciona consigo mesmo e com o mundo.



Figura 3 - Dobra por Deleuze.

Deleuze explorou a discussão sobre as tecnologias de si/práticas de si para a problematização da dobra. Mas, Foucault, já nos dava pistas, neste último momento de

produção em que refinava seu pensamento sobre o sujeito, mas que é interrompido pela sua morte, sobre como as tecnologias de si poderiam operar a favor do sujeito para se alcançar outros estados da alma.

As tecnologias de si que possibilitariam ao indivíduo efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou poder (67).

Deleuze aqui esclarece bem a articulação dos diferentes conceitos: como as tecnologias do cuidado de si estão a serviço de um processo de subjetivação que construa uma dobra, uma porção possível de liberdade de existência:

Por um lado, há uma “relação consigo” que começa a derivar-se da relação com os outros; por outro lado, igualmente, uma “constituição de si” começa a derivar do código moral como regra de saber. Essa derivação, esse descolamento devem ser entendidos no sentido de que a relação consigo adquira independência. É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria: a enkrateia, a relação consigo como domínio(...) Que seja, assim, “uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si (71).

Esta dobra significa, de forma resumida (72), uma relação de forças, onde se produz uma flexão ou curvatura produzida pelos processos de subjetivação. É, portanto, nesse campo de relação de forças que produz a subjetividade, a constituição da relação consigo e com o mundo.

Mas seria possível dobrar a força para criar um espaço de liberdade? Se o processo de assujeitamento é a condição subjetiva das sociedades? Seria possível resistir a este quadro, se:

estamos todos em um mesmo emaranhado de saber e de poder que condiciona nossa ação? Deleuze descobre a resistência em Foucault, que encontrava-se aparentemente preso ao poder, na figura da subjetivação. É dobrando a força que podemos criar um espaço de liberdade – não fora, mas dentro do poder (73)

Portanto, nosso olhar se volta para além das relações de poder a qual estamos assujeitados: temos a possibilidade transformadora do trabalho sobre si mesmo (subjetivação). A liberdade é agora entendida, precisamente, como “condição ontológica da ética” (58). E nas palavras de Foucault, citado por Deleuze:

Como liberdade de criar ou moldar a vida por critérios estéticos, de modelar a existência mediante o recurso ao trabalho ascético de governo, cuidado e elaboração de si. Não é gratuito o título da bela entrevista de janeiro de 1984, “A ética do cuidado de si como prática

da liberdade”: “a ética é a forma refletida assumida pela liberdade.” Neste sentido, a volta aos gregos e romanos não é infértil ou estéril para a nossa cultura que, a partir de certo momento, passa a desconfiar do imperativo do cuidado de si: está sugerida a escolha por novos estilos de existência aptos a resistir à exorbitância ou aos excessos do **poder normalizador** e a se subtrair à falaciosa sugestão de modelos universais de conduta: talvez “o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos”. Na volta aos antigos, Foucault reencontra uma forma radical de filosofia ou de prática filosófica, até certo ponto estranha ao mundo moderno e contemporâneo: modo de vida, ethos, em que o sujeito, empenhado tanto no conhecimento quanto no cuidado de si, transforma-se permanentemente a si próprio, desprende-se permanentemente de si (71).

Nesse sentido é imprescindível admitirmos que seremos sempre governados, mas também temos um certo “poder” de governar a si mesmos. Assim, compreende-se a afirmação de Foucault de que não há “a” liberdade em si, e sim práticas de liberdade que podem criar modos de autogoverno ou resistir ao governo dos outros (63).

Em 1978, nos estudos que desenvolvia sobre governamentalidade, Foucault define a atitude crítica como uma virtude. De acordo com sua palestra “O que é a Crítica [crítica e Aufklärung]”, a atitude crítica se insere na “arte de governar os homens” (45, p. 37).

Ligada a essa arte de governar as pessoas, a atitude crítica enquanto virtude responde ao princípio de “‘não ser governado’ [...] não no sentido de ‘absolutamente não ser governado’, [...], mas ‘como não ser governado desse modo, por tais princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos’” (45) p. 38.

Foucault cada vez mais se “despreocupa” com o governo dos outros, nos aspectos de sujeição a esse poder que “sofremos” e se preocupa mais com a subjetivação, o governo de si mesmo.

Aqui é importante compreender que o cuidado de si é um dos aspectos do governo de si, que é uma expressão mais ampla. Cuidado de si é uma das tecnologias para o governo de si, juntamente com a parresia. Quando me governo estou me submetendo a mim mesmo, a força está trabalhando para mim, minha potência de vida atuando sobre mim mesma.

É o afeto de si por si mesmo, uma força que afeta a si mesma, que é auto governante, é auto diretora, uma força que se dobra sobre si mesma. É a habilidade de se perceber em uma série de vetores de forças (relações de poder), organizar essas forças, e fazer com que essas voltem sobre si mesmas, para um melhor governo de si.

Então, finalizo esta etapa teórica entendendo que Foucault, e mais tarde, Deleuze, nos dão uma saída mais otimista em que é possível pensarmos em “práticas de liberdade”, numa ética da existência.

Esse é o contexto filosófico que sustenta o presente trabalho e que serviu de guia para a criação do instrumento da presente pesquisa.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O estudo objetivou compreender processos de subjetivação (relação de sujeito e assujeitado) de mulheres em liderança intramuros (encarceradas) e extramuros (de diferentes segmentos da sociedade) e a dimensão do governo de si mesmas.

2.2 Objetivos específicos

- Reconhecer assujeitamentos mais expressivos em razão do gênero e condições de vida;
- Identificar práticas de cuidado de si que estão acessíveis aos dois grupos pesquisados;
- Promover reflexão e aprendizado sobre os conceitos filosóficos apresentados;
- Estimular uma narrativa de si parresiástica;

3. MÉTODO

3.1 Delineamento do Estudo (Qual)

A pesquisa de campo sobre a produção da subjetividade apresenta desafios, especialmente ao buscar construir conhecimento que envolva tanto pesquisadores quanto pesquisados, cada qual com seus territórios existenciais únicos. Torna-se evidente a importância de estabelecer um plano compartilhado, assegurando a autenticidade e a participação efetiva de todos no processo investigativo.

Além de ser imprescindível um delineamento metodológico adequado para cada contexto de pesquisa, há o desafio da definição de um instrumental que seja adequado para o que o estudo pretende investigar.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que o presente trabalho se pauta em um modelo de **pesquisa intervenção**.

Ao se falar em pesquisa-intervenção, logo associamos aspectos relacionados à pesquisa participativa e à pesquisa-ação. Por esse motivo, é importante diferenciá-las.

Ao abordar o conceito de pesquisa-intervenção, é comum estabelecer uma conexão com as ideias de pesquisa participativa e pesquisa-ação. Por isso, torna-se essencial distinguir essas abordagens. Segundo Rocha e Aguiar (74), as pesquisas participativas surgiram nos Estados Unidos no final da década de 1930, impulsionadas pelas iniciativas de Lewin em suas investigações de campo. Ele desenvolveu uma integração inovadora entre teoria e prática, além de uma relação distinta entre sujeito e objeto, em estudos voltados para as áreas de sociologia, psicologia, educação e organização. Para identificar possíveis diferenças entre pesquisa participativa e pesquisa-ação, podemos nos apoiar na perspectiva de Thiollent.

que considera que toda pesquisa-ação é uma pesquisa participativa, contudo nem toda pesquisa participativa se caracteriza como pesquisa-ação, pois esta última mantém foco na questão do agir, enquanto a primeira está mais centrada na relação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa por preocupar-se com as condições de obtenção de informações junto aos mesmos (74).

A pesquisa-intervenção também é destacada como uma forma de pesquisa participativa, sendo vista como uma crítica ao positivismo que sustenta a pesquisa científica tradicional. Esse modelo busca “investigar a vida de coletividades em sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter sócio-analítico” (74).

De acordo com Damiani (75), o termo "intervenção" refere-se a um tipo específico de pesquisa educacional, no qual práticas de ensino inovadoras são planejadas, aplicadas e avaliadas com o objetivo de otimizar a aprendizagem dos alunos envolvidos. Essas práticas são fundamentadas em um referencial teórico que é posto à prova, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino e aprendizagem.

Para Rocha e Aguiar:

Trata-se de ampliar as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, propondo uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. De acordo com as autoras, os pressupostos da pesquisa-intervenção vêm viabilizando a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar/fazer educação”. Neste sentido, a pesquisa-intervenção altera a clássica afirmação: “conhecer para transformar” da pesquisa-ação por “transformar para conhecer”, e “ainda coloca o pesquisador enquanto produtor de novos sentidos e novas intercessões (74).

Fávero (76) complementa ao afirmar que “a pesquisa-intervenção, entendida como uma investigação que promove transformação e, ao mesmo tempo, coleta dados sobre os processos que a sustentam”, beneficia os participantes ao promover mudanças e fornece informações relevantes sobre o processo estudado. Essa visão é compatível com a de Damiani (75), reforçando a ideia de que o estudo em andamento se enquadra como uma pesquisa-intervenção.

Para efetuar os relatos da pesquisa intervenção, Damiani ressalta a importância do cuidado na separação entre a descrição do método de intervenção e do método de avaliação da intervenção, ou seja, o relato da prática pedagógica implementada deve ser distinto daquele que apresenta os instrumentos de coleta e análise de dados da intervenção (76).

Essa reflexão oferece uma contribuição significativa para assegurar o rigor necessário a esse tipo de pesquisa, já que a falta de distinção entre os métodos pode dificultar a identificação do componente investigativo, essencial para caracterizar a intervenção educacional como pesquisa.

Na presente pesquisa, é preciso compreendermos que, no campo da saúde, uma pesquisa intervenção tem características singulares e diferenciadas do campo educacional, e, neste caso, nos apontam para uma outra forma de “aprendizagem” que foge ao conceito tradicional de ensino em que um detentor de conhecimento transmite aquilo que sabe e o outro que recebe este conhecimento de forma passiva.

No momento de apresentação das etapas da pesquisa, será possível visualizar melhor o momento da intervenção x momento da pesquisa propriamente dita.

Aqui, é importante destacarmos esse “processo de aprendizagem” significou a busca de um alinhamento prévio, trata-se de uma qualificação prévia do sujeito para a participação na etapa da produção de dados da pesquisa (entrevista) e em se tratando de um trabalho no campo da subjetividade, o pensar a partir de si, precisa ser construído para que tenhamos coerência entre o objetivo da pesquisa e o método adotado.

Além disso, a pesquisa contou com registros no “Diário de campo” da pesquisadora que nesta perspectiva tem o objetivo de realizar anotações que colaborem na produção de dados (o que ultrapassa a esfera de simples coleta), adotando uma posição política de narratividade, uma perspectiva de coprodução entre conhecimento e experiência.

O diário de campo é uma forma de registro da pesquisadora, ou seja, para as anotações objetivas e subjetivas (do plano de forças e afetos), que trata da experiência da pesquisa. Esse exercício de narrativa é de suma importância, pois permite um retorno e reflexão sobre a experiência do campo na análise dos dados.

Isto posto, considerando que foi previsto a realização de “etapas educativas” planejadas junto aos sujeitos de pesquisa, bem como exercícios com vistas a provocar mudanças e avanços no conhecimento e cuidado de si, podemos enquadrá-la na modalidade de pesquisa intervenção, cujas etapas serão apresentadas abaixo.

3.2 Participantes (Quem)

As participantes foram mulheres adultas (acima de 18 anos), em posição de liderança, independente de classe social, cor/raça, etnia e orientação sexual. Estimou-se a participação de 20 mulheres no presente estudo, todavia, completou-se a pesquisa com a participação de 19 mulheres, sendo:

- 10 Mulheres em posição liderança na penitenciária que a partir deste momento denominaremos “**lideranças intramuros (mulheres encarceradas)**”, ou seja, são mulheres que tem destaque significativo na comunidade prisional quer seja pelo lugar que ocupam dentro da instituição (trabalho realizado ali dentro), quer seja pela capacidade intelectual, perspicácia, autoconhecimento, habilidade de comunicação, disponibilidade afetiva etc. Nesse sentido, as lideranças intramuros

(mulheres encarceradas) não são mulheres quaisquer, pois também foram indicadas como lideranças pelas forças de segurança de lá.

Considerando os limites de acesso ao sistema prisional, não tivemos liberdade para identificar e indicar quais mulheres participariam da pesquisa. O certo é que desejávamos ter contato com mulheres encarceradas que exercessem uma certa liderança na penitenciária, sobre as outras internas.

Buscando esse alinhamento na seleção das participantes, nossa primeira iniciativa foi falar com uma das assistentes sociais da penitenciária, que está lá há muitos anos e é uma profissional muito experiente, para indicar as mulheres a terem contato com a pesquisa. Todavia, ela nos pediu para fazer uma solicitação formal ao diretor para que este entrasse em contato com a pesquisa, o tema e encaminhasse da melhor maneira. Ficamos apreensivas quando ele passou a tarefa para os encarregados da segurança da penitenciária, especialmente o setor de coordenação das agentes penitenciárias. Mas, em realidade, como pudemos observar posteriormente, essas trabalhadoras têm muito contato com o conjunto das internas e têm a oportunidade de compreender a dinâmica que se constrói naquele ambiente.

Ainda assim, para maior encontro com nossos objetivos e a pedido do setor de segurança, enviamos o projeto de pesquisa e tivemos a oportunidade de discuti-lo com os responsáveis pelo setor e o próprio diretor da penitenciária. Eles compreenderam a demanda e fizeram a indicação das 10 mulheres, com as quais se desencadeou um processo de contato, entendimento do objeto da pesquisa, dos principais conceitos que a norteiam, para posteriormente fazermos um grupo de aprimoramento conjunto sobre o tema e tomada de dúvidas (oficina). Somente após esses encontros que se deram de forma coletiva, as participantes pré-selecionadas pela instituição foram encaminhadas (após aceite do TCLE) para a realização das entrevistas individuais.

Abaixo, quadro com apresentação de perfil das lideranças intramuros:

LIDERANÇAS INTRAMUROS (ENCARCERADAS)							
NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RAÇA/COR	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	DURAÇÃO ENTREVISTA
Gardênia	54	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Evangélica	Solteira	4	39 minutos
Cravina	36	Ensino Médio Completo	Parda	Católica, mas espiritualista	Solteira	2	43 minutos
Violeta	21	Ensino Médio Incompleto	Branca	Católica	Solteira	1	47 minutos
Magnólia	59	Ensino Médio Completo	Branca	Espírita	Solteira	2	57 minutos
Girassol	39	Ensino Médio Completo	Parda	Evangélica	Divorciada.	2	58 minutos
Azaleia	28	Ensino Superior Incompleto (Química)	Parda	Espírita	Solteira	1	30 minutos
Gérbera	50	Ensino Superior Incompleto em Pedagogia	Branca	Evangélica	Divorciada.	5	46 minutos
Papoula	36	Ensino Fundamental Incompleto	Amarela	Evangélica	Casada	3	50 minutos
Prímula	35	Ensino Médio Incompleto	Negra	Evangélica	Divorciada	5	46 minutos
Margarida	24	Ensino Médio Incompleto	Negra	Deus	Solteira	0	24 minutos
	38,2 (média)						44 minutos (média)

Tabela 2 - Dados Lideranças intramuros (encarceradas)

- Quanto à idade das participantes, a faixa etária contemplada foi heterogênea, de 21 a 59 anos, sendo que a média da idade das entrevistadas foi de 38 anos;
- Quanto ao estado civil, 6 delas declararam serem solteiras, ainda que possam ter vivido alguma união estável anterior ao período do encarceramento, 3 divorciadas e apenas 1 casada;
- Quanto à escolaridade, 4 declararam Ensino Médio Completo (algumas inclusive com conclusão dentro do regime prisional) e outras em curso do estudo (ensino fundamental e médio). 2 das participantes declararam Ensino Superior Incompleto;

- Quanto à religião, 5 declararam religião evangélica (o que pode demonstrar a força e inserção desse segmento religioso no ambiente prisional); 1 católica; 1 espiritualista; 2 espíritas e 1 que define sua religião como “Deus”;
- Quanto ao número de filhos, apenas 1 mulher declarou não ter filhos, sendo que 2 declararam apenas 1 filho; 3 declararam possuir 2 filhos; e 4 declararam entre 3 a 5 filhos. Aqui é importante acrescentar, que quando se considera a idade da primeira gestação, metade delas foram mães na adolescência;
- Quanto a autodeclaração da categoria raça/cor, 4 de autodeclararam pardas; 2 se declaram negras, 3 brancas e 1 amarela;
- Quanto ao tempo médio de entrevista foi de 44 minutos;
- Quanto ao histórico de uso de drogas, 7 de 10 relataram histórico anterior de uso de alguma substância ilícita (quer seja de uso social ou quadro de dependência) e demonstram ter sofrido algum tipo de violência doméstica ainda na infância;
- 9 mulheres realizam trabalho dentro de sistema prisional, apenas 1 delas está impedida pelo diagnóstico de HIV e a inexistência de atividade compatível no momento.

Já dissemos que não coube a nós a escolha do perfil de mulheres participantes, considerando as categorias citadas acima. Mas, considerando os critérios alinhados com a unidade prisional, entendemos que houve variedade e ampla representatividade na amostra.

Todavia, é importante entendermos melhor o contexto e algumas características da população encarcerada no Brasil, em especial, população feminina no Estado de São Paulo, que é o Estado que mais encarcera no país.

Hoje em dia o Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial de países com maior população carcerária, conforme dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (77). Em dezembro de 2022, o sistema penitenciário brasileiro abrigava mais de 800 mil detentos, sendo mais de 640.000 em celas físicas distribuídas pelas 27 unidades da Federação.

No cenário global, o Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos, com 1,7 milhão de presos, e da China, com 1,69 milhão, superando países como Índia (554 mil presos) e Rússia (433 mil), segundo informações do banco de dados *The World Prison Brief*, da Birkbeck, Universidade de Londres (78). Em 2022, ano que adotamos como referência

para levantamento de dados desta pesquisa, houve um déficit de 171.636 vagas em 2022 no sistema prisional brasileiro.

Além disso, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, uma pesquisa do *World Female Imprisonment List* aponta que o Brasil também possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo. Com aproximadamente 40 mil mulheres presas, o País registrou um aumento expressivo nos últimos anos, quadruplicando esse número em apenas duas décadas (79). Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mostram que cerca de 45% dessas mulheres estão em prisão preventiva.

Segundo Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro Veras, mestre e pesquisador da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP:

Existem diferentes motivos que explicam esse aumento, sendo essencial a compreensão de que os problemas associados ao sistema prisional nacional são multifatoriais. A atual Lei de Drogas (11.323), instituída em 2006, teve uma contribuição direta na questão. “Em 2006, entrou em vigor a nova lei de drogas que basicamente instituiu uma guerra contra as pessoas. Essa guerra afetou desproporcionalmente as mulheres, que passaram a ser alvos frequentes de prisões. Elas foram colocadas na linha de frente pelo tráfico, seja como mulas, dependentes químicas ou pessoas em situação de vulnerabilidade (79).

Ao analisarmos a discussão de Angela Davis sobre como o gênero molda o sistema prisional, em sua obra *"Estarão as prisões obsoletas?"* (80), é necessário ir além da marginalização de gênero no campo criminológico. Davis destaca que a punição é influenciada pelo gênero, ao mesmo tempo em que reforça a hierarquia de gênero presente na sociedade, em um processo dinâmico e contínuo (p. 65-66).

Ademais, é essencial problematizar os impactos estruturais do encarceramento feminino. Quando mulheres, muitas vezes principais responsáveis pelo sustento de suas famílias, são presas, isso pode gerar dificuldades financeiras significativas para seus dependentes. Os efeitos do encarceramento reverberam tanto sobre as mulheres presas quanto sobre suas famílias e comunidades, evidenciando a deterioração das condições de encarceramento, a precarização da saúde e do bem-estar, os impactos negativos sobre as famílias e crianças, além de aprofundar a feminização da pobreza.

Considerando a seletividade do encarceramento feminino no Brasil temos os seguintes indicadores: a mulher encarcerada aqui é negra, jovem, com baixo nível de escolaridade, solteira e mãe (81).

Recorremos ao SISDEPEN⁸ que é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, que concentra informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. Apresentaremos a seguir alguns gráficos que constam no sistema SISDEPEN.

Temos uma população prisional de 642.638 (considerando apenas os presos em celas físicas, porque se considerarmos os presos em prisão domiciliar, esse número subiria para 826.241), sendo **27.547 mulheres, ou seja, 4,29% da população prisional é feminina. Das 27.547 mulheres, 8.602 se encontram no Estado de São Paulo.** Aqui também podemos observar o número de gestantes e número de filhos nos estabelecimentos prisionais.

Quanto à faixa etária, temos uma população predominantemente jovem: quase 42% da população prisional brasileira, ou seja, 269.268 presos encontram-se na faixa etária máxima de 29 anos. Mas, se segmentarmos a primeira faixa etária, que é de 18 a 24 anos, teremos quase 20% dos presos totais do sistema prisional: 123.143 presos estão nesta faixa etária.

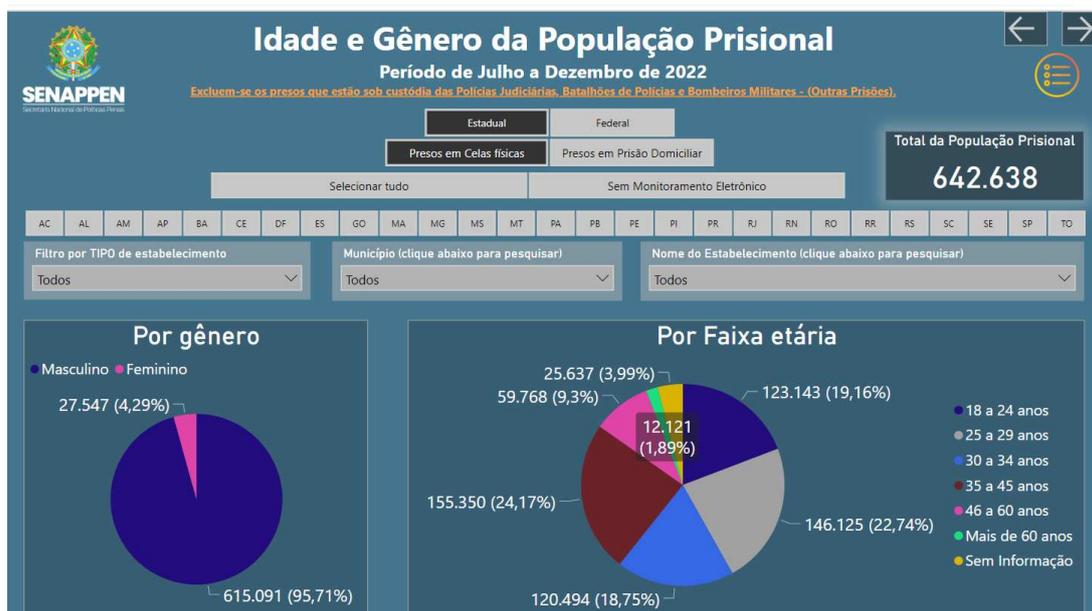


Figura 4 - Idade e Gênero da População Prisional - SENAPPEN

⁸ O SISDEPEN foi desenvolvido para atender às disposições da Lei nº 12.714/2012, que regula o sistema de monitoramento da execução das penas, da prisão cautelar e das medidas de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro. As informações sobre os estabelecimentos penais, gerenciadas pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), são coletadas por meio do Formulário de Informações Prisionais. Os dados apresentados nesta tese são do painel estatístico referente ao 13º ciclo de coleta, com informações obtidas entre julho e dezembro de 2022.

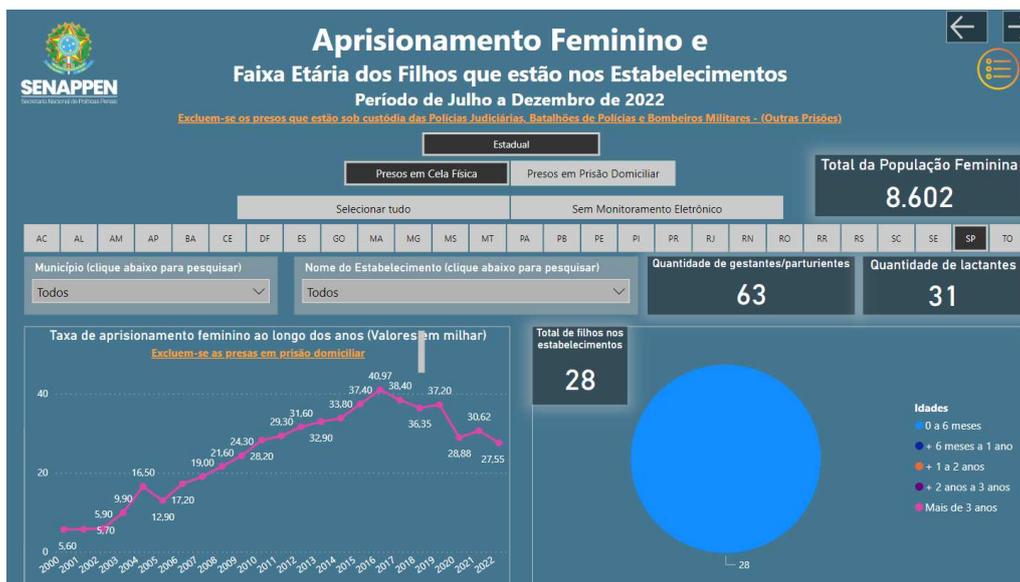


Figura 5 - Aprisionamento feminino e faixa etária dos filhos que estão nos estabelecimentos, SENAPPEN.

Quanto à questão de cor/raça, ainda temos uma predominância de mulheres encarceradas pardas, conforme é possível verificar abaixo:

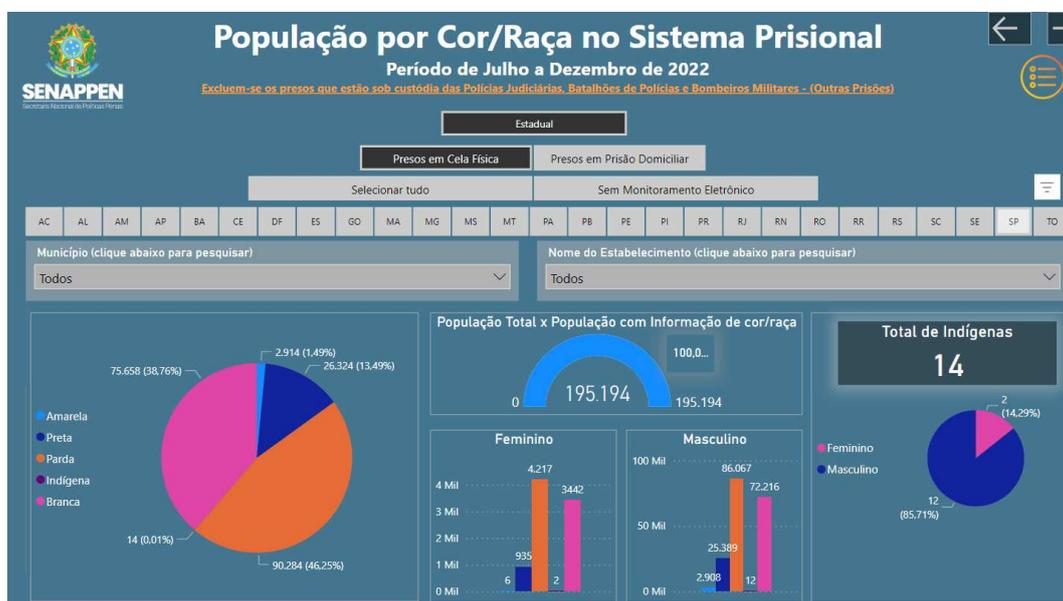


Figura 6 - População por Cor/Raça no Sistema Prisional, SENAPPEN.

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (82) “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Dessa forma, população negra abrange uma categoria mais ampla que corresponde à combinação de pessoas autodeclaradas como pretas e pardas.

Em resumo, é possível concluir que o sistema penal, operando de maneira violenta e racista, reforça a estrutura social brasileira, submetendo os corpos das mulheres negras a um dos mais intensos processos de vulnerabilidade, resultante do controle punitivo exercido pelo Estado (83).

E apresentando agora, o perfil das participantes do “outro lado do muro”, ou seja, que a partir deste momento denominaremos **“lideranças extramuros”**, temos o seguinte perfil: ocupantes de cargos formais de liderança no mundo empresarial, políticos ou servidoras públicas; líderes religiosas; líderes comunitárias, ocupantes de órgãos de defesa dos direitos humanos, terapeutas e líderes de movimentos feministas.

LIDERANÇAS EXTRAMUROS								
NOME FICTÍCIO	IDADE	ESCOLARIDADE	RAÇA/COR	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	DURAÇÃO DA ENTREVISTA	ÁREA DE LIDERANÇA
Orquídea	54	Pós-graduação	Branca	Deus	União estável	1	46 minutos	Jurídica
Amarílis	30	Superior Completo	Preta	Matriz africana - Umbanda	Solteira	0	51 minutos	Política
Begônia	44	Superior Completo	Branca	Católica	Separada, não divorciada	1	60 minutos	Empresarial
Hortênsia	49	Pós-graduação – Mestrado	Branca	Católica, mas espiritualista	Casada	2	55 minutos	Social
Verbena	69	Ensino Médio Completo	Negra	Matriz africana - Candomblé	Divorciada	3	81 minutos	Religiosa
Tulipa	31	Ensino Médio Completo	Branca	Muçulmana	União estável	2	77 minutos	Empresarial
Camélia	42	Pós-graduação	Branca	Santo Daime	Casada	2	38 minutos	Educação e Terapia
Iris	51	Pós-graduação-Doutorado	Amarela	Espiritualista	Casada	0	60 minutos	Acadêmica
Lavanda	45	Pós-graduação – Mestrado	Negra	Não praticante	Casada	2	61 minutos	Militante Feminista
	45,5 (média)						59 minutos (média)	

Tabela 3 - Dados das lideranças extramuros.

- Quanto à idade das participantes, a faixa etária contemplada foi heterogênea, de 30 a 69 anos, sendo que a média da idade das entrevistadas foi de 45 anos;
- Quanto ao estado civil, 1 declarou ser solteira, 2 vivem em união estável, 1 divorciada, 1 separada de fato e a maioria, ou seja, 4 delas são casadas;

- Quanto à escolaridade, 2 declararam Ensino Médio Completo; 2 com Ensino Superior, 2 com pós-graduação lato sensu e 3 com pós-graduação stricto sensu;
- Quanto à religião, 2 se consideram espiritualistas; 1 católica e 2 de religião de matriz africana; 1 se diz “não praticante de nenhuma religião; 1 muçulmana; 1 Santo Daime e 1 que define sua religião como “Deus”;
- Quanto ao número de filhos, 2 mulheres declararam não ter filhos, 2 mulheres têm 1 filho; 4 mulheres com 2 filhos e 1 mulher com 3 filhos;
- Quanto a autodeclaração da categoria raça/cor, 5 se autodeclararam brancas; 3 se declararam negras e 1 se declarou amarela;
- Quanto ao tempo média de entrevista foi de 59 minutos.

No que se refere à seleção das mulheres de liderança extramuros, foi possível termos autonomia para escolhê-las, abordá-las e convidá-las para a pesquisa e buscamos acolher lideranças em diferentes áreas do conhecimento, inclusive religiosa e comunitária, para que pudéssemos garantir uma heterogeneidade que trouxesse mais riqueza cultural ao presente estudo, rompendo um paradigma hegemônico que atrela liderança a cargos de poder e sucesso.

Mas, quem são elas? Claro que, se recorrermos aos dados das mulheres do setor empresarial, temos um cenário que é diferente se ampliarmos os diferentes segmentos das lideranças extramuros que consideramos na presente pesquisa.

Mesmo ao considerar apenas os indicadores relacionados ao setor empresarial, já é possível identificar a significativa desigualdade de gênero presente também nas posições de liderança. O *Panorama Mulheres 2023*, realizado pelo Talenses Group em parceria com o Insper, mostra que a presença feminina em cargos de alta liderança no Brasil, como o de CEO, aumentou de 13% para 17% entre 2019 e 2022. No entanto, a pandemia representou um retrocesso na busca por equidade de gênero no mercado de trabalho em diversos países. Segundo o relatório *Women in the Workplace 2020* da comunidade global Lean In, mulheres em posições mais altas tinham 50% mais chance do que homens de interromper suas carreiras ou deixar o mercado de trabalho devido aos impactos da COVID-19. Isso reforça que, em momentos de crise, as mulheres continuam sendo mais vulneráveis, inclusive no mercado de trabalho (84).

Um outro exemplo das disparidades existentes é quando adotamos a categoria de lideranças acadêmicas, ou seja, mulheres docentes.

A pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (85), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE no primeiro semestre de 2021 revela que as mulheres brasileiras são mais instruídas que os homens e com mais acesso ao ensino superior. Porém, são minoria entre docentes em instituições desse tipo de ensino. Em 2019, elas eram 46,8% do total de professoras/es lecionando em cursos de graduação. E o quadro é o mesmo na pós-graduação.

No contexto acadêmico, o número de docentes em especializações, mestrados e doutorados no Brasil mais que dobrou desde 2004. Entretanto, a proporção de mulheres contratadas para atuar como professoras universitárias permanece desigual e praticamente estagnada, apesar de elas serem maioria entre os estudantes de pós-graduação.

Dados levantados pela *Folha de São Paulo* revelam que, em 2004, havia 33,5 mil docentes na pós-graduação no país. As mulheres representavam apenas 4 em cada 10 docentes (37,6% do total). Já em 2019, conforme o levantamento, as mulheres eram 49% dos 69 mil docentes. Em 2004, mais da metade entre mestrados e doutorandos do país eram mulheres (52%). Em 2019 elas representavam 54,5%. Fica, então, o questionamento: por que, apesar de serem maioria nas universidades do país, as mulheres ainda representam uma minoria no corpo docente das instituições de ensino superior?

Participação feminina na ciência brasileira esbarra no efeito tesoura, que limita sua ascensão aos postos mais elevados da estrutura acadêmica. Avaliações curriculares para seleção de docentes desconsideram barreiras impostas pela desigualdade de gênero (87).

Um levantamento feito pelo Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) da Unicamp demonstra que apesar de as mulheres representarem 51% dos títulos de doutorado concedidos entre 1996 e 2014, o número de mulheres docentes cresceu apenas 1% nesse período, de 44,5% para 45,5%. Esse fenômeno, em que a presença feminina diminui progressivamente à medida que se avança na carreira, é conhecido como *efeito tesoura*. O *efeito tesoura* foi tema central do seminário “Mulheres na Ciência e Tecnologia: Repensando Gênero e Ciência”, realizado em 6 de fevereiro pelo CNPq, instituição que, em seus 72 anos de existência, nunca teve uma mulher como presidente. Esse debate é fundamental para entender os desafios que ainda persistem em promover a equidade de gênero na ciência, tecnologia e educação superior (87).

Mais uma evidente face do assujeitamento por meio dos dispositivos de gênero.

3.2.1 Critérios de Inclusão

Mulheres maiores de 18 anos que aceitaram participar do estudo. Ressaltamos que a pesquisa só teve início somente após a aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP (CAEE: **20010319.7.0000.5404**) e da SAP - Secretaria de Assuntos Penitenciários (CAEE **20010319.7.3001.5563**) e fundamentada eticamente na resolução número 466/12, que relata sobre os aspectos da pesquisa com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. É condição da participação na pesquisa o aceite ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Observa-se que as participantes foram previamente esclarecidas sobre o objetivo do estudo, sobre a não identificação das participantes e a garantia de sigilo; assinatura e posse de uma via do termo de consentimento livre e informado e garantia de acesso aos dados produzidos pelo processo da pesquisa.

O TCLE elaborado garante a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-la, bem como, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação.

Todos os nomes citados na tese são nomes fictícios para preservar o sigilo das participantes, conforme preconiza o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Optamos por escolher nomes de diferentes espécies de flores para nomeá-las.

As participantes poderiam interromper e não participar a qualquer momento, sem que isso incorresse em prejuízo para elas de qualquer ordem.

Por que selecionamos líderes de universos tão distintos?

Primeiramente, o público da penitenciária feminina de Campinas não era um campo artificial. A Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP já possui trabalho significativo há muitos anos dentro dessa unidade prisional, portanto, já era um território de trabalho. Mas, o objeto de pesquisa exigia a ampliação de outros públicos.

De um lado, poderíamos supor que se trataria de populações antagônicas (lideranças da penitenciária e lideranças “formais”) e possivelmente com um abismo de classe social ou de formação intelectual que poderia prejudicar os resultados.

Mas, fizemos essa aposta inicial que o feminino, em toda a sua multiplicidade, se manifesta sempre heterogêneo e múltiplo, buscamos uma gradação de perfil entre as mulheres de “dentro do cárcere” e as mulheres de “fora do cárcere”.

Também poderíamos pensar que a investigação sobre como os diferentes papéis sociais e assujeitamentos está relacionada à diversidade dos processos de subjetivação,

bem sobre como a compreensão dos modos de existência têm impacto no cuidado de si são argumentos que já justificariam a escolha.

Todavia, há uma razão maior quando elegemos essas diferentes “parcelas da população feminina” como critério de inclusão: uma vez que todo o trabalho trata do poder e da liberdade na constituição de si e da subjetividade feminina, nada mais adequado do que termos de um lado lideranças extramuros, portanto, estão do “lado de fora”, e, buscando entender a manifestação do poder e liberdade em suas vidas e de outro lideranças intramuros (mulheres encarceradas), buscando compreender se há alguma porção de liberdade (existencial) mesmo diante da forte estrutura do encarceramento. Ou seja, será que além dos muros e da prisão física, é possível ser menos assujeitada às estruturas de poder? Ou ainda, ainda que sejam livres, mulheres em posição de liderança extramuros podem estar aprisionadas existencialmente?

Importante esclarecer que a investigação se centra no “poder feminino”, no sentido amplo da palavra.

Isso porque, partindo da perspectiva que o poder se expressa também por meio da liderança, é conveniente investigar as relações entre o primeiro e a segunda.

Será que as lideranças extramuros realmente têm mais poder (no sentido que estamos buscando)? Poder pessoal ou poder formal? Será que conseguem desfrutar de maiores porções de liberdade? São menos assujeitadas? Será que a liderança que exibem fora de si se converte em maior poder do lado de dentro? Será que essas líderes mais ou menos reconhecidas nesses diferentes contextos exercem um bom governo de suas próprias vidas? Como cuidam de si mesmas? Como isso se reflete no cuidado dos outros? Que poder é esse que elas detêm? Como o cultivam? Como o compartilham? Será que aprenderam esse cultivo de si e se sim em qual oportunidade da vida?

No outro extremo, nossa investigação precisava de esse outro ponto de vista: seria possível capturar algum nível de poder em seu aspecto mais micropolítico nas mulheres presas, mesmo diante de tantas condições de assujeitamento que o encarceramento promove (tolhidas do direito de ir e vir)? Como lidam no íntimo com essa estrutura macropolítica de poder? É possível preservar alguma possibilidade de governo de si? Falamos aqui de um poder que não aquele que se expressa pela força física ou qualquer forma de violência no cárcere, que também é frequente. Mas, falamos aqui de um poder da ideia, de narrativa, da liderança pela legitimidade do saber ou de uma presença de conhecimento, de apaziguamento ou de cuidado com as outras.

Portanto, não restringimos poder aqui ao conceito mercadológico de poder “*winner x loser*”⁹.

3.3 Local de realização da Pesquisa (Onde)

A presente pesquisa foi ser realizada em diferentes locais, no que diz respeito a produção de dados pela entrevista semiestruturada, a depender do contexto da participante, mas, necessariamente, contou, na maior parte dos casos, numa etapa inicial virtual (exceto na penitenciária), com apresentação de vídeo de convite e de alinhamento conceitual. Vide fluxo abaixo em que detalhamos essa etapa prévia.

Uma vez que temos públicos diferentes (líderes intramuro e extramuros) é evidente que tivemos “*settings*” de trabalho distintos no que se refere à etapa da entrevista semiestruturada.

Portanto, para as lideranças extramuros, o encontro para realização da entrevista foi realizado em espaço privado diverso em que a participante se sentiu mais confortável, buscando sempre o respeito ao sigilo da entrevista.

Todavia, entendemos que o momento da pandemia ressaltou a possibilidade de realização desta etapa inclusive de forma virtual, quer seja por vídeo chamadas, quer seja pelo envio do questionário de entrevista e posterior retorno com as respostas.

Aqui também é importante considerar que como buscamos a participação de mulheres em posição de liderança formal, muitas delas não apresentam disponibilidade de tempo para participação de uma entrevista presencial ou ainda não são acessíveis desta maneira (moram em locais mais distantes; ocupam cargos de destaque que configuram uma verdadeira figura pública, contato se dá por seus assessores, por exemplo).

Já em relação à intervenção com as presidiárias, a produção de dados foi realizada no ambiente (sala de grupos ou atendimento individual) da Penitenciária Feminina de Campinas (Secretaria de Administração Penitenciária) em local previamente preparado para a realização da etapa de preparação (coletiva) e as entrevistas foram virtuais.

3.4 Etapas da produção de dados (Como)

Definiram-se para essa investigação basicamente três etapas:

⁹ Expressão usada na língua inglesa que significa “vencedores x perdedores”. Naquela cultura, ser chamado de “*loser*” tem um cunho de ofensa moral porque refere-se a uma pessoa fracassada, em oposição a uma pessoa de sucesso, de acordo com conceito mercadológico.

A. PREPARATÓRIA (ALINHAMENTO e SENSIBILIZAÇÃO): é a etapa de preparação para o segundo momento, que é o de aplicação da entrevista semiestruturada propriamente dita.

Trata-se de uma etapa interventiva, que objetiva aprendizado, alinhamento do tema e qualificação para a participação.

Esta etapa consistiu na participação de um encontro que poderia ser individual ou em grupo, mas, frequentemente individual, em que os objetivos da pesquisa foram apresentados detalhadamente, bem com os conceitos principais que trabalharemos na pesquisa.

Quando esses encontros se deram de forma presencial e em grupo, o chamamos de “oficinas”. Quando aconteceram de forma virtual, utilizamos da apresentação de um vídeo (vídeo de convite para participação na pesquisa e de alinhamento conceitual).

Essa etapa se fez necessária para a discussão dos conceitos utilizados na pesquisa (alinhamento conceitual), construção de um clima de confiança e conforto para que a futura participante conhecesse também o roteiro de entrevista (que também poderiam ser enviadas para o seu e-mail ou entregues impressas), já que abordaríamos aspectos de sua vida privada enquanto mulher (histórico de vida, significado de algumas experiências, relacionamentos e crenças, por exemplo), o que entendemos que poderia exigir um contato e preparação prévia. Todavia, essa etapa de alinhamento conceitual prévio (momento formativo) apresentava um desafio: aquecermos e alinharmos os temas, mas sem doutrinar/conduzir/interferir nas respostas. Apenas estimular as reflexões e manter o campo do diálogo aberto.

Especificamente na Penitenciária Feminina de Campinas essa etapa de preparação foi realizada por meio de Oficinas de Sensibilização em grupo. Além desta intervenção já se caracterizar como possível etapa para produção de informações/conhecimento/dados, também pôde representar preparação para participação posterior nas entrevistas, caso houvesse interesse.

Essas oficinas (grupos) tiveram como objetivo contextualizar e apresentar o tema da pesquisa, a fim de qualificar a participação e contribuir para colocar em pauta o tema do feminino e do cuidado de si, por meio das práticas do cuidado de si.

A oficina poderia contar com quantidade de encontros a ser acordada com instituição (de 1 a 3 encontros), com duração de uma hora e meia cada.

Foram trabalhados de forma dialógica conceitos e temas geradores de debate sobre as questões culturais e sociais que envolvem o "ser mulher"/o feminino; dimensões do cuidado de si e processo de subjetivação e o próprio conteúdo do vídeo de alinhamento.

Essa opção veio no sentido de não teorizar o conceito trazido e sim “exercitá-lo” de uma forma mais natural. A partilha dos conceitos é fundamental para que um diálogo frente a questão do cuidado de si, assujeitamento e liberdade, possa se dar.

De forma prática elegemos que as oficinas na penitenciária seriam realizadas com até 10 mulheres. 2 encontros foram realizados. Após a participação nas oficinas, as participantes foram então convidadas a participar da entrevista semiestruturada e todas assentiram e demonstraram muito interesse de seguir na pesquisa.

Portanto, quer seja por meio das oficinas de sensibilização de forma presencial, quer seja pela preparação prévia pelo vídeo educativo, entendemos que esta foi uma condição *sine qua non* para participação, na perspectiva de uma intervenção que gerou aprendizagem e que pôde qualificar a produção de dados de forma significativa.

B. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Foi construído um roteiro de entrevista semiestruturada com 18 questões, divididas nos 3 eixos discursivos que elencamos e foram apresentados na introdução teórica: cuidado de si; verdade e governo de si.

Muito tempo foi dedicado à esta etapa do trabalho para que pudéssemos, após muitas revisões, encontrar uma proposta de roteiro de entrevista que tivesse conexão com os conceitos fundantes deste trabalho em cada eixo, afinal, de nada valeria uma inspiração teórica que não alimentasse o formato do instrumental para a etapa do campo da pesquisa e da análise de dados. Portanto, entendemos que essa “demora”, esse refinamento na fase de preparação antes de ir ao campo possibilitou uma sofisticação do olhar de coisas que talvez antes não seriam percebidas.

As entrevistas tinham previsão de duração de aproximadamente 1 hora, não necessariamente de forma contínua. Foi utilizado um gravador de áudio nas entrevistas, mas somente com prévia autorização, para garantir que algumas informações fornecidas pudessem ser recuperadas e analisadas posteriormente. Todas as entrevistas foram gravadas e os conteúdos digitalizados foram transcritos, mantendo-se o anonimato das entrevistadas. Os conteúdos digitalizados serão armazenados em local seguro e guardados por 5 anos.

Quando as entrevistas ocorreram de forma virtual foram realizadas por meio de aplicativos de videochamadas (*Google Meet, Zoom* etc.).

Importante ressaltar que o foco do encontro/entrevista foi capturar subjetividades, portanto, adotou-se uma postura que estimulou a fluência do diálogo.

Além disso, é importante destacar um outro aspecto: essa pesquisa gerou mais de 500 páginas de produção de dados com a transcrição das entrevistas.

Foi necessário selecionar perguntas para a realização da análise de dados: de um total de 18 perguntas que constam no anexo deste trabalho (roteiro da entrevista semiestruturada), 7 perguntas foram selecionadas, conforme tabela abaixo:

Eixo	Perguntas
Cuidado de Si	1)Hoje você se sente capaz de cuidar de si própria? Como você se cuida? 2) Como você cultiva seu bem-estar físico, mental, emocional e espiritual?
Verdade	3)Para você, quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje? 4)Você sente que se conhece bem? Conhece a verdade sobre si mesma?
Governo de Si	5) Você sente que consegue governar a sua própria vida? Caso não, quem ou que interfere nisso? O que você entende por governar a própria vida? 6 A) Você se sente uma mulher livre? O que você pratica que a faz sentir-se livre? Tem algo que você gostaria de fazer e não tem podido? Exemplifique. 6 B) É possível se sentir livre mesmo estando presa? Se sim, em quais momentos? (para as mulheres na penitenciária) 7) Para você, o que é uma mulher de poder?

Tabela 4 – Perguntas selecionadas

Selecionamos essas 7 perguntas considerando que elas se mostraram mais significativas porque acionaram mais diretamente os eixos discursivos do presente trabalho e em termos dos conteúdos apresentados nas respostas.

- **Como as perguntas foram formuladas e selecionadas?**

A formulação das perguntas da pesquisa se estrutura a partir dos três eixos centrais inspirados na teoria foucaultiana do governo: cuidado de si, verdade e governo de si. Esses eixos organizam um percurso investigativo que busca compreender a constituição da subjetividade feminina, articulando dimensões que envolvem tanto práticas individuais quanto condicionantes sociais que influenciam a experiência de ser mulher.

- **Perguntas do eixo do Cuidado de Si:**

As perguntas iniciais abordam diretamente o conceito de cuidado de si, conforme formulado por Michel Foucault em suas análises sobre a ética da subjetivação. Para o filósofo, o cuidado de si não se restringe a um ato egocêntrico ou meramente instrumental, mas constitui uma prática reflexiva que permite ao sujeito se conhecer e se transformar. Assim, ao perguntar se a participante se sente capaz de cuidar de si e de que forma isso ocorre (Questão 1), a pesquisa busca identificar as práticas adotadas para esse cultivo da subjetividade e da autonomia.

Além disso, a segunda questão, que explora o bem-estar físico, mental, emocional e espiritual, possibilita mapear as estratégias utilizadas pelas mulheres para sustentar sua existência de maneira integrada. Aqui, o cuidado de si se manifesta como um exercício ativo de manutenção do equilíbrio pessoal diante das exigências sociais e estruturais que podem atuar como forças assujeitadoras.

- **O Eixo da Verdade e a Reflexividade sobre o Si**

O eixo da verdade insere-se na pesquisa por meio de questionamentos que mobilizam o sujeito a refletir sobre sua identidade, desafios e percepções sobre si mesma. Para Foucault, a verdade não é um dado absoluto, mas um campo de disputa, sendo construída historicamente por meio de discursos e relações de poder. Nesse sentido, a terceira pergunta, ao interrogar sobre os desafios de ser mulher na contemporaneidade, convida as participantes a expressarem sua visão crítica sobre as imposições e dificuldades que enfrentam, permitindo uma análise sobre como esses desafios moldam suas subjetividades.

A quarta questão, por sua vez, aprofunda esse eixo ao perguntar sobre o autoconhecimento e a verdade sobre si mesma. Aqui, há um diálogo direto com a tradição filosófica grega recuperada por Foucault, especialmente com a noção socrática do

conhece-te a ti mesmo, que foi ressignificada pelo autor como parte do processo de governo de si. A resposta a essa pergunta pode revelar o grau de consciência que as mulheres possuem sobre seus próprios desejos, limites e potencialidades, bem como os desafios que encontram nesse percurso de subjetivação.

- **O Eixo do Governo de Si e a Autonomia Feminina**

No terceiro eixo, as perguntas exploram a dimensão do governo de si, conceito central no pensamento foucaultiano, que diz respeito à capacidade do sujeito de conduzir sua própria vida, estabelecendo normas e direcionamentos internos em meio às condições externas que o atravessam. A quinta pergunta, ao indagar se a participante sente que governa sua própria vida e quais fatores interferem nesse processo, permite identificar tanto os aspectos de autonomia quanto as limitações estruturais e subjetivas que dificultam esse governo.

A sexta questão, dividida em duas partes, trabalha a relação entre liberdade e governo de si. A pergunta 6A busca compreender as práticas de liberdade das participantes, identificando quais experiências proporcionam um sentido de autonomia e quais são os obstáculos que impedem a realização plena desse sentimento. A pergunta 6B, direcionada às mulheres encarceradas, é especialmente relevante, pois investiga como a liberdade pode ser experienciada mesmo em contextos de privação, alinhando-se à ideia foucaultiana de que o governo de si não se limita a uma ausência de restrições externas, mas pode ser exercido de maneira sutil, por meio da relação do sujeito consigo mesmo.

Por fim, a sétima pergunta, que questiona a definição de uma "mulher de poder", permite examinar as diferentes concepções de poder feminino dentro da experiência subjetiva das entrevistadas. Em consonância com a crítica foucaultiana ao poder como algo que se possui, a formulação dessa questão possibilita compreender se as participantes enxergam o poder como um atributo relacional e dinâmico, vinculado à agência e à autonomia, ou se ele ainda é percebido como uma característica hierárquica e excludente.

As perguntas formuladas na pesquisa refletem a estrutura teórica de Foucault ao integrarem as dimensões do cuidado de si, da verdade e do governo de si como aspectos interdependentes da subjetivação feminina. Essa abordagem possibilita uma análise abrangente das experiências das mulheres, reconhecendo tanto as estratégias que elas desenvolvem para afirmar sua autonomia quanto os limites impostos por um contexto social que continuamente opera para assujeitá-las. Dessa forma, a pesquisa não apenas investiga a subjetividade feminina a partir da perspectiva foucaultiana, mas também contribui para a ampliação desse debate ao evidenciar como essas práticas e discursos se

manifestam em realidades concretas reafirmando um compromisso de diálogo entre a pesquisa e a teoria do Governo de Si.

São questões que em sua maioria foram formuladas do tipo “aberta” para que propositalmente pudessem provocar a reflexão de si mesmas, para que as participantes não recorressem rapidamente a uma resposta automática, afinal, são perguntas “incomuns”, que não costumam ser realizadas no cotidiano dos dias, que tinham o potencial de desterritorializar existencialmente para assim acessar um conteúdo mais autoral.

Nesse sentido, o principal desafio foi buscar questionamentos provocativos capazes de capturar as relações estabelecidas com o “si mesmo” e não com o “eu”. Os gregos não tinham o conceito de “eu” como os modernos. Por isso Foucault fala no “si”, que é o sujeito que pensa sobre si mesmo enquanto age como sujeito. Isto é, não há uma “substância” do eu, uma identidade profunda, como se poderia pensar na psicologia. Esse “si” só se coloca na própria atividade do sujeito, portanto, as perguntas precisavam ser capazes de capturar essa dimensão, provocando uma reflexão de si mesmas.

Essas 7 perguntas perpassam os 3 eixos (cuidado de si; verdade e governo de si) com o fim de podermos realizar uma análise mais detalhada e relacionada aos nossos objetivos, o que não impede que futuramente, em outras produções, seja possível “explorar” o material existente nas demais perguntas que foram realizadas, pois ainda muitos dados passíveis de análise e de maiores explorações nesta pesquisa.

Abaixo, fluxo que demonstra as etapas com os diferentes públicos:

1. **Lideranças intramuros (mulheres encarceradas):** seleção de 10 participantes;
2. **Lideranças extramuros:** seleção de 10 convidadas (para posterior realização de 9 entrevistas) que ocupassem alguma posição de liderança. O convite foi feito por telefone ou pessoalmente, e, concomitantemente foi enviado o vídeo de alinhamento conceitual para a pesquisa;
3. Em caso de aceite da participação, envio do TCLE, que pode ser revogado a qualquer tempo da pesquisa;
4. **Lideranças intramuros (mulheres encarceradas):** realização de duas oficinas de alinhamento com duração de 01h30m. Nesta ocasião foi apresentado o vídeo de alinhamento conceitual e foi promovido discussões sobre os temas disparadores da pesquisa;

Lideranças extramuros: envio do vídeo de alinhamento conceitual de forma virtual + Momento para discussão do vídeo (dúvidas, inquietações ou considerações);

5. Realização de entrevista semiestruturada individual com participantes de cada grupo;
6. Devolutiva (quando possível).

3.5 Análise de dados (Método)

No presente estudo, é fundamental destacar que, diante das diversas produções resultantes da pesquisa – incluindo vídeos, oficinas em grupo, entrevistas semiestruturadas e registros em diário de campo –, a definição do método de análise de dados mais adequado representou um desafio considerável, dada a amplitude e a complexidade do material coletado.

Inicialmente, em consonância com procedimentos frequentemente adotados em pesquisas qualitativas, considerou-se a possibilidade de utilizar a análise de conteúdo como método principal. No entanto, após a realização das entrevistas e a definição das categorias de análise, bem como a partir das contribuições da banca avaliadora, tornou-se evidente que a análise do discurso seria a abordagem metodológica mais apropriada. Essa escolha se justifica pelo fato de que toda a formulação da pesquisa esteve fundamentada na teoria do discurso e do sujeito em Michel Foucault, o que orientou tanto a construção dos eixos de análise quanto a formulação das perguntas.

Dessa forma, a análise do discurso permitiu um tratamento teórico-metodológico coerente com a perspectiva adotada, possibilitando a interpretação dos enunciados das participantes como produções discursivas que revelam não apenas aspectos subjetivos, mas também as relações de poder e os processos de subjetivação que atravessam suas experiências. Assim, as respostas obtidas foram sistematizadas em **categorias de análise discursivas**, assegurando uma articulação entre teoria e método.

Todavia, não se trata de uma supremacia de um método em relação a outros:

Encontrar uma forma ideal para interpretar esses dados é utópico. Acredita-se que não exista uma análise melhor ou pior, o importante é que o pesquisador conheça as várias formas de análise existentes na pesquisa qualitativa e sabendo suas diferenças, permitirá uma escolha consciente do referencial teórico-analítico, decorrente do tipo de análise que irá empregar na sua pesquisa, fazendo sua opção com responsabilidade e conhecimento (87).

Quanto à Análise de Discurso (AD), é importante dizer que existem estilos diferentes, a partir de diversas tradições teóricas. Mas, o que esses diferentes estilos parecem ter em comum, ao tomar como objeto o discurso, é que partilham de uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social (89).

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a AD busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a AC fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste. A AD preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso; já a AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem (87).

A análise do discurso na perspectiva de Michel Foucault constitui uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender os discursos como práticas sociais que produzem e regulam saberes, sujeitos e relações de poder. Diferente de abordagens estruturais ou linguísticas, a perspectiva foucaultiana enfatiza o caráter histórico e contingente dos discursos, compreendendo-os como instâncias de enunciação que delimitam o que pode ser dito e pensado em determinados contextos históricos.

O conceito central na análise do discurso foucaultiano é a **prática discursiva**, entendida como um conjunto de regras que governam a produção dos enunciados. Essas regras não são explicitamente formuladas, mas operam de forma implícita, determinando a legitimidade e circulação de determinados discursos em detrimento de outros. Foucault introduz também a noção de **formações discursivas**, que correspondem a conjuntos de enunciados organizados em torno de um mesmo regime de verdade, estabelecendo campos do saber e legitimando certas formas de conhecimento (119).

Outro conceito fundamental é o de **enunciado**, que não se reduz a uma simples unidade gramatical, mas constitui um acontecimento discursivo situado em uma relação de poder e saber. O enunciado só adquire sentido dentro de um campo discursivo específico, o que implica que seu significado não é fixo, mas depende das condições históricas e institucionais que o sustentam. (119).

Na análise foucaultiana, o **sujeito do discurso** não é concebido como um agente autônomo, mas como um efeito das práticas discursivas. Os sujeitos são constituídos pelas posições discursivas que ocupam, sendo produzidos dentro das regras que regulam o que pode ou não ser enunciado. Dessa forma, a subjetividade é entendida como um produto das relações de poder que atravessam o discurso.

O discurso, na abordagem foucaultiana, não apenas reflete a realidade, mas a **produz e organiza**, estabelecendo regimes de verdade que definem o que é considerado conhecimento legítimo em uma dada época. Foucault denomina esse processo de **regime de verdade**, que opera por meio de instituições, normas e práticas discursivas que legitimam certos saberes e excluem outros.

Por fim, a metodologia da análise do discurso foucaultiana implica um trabalho de problematização dos enunciados, buscando compreender como eles emergem, se organizam e se relacionam com práticas de poder. A pesquisa conduzida sob essa perspectiva envolve o mapeamento das regularidades discursivas (o que nos orientou na criação das categorias de análise discursivas), a identificação dos mecanismos de exclusão e controle do discurso e a análise das estratégias de subjetivação que constituem os sujeitos dentro das formações discursivas (119).

Entendemos que é o modelo que permite a investigação crítica dos modos como os discursos regulam práticas sociais e produzem subjetividades.

A subjetividade, na perspectiva foucaultiana, não é uma essência fixa ou uma identidade autônoma, mas um processo em constante construção dentro de determinados regimes discursivos.

Dentro desse quadro teórico, a análise do discurso busca compreender como determinados discursos constituem sujeitos de forma diferencial, estabelecendo posições discursivas que delimitam subjetividades e modos de existência. Como destaca Foucault (88), “o sujeito é uma construção histórica, moldado pelas práticas discursivas e pelas relações de poder que o atravessam”. Dessa maneira, a subjetividade não preexiste ao discurso; pelo contrário, é através dele que os sujeitos são produzidos e posicionados em relação a diferentes regimes de verdade.

Assim, a análise foucaultiana do discurso permite problematizar os modos como as práticas discursivas naturalizam relações de poder e produzem sujeitos dentro de determinadas configurações históricas e sociais.

Isto posto, aqui salientamos que implicação **discursiva esteve presente não somente no tratamento dos dados, mas em todas as etapas do trabalho**. Tivemos o

cuidado de selecionar (quando possível) participantes qualificadas, icônicas e buscamos realizar um alinhamento conceitual, uma preparação antes das entrevistas, portanto, todo esse cuidado foi tomado tendo em vista que não nos importava cumprir um número x de entrevistas e ter conteúdo, mas, sim, possibilitar que, nessa jornada da participação, uma experiência subjetiva, a vivência de cuidado de si que entrasse em contato com um discurso que fosse significativo tanto para a participante, quanto para a pesquisa.

Convém ressaltar que um dos pontos observados após a produção de dados foi o extenso volume de material que reunimos, mas também a preocupação que acompanhou todas as etapas de selecionar perfis de participantes exemplares, ou seja, “casos icônicos” que fossem representativos das questões que permeavam a pesquisa. Em nenhum momento, buscamos apenas “produzir qualquer conteúdo”. Desde a etapa de preparação para entrevista, discussões prévias, até a seleção das participantes, nossa preocupação não foi restrita ao conteúdo que seria produzido. O que nos atravessou foi uma implicação de garantir a qualidade discursiva das participantes.

É importante ponderarmos que temos mulheres em diferentes contextos: lideranças intramuros (mulheres encarceradas) e lideranças extramuros. Não ignoramos que isso coloca uma clara diferença de diversas ordens, desde um referencial existencial/cultural, de classe social e, conseqüentemente, das condições de vida que cada uma delas poderia acessar, afinal, os possíveis acessos para estes dois universos são distintos.

Se por um lado admitimos que não usamos integralmente o método e todas as ferramentas da análise do discurso (por exemplo não exploramos as condições de possibilidade dos discursos, identificando as regras que determinam o que pode ser dito, quem pode falar e quais formas de conhecimento são legitimadas), por outro também não nos limitamos a interpretar significados numa perspectiva individualista, mas buscamos investigar as regularidades discursivas presentes que produzem subjetividades e estabelecem as fronteiras do pensável e do dizível em diferentes contextos históricos.

4. RESULTADOS

O material apresentado nesta seção do trabalho é fruto de entrevistas individuais, em profundidade e semi-diretivas, realizadas com dezenove mulheres de diferentes faixas etárias e estados civis. Dentre elas, dez eram lideranças intramuros (mulheres encarceradas) de uma unidade prisional no interior do estado de São Paulo, enquanto as outras nove ocupavam funções ou cargos de liderança em organizações do Estado, no setor privado ou em instituições de caráter comunitário, religioso ou político.

Em relação à caracterização da amostra, a preocupação principal não foi com seu tamanho ou representatividade em sentido tradicional, uma vez que isso não é determinante neste tipo de estudo que tem a análise do discurso como método. O critério para a seleção das entrevistadas foi estratégico, com o objetivo de maximizar a variabilidade discursiva.

Acreditamos que essa variabilidade seria alcançada por meio da escolha de participantes cujas características sócio-históricas atendessem a expectativa de discursos diversificados. Por esse motivo, buscamos mulheres pertencentes a categorias heterogêneas, considerando aspectos como idade, estado civil (solteiras, casadas ou divorciadas), formação, profissão e a condição de serem, ou não, figuras públicas.

Entendemos que é precisamente a heterogeneidade da amostra que permite que se atribua um maior peso retórico às semelhanças discursivas que se identificam à medida que se transcrevem e analisam-se as entrevistas.

4.1 Sobre a entrevista

No decorrer das primeiras entrevistas realizadas com mulheres representantes dos dois grupos, ficou evidente a necessidade de supressão ou reelaboração de algumas perguntas que se mostraram redundantes ou ainda por se mostrarem muito vagas e subjetivas, perante o que buscava ser abordado. Essas observações foram indicadas no diário de campo e ainda na etapa da produção de dados (entrevistas) sofreram os devidos ajustes, a saber:

- **Exemplos:**

- 1) A pergunta “o que você faz para aliviar possível sobrecarga” era muito parecida com “O que você faz para cultivar seu bem-estar”;

- 2) Inicialmente tínhamos proposto a questão: “Para você, o que significa ser mulher nos dias de hoje?” que foi substituída por: “Qual o maior desafio de ser mulher, de ser quem você é nos dias de hoje?”
- 3) Também foi necessário incluir uma questão mais direta sobre o entendimento de poder feminino, que foi acrescentada da seguinte maneira: “O que é para você, ser uma mulher de poder?” Destacando a diferença “no poder” e “com poder” (que indicaria apenas um cargo, contexto atual ou circunstância de vida). Ou seja, questões externas e não constituintes da subjetividade da mulher;
- 4) Também foi necessário adequar questões não condizentes com contexto penitenciário:
 - sobre a rotina de vida e quantidade de horas em cada atividade. Considerando que a rotina ali é muito rígida e que há quase nenhuma governabilidade sobre isso, quer seja pela estrutura da prisão, quer seja pela ausência de ofertas que não sejam trabalho, leitura, oração, optou-se por não aprofundar em detalhes essa pergunta;
 - Questão da sobrecarga ali não indica ser uma sobrecarga física, de excesso de tarefas. A sobrecarga ali parece indicar ser do âmbito mais emocional e, por esse motivo, esse aspecto foi privilegiado no diálogo. Ali, as mulheres gostam muito de trabalhar e o trabalho ocupa um outro espaço.

- **Maior dificuldade de agendamento com mulheres líderes extramuros:**

Ainda que tenhamos tido maior autonomia para agendar as entrevistas com as mulheres que constituíram este grupo chamou-nos atenção um acontecimento comum nesses agendamentos.

- 1) lapso de tempo entre envio das mensagens pelos aplicativos e envio das respostas;
- 2) agendamentos, seguidos de cancelamentos por motivos de sobrecarga de trabalho ou da vida pessoal e posterior reagendamentos.

Isso nos dá pistas de que, ainda que a mulher em liberdade, possa usufruir teoricamente de maior “poder de decisão”, a maioria, e talvez seja uma característica comum deste perfil que selecionamos, apresentaram grandes dificuldades em “conseguirem um tempo para si mesmas para participarem de uma entrevista em que falariam sobre si”, sem que isso entrasse em uma “agenda de trabalho”.

Demonstram extrema sobrecarga de atividades e sobreposição de papéis (maternidade, cuidados de terceiros, atuação profissional e trabalhos domésticos).

4.2 Devolutiva

Importante esclarecer que o trabalho pretendia fazer uma devolutiva para todas as participantes, mas, em relação às mulheres presas em setembro e outubro de 2021 toda a população de mulheres da Penitenciária Feminina de Campinas foi transferida para diferentes estabelecimentos penais do Estado de São Paulo para a vinda de mulheres que cumpriam pena na Penitenciária do Butantã, SP, que passaria por reformas, assim, não pudemos dar a devolutiva. Quanto às lideranças extramuros formais, o acordo é que faremos novo contato posteriormente, para o compartilhamento dos principais resultados do presente trabalho.

4.3 Sobre as categorias de análise

Conforme informado no capítulo anterior, para seguirmos com as apresentações das categorias de análise construídas dos dados produzidos/coletados das 19 participantes, faremos a divisão em três eixos, que são os temas norteadores deste trabalho: eixo cuidado de si; eixo verdade e eixo governo de si.

Seguiremos agora com uma breve apresentação da coleta que tivemos de acordo com cada eixo.

4.3.1 Eixo Cuidado de Si:

Aqui é preciso retomar o conceito do “epimeleia heautou” (cuidado de si) que Foucault resgata dos gregos e que foi anteriormente abordada na introdução teórica deste trabalho, tendo em vista que em nossa sociedade o “conhece-te a ti mesmo” (gnothi seauton) ganhou tamanho destaque e em contrapartida o “cuidado de si” foi fortemente negligenciado e invisibilizado.

Foucault nos lembra que esse cuidado do espírito/alma, esse ocupar-se de si mesmo, cultivo de si, consiste numa tarefa fundamental para a constituição de um sujeito da verdade e posteriormente na construção de uma ética de existência:

Não digo que a ética seja o cuidado de si, mas que, na Antiguidade, a ética como prática racional da liberdade girou em torno desse imperativo fundamental: ‘cuida-te de ti mesmo’. [...] O êthos de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar,

pela calma com que responde a todos os acontecimentos etc. Esta é para eles a forma concreta da liberdade; assim eles problematizavam sua liberdade. O homem que tem um belo êthos, que pode ser admirado e citado como exemplo, é alguém que pratica a liberdade de uma certa maneira (46).

Portanto, as perguntas foram elaboradas para rastrear essa dimensão na vida das mulheres participantes, não num sentido teórico ou abstrato, mas sim, como elas enxergavam esse cuidado em suas próprias vidas e como exerciam/praticavam esse cuidado consigo mesmas, ou seja, buscamos rastrear as tecnologias de si/práticas de si.

Uma grande questão permeou esse eixo: inferindo que fora da penitenciária haveria melhores condições de autocuidado no que se refere à possibilidade de alimentação, atividade física, higiene e beleza, atividades sociais, culturais, artísticas e de lazer etc., isso garantiria um melhor cuidado de si? Nessa relação da mulher consigo mesma? Para além dos rituais de beleza e cuidado do corpo físico? Como essas mulheres, apesar do acesso fácil aos bens e cuidados, percebiam essa possibilidade de cuidado como cultivo/práticas sobre si mesmas?

Por outro lado, estar encarcerada poderia significar uma “oportunidade” de ter algumas responsabilidades suspensas, referentes a vida cotidiana, a sua sobrevivência e de sua família e isso se converter num olhar mais atento para si? A realidade do lado de fora e nesse caso, geralmente, realidades desfavoráveis social, econômica e culturalmente e uma vida mais previsível no cárcere, facilitaria um olhar mais profundo para si e seu cuidado ou cultivo?

Afinal, estar no mundo externo (fora da penitenciária) facilita ou dificulta uma conversão do olhar para dentro de si? E estar presa? Como isso impacta nesse olhar? Nessa atitude perante si mesma?

Esse eixo, portanto, nos levou a seguinte reflexão que possivelmente é um grande tema deste trabalho: o quanto o mundo/modo de vida atual é opressor para a mulher? O quanto ele assujeita em termos de cuidado de si?

Feitas essas considerações, vamos nos ater as duas perguntas que foram selecionadas por terem acessado conteúdo significativo sobre o cuidado de si:

- 1) Hoje você se sente capaz de cuidar de si própria? Como você se cuida?**
- 2) Como você cultiva seu bem-estar físico, mental, emocional e espiritual?**

Aqui, nosso primeiro apontamento enquanto categoria de análise será acerca das reflexões que as participantes fazem do conceito de cuidado de si.

Considerando que houve uma etapa anterior à entrevista com a apresentação do vídeo e que existia uma grande pré-ocupação de acessarmos o cuidado de si dentro do referencial teórico a que nos amparamos, mas sabíamos que o risco de ser confundido com autocuidado era grande por ser um conceito mais amplamente difundido e mais restrito às questões de saúde física, entendemos que era de suma importância conseguirmos “medir” se as participantes foram capazes de fazer essa diferenciação, se conseguimos acertar esse “alvo”. Ou seja: as participantes conseguiram compreender qual cuidado de si nos referíamos? Quais pistas temos para nos ampararmos nessa análise?

Diferentes abordagens do tema foram feitas pelas participantes, mas alguns padrões de respostas se repetiram, dentre os quais destacamos as seguintes categorias em relação à questão: **Hoje você se sente capaz de cuidar de si própria? Como você se cuida?**

Apresentaremos, abaixo, a **matriz das categorias de análise do eixo cuidado de si** a fim de melhor visualização de como organizamos o material coletado nas entrevistas, de acordo com público.

Eixo 1 - Cuidado de si		
Perguntas	1) Hoje, você se sente capaz de cuidar de si própria? Como você se cuida?	2) Como você cultiva seu bem-estar (físico, mental, emocional e espiritual)?
Categorias de Análise	Cuidado como um processo: do outro ao si	Dois Cardápios: Jumbo x Michelin

Tabela 5 – Categoria de Análise do Eixo 1 – Cuidado de Si.

1) Cuidado como um processo: do outro ao si.

Esta é uma categoria que engloba respostas dos dois grupos pesquisados no sentido de apresentarem a crítica que o cuidado de si não é algo naturalizado, é um processo conquistado, todavia, achamos importante incluir uma subcategoria (cuidado do lado de dentro de “si” e do fora de “si”), que demarca uma diferença significativa entre as lideranças intramuros e lideranças extramuros. Enquanto as lideranças extramuros evidenciam que o cuidado de si requer um certo amadurecimento, a vivência de um processo interno e também nos falam do impacto da maternidade (cuidado do outro) enquanto prejuízo ao cuidado de si, as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) o

trouxeram mais diretamente relacionados às questões de sobrevivência e independência, especialmente financeira, ou seja, quando eu consigo “me manter”, eu cuido de mim mesma, indicando que há condições mínimas que devem estar equacionadas para que o cuidado do outro não seja simplesmente um fardo.

Abaixo, trechos das entrevistas desta categoria de análise:

Mas eu devo dizer que eu... eu acho que eu passei a minha vida cuidando dos outros! E eu acho inclusive que eu “tô” presa aqui por cuidar dos outros! (...) É uma coisa nova... “tá” cuidando de mim! É uma coisa nova! (risos) Sinceramente. É uma coisa nova. (Magnólia)

10



Magnólia passa a ideia de que esse novo (cuidar de si) é bem positivo. A oportunidade de conhecer-se como uma novidade, uma boa nova.

Eu acho que assim, até olhando esse processo, eu demorei muito pra entender essa questão do cuidado de mim mesma (...) Porque antes de você cuidar de si, você tem que cuidar da sua carreira, até porque eu não tive filho, “né”, Ariane, tem que cuidar da sua carreira... “cê” não tem herança... “cê” vai atrás, “cê” vai fazer, “né”?! É... E aí, eu acho que assim, eu aprendi muito tardiamente efetivamente esse cuidar de si! (...) porque assim, eu acho que eu sou uma pessoa que é muito voltada pro outro... foi um processo. Sim. “Tá” (...) Foi uma construção árdua! Sim. (Iris)

Iris nos fala aqui de uma dificuldade de assumir o cuidado de si pelo cuidado de si. Um cultivo merecido, sem um ganho social imediato ou mesmo previsto. Um cuidado de si pela curiosidade e apreço pela pessoa que se é. O reconhecimento de suas dificuldades e de seus talentos, ou o não reconhecimento de nenhum. Ou seja, o ocupar-se de si pelo simples fato de que sua existência é defensável no mundo. Precisou construir isso, não foi natural. Nos relatos de algumas das lideranças intramuros (encarceradas), não demonstraram essa crise de “desempenho”, isso estava mais reconhecido implicitamente.

¹⁰ Esse ícone significa trechos das entrevistas das lideranças intramuros (mulheres encarceradas), somente com objetivo de melhor visualização de qual grupo pesquisado essa participante pertence.

É... foi um processo que foi um... um caminho, né?! Foi uma conquista! (...) pra dar conta e cuidar de mim foi um processo... mais longo. É... Eu saí de casa com 18 anos pra fazer faculdade, né, e daí depois não voltei mais..., mas é... eu faço um processo de autoconhecimento já tem muito tempo, né, já tem mais de 20 anos, então dentro desse processo de busca por mim mesma, de busca é... pela minha autoestima, de busca pela... pela satisfação mesmo, né, de poder me dar e me sentir merecedora de receber, né, o amor dado por mim, eu fui construindo" (Camélia)

É, porque a dificuldade da... acho que da... da mulher nessa sociedade é dizer não, né?! Acho que é o maior... o maior desafio é você dizer não, porque a gente carrega uma... um peso, né, uma cobrança muito grande de ser cuidadora, de doadora, de "tá" sempre cuidando de todo mundo! Então, eu vejo assim a maioria... a grande dificuldade é dizer não... pra poder se valorizar e cuidar de si mesma! E foi um processo muito meu também nova, né? (...) Que tem uma pesquisa... Ela começa realmente com 50, né...?! Que o máximo da infelicidade é na faixa dos 30, 40 anos, quando a pessoa "tá" vivendo pros outros e não pra ela mesma! E com 50 "cê" já começa a entender que... o mais importante é você... Né?! (Orquídea)

Aqui já aparece o peso do contexto social e da mulher imersa nele e o que ela entende que se espera dela. E essa se configura num tipo de aprisionamento, ou perda de liberdade para as mulheres. O desafio é maior, ela diz se referindo aos homens, que têm uma liberdade maior de se organizarem para o que desejam fazer na vida nessa sociedade.

E voltamos na fala da Orquídea a questão do cuidado. Essa é uma categoria que está presente nas falas das mulheres, estejam em que posição social estiverem na nossa sociedade. Já partem desse fardo da obrigatoriedade do cuidado na sociedade. Depois vem ela como sujeito, mas aí ela precisa adotar que tem esse direito de reconhecimento e cuidado de si.

Eu sempre senti que eu sou capaz de cuidar de mim mesmo! Sempre assim, depois que... eu casei com 15 anos, que eu saí da casa do... né, da minha, do meu pai, eu sempre me senti muito... independente, né?! Sempre fui muito independente! Sempre cuidei da minha casa, sempre cuidei das minhas filhas! Só que nesse período que eu fui casada... de... eu vivi realmente pra cuidar de uma casa! Então, eu fui muito oprimida a respeito de poder trabalhar, de poder sair, ir num mercado sozinha... Aí, tirar uma sobrelha num podia... Então, depois dessa separação, eu criei sim... uma certa independência! (Girassol)

Girassol compreende que havia uma limitação na sua vida, uma falta de liberdade e não aceitou. Buscou a liberdade. O tema da liberdade como condição para o cuidado de si.

Desde que eu fui morar sozinha... Assim, não, não que eu tenha feito as escolhas certas, né?! Mas... eu consegui... me manter! Manter eu, manter minha família, cuidar de mim, cuidar dos outros... Não digo só eu fisicamente, também psicologicamente! (...) Tanto tem as... tem as adversidades do dia a dia, tal, mas eu... eu acho que eu... tudo que eu passei, eu consigo me cuidar muito bem psicologicamente! (risos)" (Azaleia)



Olha, na rua, do jeito que eu estava, não! Por causa do vício, tudo, eu não "tava" cuidando nem de mim, nem da minha família...! Eu não "tava" cuidando de ninguém! (...) Hoje eu posso falar que eu cuido mais de mim dentro da cadeia do que lá fora! Assim, aqui não tem droga... Tipo... aqui eu consigo... por mais que eu "esteje" presa... eu trabalho, eu ocupo a minha mente... (...) eu... às vezes eu me sinto mais segura aqui! Agora..., mas eu "tô centrada", "tô" colocando a minha "cabeça no lugar" (Cravinea)



Enquanto Azaleia nos fala do cuidado enquanto “manutenção de si e dos outros que dependiam dela”, até chegar no cuidado psicológico de si mesma, Cravina admite que, mesmo em liberdade na rua, não se sentia livre para o cuidado de si, submetida que estava ao “vício” como ela diz. E faz uma fala forte que aponta que cuida mais dela dentro do que fora da cadeia. Se sente mais livre para isso, tamanha a sujeição que o mundo exterior lhe impõe.

Ai, olha, difícil! (risos) É difícil, porque a gente quer cuidar de todo mundo primeiro e aí quando sobra um tempinho, a gente vê o que faz, né, com a gente! Mas eu mudei muito assim de uns tempos pra cá... eu comecei a perceber que eu "tava" muito jogada, sabe, depois que o meu filho nasceu, eu comecei a viver pra ele! (...) É... "tava..." muito! Me abandonando! (Tulipa)

É... Eu saí de casa com 18 anos pra fazer faculdade, né, e daí depois não voltei mais... é... Quando eu me tornei mãe assim, eu senti que... eu fiquei muito imersa, né, nesse universo, aí de... cuidar exageradamente do outro... então, eu tinha muita facilidade em cuidar dos filhos, cuidar do marido, cuidar da relação, cuidar dos amigos e... e quando era pra fazer pra mim, não... (Camélia)

Tulipa e Camélia falam de um outro tipo de prisão que é cuidar do outro quando ainda falta o cuidado de si e que, pelas falas, se percebe que vai além da questão do autocuidado. Abrange, mas vai além.

Se as questões do fortalecimento interior não estão bem resolvidas, o cuidado do outro, especialmente quando é responsabilidade de um e não de um conjunto de pessoas ou comunidade, há um prejuízo individual. Voltando aos gregos que Foucault se inspira, o fortalecimento de si estava relacionado ao cuidado mais comunitário que alguém poderia desempenhar.

Aqui, a maternidade aparece inicialmente como um certo prejuízo ao cuidado de si e que exige um processo interno, para retomar o cuidado de si mesmas.

Abaixo, daremos destaque a essa “subcategoria” que é cuidado de “dentro do si x cuidado do fora do si” que é exclusiva das lideranças intramuros.

Sim! Hoje que eu falo: Hoje eu sou uma mulher resolvida! (...) Então! Aí eu... acho que agora eu me resolvi... por dentro, sabe?! (Gerbera)



Até aqui dentro, parece que às vezes eu cuido mais das pessoas do que de mim! Às vezes, os “problemas” “das menina me afeta” mais do ... eu cuidar de mim. Eu me escondo... dentro de mim mesma!” (Prímula)



As duas participantes reconhecem um “eu” interior, por “dentro” (si) e uma “persona”, que também é ela, e que se relaciona com as “menina” da penitenciária. Essas mulheres começam a mostrar sua complexidade como pessoas e que rapidamente começam a dialogar com a proposta da pesquisa compreendendo que existe um diálogo interno com esse “si” e que são capazes de lançarem um olhar para o si mesmas.

Nesse sentido, podemos dizer que a pesquisa teve um caráter formativo para elas, uma intervenção que possibilitou uma observação mais profunda para suas características humanas, o que é muito significativo dentro do ambiente do encarceramento.

Gerbera reconhece que há um dentro e um fora, ou seja, que há uma subjetividade. Prímula, no mesmo movimento, gostaria de cuidar mais de si e, sua liderança faz com que seja solicitada pelas outras mulheres para o trabalho do cuidado.

Eu “tô” ... Eu “tô” com medo, eu... eu... além de eu “tá” presa aqui dentro, eu “tô” presa dentro de mim mesma, porque... eu “tô” presa de um medo que eu não sei o que vai ser de mim lá fora!” (Papoula)



Porque eu já aprendi desde novinha a... ajudar dentro de casa, só fui amadurecendo mais ainda dentro deste lugar... fui aprendendo mais como era conviver com outras pessoas... aprendi bastante! Hoje eu sinto que eu posso cuidar de mim mesma! Tanto por dentro quanto por fora!” (Margarida)



Papoula reconhece seu medo e num momento de encarceramento esta seria a oportunidade de ajudá-la a ganhar entendimento sobre esse “si que teme” e promover maior bem-estar e conforto com sua vida ao nomear esses medos e trabalhá-los numa perspectiva de liberdade.

Aqui já vemos que há grandes oportunidades de intervenção na penitenciária, quando se poderia oferecer acolhimento, orientação e manejo, disponibilizando técnicas e ferramentas para maior conforto e potência para o enfrentamento de seus desafios.

E ainda que possamos questionar a convicção de Margarida dizer que sente “estar pronta para o cuidado de si” e talvez isso não corresponder à realidade, aponta que reconhece em si um amadurecimento que, como a fala da Papoula, precisaria de um trabalho importante da instituição para que esse período não tenha uma conotação apenas negativa em suas vidas.

Eu tento... guardar tudo pra mim mesmo, porque embora que eu sei que faz mal, eu tomo uma medicação pra mim dormir... né?! Que a médica receitou, porque eu não dormia... Dor, eu sinto bastante... Eu sinto dor no... na alma, no peito... Eu peço todos os dias pra Deus, converso muito com Deus, pra Deus me ajudar a lidar comigo mesma! Então, fisicamente, eu ainda cuido de mim, né?! Assim, fisicamente. Arrumo o cabelo, passo uma maquiagem, mas internamente... eu “num...” “eu num” sei cuidar de mim! Eu “num” sei aonde... Porque “na onde” que a gente “tá” a gente não pode confiar em ninguém! (...) Mas, eu sou... eu sou... uma fortaleza que eu mesma não me conheço! (Prímula)



Física eu ando meio relaxada! (risos) Não tenho mais assim... No começo, quando eu cheguei aqui, eu andava muito, né?! Praticava, fazia caminhada, andava, tal! Logo eu já comecei a trabalhar...! (...) Então assim... minha rotina é acordar, fazer minha higiene pessoal e vim trabalhar! Eu não tenho mais esse ânimo de sair... pra fora, de... Mas eu já fiz muito isso! De caminhar! Então, da parte física eu “tô” até acima... muito acima do peso! E... E aí cria ansiedade também, né?! A gente fica ansiosa, então a gente acaba descontando num doce, num chocolate... Então... (risos) (...) E a saúde mental, eu cuido como? Eu leio muito! Eu leio bastante... Sabe?! E vou... Não vou mentir pra você, desses quatro e seis, desse último ano que começou a pandemia, minha saúde mental não mandou legal! Desde quando começou eu comecei ter crises de pânico e ansiedade! (...) Mas... eu “tô” tendo acompanhamento psicológico aqui na unidade, sempre converso... E assim, ultimamente, graças a Deus, não me deu mais crises. Eu me aprendi a reconhecer os sintomas quando vem... (Girassol)



Apesar das duas participantes compartilharem esse dentro e fora (saúde física e mental), no caso da Girassol ela demonstra que foi perdendo a motivação para o seu desenvolvimento, até do autocuidado.

Ou seja, evidenciam uma proposta de encarceramento que pensa na recuperação social muito calcada no desenvolvimento da atividade laboral, sem que esteja implicado com um cuidado social profundo de cultivo de si, de autoaprendizado, como parte do trabalho ofertado. Afinal, não há reconhecimento que o trabalho sobre si é um tipo de “trabalho”. Dessa forma, temos uma política de encarceramento que não desenvolve essa dimensão do cultivo e aprendizado ao cultivo delas mesmas.

Eu nunca tive nenhum problema de saúde, nem crise de ansiedade, nada. Aqui dentro eu adquiri isso, que é uma ansiedade sem fim... Ou você fuma todos os cigarros que você tem ou você quer comer, comer, comer e o coração acelera, bate, fica dando falta de ar... Não consegue dormir... (Azaleia)



Azaleia aqui nos mostra o desalento esperado pelo encarceramento. A ansiedade pelo que se passa dentro e não se controla e o que passa no seu ambiente e não se controla, o mesmo do ponto de vista emocional. Indica que se beneficiaria caso tivesse acesso às técnicas de si e pudesse cultivar sua capacidade de tolerar essa ausência de controle sem se agredir.

Seguiremos agora com a análise das respostas da segunda pergunta do eixo Cuidado de si:

2) Como você cultiva seu bem-estar físico, mental, emocional e espiritual?

Aqui, uma breve descrição da categoria de análise que adotamos:

2 – Dois Cardápios: “Jumbo” e Michelin: esta categoria se refere às respostas dos dois grupos de mulheres pesquisados que expressam o “abismo”, ou seja, a diferença em relação ao acesso de práticas de si, de como se cuidam, de acordo com os contextos em que vivem.

O Cardápio Jumbo é o agrupamento das respostas das lideranças intramuros (mulheres encarceradas) nessa categoria que denominamos “cardápio jumbo” com o intuito de fazer referência ao “jumbo” utilizado no sistema penitenciária, que se refere aos itens que a família pode entregar mensalmente às pessoas presas, que são bastante restritos.



Este jumbo contém:

- “Ocupar a mente” com o trabalho;
- Oração/religiosidade;
- Leitura;
- Caminhada no pátio/conversar.

Portanto, a metáfora acima representa as opções de cuidado que as detentas tem acesso durante o encarceramento. Claro que elas têm experiências de cuidado anterior e que vêm com elas de suas comunidades e que podem ser imperceptíveis no cotidiano na penitenciária e que não necessariamente estão nesse jumbo que elas nominaram. A vida de muitas delas fora do cárcere era muito variada e repleta de experiências de resiliência em relação às situações de violências diversas que enfrentaram e dizemos isso para apontar que há uma riqueza interior e anterior que não está contabilizada neste jumbo.

Mas, ali, nas condições de vida enquanto encarceradas, só conseguem ter acesso a um cardápio mais “enxuto”, quando comparado ao das lideranças extramuros (mulheres do lado de fora), conforme poderemos verificar nas citações abaixo:

Eu procuro não deixar... a minha mente muito vazia! Tanto que quando eu vou trabalhar meu foco é ali, sabe? Eu trabalho, faço meu serviço e... eu amo ficar ali! Ai é diferente já quando eu "tô" aqui embaixo, sabe?! Já não fico... dentro da... da cela, eu gosto de sair pra fora, porque eu gosto muito de andar, sabe? Ando... Não gosto de ler, eu não leio! Mas assim, eu procuro não deixar minha mente vazia. Gosto de trabalhar, que é onde que a minha mente distrai, sabe?! Não fico pensando um tanto no próximo... na minha família lá fora. Eu acho que eu penso mais em mim do que eu posso fazer quando eu sair, sabe? (Violeta)



"Ah", eu... prefiro tipo assim não pensar muito lá fora, não pensar em coisas ruins, só trazer positividade pra mim... Conversar com as minhas companheiras de cela... pra... não ficar com a mente pensando em coisas ruim que pode acontecer... o que não pode, ainda mais com essa pandemia...! (Margarida)



Olha, antes de eu trabalhar, eu ficava pensando muito mais... "Ai, eu quero ir embora, meu filho. minha mãe...!" Porque querendo ou não, né, eu sempre fui que... tomei as frentes das coisas lá em casa! O que aconteceu foi que eu me desliguei... lá de fora! Eu resolvi desligar! Porque se eu continuasse lá... com pensamento lá fora e esquecendo aqui dentro, eu ia "chapar"! (Azaleia)



Violeta traz questões interessantes: a primeira é de como existe um pensamento outro que deve ser ludibriado com outros pensamentos que são mais confortáveis para alguém que está no cárcere. Esses pensamentos mais desconfortáveis são os que consideram o que acontece fora dali, na sua vida externa, especialmente envolvendo os familiares. A impotência de quem está encarcerado é enorme e o melhor é "não pensar nisso" e nesse movimento, consegue focar em si mesma, um bom refúgio.

A maioria, em geral, trabalha, mas além do trabalho há muitas atividades de cultivo pessoal que poderiam estar à disposição. E os momentos de ócio, ou do exercício físico, poder pensar em si e estruturar a saída do cárcere, a vida pós prisão.

Margarida aponta as coisas ruins que estão fora, quase como uma proteção disso estar na penitenciária. Isso mostra como pode ser difícil a vida das mulheres em suas comunidades e quanta exposição a riscos.

Então, eu procuro... ler bastante, né, que eu leio bastante... Eu... agora como eu sou... evangélica eu “tô” lendo mais a Bíblia, né?! Ai eu pego bastante livro também com... com... “os profeta...”, pra conhecer mais!(...) É, então... a oração, né?! A oração fortalece bastante! Mas eu converso também com “as pessoa”, eu choro... eu... eu falo assim que... eu gosto de chorar, porque chorando que eu ponho o que eu “tô” sentindo pra fora! (Gérbera)



Eu gosto de ler muito a Bíblia, sabe?! Eu sou muito temente à Deus...! Eu, quando eu saio no pátio(...) Então eu gosto de passar muito a palavra de Deus pras meninas... Eu faço... Eu faço isso de manhã, eu agradeço a Deus primeiramente, né, por Ele... por eu ter dormindo e acordado e Ele zelado pelo meu sono e pela minha vida, pelo ar que eu respiro, eu dobro “os joelho”, eu agradeço e a noite a gente também faz campanha, porque na cela não tem muito como se exercitar muito, fazer um exercício, mas... enfim, é assim... Eu medito! Eu gosto de meditar! (Gardênia)



Leio livro, às vezes eu gosto de ler... (13:33) romance espírita, pego... livro pra ler(...) Mas daí eu oro também, falo “ah...” Faço as minhas preces também e exercícios físicos já não posso (...) Então... Mas... o mental assim... eu procuro ler... O emocional... às vezes eu acho alguém... Tem umas... tias... umas senhoras mais... Que a gente acaba pegando carinho como mãe da gente mesmo... a gente vai e desabafa, conversa ali... Daí tem um conselho... (Girassol)



Gérbera, Girassol e Gardênia se refugiam na religiosidade.

Embora possamos reconhecer o paradoxo inerente à relação entre o cuidado de si e a renúncia de si, trata-se, ainda assim, de uma forma específica de cuidado de si, conforme analisado por Foucault ao abordar o que ele denomina de “terceiro momento” desse conceito, correspondente ao período cristão. Nesse contexto, o cuidado de si, tal como concebido no cristianismo, está intrinsecamente vinculado à ideia de renúncia, a qual se fundamenta na busca pela salvação, projetando-se em uma perspectiva voltada para o futuro.

É importante lembrar que o acesso à religiosidade no contexto prisional está muito restrito às igrejas pentecostais, cursos bíblicos, pois não tivemos notícias de iniciativas por outras religiões. As praticantes de outras religiões e crenças dependem do acesso aos livros na biblioteca, por exemplo, para um certo alimento para a sua fé. Magnólia nos fala da sua percepção sobre isso:

Aqui o que prevalece são as igrejas pentecostais. Por conta do acesso que as pessoas querem ao milagre da liberdade. Eu já peço um pouco mais, eu peço a libertação porque eu sei que isso é uma janela e como o meu espírito é imortal, se for justo, segundo as leis de Deus, e útil ao meu espírito imortal, a hora que chegar a hora eu vou sair daqui porque eu não cometi crimes nessa vida, mas em outras eu não sei, né? (Magnólia)



O Cardápio “Michelin”¹¹: é o agrupamento das respostas das lideranças extramuros que nessa categoria adotamos a metáfora do cardápio Michelin vez que, nas respostas de “como se cuidavam”, verificou-se que possuem acesso e consomem diferentes técnicas de si, portanto, opções dignas de “estrela Michelin”, acessos mais sofisticados, quando comparado ao restrito e empobrecido cardápio jumbo da penitenciária. Fica evidente que, numa perspectiva ocidentalizada e capitalista do consumo, o cuidado de si ainda é uma possibilidade e privilégio de poucas de nós.

Abaixo, segue representado o cardápio considerando as diferentes técnicas de si:

<p>Espiritualidade/ Religião/ Meditação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Essas tentativas de meditação eu já fiz várias vezes na minha vida. Algumas davam certo, eu voltava um pouco pra trás, agora desde que entrou a pandemia eu tenho conseguido manter a regularidade...” (Hortênsia). • “Assim, olha, eu fui assim muito por gratidão a... a tudo que eu recebi desse segmento religioso (...) Eu acho que a vida é congregar, a gente precisa congregare. E essa palavra religião pra mim é congregar, tá? Então pra mim tanto faz quando eu era adventista, tá? Foi muito bom congregar porque naquele momento de congregar você divide o seu amparo e recebe amparo das pessoas. E no candomblé é muito maior porque é uma família imensa que dorme aqui, isso aqui vira um hotel, joga colchão pro chão, albergue e aí todo mundo dorme junto, todo mundo come junto. Então eu acho que religiosidade é isso, é você dividir o momento com as pessoas no momento de fé e no momento de acolhimento. Então pra mim é congregar.” (Verbena). • “Eu sou católica... Eu acordo, eu faço... meditação...! Mas eu gosto muito de... de ficar só!” (Begônia). • “Dos meus processos emocionais, do autoconhecimento e da minha espiritualidade, através do caminho que eu sigo...” (Magnolia).
--	---

¹¹ Michelin: A estrela Michelin é uma avaliação que atesta a qualidade dos restaurantes no mundo todo.

	<ul style="list-style-type: none"> • “Aí eu tenho muita espiritualidade pra tratar as minhas dores! (...) vou pra praia, medito... Tudo comigo mesmo, sabe?! (...) Isso eu faço bastante principalmente (09:21) aqui na praia, eu moro ali, a praia “tá” ali! E eu saio caminhando, penso... As minhas meditações são mais assim... caminhando” (Orquídea). • “Outra questão também que é muito forte é a questão da... disso que a gente vai falando, “né”, da nossa saúde mental e também da minha espiritualidade, “né”, por exemplo, também não estou conseguindo seguir à risca, “né”, mas tenho buscado manter uma rotina de meditação...” (Iris).
<p>Psicoterapia</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Tô” fazendo terapia, né...?! Logo... logo quando eu consegui o mandato... Já tinha conversado com algumas pessoas antes sobre isso... E aí logo que começou o mandato, comecei a fazer psicoterapia... então... fazer semanalmente, né, essa questão de... com relação a saúde mental... (Amarilis). • “Então a terapia foi um dos processos...” (Lavanda).
<p>Técnicas integrativas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu gosto muito de acupuntura e massagem, então eu sempre me permiti, né, já há mais de cinco, seis anos a... a ter realmente uma vez por semana a massagem ou acupuntura...” (Hortênsia). • “Então assim, muitas práticas... eu sou thetahealing, reikiana, faço ho'oponopono, vou pra praia, medito... Tudo comigo mesmo, sabe?!” (Orquídea). <p>“Eu já pratico “ho'oponopono” há mais de seis anos”. Então, eu tenho lá meu horário disciplinadamente, eu me fecho na minha cama e faço as minhas práticas. (...) Eu levanto, faço minha higiene pessoal e faço os meus exercícios de bioenergia e alguns exercícios de ioga, que eu pratiquei muito ioga também...” (Magnolia).</p>
<p>Limites/Dizer não</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Um dos aprendizados...É, e aí assim, tipo, eu acho que esse cuidar de mim foi aprender a colocar limites, “né”, aprender a dizer não pra algumas coisas, é... não me colocar por último, de autoestima, colocar por último de atenção, de cuidado, de tempo!” (Iris). • “Então, hoje, quando eu fiz 54 anos, não faz tanto tempo, né, porque eu “tô” com 69..... eu comecei a analisar que eu precisava (...) Cuidar mais de mim! Eu precisava entender. Porque o sacerdote, a sacerdotisa, as pessoas é... entende que ele é um ser puro! Um ser que não dói, um ser que não sofre dor, um ser que não tem ensejo, (38:47) entendeu?! (...)Enfim, eu... me dedicava... me anulei um pouco, sabe, assim...? Mas eu gosto muito do que eu faço... de verdade! Então, mais hoje eu digo assim: “Olha, eu aguento até aqui!” Eu aguento até aqui.” E mesmo na orientação espiritual, porque “cê” pensa que Candomblé, eles acham que a mãe... que a sacerdotisa também é escrava Anastácia.” (Verbena). • “A outra é que hoje eu... eu... eu coloquei os limites... Eu tenho dois filhos, de no final de semana... é... o final de semana é deles! Eu acho que isso também é uma coisa de cuidado pra mim com as pessoas que eu amo. Outra coisa é... é... de fato ter o meu tempo... pra mim, “né”?!” (Lavanda).

<p>Corpo:</p> <p>Atividades físicas, alimentação e estética</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Faz dez anos na minha vida que eu faço ginástica, vai Ariane, porque eu entendo que fazer ginástica é bom pra minha saúde física e mental!” (Hortênsia). • “Tem algumas coisas que eu fazia antes que, por exemplo, exercício físico, que me ajudava também bastante... que eu não consigo colocar rotina pra... pra... Preciso me organizar mesmo pra conseguir voltar a fazer exercício físico...” (Amarilis). • “Procuo fazer atividades físicas” (Camélia). • “Tá.” Acho que assim, é... é... tem coisas que eu deixo muito a desejar... tipo assim, atividade física eu sou uma preguiçosa... Gente do céu, me dá vergonha... Tipo assim, fazer atividade física... essa é uma... essa é uma... é uma promessa que eu renovo todo ano! (...) Porque a gente que faz Mestrado, Doutorado, não sei o que, a gente fica muito cerebral” (Iris). • “Tem o dia que eu vou, faço minha unha, faço minha sobrancelha, faço não sei o quê... Pra eu me sentir bem! Parece uma coisa besta, mas não! Exatamente! Se paparicar, né?! Ter o seu momento!” (Tulipa). • “Procuo cuidar da estética, né, também, é... do corpo, da pele, enfim...!” (Camélia). • “Como eu me alimento, como eu durmo, as horas que eu tenho de lazer, o quanto eu me dedico ao trabalho... “Né”?! Então, eu acho que o cuidado de mim... “tá” um pouco nessa linha!” (Iris). <p>“Eu coloco até como metas... (risos) Aquelas metas de início de ano, né?! Então uma das metas minhas sempre é o meu autocuidado... Do que eu exerço é... na forma como eu me alimento, por exemplo, eu procuro... me alimentar muito bem. Consumo alimentos orgânicos, não consumo açúcar, não consumo glúten (...) faço acompanhamento com médico, Nutricionista, enfim... Então, é... é... é uma área da minha vida que eu invisto, né?! Invisto em suplemento, então, é uma área que eu invisto não só energia, disciplina, mas também... bastante grana...! (risos)” (Camélia).</p>
<p>Amizades</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu procuro almoçar ou jantar com amigos, que é uma coisa que eu gosto” (Hortênsia). • “De poder sim é... ter passeio só com as amigas... então, por exemplo, tem um grupo de mulheres negras... todas bem-sucedidas, que se encontram uma vez por mês pra jantar juntas! E aí é muito interessante, porque é... são só mulheres negras (...) se encontrando pra serem felizes! Não é pra falar sobre o racismo” (Verbena).
<p>Ativismo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Como eu comecei o meu ativismo muito cedo, é... eu fui identificando gatilhos... e entendendo algumas coisas que eram importantes (...) E eu acho que essas... é... esses mecanismos foram me dando alguns elementos importantes pra estudar algumas coisas que eram importantes” (Lavanda).

<p>Estudo e Leitura</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu gosto muito de ler e tal... Quando as meninas eram muito pequenas teve uma fase que eu não conseguia fazer muito isso, né? Mas assim, eu procuro ter isso” (Hortênsia). • “Então, é... eu acho que essa questão, “né”, de voltar pra mim... Eu acho que é um pouco assim... Eu poderia falar naquilo que o Foucault mesmo fala, “né”?! Do cuidado de si!” Tenho um pouco até... tenho nos últimos anos estudado um pouquinho dos estoicos... Filosofia... pensando isso: Que a gente tem é... A gente tem que cuidar do humano que nós somos, “né?!”(Iris).
<p>Estratégias autênticas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • “Procuo é... sempre me refugiar na natureza, né, de tempos em tempos... que é algo que me nutre, que me faz muito bem...!” (Camélia). • “Outro que eu comecei a fazer muito foi é... me permitir sonhar... Inclusive eu acabei de escrever um texto...! Eu escrevo pra “Revista X” e meu último texto é... chama... O último texto de 2022 chama-se “Que possamos sonhar ao meio-dia.” Que é essa ideia de... criar... trazer mais leveza pra nossa vivência que já é uma vivência muito difícil! (...) Então, por exemplo, uma coisa que eu faço muito hoje é... tenho 30 minutos de férias todos os dias! Por quê? É um jeito que eu faço pra me desligar das coisas que eu “tô” fazendo e conectar com alguma coisa que pra mim é muito importante, por exemplo, viajar! Então, eu... a gente “tá” em 2023, até 2025 eu tenho nove viagens planejadas! Planejadas, mas não organizadas. Então, eu uso esses 30 minutos pra organizar! Qual que é o roteiro... tudo assim! Quem que vai viajar junto... animar os grupos...! E eu comecei a fazer isso! E eu comecei a fazer isso... com famílias negras, porque eu percebi que as famílias negras não sonhavam, porque elas não se permitiam! Não é porque elas não tinham a possibilidade! (...) A Sobrevivência é única forma de vivência, “né”?!(...) Outra coisa que... foi uma experiência muito legal que a gente fez esse ano: A minha irmã escreveu um... coordenou junto comigo, com a minha mãe e com a minha avó, um livro de fotografia de sete gerações de mulheres da minha família! E aí é... foi a primeira vez que a gente olhou pra história da minha família, que é uma história desde a minha tataravó até a minha filha, estão em fotografias no livro, pra mostrar a potência das mulheres negras e não a dor das mulheres negras!” (Lavanda).

Assim, quando olhamos mais atentamente para o grupo das lideranças extramuros, encontramos com mais facilidade as tecnologias de si, as práticas, a vivência de técnicas mais focadas no conhecimento de si, numa capacidade de apropriação da sua história e de uma narrativa que possibilita novas significações e que se empoderaram também pela sua vivência da espiritualidade.

Vamos nos ater aqui aos aspectos que fogem das técnicas mais conhecidas e tradicionais: interessante essa menção de mulheres negras se encontrarem para serem felizes e não para tratar da pauta do racismo, mas, possivelmente, dentro do conforto da

horizontalidade: ao que parece são todas mulheres negras bem-sucedidas. Algo a se pesquisar, mas, entre outras categorias onde os extratos são semelhantes, a possibilidade de trocas mais descontraídas é mais frequente, na medida em que um suposto poder pelo que se tem, poder econômico, ou intelectual, não está presente.

No ativismo também se encontra alguma horizontalidade, ou ao menos, um ponto comum que faz reunir a comunidade e há algum conforto no convívio. Já Iris fala do cuidado de si em uma dimensão mais intelectual, como o cultivo de si, o estudo da filosofia e a leitura como esse cultivo, a busca pelo entendimento.

Lavanda mostra a importância de se ter alguma folga financeira na vida para comprar ou se permitir o cuidado de si, um ócio para pensar, planejar lazer etc. Na verdade, algum recurso para poder sair da vida cotidiana, tirar férias instantâneas.

Aqui um “*insight*” que pode ser um paralelo para as lideranças intramuros (mulheres encarceradas), que estão com suas vidas suspensas, também podem se dar ao luxo de pensar na vida, das “férias de algumas opressões de fora”, mas, evidentemente, mergulho em outras.

Sobre a espiritualidade, aqui fica mais fácil distinguir um discurso mais libertador, em que a vivência da espiritualidade e até mesmo da religiosidade está a serviço do empoderamento, do cuidado de si e dos outros. Podemos compreender que o que talvez esteja em jogo não são as doutrinas religiosas em si, mas sim que tipo de prática se tem com essa “verdade”, que tipo de conexão, de relação, que se estabelece. Que pode ir desde uma relação que aprisiona, mas que também pode trazer poder espiritual, como veremos abaixo:

*Uma mulher de poder é essa mulher com esse poder espiritual, entendeu? Essa força não tem escola, não tem faculdade. É o interior espiritual dela. Então, quando eu consigo fazer isso, e, às vezes, leva meses, eu pedindo pra ela vim, é uma terapia espiritual. Olha eu já tive tanta experiência boa, então quando você consegue fazer isso e dizer pra ela - olha você não é só isso. Quando ela consegue se convencer de novo disso, é porque eu tenho que ir alimentando ela, entendeu? Aí uma hora ela. Ela vai conseguir se nutrir, né? Daí pronto, ela se nutre, ela fala: - mãe, é uma liberdade, aí eu vou te falar, é uma felicidade (...) se ela acreditar que ela pode **botar o poder espiritual dela de dentro pra fora**. Ela vai conseguir vencer qualquer obstáculo, porque essa essência que Deus deu, que é essa energia vital, que tem dentro de nós ninguém pode tirar. (Verbena)*

Assim, apostamos que a vivência da espiritualidade pode estar a serviço do desenvolvimento de uma força, de um verdadeiro poder interior para as mulheres, quando

realmente essa vivência possibilita essa transformação, essa conversão para si, esse cuidado, esse trabalho de si para si mesma.

Considerações Eixo Cuidado de si:

Por meio das respostas obtidas na pergunta 1 deste eixo é possível verificar a seguinte categoria de análise: **“O cuidado como processo: do outro ao si”**.

Trata-se de uma categoria ampla, que abarca diferentes aspectos nessa lógica invertida que é constituir um cuidado primeiro no outro para depois chegar ao si. Começamos por abordar essa diferenciação que as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) conseguiram fazer em relação ao cuidado de “dentro do si” x cuidado de “fora do si”.

Isso não apenas evidencia o dentro e o fora da penitenciária enquanto espaço geográfico, mas subentende-se que, com a experiência do encarceramento, esse traçado delimitador do externo (extramuros) se torna mais concreto e, de alguma maneira, esse limite pode ter contribuído para que estas conseguissem acessar melhor o “lado de dentro de si mesmas”. Ou seja, à medida que o mundo externo está bem delimitado, isso facilitaria um maior contato com o mundo interno. Aponta, também, que para vidas conturbadas, angustiantes e vulnerabilizadas, o encarceramento pode ser momento de “descanso” e reflexão.

Além disso, considerando que a vida encarcerada as desobriga de algumas responsabilidades e as afasta de algumas opressões próprias da cultura moderna tal como a subsistência, o cuidado com os outros e com os filhos, o trabalho doméstico, mas as aproxima de outras, evidentemente, é possível compreender que o foco no que está se passando dentro esteja em evidência.

Pelas respostas, podemos verificar que elas demonstram estar mais em contato com o momento presente da vida, falando mais diretamente de dentro de si, no que estão sentindo no “aqui e agora”.

Entendemos que essa experiência abre possibilidades para uma imersão em si mesmas, todavia, com a ausência de mediadores/ferramentas para vivenciar essa relação consigo mesmas e com o peso do “comum” que se apresenta neste espaço, tendo em vista que o encarceramento obriga a um compartilhamento compulsório do espaço físico, mas também de uma relação interpessoal constante, o acesso a esse “dentro” é mais superficial do que poderia significar caso houvesse uma estrutura que apoiasse esse “trabalho

interno”. Mas, esteve sempre presente esse potencial para um trabalho estruturador para a vida fora do cárcere que abrangesse as relações futuras com as famílias e as comunidades.

Importante ressaltar que não estamos com isso querendo dizer que o encarceramento é uma experiência necessária para o cuidado de si, sabemos que este contexto de privação de liberdade é compulsório e a restrição da liberdade implica em uma gama de violações, mas também pode implicar uma possibilidade de processos internos que cada mulher encarcerada podem vivenciar de forma diferenciada, de acordo com as subjetividades existentes e caso tivéssemos uma atuação da instituição que se pautasse pelo controle da violência nas comunidades pobres e maiores oportunidades de vida digna às mulheres. Ainda, a revisão de uma política de encarceramento como das poucas alternativas a esta população mais pobre.

Nosso grifo é apenas no sentido de reconhecer que quando uma porta se abre “do lado de dentro” isso pode significar uma potencialidade na subjetivação, a abertura de um processo de autoconhecimento, mas, para isso, seria necessário um maior aparato técnico para essa caminhada conjunta no “reino do si mesmo”.

Já dissemos que a penitenciária exerce uma quase suspensão das demandas da vida externa e apesar da quase inexistência de técnicas para cuidado de si, a forma como “usam” o período do encarceramento para entrar em contato com o “reino do si” pode reduzir essas disparidades, desde que tenham suporte e estrutura para esse trabalho interno.

Fazemos essa reflexão porque se recorrermos às nossas leis, verificamos que um dos objetivos do encarceramento, para além da punição, é a reeducação e ressocialização para uma nova vida.

De acordo com o nosso Código Penal, a pena possui duas finalidades: prevenir e reprimir condutas ilícitas e culpáveis realizando, a partir de sua execução, o processo de ressocialização dos indivíduos “delinquentes” (90).

Já de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) brasileira, Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, em seu Art. 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (91).

Ainda no Art. 10 da LEP está disposto que “a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se esta ao egresso” (91).

A LEP prevê, entre as atenções básicas que devem ser prestadas aos presos: assistência psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social, material e à saúde.

Todavia, é sabido que o sistema prisional enfrenta obstáculos na aplicação de muitos de seus dispositivos, dentre esses, o da ressocialização.

Aqui, o presente trabalho de Saúde Coletiva apresenta uma forte intersecção com o Direito Penal, afinal, ainda que haja discussões polêmicas em torno do conceito de ressocialização Julião citando dois juristas (Bitencourt e Baratta) nos diz que “embora a literatura revele a existência de controvérsias em torno do tema da ressocialização, qualquer das posições traz propostas de ações que têm como finalidade impactar na trajetória de vida dos indivíduos encarcerados (92).

Ou seja, as leis penais não se furtam de trazer que este é um dos objetivos das penas.

Entretanto, como essa ressocialização pode ser promovida em um ambiente prisional? Quais tecnologias de promoção de cuidado estão acessíveis?

Aqui, usaremos os dados referentes ao quantitativo de profissionais psicólogos e psiquiatras como exemplos de profissionais promotores de “cuidados em saúde mental” em todos os estabelecimentos penitenciários do Estado de São Paulo, conforme tabela que consta no site da SENAPPEN (77) e veremos que esse ideal está longe de ser minimamente cumprido: se temos uma população de 420.000 presos no Estado de São Paulo e dividirmos pelo número total de psicólogos, por exemplo, teremos uma taxa de 1.858 presos/psicólogo, ou seja, o que se mostra humanamente impossível de prestar uma assistência psicológica adequada para todos (as). Quando estendemos esse raciocínio para os psiquiatras então, a taxa é ainda mais precária: 26.250 presos/psiquiatra.

Saúde - Psicólogos e Psiquiatras					
Período de Julho a Dezembro de 2022					
Estado					
Presos em Cella Física			Presos em Prisão Comunitária		
Município (clique abaixo para pesquisar): Todos					
Nome do Estabelecimento (clique abaixo para pesquisar): Todos					
Etetivo Masculino	Psicólogos	Temporário Masculino	Etetivo Masculino	Psiquiatras	Temporário Masculino
46		0	13		0
Etetivo Feminino	Total	Temporário Feminino	Etetivo Feminino	Total	Temporário Feminino
179	226	0	3	16	0
Comissionado Masculino		Terceirizado Masculino	Comissionado Masculino		Terceirizado Masculino
0		0	0		0
Comissionado Feminino		Terceirizado Feminino	Comissionado Feminino		Terceirizado Feminino
0		1	0		0

Figura 7 - Equipe de Saúde Mental do Sistema Penitenciária, SENAPPEN.

Estamos cientes de que este não é o único indicador que explica a dificuldade da ressocialização ou promoção de cuidados da população prisional. Os desafios são inúmeros, mas a opinião quase consensual de que a prisão não é capaz de ressocializar não implica em consenso sobre os rumos que deveriam ser dados à prisão. O que esses números apontam é que a escassez de recursos faz parte de uma política de encarceramento que não tem outro objetivo se não esse, encarcerar os mais pobres e negros, grande maioria dos encarcerados.

Quanto a isto, Baratta (93) aponta duas grandes posições: a realista, que entende que a prisão somente é capaz de neutralizar o delinquente, ou seja, numa posição da prevenção especial negativa, e a idealista, que entende a prisão como espaço de prevenção especial positiva (ressocialização) e, ainda que admitam a ineficácia nesse sentido, acreditam que o abandono desta ideia poderia reforçar o caráter exclusivamente punitivo da pena.

Para Baratta (93), nenhuma dessas duas posições é aceitável. O intuito da ressocialização não deve ser abandonado, mas reconstruído e, nesta reconstrução, propõe a substituição dos termos ressocialização e tratamento pelo de reintegração social.

O termo reintegração social pressupõe a igualdade entre as partes envolvidas no processo, já que requer a “abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão” (93)

Não se pode conseguir a reintegração social do sentenciado através do cumprimento da pena, entretanto se deve buscá-la apesar dela; ou seja, tornando menos precárias as condições de vida no cárcere, condições essas que dificultam o alcance dessa reintegração (p.2).

Seguindo essa mesma linha argumentativa, Alvino de Sá acrescenta que a oposição aos termos reabilitação e ressocialização se dá pela responsabilidade que a sociedade passa a ter neste processo. Retomando suas palavras, “pela reintegração social, a sociedade (re)inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias nas quais esses excluídos tenham uma participação ativa, isto é, não como meros ‘objetos de assistência’, mas como sujeitos” (94).

Entendemos que esse momento é “privilegiado” no sentido do cuidado de si, esse si que está implicado, “preocupado” com sua própria vida. E é especial a medida em que se desobriga das demandas externas e, portanto, poderia ser potencializado e explorado a favor da reeducação (ou restauração de suas potencialidades que foram esquecidas ou inibidas, ignoradas em uma trajetória inapropriada para esse

florescimento). Afinal, apenas a limitação no direito de ir e vir é frágil para provocar transformações e mudanças em si que signifiquem uma nova conduta perante a vida.

Aqui, falamos de conduta num sentido foucaultiano, ou seja, para além de uma forma específica de sofrer a sujeição do exercício do poder, de como se é conduzido, mas, de uma outra perspectiva, a conduta é também a atividade daquele que “se conduz frente ao modo como é conduzido ou ao modo como se pretende conduzi-lo” (95).

Portanto, acima de uma conduta que respeite as regras do sistema penitenciário, se buscarmos realmente uma reintegração social, não podemos negligenciar o aspecto mais subjetivo que precisa ser fomentado, cultivado, no desenvolvimento da prática do encarceramento: a do indivíduo que busca uma nova rota na sua conduta. Essa é, portanto, uma falha no sistema penitenciário brasileiro que pouco ou nada oferta para esse “trabalho de si”.

Um outro aspecto que está contido nesta categoria é que alguns apontamentos das lideranças intramuros (mulheres encarceradas) demonstram uma **dimensão de maior materialidade a respeito do cuidado de si**: mais localizados na questão da independência financeira (cuidar de si como manutenção/sobrevivência, cuidar da família) e surge uma referência relacionada ao universo das drogas (aprisionamento da droga).

Aqui recorreremos a alguns índices que apontam às desigualdades de gênero no Brasil para demonstrar que essa preocupação com as questões financeiras como correspondente à cuidado de si de algumas mulheres encarceradas não está deslocada da realidade brasileira: de acordo com IPEA, ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais (p.p.). Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009 (96).

Quando buscamos compreender o significado desse aumento da chefia por mulheres, é importante perceber em que tipos de famílias estas mulheres estão. Em 2009, 26,1% das mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais. Houve um aumento considerável – mais de nove vezes quando comparado ao levantamento de 1995 – no número de mulheres identificadas como chefes nas famílias formadas por casais (96).

Ou seja, as mulheres têm cada vez mais assumido essa responsabilidade de chefiar famílias em nosso país, independente da configuração familiar: quer seja monoparental ou formada por casais, essa atribuição recai cada vez mais sobre as

mulheres e, portanto, não é de se estranhar que este indicador esteja associado ao “cuidado de si”.

Em 2021, pelos critérios do Banco Mundial, 62,5 milhões de pessoas — ou 29,4% da população do Brasil — estavam na pobreza e, entre elas, 17,9 milhões (8,4% da população) eram extremamente pobres.

De acordo com o IBGE, a proporção de pessoas pretas e pardas abaixo da linha de pobreza (37,7%) era praticamente o dobro da proporção de pessoas brancas (18,6%). Ainda segundo o IBGE, cerca de 62,8% das pessoas que viviam em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza. A chamada **feminização da pobreza** é um fenômeno global: mais de 70% das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo são mulheres, segundo dados da ONU. No Brasil, esse fenômeno não pode ser dissociado dos recortes de raça e região do país onde vivem as mulheres mais pobres (97).

O que os dados demonstram é que as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) sabidamente se encontram com maior número de marcadores de vulnerabilidade, talvez sofram de um “sobreassujeitamento”¹² que pode ter a ver com uma questão de pobreza estrutural, portanto, é compreensível que estejam ocupadas e preocupadas com a situação financeira e que “se manter financeiramente” esteja estritamente relacionado ao “cuidar de si”, afinal, **senão elas, quem por elas?**

Por outro lado, as lideranças extramuros (que estão “do lado de fora da vida”), parecem trazer mais as questões relacionadas aos assujeitamentos/opressões a que estão expostas no recorte mais “fino/sofisticado”, quer seja as demandas relacionadas à carreira; às exigências sociais do cuidado dos outros; à maternidade como prejuízo do cuidado de si; à necessidade de autonomia financeira = sucesso e do próprio autoconhecimento (reconhecer limites), ou seja, parece haver outros elementos que se apresentam e que é preciso dar conta.

Portanto, o cuidado de si seria esse processo de “dar conta do mundo de fora”, para então, “olhar para o mundo de dentro” e talvez por isso elas nomeiem isso como um PROCESSO, ou seja, algo que não está dado, não é líquido e certo, não é direito indisponível.

¹² O prefixo “sobre” na palavra assujeitamento tem o sentido de demonstrar que estamos falando de uma situação em que o assujeitamento é “superior”, ou seja, está uma posição superior, acima daquilo que normalmente consideramos como assujeitamento.

Pelo contrário: considerando a ordem das coisas (machismo, neoliberalismo etc.) esse “direito de cuidar de si” vai precisar constantemente ser reivindicado para ocupar o seu espaço do lado de dentro.

De acordo com Relatório Esgotadas (98) as mulheres dedicam o dobro de tempo nas tarefas domésticas e de cuidado semanalmente: enquanto as mulheres dedicam 21,4 horas, os homens dedicam apenas 11 horas semanais. Em um ano, as mulheres gastam 1.118 horas (47 dias) nessas tarefas, enquanto os homens dedicam apenas 572 horas (23 dias).

Ainda sobre os dados do relatório temos que a sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada de trabalho excessivo foram o segundo fator apontado pelas entrevistadas como tendo maior impacto em sua saúde emocional, atrás apenas das preocupações financeiras. O trabalho de cuidado sobrecarrega principalmente as mulheres de 36 a 55 anos, o que significa um impacto sobre a saúde mental destas.

Quando se fala em cuidado, a figura da mulher continua sendo “naturalmente” identificada no imaginário social como responsável, sob a justificativa dos “atributos femininos” serem mais adequados para tais tarefas.

Sabe-se, através dos estudos feministas, que estas visões são decorrentes das construções sócio-históricas e econômicas das desigualdades entre os sexos nas relações sociais, presentes historicamente nas opressões vigentes em uma sociedade patriarcal. Nesse sentido, podemos dizer que temos uma **feminização do cuidado**. Conforme Kuchemann e Pefeilsticker:

Historicamente, coube às mulheres principalmente a responsabilidade sobre as tarefas reprodutivas, enquanto aos homens foram delegadas as tarefas produtivas, pelas quais passaram a receber uma remuneração. As construções culturais transformaram essa divisão sexual do trabalho em uma especialização “natural”. Além disso, o papel de esposa e mãe foi mistificado: o fato de que as mulheres se dedicassem somente ao lar se transformou em um símbolo de status e gerou-se um culto à domesticidade, no qual a família e o domicílio passaram a ser considerados espaços de afeto e criação a cargo delas (99) p. 3-4.

Conforme as autoras, estes aspectos favorecem duas crenças: a de que o trabalho doméstico deve ser feito pela mulher e a de que estas atividades não são trabalho (99). Embora seja perceptível mudança nessa visão, principalmente em razão dos questionamentos feministas, ainda prevalece os papéis tradicionais, fazendo com que, quando se discute a sobrecarga da família na provisão de bem-estar de seus membros, trata-se quase que exclusivamente da sobrecarga da mulher.

Socialmente temos uma atribuição da tarefa de cuidado para as mulheres. E o que vemos, em pesquisas ou no consultório, é que os homens buscam menos ajuda, esse cuidado dos homens sobre as mulheres no cotidiano familiar e isso tem um impacto no sofrimento das mulheres. Porque estamos falando aqui de sofrimento (98).

Assim, a concepção de cuidado que mobiliza esses breves apontamentos, é de que essa categoria não deve ser abordada deslocada do contexto macrosocial. Os recursos que ampliam ou restringem as possibilidades de cuidado, seja na perspectiva individual ou coletiva, são determinados pelas condições sociais e históricas dos atores envolvidos quais sejam: os demandantes de cuidados, a família, o Estado, e, no contexto contemporâneo, o mercado, ocupando o espaço não assumido pelo Estado, conforme a intencional direção dada às políticas sociais.

Esse “cultivo de si” ou o “si mesmo”, ou seja, a relação de si consigo mesma precisará de muita proteção para que não seja precarizado considerando a estrutura opressora que se impõe mais fortemente (falta de tempo, sobrecarga etc.).

E se, num primeiro momento, verificamos que as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) conseguiram acessar o momento presente e esse “mundo interno do si”, talvez isso esteja ligado a essa segunda reflexão: quando estão desobrigadas dessa responsabilidade e preocupação de ordem material, conseguem olhar para si mesmas.

Por outro lado, as mulheres do lado de fora da penitenciária, liderança extramuros, que poderíamos pressupor mais privilegiadas nesse sentido da ausência da vulnerabilidade socioeconômica, demonstram que o cuidado de si foi uma conquista, um processo e fazem quase que uma “retrospectiva”, porque talvez isso indique que cuidar de si para as mulheres é **sempre** um processo de aquisição que tem uma lógica invertida: começa no outro e somente após um processo chega ao “si”, quer seja porque é preciso superar as questões de sobrevivência e manutenção financeira, quer seja porque este direito não é dado como condição *sine qua non*, é preciso reivindicá-lo em nossa subjetividade, porque há outras opressões de todas as ordens, ainda que sejam mais “refinadas” (carreira, limites etc.).

Ou seja, quer sejam privilegiadas ou não, vulneráveis ou não, o cuidado de si é sempre um percurso, uma conquista em que se encontram obstáculos materiais e subjetivos.

Daremos um destaque ao impacto da “**maternidade**” nesse processo de cuidado do outro e de si, uma vez que tivemos respostas das lideranças extramuros que representam uma espécie de “impressão digital” que esta pode produzir no cuidado de si.

Antes de qualquer coisa é preciso entender que a maternidade é um evento único na vida da mulher, repleto de expectativas e sentimentos, vivenciado de modo diferente que varia de pessoa para pessoa (100). Ou seja, não buscamos aqui encontrar uma resposta generalista, mas apontar que, nesse estudo, algumas mulheres demonstraram o quanto é desafiador se equilibrar entre o peso da maternidade/maternagem enquanto principais papéis sociais femininos, além de toda demanda decorrente desta e ainda assim, cuidar de si e de sua subjetividade.

Termos como “eu fiquei muito imersa, né, nesse universo, aí de... cuidar exageradamente do outro”, “percebi que eu estava muito jogada” demonstram que a tarefa da maternagem tem um forte impacto no âmbito do cuidado de si.

Não desconsideramos que essa dedicação materna (ou “preocupação materna primária”, como Winnicott nos diz) é fundamental para o vínculo da mãe-bebê e crucial para a sobrevivência de um bebê que é totalmente dependente de cuidados, e, também, para o desenvolvimento emocional saudável do bebê, atitude que envolve a capacidade da mãe para atender às necessidades do bebê de forma sensível e responsiva.

Mas será que em uma visão mais otimista, a maternidade poderia significar uma experiência de extensão do si, ou seja, uma ampliação do cuidado de si? Em que contextos (intra e extra psíquicos) isso se traduziria? É claro que não queremos com isso romantizar essa vivência inicial da maternidade como algo “mágico” e “instintivo”, mas pelos relatos colhidos na pesquisa é possível perceber que algumas lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) referem um detrimento da capacidade de cuidado de si na maternidade.

É importante o destaque porque se nos determos a superficialidade do termo “cuidado de si” poderíamos interpretá-lo de forma a propor um cuidado egocêntrico, individualista sobre si mesmo. Contudo, com um aprofundamento da leitura foucaultiana é possível compreender que, para este filósofo, o cuidado de si é um arcabouço imprescindível para o cuidado dos outros, dimensões interrelacionadas.

O fato é que o processo de matinar é impactante na subjetividade das mulheres, e por isso a psicanálise fala do binômio “mãe e bebê”. Especialmente no primeiro ano de vida, essa dupla está vivenciando o processo de separação-indivuação mãe-bebê (101). E, nesse sentido, algumas mulheres podem vivenciar uma certa “perda de identidade”.

Neste estudo, as mulheres o trouxeram como uma espécie de “prejuízo ao próprio cuidado de si”, desse mergulho e imersão na maternidade significar um cuidado excessivo ao outro (e esse cuidado da mulher com os filhos não se restringiria apenas ao atendimento das necessidades básicas do bebê, mas também a uma disponibilidade

psíquica/maternagem) ao preço de um certo abandono de si. Essa pode ser uma questão cultural, não da tarefa necessária para o atendimento de alguém que depende em tudo para sobreviver nos primeiros anos de vida. Mas, sim, de como se vivencia este período do ponto de vista cultural, que chega a colocar a maternidade como um “sofrer-se no paraíso”. Uma maternidade quase que santa e que depende de uma doação completa do ser-se.

Isso tudo parece corresponder ao ideal de que boas mães seriam aquelas que nutrem um amor incondicional pelos filhos, ainda que isso signifique um abandono de si, uma espécie de “sacrifício” o que faz ligação com o mito do instinto materno, segundo o qual a maternidade era uma tendência feminina inata (4).

Nesse sentido, recorremos ao conceito instituído pela pesquisadora Valeska Zanello (102), que incide sobre a vida das mulheres, quer elas tenham filhos ou não:

O **dispositivo materno** diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’. (...) esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação. O dispositivo materno atua juntamente com o modelo de “boa-mãe” instituído pelo Mito do Amor Materno de Badinter, impondo para as mães que se anulem diante das suas responsabilidades com os seus filhos.

Essa exaltação social da maternidade significa, portanto, que a mulher adquire maior valorização social à medida que assume mais responsabilidades (dentro do lar como mãe e educadora), ou seja, tinha um status adquirido na sociedade, que valorizava o devotamento e sacrifício em benefício dos filhos e da família (103).

Essa é uma perspectiva comum em uma sociedade patriarcal. Mas, ainda que tenhamos tido avanços no que se refere a conquista de direitos da mulher em nossa sociedade, inclusive no mundo do trabalho, vivemos profundas desigualdades: desigualdades salariais, enfrentamentos aos mais diversos tipos de violências e a sobrecarga de um trabalho do cuidado invisibilizado.

Se antes tínhamos a culpa de algumas mulheres em dupla jornada por não terem condições de dedicarem-se única e exclusivamente à maternagem, hoje temos um desprestígio e desvalorização (nenhuma ou baixa remuneração) em relação ao trabalho do cuidado do outro. O serviço de cuidar exige muito tempo, é mal pago (quando pago) e gera um esforço invisibilizado e contínuo. (98).

O que queremos apontar é que a mãe também precisa receber cuidados. Fala-se em rede de apoio, mas é preciso superar essa noção de maternagem como algo estritamente relacionado à figura da mulher mãe biológica, o que define a maternidade.

A resposta contemporânea precisa ser de uma “maternagem ampliada” que possibilite uma manutenção do cuidado do si da mulher que se tornou mãe. Uma vivência mais comunitária, que supera o paradigma que a maternidade é um trabalho individual, mas sim, tarefa da família, das comunidades e da sociedade como um todo.

Ou seja: “aquela maternidade que não é mera responsabilidade individual da mulher, mas do casal, da família, da sociedade, que recebe aquele novo cidadão ou cidadã na plenitude de seus direitos. É a maternidade vista e entendida como trabalho social”. (104).

Ainda no eixo cuidado de si, analisando as respostas obtidas na pergunta 2 (Como você se cuida?) fica evidente, pelos trechos apresentados, que temos a seguinte categoria de análise: **“Dois cardápios: Jumbo e Michelin”** para o cuidado de si. Se de um lado temos o “jumbo penitenciária” com um conjunto bastante restritivo de acessos às práticas de si, de outro, vemos mulheres com um cardápio “Michelin”, recheado de possibilidades. Um menu sofisticado e atraente. Mas o que isso pode nos revelar em termos de subjetivação?

O jumbo penitenciário representou para as mulheres que entrevistamos um banquete: elas exploraram cada “item” ao máximo com o mínimo que lhes é ofertado: se ocupando do trabalho como algo “terapêutico”, da leitura da bíblia como prática espiritual, e do “andar pelo pátio” como prática de cuidado com o corpo. E talvez isso represente muita similaridade com a vida externa à prisão. Uma vida de acessos restritos e estreitos em termos de direitos humanos.

À primeira vista, poderíamos pensar que essa escassez de ofertas não chega nem a “arranhar” o cuidado de si em seu sentido mais amplo. Mas, quando vemos mulheres “despreocupadas”, sem outros “atropelos típicos da sobrevivência cotidiana”, isso já significa um avanço. Aqui talvez valha a máxima: “se não me atrapalhar, já me ajuda”. Portanto, abre-se uma fenda e podem migrar do sobreassujeitamento para o assujeitamento. O importante para as pesquisadoras foi observar todo o espaço que há entre as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) para o cuidado/cultivo de si. Uma oportunidade de aprendizado de mecanismos de fortalecimento e abertura para um olhar sobre si, compreender os assujeitamentos e montar suas estratégias para a vida.

E essa fenda pode ter o seu potencial, o seu poder de ação: talvez possibilite uma consciência e uma alquimia que transforma ofertas simples e rústicas em um ensaio de cuidado de si. Ao menos de maior percepção entre o “dentro” e o “fora”. Uma consciência do si mesmo que evidentemente poderia ser mais bem explorada (no bom sentido da palavra) caso esse sistema que objetiva a reintegração social dispusesse de tecnologias inclusivas mais robustas e humanizadas.

Por outro lado, um vasto cardápio das lideranças extramuros (mulheres do lado de fora), um “menu Michelin”. Como o consumo dessas tecnologias de si tem impactado como em seus processos de subjetivação?

Que as lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) têm acesso a mais técnicas para cuidado de si (tecnologias de si) é inquestionável. Mas, ainda que sofram o assujeitamento a qual todas estamos expostas, são mais privilegiadas no sentido de acessar e consumir alguma “prática de si” que signifique uma possibilidade de cuidado de si na dimensão ética do termo.

Um ponto que nos chamou atenção foi que a escrita não apareceu nos cardápios como uma tecnologia de si em nenhum dos grupos pesquisados, algo que era bastante valorizado no período da filosofia greco-romano.

Além disso, pouquíssimas lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) trouxeram as amizades, as relações de confiança e afeto como algo a que possam recorrer ou que cultivam. E não há como isso não nos levar a seguinte questão: estamos perdendo a qualidade dos vínculos comunitários? Da nossa coletividade? Vivendo de forma mais solitária? Nos falta tempo para esse cultivo? Estamos sobrecarregadas? Ou estamos colocando a nossa pouca “prioridade” em práticas mais individualistas?

Outro ponto a ser destacado que já nos remete ao próximo eixo é que uma mulher em liderança trouxe exemplos de práticas de si mais autênticas em seu cardápio, itens que demonstram “certa dose de parresia”. Entendemos que se trata de um caso icônico, e por esse motivo, destacamos que na forma como ela demonstrou que pratica esse cuidado de si, o conceito da verdade emerge pela autenticidade de suas respostas, tal como: (planejamento de viagens, 30 minutos de férias por dia, sonhar ao meio-dia, livro de fotos de gerações da família).

Vale destacar que ainda que parresia, tal como Foucault a estuda a partir dos textos gregos, tem com o significado o “dizer a verdade, manifestar o verdadeiro”, não é por isso que o conceito esteja restrito ao campo da linguagem.

Essa “dose de parresia” aqui capturada se refere a essa atitude perante a vida, por não seguir o rebanho e por colocar-se “em risco” ao dizer e adotar certas práticas que parecem “anarquistas” diante do cenário de organização social para o consumo e para o trabalho, a produção que vivemos.

Como assim? Se permitir “sonhar ao meio-dia?” ou ainda “tirar 30 minutos de férias por dia?”. Vai na contramão da lógica hegemônica da sociedade do cansaço. Portanto, é parresiástico.

De todo modo, cada vez mais vai tomando forma esse “fora” /” mundo externo” como uma força altamente opressora, com a atuação de uma “tecnologia de gênero”¹³ constituinte dos dispositivos, os quais configuram caminhos privilegiados de subjetivação (105).

4.3.2 Eixo Verdade/Parresia

Conforme já explicitado na introdução teórica do presente trabalho, é importante compreendermos que o cuidado de si para além de um conceito teórico e abstrato vai nos levar ao conhecimento das práticas de si, dessa maneira de viver.

Judith Revel (106) p. 33 define o cuidado de si como o “conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajudam a se transformar a si mesmo”, visando a uma melhor preparação e a uma ação diante das situações da vida, implicando a aquisição de conhecimentos (mathesis) e treinamentos práticos sobre si próprio (áskesis), sejam espirituais ou corpóreos. **Seguindo esta perspectiva, a parresia é uma das técnicas fundamentais das práticas de si mesmo.**

Portanto, damos um passo adiante e entendemos que não é possível dissociar essa “maneira de viver” que a “epimeleia heautou” resgata com uma atitude filosófica de conhecer e falar a verdade sobre si mesmo, a saber, a parresia filosófica. Afinal, a parresia é uma condição para que esse sujeito que se ocupa de si mesmo, também possa se tornar um sujeito da verdade.

No livro “A coragem da verdade” (65), seu último curso de 1984 no Collège de France, Foucault apresenta duas perspectivas para o tema da verdade. Aqui, nos interessa explorar o que ele resgatou dos gregos, o conceito da parresia filosófica dos cínicos, a

¹³ Tecnologia de gênero (Lauris, 1984). Segundo Lauretis, o sujeito é constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais. Assim, dentro das relações de gênero, propriamente ditas, existem as tecnologias do gênero, os mecanismos pelos quais essas relações se mantêm operando, sendo reforçadas, aprendidas e reproduzidas. É pelas tecnologias de gênero que os sujeitos são “gendrados” no gênero, ou seja, são moldados pelas especificidades de gênero.

“*franc parler*”¹⁴, essa fala franca que pode ser traduzida como uma forma de auto-enunciação, uma atitude analítica, “nas suas condições e nas suas formas, o tipo de ato pelo qual o sujeito, ao dizer a verdade, se manifesta, e por isso se representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros ao dizer a verdade” (p. 4).

O que podemos observar é que o conceito de *parresia* aqui além de sua dimensão “política”, de uma atitude mais combativa perante a pólis (a qual nos atentaremos no próximo bloco), também pode nos remeter a uma experiência mais ética, existencial e filosófica: de uma fala tipicamente franca, de uma autenticidade destacada, de uma alteridade como um estilo de vida corajoso, daquele que reconhece verbalmente as diferenças, as subjetividades e que se torna indispensável para a constituição de uma ética.

Portanto, buscando conexões entre esse conceito filosófico e o contexto dessa tese, podemos refletir que esse eixo da verdade/*parresia* talvez possa representar a busca de um processo de resistência ao assujeitamento. Ao resgatarmos a afirmação de Foucault “onde há poder, há resistência” fica evidente que o filósofo não nutria uma visão determinista nesse sentido. Se admitirmos que o assujeitamento é resultante da ação de um conjunto de poderes, podemos falar numa certa possibilidade de resistência ao assujeitamento, o que não significa que o assujeitamento não aconteça.

Entendemos que essa resistência pode incidir sobre a preservação de uma parcela de verdade possível (ou não) que busque o respeito à sua própria subjetividade, aqui, das mulheres participantes. No texto “O sujeito e o poder”, Foucault afirma que o importante é recusarmos aquilo que somos, isso é, as formas nas quais fomos assujeitados; podemos chamar isso de resistência, trata-se de resistir a essa forma, o que não significa que não haverá outras formas de assujeitamento. É preciso considerarmos que todos nós estamos submetidos a inúmeros assujeitamentos (identitário de gênero, raça, classe social, dentre outros).

Todavia, considerando, as condições de vida a que estão expostas as mulheres encarceradas, talvez tenhamos esse “sobreassujeitamento”, afinal, elas compõem aquela parcela da sociedade mais vulnerabilizada em sentido amplo que está submetida ao mecanismo da violência estrutural : violência urbana e institucional, drogas, questões de classe, pobreza, etc. , tudo aquilo que assujeita o fora, mas, que talvez seja superior a qualquer assujeitamento mais “existencial e refinado” a que estão submetidas as lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) da penitenciária.

¹⁴ *Franc parler* – palavra em francês com tradução para o português como “falar franco”.

É possível que a reflexão motriz desse eixo seja: **o quanto as mulheres, com seus diferentes processos de subjetivação perante os assujeitamentos, conseguem produzir e manter da verdade, da autenticidade em suas vidas? O que as assujeita nesse sentido? Quais as resistências encontradas? A parresia é uma forma de resistência?**

Aqui vale destacar que o uso da palavra “autenticidade” não significa não estar assujeitado, pois todos estamos. Autenticidade aqui tem a ver com a construção de um modo de ser a partir das formas pelas quais somos subjetivados.

Isto posto, vamos nos ater as duas perguntas que foram selecionadas por terem acessado conteúdo significativo relacionados ao conhecimento de si mesmas e parresia:

3. Para você, quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje?

4. Você sente que se conhece bem? Conhece a verdade sobre si mesma?

Diferentes abordagens do tema foram feitas pelas participantes, mas alguns padrões de respostas se repetiram e apresentamos abaixo, a matriz de categorias de análise referente a esse eixo:

Eixo 2 - Verdade		
Perguntas	3) Para você, quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje?	4) Você sente que se conhece bem? Conhece a verdade sobre si mesma?
Categorias de análise	Subjetividades e direitos desrespeitados: romantização do sofrimento, sobrecarga e prova de capacidade.	A verdade sobre si: dos limites do autoconhecimento ao diferencial de acesso à psicoterapia

Tabela 6 – Categorias de Análise Eixo 2 - Verdade

Agora, partimos em direção a apresentação dos trechos das categorias de análise em relação à questão 3, que buscava identificar assujeitamentos presentes na questão na dimensão de gênero (“ser mulher x desafios”)

3) Para você, quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje?

3) Subjetividades e direitos desrespeitados: esta categoria abrangeu respostas dos dois grupos pesquisados, demonstrando que a ação de sofrer preconceitos, julgamentos, pressão por estereótipos frutos do machismo e patriarcado são tecnologias altamente “democráticas”. Aqui também incluímos três “subcategorias” que dão maior ênfase nas diferenças dos dois grupos pesquisados.

As mulheres em liderança intramuros (encarceradas) trouxeram essa marca na subjetividade que chamamos de “romantização do sofrimento” (subcategoria) porque demonstram uma certa ausência de crítica sobre esses assujeitamentos que se traduzem com os termos: “mulher de fibra”; “pulso firme”; “guerreiras” além de referências ao exercício da maternidade, mostrando representar um forte marcador identitário para elas (subcategoria). As mulheres em liderança extramuros trazem outras marcas mais específicas na subjetividade: a vivência da sobrecarga e pressão por fazer prova da capacidade. Seus relatos localizam os desafios de forma mais concentrada na questão da sobrecarga dos diferentes tipos de trabalho e nessa necessidade de produzir “prova da capacidade” diante das pressões da vida profissional/carreira.

Primeiro ser mulher! (risos) Porque parece... parece... é... que ser mulher para alguns setores da sociedade é uma maldição, entendeu?! E outro desafio é ser respeitada como tal, dentro “dum” processo não de “coitadinha...” (...). Não da minha escrava, não do meu vaso de espermatozoide, desculpa, eu falar...! Mas a minha colaboradora, “aviadora”, a cozinheira, a doutora. (Verbena)

Tem um preconceito, né? (...) Preconceito até por uma mulher se envolver com outra mulher...! A gente “tá” presa é um preconceito, porque muitas sai pra rua, não consegue um serviço... São muitos “preconceitos que existe”, ainda mais contra a mulher!” (Margarida)



Falas francas, “duras”, aqui explicitando “a coragem de dizer a verdade”, porém, antes a coragem de observar sem véus o que lhes acontecia, os preconceitos.

Eu acho que é talvez uma certa representação... assim... talvez no cotidiano, no trabalho, (38:23) uma representação do que que é ser mulher! Sabe?! Eu não gosto muito... detesto caixinha! Sabe, caixinhas? Caixinha de qualquer ordem, “né”?! Religioso, político, tal... Então esses estereótipos, “né”?! Então, “mulher tem que ser assim”, “mulher tem que fazer assim...” E eu não... Pra mim não faz sentido... “Né”?! (...) Então assim, do que que... do estereótipo do que que a mulher tem que ser... “né”, de beleza... de tudo... tal... (Iris)

Eu acho que a... o patriarcado, ele é tão invisível e tão sutil e tão gigantesco... Ele é muito maior do que essa luta toda por igualdade! É... então assim, eu acho que a grande dificuldade da mulher hoje no... na sociedade, atual, no mundo, é se despertar! É despertar: “Opa! Eu vivo num patriarcado sim...! Ele tem dois milênios... Ele... Ele é sutil... Ele é invisível... Ele “tá” presente na minha vida... Ele me machucou...! Ele me machucou...! Porque todas as mulheres são machucadas por ele... e elas não conseguem enxergar isso! (Orquídea)

Hoje, nós ainda sofremos preconceito... Ser mulher hoje, “cê” sofre preconceito em todos os níveis, independente da sua cor e raça... Ser mulher e negra é pior...! Ser mulher e negra e religiosa de matriz africana ainda é pior...! Eu só supero isso e tenho certeza que não vou ser derrotada nunca porque eu sei quem eu sou!” (Verbena)

Patriarcado, preconceitos, estereótipos, machismo. Palavras mais sofisticadas, mas, que nomeiam a engrenagem que estrutura as subjetividades desrespeitadas. Orquídea, Verbena e Iris são mulheres com maior repertório no sentido de compreenderem a história da violação desses direitos femininos e nomear esses processos.

Individualmente, é... eu acho que as mulheres elas... é... é... passam por um processo de... lidar com... aprender a gostar de quem elas são. De todas as formas. Profissionalmente... ... fisicamente... mentalmente... Dessa... autoaceitação (...) A gente nunca é suficiente, “né”?! (Lavanda)

Eu ainda sinto que muitas vezes, né, a gente ainda é colocado numa posição de... de inferioridade pra sociedade, né?! (Amarílis)

Lavanda e Amarílis nos falam sobre esse processo de se sentir suficiente, de superar esse complexo de inferioridade, de construir a estima por si mesmas que pode ser parresíástico na medida em que confronta e problematiza uma ideia que foi naturalizada de inferioridade feminina.

Não é muito fácil não! Olha o que tá acontecendo no Talibã! (Begônia)

Porque muitas mulheres aí que nem “tá” acontecendo lá no outro país, que as mulheres não “tá” podendo trabalhar... e querendo ou não no Brasil também surge muito isso...! (Margarida)



Igual a gente “tava...” passando no “Fantástico” mesmo essa semana... tipo essa semana mesmo, lá da... Acho que foi... as muçulmanas lá, que elas não poderiam mais estudar, mais... sair pras ruas! (Cravínea)



Margarida, Cravina e Begônia trazem as notícias lá do outro lado do mundo, e ainda que se comparem enquanto categoria feminina, o fazem com certa “distância”, mas, têm consciência dessas ameaças a direitos isso e falam sobre isso, denunciam.

Abaixo, veremos falas das lideranças intramuros no que se refere a uma certa “maternidade como marcador identitário” (subcategoria).

Ser mulher também é ser mãe...! Um dos motivos de estar presa é eu ser mãe, porque... estou presa por causa de uma briga, bateram na minha filha e eu fui defender ela! (Girassol)



No meu desafio é... é o que eu não fui! Eu não fui uma boa mãe, eu não fui... às vezes... às vezes eu fico pensando que eu não fui uma boa... esposa, uma boa filha... (Prímula)



Então eu já tinha aquela responsabilidade... de... olhar a casa... limpar a casa, às vezes se tiver “os filho”, (...) olhar “os filho...” trabalhar, ajudar... o companheiro! Acho que essa... eu acho que é o que eu vejo como a mulher hoje eu acho! (Violeta)



Eu sempre fui pai e mãe lá em casa! Tanto que é que nos dias dos pais a minha filha me escreveu conexão me desejando feliz dia dos pais, porque eu não sou só mãe, eu não sou só uma mulher, eu sou uma mulher que criou quatro filhos com muito sofrimento e ajuda de Deus na vida! (Gardênia)



Aqui, veremos trechos da subcategoria de “romantização do sofrimento” que traz falas das lideranças intramuros:

Pra mim ser mulher ultimamente não “tá” sendo fácil não! A única parte boa de ser mulher foi quando eu tive “meus filhos”! Que eu fui mãe! Foi uma fase muito boa! Mas depois disso “num”... “num” me sinto assim... mais capacitada pra ser... sei lá, “num” sei se é minha autoestima que “tá” baixo... (Papoula)



Eu acho que a mulher ela “tá...” ela conquistou bastante o espaço dela, né?! E só quem não quer... Só que... aquelas que não querem mesmo não conquista o espaço dela! Não consegue ter... é... “pulso firme”, fazer o que quer, se deixe levar... (Azaleia)



Então eu me acho assim uma mulher, uma supermulher, uma guerreira, por ter chegado aonde eu cheguei! (Gardênia)



Ser mulher é ser guerreira, ser... determinada, é... é lutar pelo que você quer, entendeu?! É... É correr atrás do que você deseja, né?! (Gerbera)



Eu sinto que eu sou uma “mulher de fibra”, porque senão eu “num taria” aqui aguentando tudo que eu “tô” aguentando, né?! (...), mas eu sou “uma guerreira”, eu posso lhe dizer assim, que eu sou uma “mulher guerreira” (Papoula)



Fica nítido que essas participantes se colocam no lugar de mulheres guerreiras e algumas de bem-sucedidas, apesar de estarem encarceradas pois, de fato, são diante de todos os desafios que possivelmente enfrentaram até aqui. Isso dá uma ideia da realidade de onde vieram e que um provável desfecho para suas vidas fosse terem morrido (no sentido que se colocam como “sobreviventes”).

A maioria das mulheres encarceradas hoje tiveram alguma ligação com o tráfico de drogas, em geral, comercializando pequenas quantidades para conseguir fazer e pagar o próprio uso, ou assumindo o lugar no esquema de venda de drogas que o companheiro ocupava e foi preso antes. Há a coragem de olhar para si, sua condição e nomear o que se passa e onde estão, apesar da romantização do sofrimento.

As falas apontam ora uma exaltação, ora a dificuldade e o fardo de ser mulher, sobre quem recaem as responsabilidades sobre os filhos e sobre a casa, sobre a sobrevivência da família.

Uma pesquisa realizada na penitenciária feminina em 2012 (107) mostrou que 80% das mulheres encarceradas eram mães e a maioria de mais de um filho/a. Sabemos que boa parte das mulheres são chefes de família e mães solo. Essa carga de responsabilidade se apresenta nas falas, mas de forma a expressarem essa sobrecarga e um certo desagrado. As mulheres amparam os filhos, mas também os companheiros, por vezes pouco capacitados para as tarefas de chefiar uma família, sobrecarregando as mulheres. Os depoimentos são de profunda solidão e desamparo. Uma autenticidade,

verdade nas falas, como a que se diz fracassada nas tarefas como mãe, esposa, filha, ou seja, ela desejaria outro destino, mas não pode escolher. Uma autenticidade que se coloca nesse fatalismo no destino dessas mulheres. Têm a clareza do diagnóstico e o proclamam.

Seguimos com trechos das lideranças extramuros nessa subcategoria de “a vivência da sobrecarga e pressão por fazer prova da capacidade”.

E o... E o terceiro desafio é você... até quando a gente vai ter que provar que a gente é capaz? Dentro da vida profissional? (...) (Verbena)

Essa pressão externa que vem pra cima da gente, que é muito maior do que viria se a gente fosse homem, né?! E acho que enquanto mulher negra, né, eu acho que a gente tem... outros... outros... outras questões, né?! Essa questão do... é... de ter uma escolaridade, de roupa que usa, né?! A forma que você também “tá” ali, a forma que você se impõe é muito mais cobrado do que de mulheres brancas assim! (...) Como se tivesse que provar o tempo todo que você também é capaz! (Amarilis)

Mesmo com essas condições assim, eu me vejo sendo às vezes julgada, né? É boazinha demais, é... (00:53) posso dar palpite demais... Né? “Ahm...” Obviamente me vejo às vezes (00:59) permitido que as pessoas façam isso, tipo, dando um pouco de explicação demais... sabe? (...) “ahm...”, sei lá, quando eu “tô” negociando com alguém de muito alto escalão, que é um outro homem assim... Eu me vejo com dificuldade de criar uma conexão, né? (Hortênsia)

Eu, pessoalmente, mas eu ainda vejo muitas mulheres que “tão” ao meu redor com uma sobrecarga maior do trabalho do cuidado... (Hortênsia)

Eu acho que essa... essa sobrecarga da mulher! (Tulipa)

Pressão, cobrança, provar que é capaz, sobrecarga, julgamento são palavras que circundam o universo do trabalho em seu sentido mais amplo (inclusive o trabalho do cuidado) para muitas mulheres que aqui são representadas por Tulipa, Hortênsia, Amarílis e Verbena. Também é uma espécie de discurso que denuncia, rompe com a naturalização e, por isso, é rico em relação a uma atitude de parresia.

Seguindo com a outra pergunta selecionada para compor esse segundo eixo de análise temos:

4) Você sente que se conhece bem? Conhece a verdade sobre si mesma?

Aqui, pretendíamos capturar a dimensão do autoconhecimento, mas já buscando alguma provocação para chegar na “verdade sobre si mesma” e chegamos à seguinte categoria de análise:

5) A verdade sobre si: dos limites do autoconhecimento ao diferencial de acesso à psicoterapia. Essa categoria de análise demonstra claramente os diferentes “acessos” e “formatos” no que se refere à verdade sobre si mesmas, vez que se de um lado temos as lideranças intramuros (encarceradas) que referem um autoconhecimento parcial relacionado à momentos que se surpreendem consigo mesmas e também que são capazes de se conhecer nos “limites”, ou seja, nos momentos de “crise e explosão”, por outro, temos lideranças extramuros que se conhecem e reconhecem a partir de processos mais formais, especialmente por meio do acesso à psicoterapia, muito em consonância com a resposta do eixo anterior que demonstra como esses “possíveis sociais” são diferentes.

Eu... Eu me conheço bem, muito embora como eu te disse, não tenha muita inteligência emocional pra lidar com algumas situações inusitadas, né?! (Magnolia)



Acho que não... me conheço completamente, acho que eu me conheço um pouco, porque eu... eu sinto que eu sou carismática, sou divertida, mas... de mim mesmo assim... Eu não sei falar o que são meus defeitos, por exemplo! Eu não sei falar o que que... Eu não sei!(Violeta)



Eu tenho algumas coisas que me surpreende ainda, que nem... isso daí! Eu... pra mim eu nunca teria nada disso aí, ansiedade; “Ai que frescura! E aconteceu.(Cravinea)



Às vezes sim, às vezes não. Às vezes eu me surpreendo comigo mesma! Às vezes acontece... é... fatos que... eu “disreconhecia” da minha própria pessoa, sabe?! (Gardênia)



E eu tive uma coisa que eu nunca pensei que eu poderia ter, né?! Que é... o negócio dá sintoma mesmo! Eu nunca pensei que a gente teria falta de ar... Então, eu me conheço, mas não é tanto igual eu pensava! (Azaleia)



Aqui, podemos observar um padrão maior de reconhecimento de uma certa limitação quanto à essa possibilidade, uma vez que das 10 lideranças intramuros (encarceradas) entrevistadas, tivemos os seguintes “resultados”: 2 participantes responderam que “não” categoricamente, não se conhecem e 5 participantes responderam que se conhecem “parcialmente”.

Muito interessante que, no geral, todas falam de reconhecer certo desconhecimento de si, como se fosse outra pessoa, não completamente acessada. Alguém a se conhecer. E algumas falam de atitudes não esperadas, que as surpreende. Não há um conhecimento completo, mas se sabe da existência dessa outra parte de si mesmas.

Além disso, algumas também relacionam esse conhecimento em momentos de “crise”, conforme exposto nos trechos abaixo:



Ultimamente assim, “em cima do muro”, porque... que nem eu falei: Às vezes, a gente “tá” bem, a gente... Igual, né, “tô” já... Igual comentei já, consigo, né, reconhecer... quando “ai... vai me dar crise...” Então, eu me conheço, me conheço... (Girassol)



Aham!” Sim! Que tem dia que a gente já acorda assim, “cê” fala: “Nossa, se alguém vem falar alguma coisa pra mim hoje eu explodo! . Acho que com o tempo... com o tempo assim a gente vai... a gente vai aprendendo, tipo: Hoje eu não “tô” legal... Hoje eu não “tô” legal... Hoje eu “tô...” Se alguém “vim na minha” eu vou “explodir” hoje...! (Cravinea)



Ah”, às vezes eu me conheço, às vezes eu me... nossa, não me reconheço, porque... tem hora que eu “estouro” do nada...! Tipo, eu sou uma pessoa que eu guardo muitas coisas pra mim! Minhas mágoas, minhas alegrias, minhas tristezas... guardo muito pra mim, mas chega uma hora que eu não consigo guardar mais, daí eu “me explodo”! (Margarida)



Margarida, Cravina e Girassol são ousadas e verdadeiras aqui ao admitirem que sim, são capazes de explodir, ou seja, de romper com verniz social, que tem uma agressividade e/ou vulnerabilidade (crise) dentro de si mesmas e que não estão isentas dessas manifestações. É corajoso porque elas se expõem de forma franca, sem medo de julgamentos. Uma dose de “parresia”.

Já nos trechos abaixo, veremos respostas das lideranças extramuros, que demonstram que a verdade sobre si mesmas está ancorada em processos mais formais, especialmente do acesso à psicoterapia:

“Ah”, acho que... noventa e cinco por cento das vezes sim! Eu... acho que eu tenho... Eu...Eu tenho boa consciência assim das coisas que me geram gatilho, Ariane (...) eu acho que a terapia tem sim uma grande parcela, vai! Eu acho que... as minhas terapeutas, eu já tive mais de uma, me deram vários insights assim e... e são insights que eu... levei pra mim. Eu fiz um processo de coaching também... Eu fiz mais de um processo de coaching...! Foi um processo que eu fiz durante um ano. Mas... além disso, acho que o fato de que eu convivo com pessoas em geral que... falam das suas emoções, que também tem processos de evolução assim, né? (Hortênsia)

Sim...eu... Eu me conheço bem, mas a gente nunca se conhece o suficiente, “né”?! E é por isso que eu continuo fazendo terapia! Porque acho que terapia não é sobre ter problemas...resolver problemas, mas sobre você... é... gerenciar e aprender a lidar com os nossos desafios que vão se complexificando na vida! Então, eu sinto que hoje eu escorrego menos... nas armadilhas que a vida traz..., mas não quer dizer que não escorregue! (Lavanda)

É eu acho que eu me conheço bem! (...) Foi um processo de psicoterapia pra... pra entender aí o nosso inconsciente, “né”, as nossas sombras, tal, “ahn...” como eu me coloco também na minha relação com os outros..., mas esse eu, quem eu sou, é mutável, “né”?! Então, eu acho que... é... hoje em dia é um processo... diferente de autoconhecimento, “né”?! Porque eu acho que aquela “Iris” de 20, 30 anos, ainda queria muito se encaixar num padrão! (Iris)

Ah”, eu acho que eu me conheço... acho que bem... bem, só... A gente nunca sabe como a gente vai reagir, né?! Em situações extremas assim, nessas situações adversas, mas eu me conheço bem assim! É... sei mais ou menos quais são os meus limites, né, quais são os caminhos... É... então... A terapia tem ajudado... acho que mais a... a lidar com algumas coisas que eu não sabia lidar (Amarilis)

As respostas das lideranças extramuros foram mais explicativas, vez que grande parte delas, quando responderam afirmativamente sobre autoconhecimento elucidaram o que as ajudou nesse processo.

Enquanto as mulheres encarceradas chegaram num ponto de compreender que havia pontos obscuros nelas mesmas e que não dominavam, as lideranças extramuros avançaram na compreensão de si a partir de processos psicoterapêuticos que permitiram maior domínio e conhecimentos sobre suas questões de tensão. Uma questão de acesso, pois as falas indicam que haveria condições e disponibilidade para avançar em processos de cuidado e psicoterapia para todas.

Considerações Eixo 2: Verdade

Iniciamos essas considerações do eixo 2 evidenciando a categoria **“subjetividades e direitos desrespeitados”**.

Esta categoria demonstrou que a ação de sofrer preconceitos, ter seus direitos ameaçados, julgamentos, pressão por estereótipos, frutos do machismo e patriarcado são tecnologias altamente “democráticas”. Aqui encontramos uma certa “unanimidade” no seu sentido mais cruel: quase todas as mulheres, quando questionadas sobre seus desafios, referem a ocorrência de preconceitos, estereótipos, pressão por padrões, relações de poder, expectativas da “performance feminina”.

De acordo com Butler (108) p. 10 “[...] o poder não é apenas aquilo a que nos opomos, mas também, e de modo bem-marcado, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos”. Complementar à compreensão de poder por Butler é a noção de performatividade (34), que pode ser entendida como a atuação dos sujeitos com base em discursos impostos reiteradamente, com relação aos quais eles podem conviver ou entrar em conflito, e que são por eles internalizados e incorporados.

A performatividade, portanto, se relaciona às posições tomadas pelos sujeitos no interior de significados consolidados historicamente. Nesse contexto, pode-se entender, a partir da leitura que Butler faz de Foucault, que há princípios reguladores que postulam como um corpo feminino pode ou deve corresponder, em sua existência material no mundo, a seu sexo biológico. Ou seja, como deve ser uma mulher no trabalho; no casamento; na vivência da maternidade, dentre outras tantas “performances”.

Ser capturada por esses discursos ou encontrar linhas de fuga? Nos parece que à medida que nomeamos esse fenômeno que muitas vezes passa despercebido e sem crítica pelas próprias mulheres, começamos a estabelecer uma certa possibilidade de resistência ao assujeitamento e ganhamos pequenas doses de liberdade e autenticidade.

Todavia, ainda que estejamos tratando de uma categoria democrática, verificamos algumas nuances nos dois grupos pesquisadas: enquanto as lideranças extramuros apresentam um discurso mais sofisticado quando nomeiam como desafios reais do cotidiano o “machismo”, “patriarcado”, “estereótipos”, relações de poder a que estão expostas, as lideranças intramuros (encarceradas) participam dessa categoria referindo-se à “preconceitos” que sofrem, talvez por não reconhecerem e identificarem um sistema maior que dá suporte para existência desses preconceitos. No entanto, parecem estar em contraposição a estes sistemas e, por isso, sofrem preconceito. De alguma maneira a rebeldia é um indicador de que aquele sistema não lhe serve completamente.

Nos chama a atenção, que majoritariamente, temos menções delas (encarceradas) aos fatos noticiados que estavam acontecendo no Afeganistão à ocasião das entrevistas, com o retorno da dominação do Talibã na região, o que impactou em severas restrições aos direitos das mulheres. Portanto, as lideranças intramuros (mulheres encarceradas) quando nos falam dos desafios, localiza-os com mais facilidade com uma certa “distância”, referindo-se às mulheres afegãs¹⁵. Podemos compreender que esse distanciamento pode significar que “fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam simultaneamente subordinação e existência” (108) p. 29

Ou seja, aqui elas se reconhecem enquanto categoria maior de mulheres que são oprimidas, mas, com certo distanciamento como se nos dissessem: “olha ali, do outro lado do mundo, não podemos reclamar tanto, lá elas sofrem mais, né”? Mas, reconhecem que há uma opressão e que não é tolerável. “Ainda bem que é diferente daqui”.

Mas aqui queremos ampliar uma “subcategoria” que nos chamou atenção dentro desse universo de subjetividades e direitos desrespeitados: “romantização do sofrimento”. Será que somos guerreiras ou estamos esgotadas? Sobrecarregadas?



¹⁵ GLOBAL VOICES. 2021. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2021/08/24/a-tragica-situacao-das-mulheres-afegas-sob-o-novo-regime-do-taliba/>.

Não nos espanta que um dos achados da pesquisa, quando questionamos às participantes quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje, tenhamos tido respostas que revelam uma profunda romantização do sofrimento a que estão expostas, apresentando um certo “orgulho” quando elas referem a si mesmas com os seguintes adjetivos “**mulher é guerreira**”, “**mulher de fibra**”, “**supermulher**”, “**pulso firme**”, sem apresentar uma crítica sobre o assujeitamento a que estão subordinadas nessas afirmações.

Como nessa “subcategoria” tivemos exclusivamente respostas das lideranças intramuros (encarceradas), faremos uma abordagem de como a questão de classe impacta na subjetivação e nessa marginalização do feminino de forma a naturalizar opressões. Um bom exemplo desse processo está no livro “A ralé brasileira”, de autoria de Jessé Souza (109).

No livro, Souza nos fala, a partir de uma perspectiva histórica, de que modo se organiza diante da sociedade moderna capitalista que exige características e comportamentos de seus indivíduos para determinar seu sucesso ou fracasso nos diversos âmbitos da vida.

A obra se mostra importante ao relatar o modo como as ideias dominantes em uma sociedade são capazes de impactar em processos individuais e coletivos e perpetuar um “senso comum” que retroalimenta essa ausência de criticidade. Ou seja, poderíamos pressupor que essa “romantização do sofrimento” dessas classes é que legitima a dominação social.

Esclarece também sobre a função do “senso comum” como algo que preenche essa lacuna “pragmática” de se responder à questão “quem nós somos”, “como devemos agir”, “o que caracteriza uma sociedade justa” ou, o que perpassa todas essas questões, “o que singulariza os brasileiros de outros povos”. Portanto, é importante compreender que a reflexão provocada pelo autor dessas questões “é tanto existencial, na dimensão individual, quanto política, na dimensão coletiva” (109).

Nossa hipótese aqui é que “brasilidade feminina” definiria essa naturalização de uma vida difícil, de “guerra”, e da síndrome da “mulher maravilha”, dentre tantos outros atributos que não nos cabe aqui porque extrapola a competência deste trabalho.

É importante observar que a “brasilidade” não é a única esfera que define de modo importante a concepção que temos de nós mesmos e dos outros. Aqui, verificamos que essa concepção de senso comum está intimamente ligada com os poderes dominantes:

É nesse contexto que se torna fundamental a questão de se saber se existe uma comunicação adequada entre o conhecimento de “especialistas”, que problematizam os desafios e contradições da vida individual e coletiva, e a massa de pessoas as quais, pela imposição da divisão social do trabalho, não podem dedicar todo o seu tempo a esse tipo de reflexão (...) Essas duas dimensões, a do indivíduo autônomo e a do cidadão, estão intimamente ligadas. Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum (109).

A hipótese central sugere que esse tipo de discurso representa os efeitos de uma ideologia dominante sobre a construção da subjetividade feminina, afinal, “o sofrimento psíquico é também sofrimento social. É sofrimento psicossocial. Não dá para desarticular as duas coisas” (98).

É possível pensar que, ainda que cada uma das mulheres vivencie essas realidades de maneiras singulares, há um “comum” com algumas características, onde cada uma vivencia os reflexos da desigualdade e da pobreza, assim como toda uma série de conflitos presentes em sua realidade. E isso contribui como um marcador identitário para explicar de que modo elas nos fazem o que somos.

Esse falso ideário, da romantização do sofrimento está relacionado a uma desigualdade de classe social e, conseqüentemente, de possibilidade enquanto sujeito social, e, também, com a idealização/romantização da maternidade. Aqui aparece uma outra perspectiva da maternidade: desafio de matinar/sustentar/criar. Como essas respostas estão relacionadas à pergunta sobre maiores desafios de ser mulher, é possível perceber que as mulheres encarceradas que abordam essa temática realizam uma espécie de autoavaliação sobre o desempenho a respeito da maternidade, sendo que algumas se mostram satisfeitas com esse desempenho e outras, avaliam que não, não “conseguiram” exercer uma boa maternidade.

Nesse sentido, buscamos aqui uma reflexão que mostra que faz parte das representações do feminino, esses “elogios e críticas” sobre a maternidade:

Foi possível concluir que as representações acerca da maternidade constroem o feminino por meio do elogio e também da crítica acerca da maternidade. Tais representações do feminino, por meio da crítica da maternidade, revelam crenças e valores socialmente compartilhados que aliam as forças que tencionam as subjetividades, conforme os

valores tradicionais acerca da maternidade, acionados pelo elogio, e o conflito que a maternidade gera, em relação às identidades contemporâneas em torno do feminino por meio da crítica (110).

Não estamos aqui querendo fazer julgamento de valor sobre o quanto realmente estas mulheres devem ter enfrentado lutas e desafios para a sobrevivência, para a manutenção da integridade física e psicológica. Verdadeiras “guerras”. Ao mesmo tempo que isso revela um certo *feedback* sobre a resiliência que elas têm tido para suportar a vida que levam, não exclui a baixa criticidade a respeito do assujeitamento que o termo guerreira implica e uma vez que essas falas se concentraram nas lideranças intramuros encarceradas), entendemos que isso corrobora nossa hipótese de que talvez elas estejam no sobreassujeitamento, um tanto quanto mais capturadas pela narrativa que coloca as mulheres como únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos e por esse “superpoder” de ser “multitarefa”; “ter fibra”; “ser guerreira”.

Alguns estudos sociais e pragmáticos sobre o tema do discurso informam que pode haver um “material comum” na base do uso da língua e da vida psíquica. Corroboramos essa perspectiva principalmente a partir de nossa ancoragem nos estudos de Butler (108), para quem não é possível descrever a sujeição e a subjetivação sem que se reconheça a psique - aqui discursivamente compreendida - como o lugar de possibilidade de resistência.

Assim, faz-se necessário considerar como o impacto das experiências linguísticas transforma as condições de constituições subjetivas, visto que a linguagem estrutura relações e engendra formas de reconhecimento. Ou seja, não há como naturalizar essa narrativa sem apontar que os trechos nos dão pistas do quão engendrados estes discursos estão como verdadeiras tecnologias de gênero.

Mais especificamente para as lideranças extramuros essa subjetividade e direitos desrespeitados aparece na subcategoria “sobrecarga e prova da capacidade”. Essas mulheres nos falam aqui, especialmente, da sobrecarga a que estão expostas, afinal, trabalho profissional é reconhecido, mas e os outros trabalhos que essa mulher desempenha e além de não reconhecidos, não são visibilizados? Também nos falam das questões relacionadas à carreira e vida profissional, pressão por desempenho, como se tivessem que fazer prova da capacidade a todo momento.

Portanto, primeiramente, precisamos falar da questão da liderança feminina no mundo contemporâneo.

É inegável que depois de décadas de lutas feministas houve uma evolução nas condições de vida de muitas mulheres, mas é evidente que o acesso a posições de liderança ou de poder ainda não é um fato e a possibilidade de mudança nesse sentido, é pouco segura.

A realidade atual indica (...) que a mudança estrutural representada pela entrada das mulheres de diferentes classes sociais nos diversos setores do mundo do trabalho, não é suficiente para alterar a função da mulher na família, nem dá necessariamente origem a uma mudança na sua condição social (111) p. 33.

Nas ciências sociais a liderança tem sido estudada de formas variadas. Especificamente na psicologia tem havido uma grande quantidade de estudos relacionados com a questão da discriminação de gênero e com os desafios que as mulheres nessas funções têm de enfrentar seja para alcançar ou para manter essas posições. Esse investimento tem levado à identificação das barreiras à liderança para as mulheres, assim como ao levantamento de possibilidades positivas para as organizações no que diz respeito à liderança exercida por mulheres.

A existência de um “telhado de vidro” representa todas as barreiras invisíveis, mas, poderosas, que dificultam as carreiras das mulheres que pretendem chegar a postos de liderança. Os estereótipos (Schein), as expectativas diferenciadas em função do sexo (Lipman-Blumen), as motivações, os constrangimentos familiares e os constrangimentos relacionados com as organizações de trabalho (Marshall, 1984), onde se pode fazer sentir a discriminação formal (no que diz respeito às políticas da própria organização), e a discriminação informal (praticada por indivíduos, pares e superiores) surgem como as barreiras mais evidentes (112).

Os estudos relativos aos estilos de liderança onde as mulheres são apresentadas como indispensáveis, porque complementares aos homens, ou a ideia de uma liderança andrógina (113) tem sido paradigmáticos da maioria das investigações sobre o tema. Poucas pesquisas se preocupam em compreender as vidas das mulheres que lutaram para atingir essas posições apesar das barreiras: frequentemente generalizam as experiências das mulheres e dão pouca atenção à sua variabilidade, como nos diz Nogueira (111):

Infelizmente, muita dessa pesquisa psicológica, claramente convencional e imbuída de um espírito positivista a-crítico, não questiona as bases da própria discriminação, não reflete sobre seu próprio papel enquanto mecanismo de regulação social e construtor de “identidades”, “verdades” e “possibilidades” que, nesse assunto em particular, continuam a manter as mulheres afastados do poder e dos locais de tomada de decisão, não socializadas como sujeitos políticos e continuamente longe da arena política quer como sujeitos, quer como agentes.

Vestígios de preconceito contra mulheres, questões de estilo de liderança e autenticidade e responsabilidades familiares são apenas alguns dos desafios. Por exemplo, mães casadas agora dedicam ainda mais tempo aos cuidados primários por semana do que nas gerações anteriores (12,9 horas de interação próxima versus 10,6), apesar do fato de os pais também dedicarem muito mais horas do que costumavam (6,5 versus 2,6). As pressões por uma paternidade intensiva e as crescentes demandas da maioria das carreiras de alto nível deixaram as mulheres com muito pouco tempo para se socializar com colegas e construir redes profissionais, ou seja, para acumular o capital social que é essencial para gerentes que desejam ascender.

As soluções propostas — como mudar a cultura de longas jornadas, usar ferramentas abertas de recrutamento e preparar mulheres para o gerenciamento de linha com tarefas apropriadamente exigentes — são amplas, mas juntas elas têm a chance de alcançar a igualdade de liderança em nossa época.

Fica evidente que a mulher ainda ocupa no imaginário social do mundo do trabalho um lugar de “inferioridade” em que constantemente ela precisa fazer “prova da sua capacidade”.

Isso está relacionado ao que a pesquisadora Valeska Zanello nomeia como dispositivo amoroso (102) incidindo sobre o processo de subjetivação de mulheres, que as coloca numa disputa interna entre dedicar-se à família ou à vida profissional? Como fazer “dar tudo certo” ao mesmo tempo? Essas questões parecem ser dilemas apenas para mulheres, homens não fazem esses questionamentos para si mesmos, porque isso nunca esteve posto para eles. Isso nunca esteve em jogo.

E essa discussão dos dispositivos amoroso e materno e de “como fazer tudo dar certo ao mesmo tempo” nos leva a outro apontamento que se destacou para as mulheres: a sobrecarga. Mas de quais cargas estamos falando?

Segundo relatório “Esgotadas” (98), aqui podemos citar algumas das “cargas”:

- As mulheres dedicam o dobro de tempo nas tarefas de cuidado: em um ano as mulheres gastam 1.118 horas (47 dias) nessas tarefas, enquanto os homens dedicam apenas 572 horas (23 dias);
- A sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada de trabalho excessiva foram o segundo fator apontado pelas entrevistadas como tendo maior impacto em sua saúde emocional, atrás apenas das preocupações financeiras;

- Para além dos problemas financeiros e a sobrecarga do trabalho de cuidado, outros fatores impõem sofrimento psíquico às mulheres: pressões estéticas e as violências de gênero;
- As mulheres, que estão mais ansiosas, estressadas e insatisfeitas. As mulheres chegaram esgotadas em 2020, atravessaram uma das piores crises do século e, mesmo com seu fim, continuam esgotadas em 2023. A situação financeira apertada, as dívidas, a remuneração baixa e a sobrecarga de trabalho estão entre os fatores que mais impõem sofrimento e impactam a saúde mental das mulheres;
- No ranking de transtornos mentais, infelizmente, as mulheres lideram o adoecimento de transtornos de ansiedade e transtornos depressivos: representamos 67% desses adoecimentos. As mulheres apresentavam mais transtornos mentais do que os homens: no Brasil, elas representavam 7 em cada 10 casos de depressão ou ansiedade. A própria OMS reconhece a influência das disparidades de gênero na saúde mental;
- A chamada feminização da pobreza é um fenômeno global: a questão socioeconômica é uma variável importantíssima quando a gente fala de saúde mental. Quanto maior a vulnerabilidade socioeconômica, maior a vulnerabilidade emocional e vulnerabilidade em saúde mental.” Juliane Callegaro Borsa, psicóloga especialista em saúde mental feminina;
- A pobreza tem gênero e raça: mais de 70% das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo são mulheres, segundo dados da ONU. Um estudo da FGV apontou ainda para a acentuação da feminização da fome no Brasil durante a pandemia. A parcela de brasileiros que não teve dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento no ano anterior à entrevista subiu de 30% em 2019 para 36% em 2021. Porém, entre os homens, este percentual permaneceu estável variando entre 27% e 26% no mesmo período; entre as mulheres se intensificou, saltando de 33% em 2019%, para 47% em 2021.

Mas, por que elas adoecem mais? Ao longo da história, a norma imposta às mulheres frequentemente esteve associada ao comportamento masculino. A psicologia e a psiquiatria foram forjadas nesse contexto, levando grande parte dos comportamentos de mulheres que eram efeito das condições de opressão impostas a elas a serem tratados como transtornos. Além disso, efeitos comuns produzidos pelas alterações hormonais associadas aos períodos pré-menstruais, puerpério e menopausa foram estigmatizados e

caracterizados muitas vezes como problemas psíquicos. Inúmeros estudos já identificaram que desvantagens sociais associadas ao gênero feminino, como a maior exposição à violência doméstica e sexual, oportunidades educacionais e de emprego limitadas e mais responsabilidades de cuidado, podem contribuir para o aumento do risco de transtornos mentais entre as mulheres (98).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as mulheres estão mais expostas a riscos para a saúde mental devido à sobrecarga física e mental decorrente da jornada dupla de trabalho. Essa visão é corroborada pelo relatório “Iniciativa Mulheres no Trabalho” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que afirma:

O emprego remunerado foi então simplesmente adicionado à lista de tarefas das mulheres. Não foi questionado o tradicional “sistema de gênero” no qual as mulheres eram as “cuidadoras” e os homens “o sustento da família”. O tempo das mulheres era visto como elástico, ao contrário do tempo dos homens, e menos valioso do que o deles (114).

O Relatório da Oxfam: “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” (115) demonstra que mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidados não remunerado — uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global. Isso dá mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo.

Além das cargas que conseguimos quantificar e que são mais materiais, é preciso estar atento à uma “outra carga”: a carga mental. Podemos entender a carga mental como o trabalho invisível de planejamento e gerenciamento das tarefas domésticas, decisões, que recai geralmente sobre as mulheres. Infelizmente, a ideia de a mulher ser multitarefas é fato recorrente em nossa sociedade, que exalta esta como uma característica inerente às mulheres, e como se elas ficassem felizes e satisfeitas em “dar conta de tudo”, o que é uma inverdade para a maioria.

Sem divisões sobre o que é tempo para si, para o trabalho e para os afazeres domésticos, as mulheres são as que mais sofrem com a sobrecarga. Essas são apenas algumas das estatísticas envolvidas no tema da “sobrecarga”. E não há como desvincular esse cenário de um impacto na subjetividade: dificuldades financeiras, carga mental, invisibilidade do trabalho da economia do cuidado, dentre outros. Afinal, como reflete Regina Facchini, antropóloga e psicanalista no Relatório Esgotadas (98).

Portanto, aqui podemos fazer um novo questionamento que nos parece importante para a análise desse eixo: **Como nos constituímos socialmente, com tantas pressões?**

E qual é a possibilidade de poder se afirmar como um sujeito de verdade considerando o peso do social?

Já dissemos que sobre os dispositivos amoroso e materno que incidem sobre o processo de subjetivação de nós, mulheres.

Portanto, Zanello (105) nos fala dos “*scripts* culturais” do tornar-se pessoa homem e mulher em nossa cultura. Como esses *scripts* que estão articulados nos dispositivos vigentes moldam performances? Isso poderia impactar na criação da sensação de identidade?

O quanto de espontâneo, de autêntico há nesses processos? A resposta também vem de Zanello: “os processos de subjetivação engendrados, nos dispositivos, criam, em geral, vulnerabilidades identitárias diferenciadas para mulheres e homens em nossa cultura” (105) p. 98.

Esse é o tema desse eixo. A verdade.

Não a verdade científica das coisas, mas a verdade que habita no si de cada um de nós. Aquela parcela, aquela atitude, aquela fala franca que provoca uma fissura que possibilita um maior conhecimento de si, não enquanto mulher em essência, mas enquanto uma pessoa que consegue pensar sobre si mesma, compreender seus processos e fazer as dobras para esculpir o seu “si”.

Portanto, essa performance de “guerreira, de pulso firme e de fibra” é algo que tem a ver com dispositivo amoroso e materno que Zanello nos fala. É também sobre a incidência de um dispositivo que encontramos a categoria de análise “subjetividades desrespeitadas”.

No final das contas, esse processo de assujeitamento rouba de nós o potencial parresiástico que teríamos? O quanto podemos praticar essa fala franca, quase disruptiva se não estamos apropriadas de nossa subjetividade? Aqui, a parresia seria uma espécie de contra conduta?

É perceptível que esse foi o bloco que mais tivemos dificuldade de abordar e das mulheres acessarem respostas internas. Isso pode indicar o quão paradigmático é essa disciplina que incide em nossos corpos e impacta nossa subjetividade.

Já na segunda questão desse bloco que se referia ao quanto sentiam que se conheciam e aqui, evidentemente, buscávamos um conhecimento no sentido de compreensão dos processos de subjetivação que as tornam si mesmas.

Aqui encontramos a categoria de análise “A verdade sobre si: dos limites do autoconhecimento ao diferencial de acesso à psicoterapia”.

Nos chama atenção que as mulheres da penitenciária se reconhecem no limite da existência, quando o sintoma cria “corpo”, quando estão prestes a “explodir”. E o que seria esse explodir? Seria romper essas barreiras do falar de acordo com o verniz social? Isso poderia estar ligado à parresia?

Embora haja uma polissemia da palavra “parresia”, Foucault (2013, p. 9) define:

Parrhesia é uma atividade verbal na qual o falante expressa seu relacionamento pessoal com a verdade e arrisca sua vida porque ele reconhece o dizer a verdade como um dever para melhorar ou ajudar outras pessoas (assim como a si mesmo). Na parrhesia, o falante usa sua liberdade e escolhe a franqueza ao invés de persuasão, a verdade ao invés da falsidade ou silêncio, o risco de morte no lugar da vida e da segurança, a crítica ao invés de bajulação e o dever moral ao invés do interesse próprio e da apatia moral (65).

Mas, é preciso reconhecer que a grande maioria delas tem uma consciência da limitação desse conhecimento de si, uma vez que suas falas demonstram um conhecimento parcial de si, porque compreendem que há algo em si mesmas que é tipo como “surpreendente”, “desconhecido”, ou ainda parafraseando uma das participantes com seu neologismo tão carregado de significado “*eu “disreconhecia” da minha própria pessoa, sabe?! (Gardenia)*”. Ou seja, um misto de desconhecimento e reconhecimento.

É notável que falam com franqueza sobre esse desconhecimento sobre si, mas que faz parte integradora do que entende como sua completude, mesmo que obscura. Isso pode e deve significar uma possibilidade de integração de todas as partes a partir do cuidado/cultivo de si. A diferença com as lideranças é grande, mas não irreconciliável. Mulheres com questões, que em diferentes graus e modos, se aproximam.

Assim, o cuidado de si não se relaciona a um processo individualista ou egoísta. “Exerce-se, ao revés, mediante o componente moral da alteridade, em específico, pela veridicção parrésica, caracterizada não como discurso teórico-científico ou “estrutura racional do discurso” (61) p.54.

Já as lideranças extramuros quando vão falar sobre isso, trazem as experiências e técnicas que supostamente as auxiliaram nesse processo, especialmente a psicoterapia.

Podemos pensar que na contemporaneidade possamos ter perdido esse trabalho de si sobre si mesmo, essa atitude de cultivo e da coletividade e buscamos suprir isso por meio de profissionais das áreas de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal. São coisas distintas e igualmente importantes. Mas esse “trabalho interno”, esse “olhar pra si” me parece que não tenha espaço no modo de vida atual. Aqui, a ética do cuidado de si surge da íntima relação entre sujeito e verdade.

4.3.3 Eixo Liberdade/Governo de si

Enfim chegamos ao bloco de perguntas e respostas que poderão nos dar pistas para compreensão da dimensão do governo de si e dos outros por meio da análise dos processos de subjetivação das mulheres participantes, que é o objetivo central deste trabalho, considerando que não seria possível chegar até essa dimensão sem passarmos pelas dimensões do cuidado de si e da verdade.

Antes de adentrarmos no conteúdo das respostas das participantes, é importante destacarmos uma vez mais que o termo governo aqui, tão comum na associação no terreno da política, aqui não se esgota nessa dimensão.

O curso “O Governo de Si e dos Outros” (61) inscreve-se nesse complexo percurso dos últimos anos, no qual Foucault desloca-se do tema “como somos governados” (constituição do sujeito-assujeitado) para o tema “como governar a si mesmo” (constituição do sujeito – si mesmo). Essa mudança é muito significativa.

Nosso interesse, foi buscar esse “manejo” diante das condições de existência, entendendo que o governo é um local de ação aberto entre o exercício do poder e tudo o que escapa ao seu domínio, e que a ênfase na natureza do poder é um “jogo estratégico entre as liberdades”.

Portanto, buscamos como essas mulheres realizam o trabalho sobre si mesmas, criando as condições e possibilidade para governar a si e, de outra parte, possivelmente, trabalhar no sentido de ajudar também aos outros a constituírem-se em sujeitos críticos e autônomos, capazes de atitude de maioria, isto é, capazes de servir-se de seu próprio entendimento.

Aqui talvez resida uma parte filosófica e existencial deste trabalho: é possível ser uma mulher livre? O quanto se sentem assujeitadas? Elas têm consciência do assujeitamento? Qual porção de liberdade é possível? O que atravessa a liberdade? O que é uma mulher de poder? O que possibilita um melhor governo de si? O que é governar a si mesma?

Isto posto, vamos nos ater as três perguntas que foram selecionadas por terem acessado conteúdo significativo sobre a categoria governo de si, mas é claro que ao se referirem a essas perguntas, naturalmente exploramos e avançamos o terreno para reflexões maiores.

- 5) **Você sente que consegue governar a sua própria vida? Caso não, quem ou que interfere nisso? O que você entende por governar a própria vida?**
- 6) **É possível se sentir livre mesmo estando presa? Se sim, em quais momentos? Ou: Você se sente uma mulher livre? O que você pratica que a faz sentir-se livre? Tem algo que você gostaria de fazer e não tem podido? Exemplifique.**
- 7) **Para você, o que é uma mulher de poder?**

Abaixo, segue a matriz desse bloco com suas respectivas categorias de análise:

Eixo 3 - Governo de si			
Perguntas	5) Você sente que é capaz de governar a própria vida? Caso não, quem ou que interfere nisso? O que você entende por governar a própria vida?	6 A) Você se sente uma mulher livre? Tem algo que gostaria de fazer e não tem podido? 6 B) É possível se sentir livre mesmo estando presa? Se sim, em quais momentos?	7) Para você, o que é uma mulher de poder?
Categorias de análise	A gestão do governo de si: os limites e as expressões simbólicas/analogias	Prisões internas (limites da liberdade) e linhas de fuga da alma	As expressões do poder

Tabela 7 – Categorias de Análise Eixo 3 – Governo de si

Iniciaremos analisando trechos da primeira pergunta selecionada desse bloco: **“Você sente que consegue governar a sua própria vida? Caso não, quem ou que interfere nisso? O que você entende por governar a própria vida?”**.

Essa questão foi elaborada buscando, inicialmente, localizar o problema da relação entre a verdade, o governo e a constituição do sujeito (processo de subjetivação).

5) A gestão do governo de si: limites e expressões simbólicas/analogias: aqui temos uma categoria de análise que abarca desde os limites do governo de si, apontado pelas lideranças extramuros em que agrupamos tudo aquilo que elas têm crítica quanto aos assujeitamentos existentes (falta de tempo, controle de agenda, saber dizer não, saber colocar limites, etc.) mas também como os dois grupos afirmam a própria governança sobre si em que trazem alguns termos que aqui identificamos como expressões simbólicas/analogias que demonstram a necessidade de recorrermos ao simbólico, de termos recursos internos que nos possibilitem fazer uma possível “dobra”, uma possibilidade de promover um melhor governo de si mesmas.

Aqui temos uma categoria ampla que trata da gestão do governo de si. Nesse sentido, separamos algumas subcategorias que nos trazem um olhar mais atento para algumas diferenças existentes dentro da categoria.

Primeiro ponto que precisamos esclarecer é que nas lideranças intramuros (encarceradas) a maioria delas responderam afirmativamente à questão sobre a capacidade de governar a própria vida, 7 das 10 participantes. Apenas 1 refere que não sente essa capacidade em si mesma. Duas referem que em alguns aspectos sim, outros não. Pelas respostas obtidas é possível inferir que compreendem que governar a própria vida para elas exige autoconhecimento e autodeterminação e para algumas, um certo senso de moralidade (certo x errado), como podemos verificar nas citações abaixo e damos destaque a algumas expressões simbólicas que elas trazem sobre esse governo de si:

*Governar minha... minha própria vida é... é **dar conta de mim**, né?! Das minhas responsabilidades, assumir meus erros, (...) Sempre... **fui dona de mim**, né, dos meus atos, desde nova. Igual, como eu casei muito nova e... e fui... a verdadeira Amélia. (risos)
É... então assim, eu sempre fui muito... independente mesmo, sempre! (Girassol)*



De governar a própria vida é fazer... aquilo que eu acho que... é certo, que vai me fazer bem, sem atos errados... Sem me prejudicar a mim, nem ao próximo...! (Gardênia)



Olha, eu penso assim, que aqui... é... eu sempre fui uma pessoa muito disciplinada. Eu acho que eu consigo lidar com a minha individualidade (Magnólia)



*Eu estar bem comigo mesmo, entendeu?! Então, pra mim ser... resolvida, **ser bem resolvida** é estar bem com você do jeito que "cê" é! Do jeito que "cê" tá! (Gérbera)*



*Acho que... ter um... um ponto de vista, ter aquilo... ter foco, né?! **Saber o que você quer!** Você... Você ter escolha e você conseguir... (Azaleia)*



*Eu falar... De eu vou falar:
"Eu vou fazer, eu vou fazer!"
De eu ter um... **uma decisão
própria!** (Prímula)*

*"Tô" tentando governar esse lado...
tanto, né, fisicamente, pessoal lá, como
psicologicamente de... num tentar me
abater! (Girassol)*



Todas elas, portanto, demonstram ter um olhar bem voltado para o próprio interior e se este interior é fortalecido, ou resolvido, como dizem algumas, a relação com o mundo externo, pessoas e providências da vida, se dão conforme se espera. Um forte dentro para enfrentar as vicissitudes da vida, ou seja, as relações com o fora.

Uma outra reflexão importante que surge e que duas mulheres encarceradas fazem é uma diferenciação clara do governo dentro da penitenciária x lá fora.

*Aqui dentro eu... eu governo! Eu pego...
Eu tenho a minha rotina... Eu... Eu tenho
a minha rotina, eu pego, escrevo pra
minha mãe, falo pra ela que... eu não
quero mais... e... eu consigo... Eu acho
que... eu consigo, aqui eu consigo...*



*Aqui dentro eu "tô" conseguindo, mas... eu
tenho que "tá" vendo lá fora, porque lá fora
que eu vou viver "cá" sociedade, "cás"
coisas que vai ser... (Papoula)*



Cravina e Papoula apontam que o peso da vida em sociedade necessita de uma capacidade de governo de si que elas não estão certas de possuir e, talvez, não sintam o apoio para enfrentar a sua fragilidade frente a tarefa colocada de sobreviver fora. Talvez elas sejam mais realistas que as outras que se colocam com mais ferramentas de enfrentamento da realidade do fora.

Já dentre as 9 lideranças extramuros participantes, 5 responderam que sentem que conseguem governar "em termos", "com limites", "às vezes", ponderando que esse "poder de governo" não é pleno e outras 3 responderam mais diretamente que sim. Apenas 1 mulher respondeu que absolutamente não. Portanto, não apresentam tantas diferenças em relação ao grupo das lideranças intramuros, talvez demonstrem um pouco menos de otimismo, já que estão na "arena da vida".

Aqui, elas nos mostram os simbolismos e analogias sobre o governo de si mesmas:

*Tem que **despertar e sair da matrix!** “Cê” tem que sair dos padrões! (...) “Você tem que sair pra... se despertar! Não tem jeito! Porque... enquanto você estiver presa a tantas narrativas e crenças que estão aqui no nosso DNA...incutida no nosso inconsciente... Se não praticar isso, “cê” vê que isso não é você... você não se liberta! Não tem liberdade! Não tem!” (Orquídea)*

*Eu acho que o governo da vida na verdade é mais o governo da... de si, eu acho que mais o governo de si talvez seja uma **“dança da vida”!** (...) Sabe, porque eu acho que... é... eu... eu consigo governar poucas coisas na minha vida, sabe, assim, tipo... de ter... esse poder, (...) Então, eu... eu prefiro... “vamo” ver... como que as coisas vão andando... pra onde vão me levando... “né”, e eu vou... aí meio que **“conforme o rio”** também, “né”? (Iris)*

Interessante que Iris traz o simbolismo da “dança da vida” e de “ir conforme o rio”, as duas expressões indicando o “movimento necessário” para o governo de si. Já Orquídea traz a questão da “matrix”, ou seja, do instituído que assujeita. Ter a possibilidade de perceber isso e tentar fazer diferente. Nesse sentido, nos indica a dobra.

Verbena traz essa perspectiva do outro e da comunidade, numa parábola linda do anjo de uma asa só. E a dobra que ela traz precisa da comunidade, da asa do outro.

Outra diferença nesta categoria é que as mulheres em liderança extramuros trazem claramente os “limites desse governo de si”: se referem a administração do tempo em suas vidas, como algo que lhes foge do “controle”, que não conseguem “controlar a agenda profissional”, como se estivessem constantemente sendo demandadas e ponderando a necessidade de colocar limites, conforme podemos ver em trechos das citações abaixo:

*Olha, eu acho que ninguém governa sozinho! Então, é... o... o “cê” sabe que o Candomblé, ele fala assim pra gente, ensina assim; São o... o... o... “as parábolas” do... do... do Candomblé traduz assim: **“Você é um anjo duma asa só!”** Sempre... Sempre quando “cê...” Sempre essa é... é o maior ensinamento que nós temos! (...) Por quê? Porque nós precisamos da asa do outro! (...) Eu não... Eu não... Eu não creio que eu comandi minha vida sozinho! Não conquistei nada sozinho! Né?!A... A “outra asa” é a comunidade! Você precisa desse... dessa “outra asa...” Que é o abraço, né?! Que é o coletivo! (Verbena)*

Ah”, eu acho (...) que eu consigo governar bem! Que eu consigo... é... saber o que eu quero, botar alguns limites, né?! É... Planejar as coisas que eu quero, lutar pelo o que eu quero, né, estabelecer... o meu jeito de ser (...) Acho que o que me aflige às vezes, Ariane, acho que aflige quase todo mundo (...) que é quando você vê às vezes que... principalmente no ambiente profissional, vai entrando muita coisa na agenda, né, Ariane? Parece que tem sempre uma demanda maior... Então eu vou governando de volta, “tá”? Mas é um desafio, não é fácil! Eu tenho dificuldade um pouco de falar não... (Hortênsia)

Eu sinto, mas eu sinto que muitas coisas também... é... não me permitem fazer tudo que eu queria! Por tempo! (Tulipa)

Me ocupo, acho que me ocupo cotidianamente com isso, “né”, porque eu acho que o governo de si “tá” desde... quando a gente cuida da nossa saúde... “né”, assim... até... é... as opções que a gente faz no nosso caminho de trabalho... as escolhas amorosas... como a gente educa os filhos... Acho que o governo de si “tá” em tudo isso, “né”?! É... Eu acho que em termos! Eu... Eu tenho esse... digamos assim, essa propriedade do governo de si em termos! Muito em termos assim, “né”?! Na realidade... eu acho que... se você perguntar... fizer essa pergunta há 20 anos atrás, “né”, eu acho que ela acharia... que controla muito mais a vida do que controla de verdade, sabe?! (Iris)

A gente governa num certo limite de possibilidades assim. (...) A autonomia financeira... as minhas escolhas profissionais, a vida que eu levo, me possibilita fazer escolhas mais próximas daquilo que eu acredito pra mim. Então, é... óbvio que eu conheço uma limitação desse mundo, “né”, porque eu conheço aquilo que eu... consegui... é... imaginar ou consegui sonhar, enfim, mas tem um mundo, cada dia eu descubro um mundo novo! “Nossa, eu achava que eu tinha controle, mas assim, não tenho!!!” (Lavanda)

Acho que essa... sou levada pela... pelo turbilhão assim! Então, por exemplo, não consigo controlar a agenda! Então, isso acaba é... não diria que é um controle assim. As pessoas acabam controlando por você... (Amarilis)

Muito possivelmente aqui temos uma diferença importante na questão do governo de si das lideranças e das lideranças intramuros (mulheres encarceradas): a questão do

tempo. Daí que a angústia do encarceramento, a perda da liberdade, além de não se poder viver a vida que se quer, há uma agenda de cuidado dos seus que não se pode mais acessar e não se sabe, ou se supõe o sofrimento que a ausência pode causar. No entanto, o sufoco da falta de tempo que a agenda externa impõe aos seus próprios desejos, está suspensa e o tempo para diferentes cuidados, inclusive o cuidado de si, poderia aparecer. A vida corre com demandas mais lentamente e o tempo não é um algoz.

Para as mulheres da liderança extramuros, o tempo falta. Na verdade, o tempo não é delas. Há alguém que cuida e decide sobre a agenda delas. Sempre uma sensação de falta e de perda. Falta do tempo e essa falta de tempo exige fazer opções e alguma coisa ou relação ficou de fora, uma perda. O governo de si mais bem sucedido, talvez, aponte para aquelas cujas escolhas trouxeram uma sensação menor de perda ou de falta.

A administração do tempo parece colocar as mulheres encarceradas em posição diferente nesta questão. Considerando que a perda é uma característica do cárcere.

A **falta de tempo** emergiu como um elemento central nos relatos das mulheres em liderança extramuros, evidenciando sua influência sobre a constituição da subjetividade feminina e a exercício do poder. No contexto de um **modo de vida capitalista**, em que produtividade e desempenho são valores centrais, o tempo se tornou um recurso escasso e disputado, condicionando as possibilidades de exercício da autonomia e do governo de si.

Sob essa ótica, a falta de tempo se insere como um mecanismo que reforça a precarização da autonomia feminina, pois limita o espaço para reflexão, descanso e autoinvestimento. Diferentemente de uma percepção meramente organizacional da gestão do tempo, esse fenômeno pode ser entendido como um **efeito estruturante das relações de poder no capitalismo**, no qual a sobrecarga feminina – resultante da acumulação de funções laborais e domésticas – impede que as mulheres experimentem plenamente sua potência de ação.

Assim, ao refletirmos sobre a falta de tempo como uma questão política e subjetiva, percebemos que **o governo de si é frequentemente comprometido pela lógica capitalista**, que exige desempenho contínuo sem oferecer condições para a manutenção e cultivo de si, da saúde mental, da criatividade e da autonomia. Desse modo, a experiência feminina da liderança se vê atravessada por esse dilema: ser líder em um sistema que não proporciona tempo suficiente para governar à si mesma.

Seguindo na próxima pergunta selecionada para esse eixo (**É possível se sentir livre mesmo estando presa? Se sim, em quais momentos?**) é importante ressaltar que essa pergunta sofreu uma pequena flexão em relação à pergunta realizada para as lideranças extramuros (**Você se sente uma mulher livre? O que você pratica que a faz sentir-se livre? Tem algo que você gostaria de fazer e não tem podido? Exemplifique.**) para que pudéssemos considerar o contexto do aprisionamento, mas, não inferirmos, sem antes questionarmos, se pelo fato de estarem presas e com a liberdade restrita, ainda assim, existiria uma possibilidade de se sentirem livres em algum momento.

As respostas surpreendem porque 8 das 10 mulheres participantes responderam categoricamente que sim, que é possível vivenciar a liberdade mesmo estando em um contexto de prisão e identificam em que momentos vivenciam essa “liberdade”. Fica mais claro que as mulheres em situação de cárcere compreenderam a proposta da pesquisa sobre a questão da liberdade e das proposições da entrevista.

6 – Prisões internas (limites da liberdade) e linhas de fuga da alma: essa categoria vem demonstrar que as mulheres da liderança extramuros nomeiam os assujeitamentos, ou seja, as prisões internas, os limites no exercício da liberdade, enquanto que as lideranças intramuros (encarceradas) resgatam uma dimensão de liberdade possível no contexto do encarceramento, as linhas de fuga da alma, ainda que duas delas apresentaram que, paradoxalmente, se sentem mais livres dentro da prisão do que fora, mas indicando que lá fora há outros aprisionamentos: tráfico, consumo de drogas e ausência de apoio/suporte.

No momento... em que eu “tô” sozinha, sabe? Eu fecho... quieto (39:32) ali, por um momento, às vezes por um segundo, eu me sinto livre! Longe... daqui, sabe?! Acho que tem sim! Porque... às vezes até em casa mesmo... a gente as vezes “tá” presa a alguma... vamos supor, alguns afazeres de casa! É... A gente se sente livre! Eu acho... Eu acho que é assim! (...) Eu me sinto uma mulher livre porque ... eu saio daqui às vezes! (Violeta)



*Acho que quando eu “tô” trabalhando!
É. Aí eu acho que eu “tô” fora daqui! (risos)”
(Gerbera)*



Que a gente só “tá...” presa “estruturalmente”, mas... eu faço de tudo pra me sentir livre, faço as coisas que eu quero, que “tão” ao favor de fazer, porque tem coisas aqui que não pode fazer... (...) mas... “conversano”, “brincano”, “jogano bola...” sempre, sabe, “fazeno” as coisas pra me sentir... num outro lugar... que não seja uma cadeia, tanto por fora, quanto por dentro, tento... por dentro ainda mais, que eu tento pensar em coisas boas... Não fico pensando quanto tempo eu vou passar nesse lugar... Que aqui é um lugar ruim... não, aqui é um recomeço! (Margarida)

Durante as minhas práticas espirituais, que é quando eu fecho... a cortina da minha cama, que eu me recuso a chamar de quieto...! Eu fecho a cortina da minha cama, cubro os meus olhos e me transporto pra onde eu quero! (Magnolia)

Ó”, só “deu” estar longe das drogas pra mim já é uma... já é um... Eu já me sinto livre! Só... Só de estar longe. E... E aqui a gente... a gente só... A gente só perde o direito de ir e vir! A gente só não tem o direito de ir e vir...! Mas... os pensamentos da gente “estão livre...” A alma da gente... O coração... “tá” tudo... tudo livre! (Cravinea)

Na hora que eu vou deitar! Na hora que cai a noite é a hora que eu mais amo nesse lugar! Amo nesse lugar! Porque, a... só o corpo da gente “tá” preso quando a gente deita pra dormir. Porque a alma ela vai... Deus intercede... Deus Ele permite que ela vá pra lugares de... onde há luz... Eu vejo meus filhos, eu vou na minha casa...! Então, na hora que eu vou dormir, a alma ela sai! (Gardênia)

Assim, parte assim parte assim que eu me sinto um pouco aliviada é na hora do banho! Que eu ligo o chuveiro, entro debaixo da água e... eu fecho o olho assim e imagino que eu “tô” no banheiro da minha casa! (...) “nas madrugada”! “! Nas madrugada” assim que eu... vou assim na grade e olho pro céu assim... é onde eu consigo ter um pouco de paz assim!” (Papoula)

De alguma maneira, todas as respostas acima das participantes, mulheres encarceradas nos remetem a esse lugar de liberdade que encontraram dentro de si: quer seja na madrugada, no chuveiro, no trabalho, no cair da noite, mas há um “si” que resiste, uma “alma” que ultrapassa os muros da prisão para ir ao encontro dos seus.

É possível (se sentir livre) sim. Ah, só de estar longe das drogas pra mim já é uma liberdade (Cravinea)



Na rua, eu... eu ia pra onde queria, fazia o que eu queria, mas eu não tinha uma liberdade, “vamo” supor...dois dias fora do meu... do meu cargo... (risos) lá que eu tinha! Não podia ficar dois dias, eu não podia viajar... Eu não podia ir pra uma praia, se eu fosse, tinha que ser um bate e volta... Era uma responsabilidade que você... de qualquer forma, querendo ou não é... é uma responsabilidade... E ali não é um... não “tá” em jogo você ser mandado embora justa causa! Ali “tá” em jogo sua vida! Entendeu?! Então... você tem uma pressão bem maior na cabeça, né?! E fora o serviço normal, que eu tinha que dar conta, e... filho e casa e... várias coisas, né?! ... Então (...) Eu vim dormir aqui! Então, pra mim, a minha liberdade... foi... foi privada, mas eu fui conseguir dormir aqui! Aqui eu não tenho preocupação... Aqui eu só tenho... é... que ganhar minha remissão e ir embora! (Azaleia)



Às vezes eu acho que eu “tô” mais livre aqui dentro do que lá fora! Porque aqui dentro... a gente vive... conectado com a ajuda dos outros, então eu não “tô” vendo tanto a minha vida! aí lá fora eu tenho que viver a minha vida! Aqui eu vivo a vida “dos outro...” Brinco... Tenho tudo, mas... lá fora eu vou ter que dar... realidade à... à minha vida! Ao que eu já vivi, ao que eu não quero viver de novo... o que eu quero mudar, o que eu não posso... fazer mais. entendeu?! (Prímula)



Prímula e Azaleia nos falam da pressão que é a vida do lado de fora. Uma prisão que faz com que o encarceramento não seja tão penoso. Essa reflexão certamente vai perdurar para elas. O que significa que o cuidado de si passa por adquirir ferramentas de reflexão e ressignificação da realidade. Uma outra questão é o desenvolvimento de uma vida mais solidária e comunitária entre as mulheres. Uma ferramenta que já se tem, mas pouco usada nos dias de hoje.

Em relação às lideranças extramuros a maioria respondeu afirmativamente sobre se sentir uma mulher livre (7 das 9 mulheres). Entretanto, quando a pergunta se desdobra sobre algo que gostariam de fazer e não tem podido, surgem algumas reflexões importantes sobre limites, “prisões internas”, sobre o que pode significar alguma opressão ou assujeitamento:

Acho que tem a questão do... do andar, né?! Sou uma figura pública, então... sou uma mulher, né...?! E aí... essa questão de muitas vezes ir em algum lugar sozinha... que é acho que é o que mais pega assim, tipo... sempre o ideal é “tá...” “tá” junto de mais pessoas... É... Preferencialmente, um homem, né? Esse ir e vir, né?! Às vezes “cê” vai pra algum lugar, “cê” fica pensando: “Ah, mas será que é ideal... e... e... ir com essa roupa e... esse lugar nesse horário...” Né?! “Será que é melhor (...) Tem algumas coisas que eu acho que a sociedade impõe assim, ainda mais... que “tô... tô” com 30 né, de ter um relacionamento... Essas coisas... (Amarilis)

Eu “num” sou livre! Eu seria livre se eu tivesse livre do...meu ex-marido! Eu sou livre entre “aspas”! “Ah, no meu coração, no meu sentimento...!” Se eu tiver junto com ele, eu tiver alguém... eu abraço, mas hoje eu não posso, tipo, ter um namorado... às claras...! (Begônia)

Ai, eu acho que eu quero ser mais livre ainda! Eu acho que eu não sou tão livre ainda, porque eu tenho responsabilidades com a minha mãe e com a minha filha, né?! (...) Então assim, acho que a falta de liberdade total seria realmente ter mais dinheiro!!! (risos) (Orquídea)

Primeiro, sou livre porque sou dona dos meus pensamentos, esse é o primeiro ponto. Segundo, eu disse pra mim mesma, o meu direito de ir e vir é meu e não sei qual batalha eu vou ter que passar pra poder, mas é meu (...) “Comecei a colocar meus limites. Sou sacerdotisa, mas, não escrava Anastácia”. (Verbena)

Verbena nos fala sobre essa liberdade que precisa ser conquistada, de romper com a escravidão de si e dos outros. Ao afirmar "sou sacerdotisa, mas não escrava Anastácia", Verbena ressignifica sua posição de autoridade e espiritualidade sem se submeter a formas de opressão. Essa metáfora remete à resistência e à recusa da subjugação, reforçando uma perspectiva de poder que valoriza tanto a dimensão espiritual quanto a imposição de limites.

Uma vez um amigo meu “tava” falando... “Ai, eu acho que você devia ambicionar ganhar 100.000 reais!” Eu falei assim: “Mas...por que ganhar 100.000 reais??? Eu não preciso de 100.000 reais pra viver! Não faz nenhum sentido isso!!!” Ele falou assim: “Mas não é sobre ganhar os 100.000 reais, é sobre uma pessoa com a sua mentalidade, com a sua história, ganhar 100.000 reais porque você vai estar em lugares que decidem coisas importantes, que só pessoas que ganham 100.000 reais...” (...) Agora, a minha liberdade, pra uma pessoa ganhar 100.000 reais, assim... é... primeiro é muito distante de... da grande maioria, e eu falo, pra alguém ganhar 100.000 reais, muitas pessoas... “tão” ganhando 1.000... 800... Então, assim, esse... O que que é liberdade? Baseado no que assim? A minha liberdade está em detrimento do... do empobrecimento das pessoas? Então, isso não é liberdade! Porque eu não posso “tá” livre se o outro “tá” acorrentado! Então... é... é muito relativo assim! E eu... E eu não consigo! E eu faço questão de não conseguir é... sublimar, relativizar o mundo que a gente “tá”! (...) Eu sou livre... para... talvez lidar com algumas situações ou poder interferir em situações que... porque eu tenho mais possibilidade! (Lavanda)

Interessante observar que alguns destes relatos das lideranças têm suas prisões nos outros, no que se espera em termos de padrões (roupas, ser uma mulher de 30 anos e não ter um relacionamento); no provimento financeiro das necessidades dos outros familiares; na prisão de um relacionamento passado que não permite que a vida afetiva siga.

Ou seja, a liberdade está mais fora do que dentro de si, está no outro. Entre as mulheres encarceradas, no dizer delas a liberdade está na sua capacidade interior de enfrentar o externo e conseguem identificam isso.

Lavanda traz a reflexão sobre a liberdade financeira na visão de outra pessoa, mas retoma o que significa verdadeiro “poder” para ela numa reflexão crítica sobre a relação entre poder, liberdade e desigualdade social. Ao questionar a ideia de sucesso financeiro como um indicativo de liberdade, ela problematiza a noção de que o poder individual pode ser construído de forma isolada, sem considerar as condições estruturais que sustentam a desigualdade. Sua fala sugere uma perspectiva mais coletiva e ética do poder. Talvez, ao não relativizar as injustiças estruturais, Lavanda propõe uma subjetividade que se constrói na consciência crítica e na recusa a reproduzir lógicas de dominação.

Seguindo para a última pergunta do eixo que foi selecionada para esta tese, nos deparamos com o questionamento no seu sentido mais direto, mais franco e perguntamos às mulheres:

Para você, o que é uma mulher de poder?

É importante esclarecer que essa pergunta foi incluída após início das entrevistas com as lideranças intramuros (mulheres encarceradas), por uma necessidade identificada

pela pesquisadora de tratar mais diretamente a concepção de poder feminino, portanto, não há respostas de todas as 10 participantes, ficando este item para 6 participantes prejudicada a resposta porque a pergunta não foi feita no momento da entrevista. Além disso, das 9 lideranças extramuros entrevistadas, a pergunta foi feita para apenas 8 delas.

Podemos observar que esta é uma pergunta mais conceitual, não foi solicitado que falassem de sua experiência pessoal sobre se sentirem ou não uma mulher de poder. Mas, como o objetivo era compreender a concepção que as participantes têm a respeito do poder e se relacionam isso à ideia do governo de si, entendemos que algumas reflexões são importantes e apontam para o que buscávamos.

A categoria de análise deste eixo foi assim definida:

7) As expressões do poder: essa categoria se refere às respostas dos dois grupos de mulheres pesquisados em que expressam seu conceito de poder relacionado especialmente ao poder da independência, do autoconhecimento e do autodomínio (“administrar a própria vida”). Além disso, as mulheres em liderança extramuros também expressam o poder enquanto impacto de mudança e autenticidade, ou seja, o poder no sentido de promover mudanças nos ambientes e nas pessoas, de “dentro pra fora”.

Abaixo, trechos das entrevistas:

*Pra mim ser uma mulher poderosa é... “tá” trabalhando, cuidando da minha família lá fora, né?! “Cuidano” da... dos “meus filho”, “protegeno” eles...! (...) “num...” Não tenho o (47:21) poder de nada assim... (47:23) que eu queria muito de voltar a estudar, de fazer um curso, né, pra mim ter um... não um poder, mas pra mim ter um... **uma estrutura, né, melhor!** (Papoula)*



Inicialmente, Papoula revela uma concepção de poder feminino fortemente vinculada ao trabalho e ao cuidado familiar, evidenciando a centralidade dessas dimensões na construção de sua subjetividade. No entanto, seu discurso também expressa uma limitação sentida em relação ao alcance desse poder. Ao afirmar que não possui "o poder de nada", Papoula indica um sentimento de restrição de possibilidades, sobretudo no que se refere à educação e ao desenvolvimento pessoal. Seu desejo de voltar a estudar

e realizar um curso surge como um meio de conquistar não um poder em sentido estrito, mas uma estrutura que lhe permita melhores condições de vida.

*Uma mulher de poder é aquela que sabe administrar sua própria vida... Que tem o “pulso firme” e não se deixa abalar por qualquer coisa...! **Que sabe os seus conceitos e tudo que quer...!** Sabe se controlar...! (Margarida)*



O relato de Margarida associa o poder feminino à autonomia e ao autocontrole, destacando a capacidade de administrar a própria vida com firmeza e determinação. Essa perspectiva pode indicar uma noção de que a subjetividade feminina construída a partir de uma exigência de controle sobre si mesma, refletindo um ideal de força que se deva ter.

*Ah, eu acho que em primeiro lugar é uma mulher que é... **ela se conhece, né, plenamente, então ela... ela já entrou em contato com a própria história, ela já conseguiu, né, ressignificar as dores... das feridas, né?! Ela... é uma mulher que consegue ter condições de fazer escolhas... saudáveis e positivas pra ela mesma, né?! Principalmente. É... É uma mulher que... acredita, né, que ela é capaz, que ela merece e... e que ela vai conseguir!** E... E é uma mulher assim que... ela “tá” muito consciente de que ela é a própria responsável, né, pelas criações na vida dela! **Que ela é uma mulher autorresponsável** (Camélia)*

O depoimento de Camélia enfatiza uma concepção de poder feminino baseada no autoconhecimento, na ressignificação das experiências e na autorresponsabilidade. Para ela, a mulher poderosa é aquela que compreende sua trajetória, supera dores e constrói escolhas positivas para si mesma.

*Uma mulher de poder? A mulher que... **que sabe o que quer, né?! Que... é independente!** Tanto financeiramente como emocionalmente (Gérbera)*



***Tem boa autoconfiança, vai, então que... não precisa da aprovação dos outros o tempo todo, confia em si própria... É... É capaz realmente de... de... de se respeitar, vai, de respeitar a sua vontade, de lutar pelas coisas que tem vontade, né? Acho que a autonomia financeira passa por isso, né? (...)** acho que é uma pessoa... uma mulher que se sente bem consigo mesma, né? Assim, que... é capaz de se expressar, né? É capaz de fazer as coisas que tem vontade ou se planejar pra alcançá-la, né? Então, acho que é alguém que... que “tá” bem consigo mesma e consegue colocar isso no mundo... na posição que tiver, né?! (Hortênsia)*

O relato de Hortênsia destaca a autoconfiança e a autonomia como aspectos centrais da subjetividade. A independência em relação à aprovação externa e a capacidade de respeitar a própria vontade emergem como elementos fundamentais para a construção de uma mulher poderosa. A menção à autonomia financeira reforça a relação entre independência material e fortalecimento pessoal, sugerindo que o empoderamento passa tanto pelo bem-estar subjetivo quanto pela capacidade de ação concreta no mundo. Assim como Gérbera, de maneira mais simples não permite escapar que a dimensão da autonomia financeira é fundamental para o exercício do poder.

*É uma mulher **que é senhora de si**. Porque quando “cê” falou dessa liberdade me veio aqui assim, “né”, tipo... acho que o que mais atrapalha a minha sensação de liberdade nem é o outro! Sou eu mesma!!! Sabe, aquilo que também o... o Dalai Lama e o Buda falava, “né”, que o pior inimigo “tá” dentro da gente?! Sou eu mesmo?! Por isso que a gente briga tanto com o fora, “né”?! Porque a gente fica sempre projetando fora...! Mas assim, são os meus limites, é a minha ignorância... “Né”?! Assim, eu acho que... **que... o que mais me limita é a minha própria... pequenez, “né”, assim... eu acho que é exatamente isso! É a minha ignorância! Eu acho que isso que é... são os meus grandes limitadores, “tá”?! Nesse sentido, se... você me perguntar o que que é uma mulher poderosa, eu acho que é uma mulher que é senhora de si! No sentido de que... bem a si mesmo, bem... digamos assim... é... como uma ferramenta, como um instrumento, “né”, bem afinado...!(Iris)***

Aqui, o ponto em comum, o encontro das narrativas de lideranças intramuros (mulheres encarceradas) e lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) é que compartilham de uma visão que a mulher de poder tem controle de si mesma: é dona e senhora de si. Ninguém fala por ela. Ou seja, não é um poder externo, material, mas interno e imaterial, aquela que sabe fazer escolhas, da ordem do conhecer-se e respeitar-se.

Abaixo, destacaremos alguns trechos que consideramos uma subcategoria que está relacionada ao poder de impacto de mudança e autenticidade que algumas mulheres em liderança extramuros capturaram, o poder da autenticidade de ser quem é. Compreendem melhor os assujeitamentos/opressões da coletividade e estão comprometidas em impactar na vida de outras mulheres.

*É uma mulher que consegue ser ela mesma, é... (...) A Beyoncé... A... Luiza Trajano... Que são... E não quer dizer que elas não tenham seus... suas dificuldades, “né”, é... a Michele Obama... mas eu acho que elas... aprenderam a gerenciar isso bem. Uma mulher de poder é uma mulher que **entende as suas vulnerabilidades**, consegue é... lidar com elas, consegue **fazer transformações muito significativas no ambiente onde ela “tá”** (...) Não é que ela entra no jogo! Não é uma mulher que vai pra roda dos uísques ou do golf... “né”, que vai ter que lidar com aquilo! **É uma mulher que sendo do jeito que ela é** (...) ninguém questiona a Beyoncé. A Beyoncé chega numa reunião da Adidas, fala assim: “Ah, não tem... não tem empresário negro aqui... Eu não negocio com vocês!” Então assim, é... é esse nível... **que eu acho que uma mulher de poder é aquela que não se anula... pra ser aquilo que a sociedade diz que ela tem que ser, o que ela não... não significa que ela não receberá crítica, mas ela consegue mudar a forma... de como as coisas funcionam!** (Lavanda)*

Ao citar figuras públicas Lavanda exemplifica mulheres que, apesar dos desafios, aprenderam a gerenciar suas vulnerabilidades sem se moldar às expectativas impostas. A noção de poder apresentada aqui vai além da simples inserção em espaços tradicionalmente masculinos; trata-se de ocupar esses espaços sem abrir mão da própria identidade. Essa perspectiva sugere que a mulher de poder não é aquela que apenas se adapta às regras existentes, mas aquela que questiona e redefine essas regras, promovendo mudanças estruturais e afirmando sua posição sem anulação de si mesma.

*Eu acho que não é muito... questão de status, mas alguém que consegue ali se impor, né?! Então, muitas vezes a gente... **tem uma sociedade que acaba impondo algumas coisas pra gente, relacionamento, casamento, ter filho...** “Cê” precisa... **fazer isso, você precisa se vestir daquela maneira...** **Acho que uma mulher de poder justamente quem consegue é... não sentir essas opressões... tão fortemente e colocar as suas opiniões assim!** **Acho que... muitas vezes é... e também é estar onde... onde você quiser assim!** (...) Então, eu acho que você pode “tá...” **Ser empoderada em todos os espaços que você ocupa assim!** **Eu acho que... uma mulher de poder não necessariamente é uma mulher que “tá” na política, não necessariamente alguém que “tá” no cargo de chefia, né...?!** (...) **Mas acho que a mulher de poder é justamente aquela que entende... que o espaço que ela “tá...” é... ela também pode é... colocar as regras dela, quais são os limites dela, até onde ela pode ir, o que que ela pode fazer é... e que também ajudem as outras mulheres a... a se libertar desse que que é o patriarcado, o machismo... não só esse compromisso individual.** (Amarílis)*

Amarílis nos fala de uma concepção de poder feminino que não está necessariamente ligada a status ou posições de prestígio, mas sim à capacidade de impor-se e resistir às normas sociais opressivas. Além disso, destaca a importância da ocupação

de espaços com autenticidade e autodeterminação, independentemente do contexto. Outro ponto central em sua fala é a ideia de que o empoderamento não deve ser apenas individual, mas coletivo, envolvendo a conscientização e a mobilização de outras mulheres contra as estruturas patriarcais e machistas. Assim, o poder feminino é visto como um ato de resistência, um exercício de definir seus próprios limites e, ao mesmo tempo, contribuir para a transformação social e ampliar espaços de outras mulheres.

É essa mulher com esse poder espiritual, entendeu?! Essa força sem... “Num” tem escola, “num” tem faculdade... Não tem nada! É o interior espiritual dela! (...) É uma terapia espiritual! (...) Quando você consegue fazer isso e dizer pra ela: “Olha, você não é só isso!” Quando ela consegue convencer de novo disso, porque eu consigo... É porque eu tenho que ir alimentando ela, alimentando ela, alimentando ela, entendeu?! Ai uma hora ela... Ai, pronto! Ela nutre e ela fala: “Mãe!!!” E é uma liberdade! Ai eu... Ai... vou te falar: É uma felicidade! Então, eu penso que pra... pra que as “mulheres acredite” que elas podem, seja qualquer besteira que ela fez, seja qualquer situação que ela entrou, seja qual situação que colocaram ela ou que... forçaram ela a isso ou simplesmente se ela acreditar, “tá” me entendendo...?! ... Que é de dentro que ela pode botar o poder espiritual dela de dentro pra fora... ela vai conseguir vencer qualquer obstáculo! Porque essa... essa essência que Deus deu, “tá” me entendendo? Que é essa energia vital... que tem dentro de nós, ninguém pode tirar! (Verbena)

Verbena apresenta uma concepção de poder feminino diferenciada das demais participantes: profundamente enraizada na espiritualidade e na força interior. Para ela, o poder não é algo adquirido por meio da educação formal ou de status social, mas uma energia vital intrínseca, que precisa ser reconhecida e fortalecida.

O ponto de encontro aqui com demais participantes é também abordar que esse não é um trabalho individual com um fim em si mesmo: ela reforça que o papel de cuidado e orientação no fortalecimento do outro.

Portanto, essa foi uma questão muito interessante de observarmos porque apesar de diferentes discursos apresentados, há um entrelaçamento importante: à sua maneira, as mulheres estão nos falando do poder enquanto, autenticidade e autonomia, especialmente.

As participantes apresentam tanto pontos de convergência quanto divergências na construção da subjetividade feminina e da noção de poder. Um aspecto comum entre os relatos é a associação do poder feminino à autonomia, ao autoconhecimento e à capacidade de resistir às imposições sociais. As participantes destacam a importância da autoconfiança (Hortênsia), do autocontrole e da determinação (Margarida), bem como do

reconhecimento da própria história e da autorresponsabilidade (Camélia). Além disso, a noção de poder aparece frequentemente ligada à ideia de transformação, seja no próprio ambiente social (Lavanda) ou no apoio a outras mulheres para que também conquistem maior liberdade (Amarílis).

Entretanto, há nuances importantes nas formas como esse poder é compreendido. Algumas participantes enfatizam a independência financeira e a capacidade de fazer escolhas concretas (Hortênsia, Papoula), enquanto outras relacionam o poder a uma força interna e espiritual (Verbena). Há também diferenças na percepção da necessidade de adaptação às estruturas existentes: enquanto Amarílis e Lavanda destacam a importância de não se moldar às expectativas impostas, Lavanda sugere que o verdadeiro poder está em questionar e redefinir as regras do jogo.

Essas diferentes perspectivas podem revelar como a subjetividade feminina se constitui de forma plural e multifacetada, incorporando tanto dimensões materiais, como trabalho e independência financeira, quanto dimensões subjetivas, como autoconhecimento, espiritualidade e poder de transformação social.

Considerações Eixo 3: Governo de si

Este eixo revela a concepção de poder relacionado ao governo de si nas últimas obras de Foucault. Afinal, este é o momento em que a noção de poder está sendo problematizada diretamente com as participantes, é o tema principal que leva o título dessa tese, nosso fio condutor que nos trará considerações finais sobre o governo de si.

Também é importante dizer que para a análise deste bloco recorreremos à analítica foucaultiana do poder também pelos olhos de Deleuze, uma vez que as contribuições de Deleuze para esses últimos trabalhos de Foucault são de fundamental importância.

Por isso, as três perguntas selecionadas que compõem este eixo trazem uma reflexão, uma autoavaliação para as mulheres sobre: governar a própria vida; liberdade; e o que é ser uma mulher de poder. As perguntas foram elaboradas de acordo com o que nos diz a teoria a que nos apoiamos.

Perguntamos às mulheres se elas sentem que conseguem governar a própria vida e encontramos o que chamamos de **“a gestão do governo de si: limites e expressões simbólicas”**.

Quando olhamos para o padrão de respostas das lideranças intramuros nos deparamos com expressões simbólicas/analogias como: *“estar bem resolvida”*, *“lidar*

com a individualidade”, “*saber o que quer*”, “*dar conta de mim*”, “*ter uma decisão própria*”, “*governar fisicamente e psicologicamente*”, mas também destaco algumas citações que trazem a questão da moralidade, da necessidade de assumir erros, de fazer o que é “certo”, ao mesmo tempo em que se precisa realizar o governo das “coisas externas”, do mundo material, da independência.

As mulheres das lideranças extramuros também recorreram aos simbolismos e nos levaram a dimensão mais poética da vida, que demonstra, possivelmente, uma certa subjetivação mais refinada e integrou um olhar para o dentro e para o fora com alguma beleza e leveza: “**somos anjo de uma asa só**”, ou seja, dependemos dos outros, da comunidade, do coletivo. É preciso saber dançar a “**dança da vida**” e saber viver “**conforme o rio**”, o grande rio da vida. É preciso fluir, encontrar as brechas, as fissuras porque as forças das águas virão. Ainda assim, é possível dançar com as águas quando nos capacitamos nesse trabalho de si. A dobra. A subjetivação. Por fim, uma outra mulher nos fala que é preciso **despertar, sair da matrix**. Como se nos alertasse: é preciso enxergar os assujeitamentos e agir sobre si mesmas. Despertem mulheres! Ainda há uma parcela de poder quando vocês estão “despertas”, e aqui talvez quisesse nos dizer sobre o estar atenta a si, numa atitude de vigilância, de cuidado, de verdade.

Entendemos que essa é uma pergunta que exige uma elaboração interna, um bom autoconhecimento. E à medida que se tem mais senso crítico dos assujeitamentos do mundo, mais elaboradas estão as respostas. Afinal, ela nos fala sobre condições de assujeitamento, sobre como encontrar “linhas de fuga”, “dobras” que nos permitam esse governo de si acima do “governo dos outros” (que somos sujeitados). Ou seja, se você sequer tem consciência desses assujeitamentos, como seria possível mensurar o governo de si? É possível afirmar que as mulheres encarceradas demonstraram a consciência e o desejo de governar a si mesmas. De certa forma, entendemos que isso nos dá pistas que todas elas conseguiram apreender o significado amplo do conceito: elas estão falando sobre esse “si”, esse “lado de dentro” que é preciso governar. As respostas demonstram uma compreensão, uma reflexão que as levou a reconhecer a necessidade desse “trabalho interno sobre si” e talvez possa representar um início desse processo de subjetivação.

Um outro ponto nos chamou atenção nessa categoria que somente as mulheres das lideranças extramuros trouxeram: *os limites do governo*. Antes de falarem daquilo que conseguem governar, elas nos falaram exatamente sobre o que não conseguem, aquilo que elas não têm governabilidade, ou seja: os assujeitamentos. E eles aparecem como

falta de tempo, controle de agenda, saber dizer não, saber colocar limites, lidar com a ausência de controle na vida.

E quando ampliamos nosso olhar, vemos que temos dois tipos de limites do governo nas respostas: um no que diz respeito **às condições de vida profissional** a que estão expostas, especialmente. E o outro limite diz respeito a essa **dificuldade interna**, a essa dimensão do si que mesmo não tendo tempo, mesmo reconhecendo que precisa cuidar de si, ainda têm dificuldades de estabelecer os limites necessários para o cuidado de si, ainda diz “sim” quando na verdade queria dizer “não” e não lida bem com essa ausência de controle sobre as coisas. Tantas questões da vida cotidiana das mulheres na contemporaneidade.

Já na segunda pergunta desse eixo quando perguntamos às mulheres sobre se sentirem livres (e para as presas, ainda que estejam presas), tivemos respostas surpreendentes e as agrupamos na categoria de análise: **“Prisões internas (limites da liberdade) e linhas de fuga da alma”**.

É difícil compreendermos que a grande maioria das lideranças intramuros (mulheres encarceradas), afirmam que é possível se sentirem livres mesmo estando presas.

Esse aspecto demonstra claramente que elas compreenderam a qual liberdade nos referíamos, uma certa liberdade que extrapola os limites das grades existentes, os muros do aprisionamento: buscávamos essa liberdade do lado de dentro de si mesmas, esse lugar que é inviolável e quase “sagrado”. E nos surpreendemos com a sutileza das respostas que descreviam como esses momentos de liberdade, esse oásis no deserto e nesse local, na penitenciária, onde a convivência no coletivo é compulsória, elas nos trouxeram que, especialmente nos momentos em que estão “sozinhas”, quer seja durante o banho, no silêncio da madrugada, na execução de algum trabalho, a alma pode “viajar”, se “transportar” para outros lugares. Uma delas nos diz: “os pensamentos estão livres”, como se nos dissesse, “somente meu corpo está preso, mas em alguns breves momentos, minha alma pode ser livre”. Chamamos esse movimento de “linhas de fuga da alma”.

Mas, de modo algum, isso quer dizer que assumimos que esta é uma condição estável, um “estado da arte” daquelas que estão presas. Por isso dizemos “linhas de fuga”, talvez em contraponto às pesadas grades que assujeitam no cotidiano lento das horas. Não refutamos a dimensão da sujeição que o encarceramento imprime, mas capturamos que há respiros, momentos de preservação de si, de um encontro fecundo.

Aqui, peço licença para expor um poema que eu li ao final de uma entrevista para uma detenta que trata exatamente deste tema da liberdade, que falava muito a respeito desse lugar da “alma”. Poema “Invictus”, de William Ernest Henley (116):

*Da noite escura que me cobre,
Como uma cova de lado a lado,
Agradeço a todos os deuses
A minha alma invencível.
Nas garras ardis das circunstâncias,
Não titubeei e sequer chorei.
Sob os golpes do infortúnio
Minha cabeça sangra, ainda erguida.
Além deste vale de ira e lágrimas,
Assoma-se o horror das sombras,
E apesar dos anos ameaçadores,
Encontram-me sempre destemido.
Não importa quão estreita a passagem,
Quantas punições ainda sofrerei,
Sou o senhor do meu destino,
E o condutor da minha alma.*

Já dissemos que também foi possível capturar um paradoxo em algumas poucas respostas, remetendo o movimento contrário algo como “estamos mais livres dentro do que fora” que indica esse “lugar” de liberdade, quando nos diz que “a minha liberdade foi privada, mas eu fui conseguir dormir aqui! Aqui eu não tenho preocupação”. Como se nos dissesse: “Aqui, sem as responsabilidades e peso do “lá de fora”, eu consegui dormir, encontrei um lugar interno de maior paz, menor pressão”.

Uma outra ainda diz que na penitenciária se sente mais livre exatamente porque o peso “da realidade” do lado de fora é maior que o peso de estar presa. Outra cita a questão do uso de drogas, ou seja, relaciona essa liberdade à interrupção do uso de drogas, como se nos dissesse que a subjetividade delas estava aprisionada no uso de drogas: talvez por viver ciclicamente no universo das drogas (quer seja pelo uso, pelas consequências do uso, pelos constantes encarceramentos, etc.).

Neste caso, a droga aparece como protagonista na narrativa e não o “sujeito mulher”. É como se a droga, para algumas destas, fosse o próprio alimento. Paradoxalmente, é o que, por vezes, significa uma borracha da subjetividade, ou se resgataremos o trecho da entrevista do caso analisador Magnólia, ela refere que a população carcerária vive “**confortavelmente entorpecida**”.:

Iniciamos... Sim! Um curso muito... muito... de muito conteúdo, mas infelizmente... a população carcerária vive como que submersa num... num lamaçal, vamos dizer assim, né?! Numa... é... Como diz aquela música do Pink Floyd? É... “confortavelmente entorpecida.” (Magnólia)



Portanto, no mínimo, essas menções são dignas de nota, afinal, elas parecem subverter uma lógica de respostas “esperadas”. Nesse sentido, pensando nas respostas dessa pergunta às mulheres encarceradas entendemos que o conceito de conduta de Foucault é o motor da nossa análise.

Com a introdução do plano da ética da existência e a abordagem do governo enquanto “condução de condutas” e “contra condutas”, que são as formas de resistências às condutas impostas, Foucault abre novas possibilidades em uma visão mais otimista dessa “arte de viver”.

E essa ampliação encontra compreensão no próprio domínio da investigação crítica do poder desencadeada desde o seu começo. É que a conduta dos sujeitos, a maneira de se conduzir, as formas por meio das quais o sujeito se problematiza e concebe a sua ação são efeitos apenas na medida em que são também causas eficientes de assujeitamento – este último devendo ser entendido não no sentido negativo da obediência a uma norma, mas, naquele positivo, de um certo posicionamento dos indivíduos pelo qual eles próprios se constituem como sujeitos.

Nessa mesma direção temos Sartre que nos dizia que “o importante não é o que fizeram de nós, mas o que nós fazemos com o que fizeram de nós”. Isto é, somos assujeitados, tendo ou não consciência disso; mas, se somos capazes de transformar a nós mesmos nessa condição de sujeição, então estamos construindo algo, estamos nos transformando, produzindo uma estética da existência. Então, talvez, podemos ser um pouco mais livres, ainda que aprisionadas.

Já quando focamos nas respostas das lideranças extramuros chegamos novamente aos limites. Perguntamos de liberdade, elas nos falam “dos limites da liberdade”. E que limites são esses? Elas nos trouxeram os limites em diversas dimensões:

- Limites relacionados à questão econômica: “se eu ganhasse mais poderia estar em lugares que decidem coisas importantes, mas minha liberdade não pode estar relacionada ao empobrecimento dos outros”; “se eu tivesse mais dinheiro seria mais livre ainda”;

- Limites relacionados à questão relacional: “seria mais livre se não tivesse que conviver com meu ex-marido;
- Limites relacionados à questão cultural/social: questão do ser mulher e figura pública e andar em determinados locais com insegurança, questão da pressão social, padrões sociais impostos para a mulher, etc.

Portanto, quando falamos em uma ampliação do conceito de poder para Foucault, estamos falando de um autor que era conhecido por certo determinismo: “alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer” (117), mas que, nesse “terceiro Foucault” explicita a questão dos dispositivos nos processos de subjetivação. Portanto, se nas pesquisas foucaultianas anteriores, o sujeito “aparece como resultado de uma operação de assujeitamento a um dispositivo, nessa nova perspectiva a subjetivação é concebida como um processo do qual o sujeito participa ativamente”.

Já sabemos que um dispositivo possui linhas de subjetivação. Deleuze sugere que Foucault puxou mais esse fio ao perceber que a dimensão do poder estava encerrando o mapa dos dispositivos em linhas de força intransponíveis, que impõem contornos definitivos. A subjetivação consiste, precisamente, na resistência à ação de tais forças, no ato de recurvá-las, de voltá-las sobre si próprias, constituindo uma dimensão que escapa tanto aos saberes, quanto aos poderes estabelecidos (embora possa, a todo o momento, ser por eles recapturada): o si próprio.

Nessa perspectiva, a subjetivação aparece como uma linha de fuga, que transpõe o limiar de um dispositivo, que lhe abre uma fissura: “podemos perguntar se as linhas de subjetivação não são o extremo limite de um dispositivo, e se não esboçam elas a passagem de um dispositivo a outro: neste sentido, elas predispõem as ‘linhas de fraturas’” (118), p. 86.

Ou seja, aquele Foucault que nos falava que “não há fora do poder”, avança em sua teoria, caso contrário, não teríamos um estatuto da liberdade nessa teorização.

Estas resistências, ainda que possam parecer pequenas ou “inofensivas”, são o que torna possível transpor as linhas diagramatizadas do poder – ainda que por um breve instante – e fazer fulgurar o novo: “o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (117) p. 208. É nesse choque

com as linhas de força hegemônicas que a subjetivação produz-se como uma prega, como uma dobradura “é como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria” (71) p. 107.

Ou seja, não é um movimento que constitui uma interioridade, e sim, uma outra face de uma “pura exterioridade, que é a superfície imanente onde as forças em jogo têm a possibilidade de afetarem-se não apenas umas às outras, mas, também, a si próprias”. Deleuze (71) p.108 expressa esse jogo de forças, do qual emerge o si próprio, da seguinte forma:

O que pertence ao lado de fora é a força, porque em sua essência ela é relação com outras forças: em si mesma, ela é inseparável do poder de afetar outras forças (espontaneidade) e de ser afetada por outras (receptividade). Mas, o que decorre, então, é uma relação da força consigo um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si. De acordo com essa conceitualização, o que a dobra da subjetivação instaura é uma modalidade de relação consigo, irreduzível aos saberes e poderes dos quais deriva, visto que se erige insurgindo-se contra as formas de subjetividade que nos são propostas e impostas pelos dispositivos em que nos inserimos. Entretanto, esse novo domínio – o si próprio – é continuamente penetrado, recuperado e reintegrado em novos saberes e poderes, que o recodificam e rediagramatizam, de modo a assujeitar (ao outro: submissão; a si próprio: identidade) a subjetivação. Deleuze aponta que é próprio à subjetivação resistir à sujeição e que ela não deixa de relançar a relação consigo redobrando-se, desdobrando-se, metamorfoseando-se (71).

Por meio do conceito de experiência, Foucault coloca os processos de subjetivação no mesmo nível dos que concernem ao saber e ao poder, em um tipo de entrelaçamento diverso daquele em que a subjetividade aparece apenas como uma derivada das relações de saber/poder (44).

E finalmente, caminhando para a análise da última pergunta desse eixo, quando questionamos às mulheres o que seria para elas uma “mulher de poder” (lembrando que esta pergunta foi inserida posteriormente, portanto, não temos respostas de todas as participantes), encontramos “**As expressões do poder**” nos chama atenção a abordagem do poder relacionado à dimensão do cuidado de si e autodomínio que surgem nas expressões relacionadas que reuniu respostas das mulheres dos dois grupos.

Expressões como “mandar na própria vida, “tomar conta de mim”, “saber administrar sua própria vida”, mas, também sobre o processo de autoconhecimento (“*que sabe o que quer*”, “*que já entrou em contato com a própria história, já conseguiu ressignificar as dores*”); “*é uma mulher que consegue ter condições de fazer escolhas*”;

“é uma mulher que acredita que ela é capaz”; *“uma mulher que é senhora de si”;* *“é como uma ferramenta, como um instrumento bem afinado”*, *“que tem uma boa autoconfiança”*) são a tônica destas respostas.

Além disso, também trazem à questão da independência, esse poder relacionado à dimensão mais estrutural e material (*“que tem autonomia financeira”;* *“uma estrutura melhor”*), para si e para a família.

Demonstram assim, terem compreendido o aspecto mais subjetivo do poder, de algo que fica do lado de dentro, de uma atitude perante a vida, mas, especialmente, perante si mesmas e evidencia esse trabalho consigo mesmas, esse trabalho interno mais sofisticado.

No entanto, não é possível afirmar que elas de fato conseguem vivenciar essa dimensão do poder. Mas, desejam, conhecem. São boas respostas sobre um “si” identificado e poderoso, mas, e é de se esperar, pouco crítico ainda aos assujeitamentos do mundo mais próximo e ao mais distante delas.

Já em 3 lideranças extramuros surgiu uma outra expressão e abordagem do poder, dessa vez relacionado à capacidade de gerar mudanças. Aqui, compreendemos que aparece mais claramente essa “preocupação” com o coletivo, ao que chamamos de poder como uma expressão de “poder de impacto de mudança”.

Encontramos 3 pequenos trechos que explicitam esse compromisso em impactar vidas e mudanças: elas nos falam sobre manter uma atitude de verdade para consigo mesmas e para com os outros, autenticidade sobre quem são e para os de fora, nos falam da capacidade de gerar transformações de dentro pra fora que possam chegar até outras mulheres e para sociedade, dessa atuação mais “política”, como aquela que enxerga além do si.

Portanto, aqui adotamos um posicionamento que esse interesse mais amplo que essas mulheres demonstraram por outras mulheres e pela comunidade poderia nos dar pistas, capturar algo que pudesse nos levar ao “governo dos outros”.

A nossa grande questão norteadora para essa análise que surgiu ao analisarmos este último eixo foi: como se manifesta essa dimensão do outro, quer seja no cuidado dos outros, quer seja no governo dos outros nas mulheres participantes nesse estudo?

Sabemos que o cuidado de si, nosso primeiro eixo de análise também nos fala do cuidado dos outros, duas condições que estão imbricadas, conforme verificamos abaixo:

O cuidado de si passa a ser uma ferramenta que permite reatransessar o campo da política (problema da estruturação das condutas dos outros), a partir da problematização da ética (problema da estruturação da relação consigo). Sócrates dirige-se a Alcibíades e o intento desse diálogo é lembrar que o bom exercício do governo (dos outros) - dimensão política do governo - teria, como condição primeira, o exercício do cuidado de si mesmo (64).

Afinal, de que vale um vasto cardápio de técnicas de si, uma atitude parresiástica, se isso na realidade da vida, não se converter em um melhor governo de si e dos outros? Foucault recorre à essa organização de sociedade no sentido de nos trazer uma referência sobre o cuidado de si e sua intersecção com o poder.

Portanto, é preciso resgatar um pouco do modo de vida das mulheres na Grécia Antiga: basicamente sabemos que elas não podiam participar dos debates políticos e públicos da sociedade, não tinham acesso à educação na infância e concentravam os seus trabalhos no ambiente doméstico. Além disso, dependendo de suas condições econômicas e sociais, era muito comum serem submetidas à escravidão (como no caso da maioria das imigrantes) e/ou à prostituição. E talvez esse seja o campo da maioria das críticas feministas destinadas ao autor: a que ele escreve da perspectiva do dominador ou do colonizador, ou ainda, que o pós-modernismo é uma abordagem perigosa para ser adotado por qualquer grupo marginalizado, e por esse motivo, não serviria para as mulheres (49).

Ao que Margareth McLaren, autora do livro “Foucault e Feminismos” rebate, pois compreende que “ainda que seja verdade que ele não discute sistematicamente sexo ou diferenças de gênero, as feministas ampliaram seu trabalho com sucesso para fazê-lo” e acrescenta que há uma má interpretação da noção de poder desenhada por Foucault (49), p. 40.

Para tanto, nesse ponto do trabalho tomamos uma decisão importante: buscamos algumas palavras chaves ao longo de todas as entrevistas que pudessem nos falar sobre essa dimensão do outro, para além do si, ou seja, para entendermos essa implicação política nos dois grupos de mulheres pesquisados, pensando se os diferentes acessos e privilégios impactariam nesse desdobramento para o outro que é o público, coletivo, comunitário e rastreamos as seguintes palavras como pistas dessa implicação no plano da ética e da política.



Vale ressaltar que política aqui se refere tanto a macropolítica, com o ativismo mais estruturado, mas também aquele que se pratica no nível da micropolítica, que impacta na vida daqueles que nos são mais próximos, do outro: o cuidado de uma criança, um jovem, um idoso, da família, das companheiras da penitenciária, por exemplo, também é uma contribuição à polis, logo, é micropolítica. Se se cria cidadãos fortes, solidários, respeitosos, éticos, eles farão da comunidade algo mais potente para defender as necessidades do grupo e transformar a sociedade. É uma dimensão importante.

Encontramos 12 menções destas palavras nas respostas das participantes. O que percebemos é que as lideranças extramuros que entrevistamos, ditas privilegiadas por esse maior acesso às tecnologias de cuidado de si apresentaram uma maior implicação com a dimensão política coletiva e comunitária, um certo “ativismo social”, mais formalmente e com o impacto num maior número de pessoas.

*... Uma coisa que me ajudou muito... foi o **ativismo** assim...! Eu comecei a ser ativista muito cedo! Eu comecei com 10 anos de idade! Então eu comecei a criar grêmios na escola (...) Então, por exemplo: Eu comecei a... a olhar pra... aquilo que a gente chama de “fenômeno da impostora”, que essa “vozinha” que fica na nossa cabeça... não das mulheres só, mas predominantemente... representados por negros, pessoas com deficiência, né...?! Que fica dizendo que a gente não é capaz, que a gente não deveria estar aonde a gente está ou que a gente não merece estar aonde a gente está, “né”?! (Lavanda)*

*Então eu... eu sou Presidente de Conselhos de Direitos Humanos... Eu lido com projetos... e... “tô” em conselhos de renovação **política**... Eu faço estudo... pra eu não me perder no mundo!... Porque... uma pessoa com... a... a... a... o **lugar social** que eu tenho hoje, é... poderia não fazer isso, mas não é responsável! Pra mim grandes poderes vêm sempre com grandes... responsabilidades. (Lavanda)*

Graças a Deus nós estamos numas duas mil pessoas aqui, entre gregos e troianos e mais a família dos que é da família, das famílias daqui. Então a gente tem uma comunidade (Verbena)

Militância...! Movimento negro...! É... É... Eu sou conselheira do... do... da saúde...! Eu sou é... conselheira do meio ambiente... (risos) Eu sou... Eu sou conselheira da... da... da economia solidária... Eu tenho... Eu tenho... Eu **ajudei** a criar uma cooperativa que hoje sustenta mais de “30 família...” De mulheres, né?! Solo...! Solo! Solo! Ai, o... o... Nossa, eu milito! Ai eu faço a lavagem da escadaria... da escadaria da... da igreja... da... da... igreja é... da... lá da catedral...do centro...Por conta que eu apanhei lá e aí eu varri a rua... daí fiz o protesto, hoje é a “lavagem...”!(Verbena)

*Por exemplo: Eu... pude levar a minha filha de quatro meses... desde os quatro meses pra reunião com o Presidente da República, porque eu tinha um lugar que me dava a liberdade, um **lugar social** que me dava liberdade de fazer isso para que outras mulheres tivessem a liberdade de fazer o mesmo! Não que elas... quisessem... ou... elas fossem fazer! (...) Mas eu queria abrir a porta, pra segurar pra outras entrarem. Então, talvez a liberdade nesse lugar sim, eu tenho. (Lavanda)*

*E aí você “tá” dentro duma **comunidade** que chama... que tem... que “tá” aqui desde 1973... Sou sacerdotisa dessa casa... religiosa e também social e cultural e beneficente! (...) Isso eu “tô” falando... desde adolescente... Porque aqui eu... eu cuido... eu... eu... em torno de mim... tem uma... uma... uma **comunidade** que hoje eu “tô” na sexta geração, então... (Verbena)*

*Eu acho que o que tem me ajudado a **ajudar** as pessoas é essa parte espiritual...! (...) Então, é... assim, é... é... aí eu penso que a contribuição minha... através da minha experiência de vida... do que eu aprendi também, né?! Porque se aprende todo dia! Quando eu atendo as pessoas aqui... parte da história dela, eu “tô...” Vai fortalecer a minha!(Verbena)*

A fala da participante Verbena aqui representa bem essas duas dimensões políticas do cuidado: aquela praticada pelo ativismo social, na medida em que é representante da comunidade em conselhos, etc., mas, que também parte do cuidado individual de mulheres reconstruindo com elas muitas vidas que estavam desorganizadas, destroçadas. Parte do individual para o coletivo. O campo dos afetos individuais também é revolucionário.

*A... A “outra “asa” é a **comunidade!** Né?! Porque a fé você já tem! você precisa desse... dessa “outra asa...” Que é o abraço, né?! Que é o coletivo! Então eu penso que hoje incorporar a Umbanda junto com o Candomblé, o Candomblé junto com a Umbanda e com a... com “os indígena”, “tá” me entendendo, fez parte dessa **resistência!** (Verbena)*

*Quando a gente começa a ocupar outros espaços... O espaço da **política**, o espaço é... da engenharia, o espaço que antes a gente... que são os homens que dominavam, né?!(Amarilis)*

*A questão da própria cultura, “né”, do contexto familiar e também esse contexto cultural faz com que... Os japoneses eles são muito assim, “né”?! Assim, tipo, a gente não... não é pra gente aparecer. Sempre é pro **coletivo!** Então, a gente sempre faz em função de outra pessoa, de alguém, “né”?! (Iris)*

*Mas então ... a **política**..... a minha vida “tá” dando uma “guinada...” Eu “tô” com uma equipe pra trabalhar comigo, eu vou sair... Deputada, eu vou lançar um livro...(Orquídea)*

*E... como facilitadora de círculo de mulheres, de grupo de mulheres eu já atuo desde 2007, mais ou menos (...) então, a gente é como se fosse, né, os líderes assim, né, da... de um **grupo** de 80 pessoas, é... é... então eu busco sempre...Então eu me sinto bem sobrecarregada, porque, né, além de trabalhar aqui, daí eu tenho o trabalho como terapeuta de mulher, daí eu tenho o trabalho como líder do **grupo** espiritualista... (Camélia)*

Vejamos que Camélia, Iris, Amarilis, Verbena e Orquídea explicitam os possíveis trabalhos quando eles atingem um maior número de pessoas e tem um impacto social mais estruturado: a prática da política partidária, dos grupos de trabalho, dos coletivos e comunidades. Nestes casos, os “outros” são muitos outros, ao menos em tese.

Destacamos ainda três trechos de três mulheres (uma encarcerada e duas em liderança) que demonstram a dificuldade apresentada na participação da vida comunitária e social associando-a à sobrecarga e falta de tempo:

*Não, atualmente não “tô” formalmente... Quer dizer, eu “tô” no grupo “Mulheres do Brasil”, mas... Ariane! Que **não “tá” sobrando muito tempo...!** Então... realmente eu fico com um pouco de **preguiça**. (Hortênsia)*

Já ajudei... ajudava muitas pessoas, mas, particularmente, mas de participar... Lá fora tudo é tão corrido, né?! Eu que... era uma comerciante, então... a vida de comerciante não é fácil! (risos) (Girassol)

Aqui eu não tenho muito assim, porque... a vida de casado meio que... Sabe?! Eu fiquei meio desanimada. Então, eu gostava muito! Hoje em dia eu sinto que eu não faço por falta de tempo! E aí, às vezes, quando eu tenho tempo, eu quero descansar! (Tulipa)

Já as lideranças intramuros (mulheres encarceradas), demonstraram, de acordo com os trechos selecionados abaixo, que ainda que alguns termos apareçam nos discursos delas, possuem uma atuação humanitária, mais voltada para a caridade, talvez decorrente de uma fraca vivência de pertencimento e de comunidade (dentro e fora da prisão), de exercício de direitos, de representação e de ativismo em seu sentido mais formal.

Mas isso não significa que não praticam o cuidado com o outro: em um nível mais micropolítico, de suas relações familiares, comunidades religiosas ou outros grupos elas estão lá.

Todavia, nesse momento do encarceramento, impedidas que estão desse cuidado sofrem e se preocupam por esse afastamento, afinal, quem assumiu esse papel no lugar delas? Nos contam do histórico da prática da benevolência para com o próximo, demonstrando empatia e compaixão por aqueles que estão em condição mais vulnerável que elas em algum aspecto, mas, diferentemente de uma atuação baseada em cidadania e na luta pelos direitos de mulheres, o que indicaria uma atuação mais no plano da “política”, tendo em vista que estão destituídas dessa possibilidade de ativismo ali na penitenciária, mas isso não apaga que dentro dos limites possíveis, ainda assim, praticam o cuidado com o outro.

Eu era representante do grupo da... da... de reunião de pais e mestres da escola! Do meu filho. Do meu filho, dos “meus neto...” Então eu era... Fazia parte desse grupo! Só! Somente esses! Hoje eu consigo cuidar de mim em todos os aspectos! Eu consigo cuidar de mim, eu consigo ajudar meus filhos que precisam de mim e “meus netos que são muito apegado” a mim. (Gardênia)

Sim. A nossa igreja “nóis...” ajudava os moradores de rua de Campinas! “Nóis fazia” sopa... É... Arrecadação de roupas... Então... duas vezes por mês “nóis...” fazia. Dava a palavra... escutava as... as histórias dos moradores e... quando eu me encontrei no meio deles, que “eles me viu”, eles falavam, assim... “não acreditava”, porque... eu tive o convívio com um deles que eu ajudei! (Papoula)

Eu já participei do grupo de jovens da igreja católica. Já fiz... Sim. “Ó”, já fiz... Bombeiro Mirim...! Quando era nova... já fiz Bombeiro Mirim... Era... Era isso...! Capoeira... (Violeta)

Então, eu... eu acho, eu tenho... eu tenho a necessidade de ajudar “as pessoa”, né?! Aí eu trabalhei numa... numa casa de... é... doentes de HIV... Né? Fiquei “três ano” trabalhando registrada lá... (...) Ali eu conheci muita gente necessitada, sabe?!... Aí depois eu saí de lá eu fiquei trabalhando de voluntária! ... e eu trabalho de voluntária até hoje lá! Aí além de lá eu também sou voluntária numa casa de idosos, né?! De velhinhos... (Gerbera)

Sim! Já! Arrecadar é... cesta básica pras... pras pessoas carentes lá na vila, onde a gente morava... lá em Jundiá. Sim, já participei sim. É... tipo, fazer comida pra pessoa morador de rua... Assim, às vezes eu nem participava fazendo, mas ajudando com as coisas... (Azaleia)

Não pretendemos estabelecer quem está em vantagem ou desvantagem e sim os diferentes contextos. Os diferentes possíveis. Os diferentes acessos. Os diferentes “poderes”. Não queremos aqui dizer que as lideranças extramuros (mulheres do lado de fora) têm plena consciência da dimensão política do cuidado de si e o que isso significa em termos de poder (governo de si e dos outros), mas, demonstram uma atuação mais direcionada e intencionada no sentido da cidadania, possivelmente pelos acessos e oportunidades que fizeram parte de suas trajetórias, portanto, tem uma atuação macropolítica.

Todavia, não nos esqueçamos que, ainda que tenham infinitamente mais acesso a práticas de si e talvez um pouco mais de poder isso não significa que não continuam sendo assujeitadas: essas mulheres nos falaram a todo momento dos seus “limites” (da liberdade e do governo), da necessidade de defesa desse “espaço interior” e das dobras (ainda que não conheçam o conceito deleuziano) para esse governo de si.

Mas, fica claro que realmente há uma maior intersecção entre cuidado de si e cuidado dos outros, essa dimensão macropolítica do cuidado de si que chega a um número maior de pessoas, e isso possibilita maior poder de atuação.

Quanto à atuação que capturamos pelas palavras acima selecionadas no sentido do “cuidado e governo dos outros” das lideranças intramuros (mulheres encarceradas), é possível que isso nos evidencie que a desigualdade social e pobreza “cultural” estão a favor de uma engrenagem que atrasa, que dificulta, que emperra a atuação da mulher em uma dimensão macropolítica da vida, retroalimentando um ciclo de vulnerabilidades.

Contudo, não é capaz de fazer calar a compaixão que sentem pelas pessoas mais vulneráveis, pelos “seus outros” e, nesse sentido, pudemos conhecer mulheres com uma visão de sua situação bastante aguda e verdadeira. Foram entrevistas de muita autenticidade, uma parresia presente e isso tem um caráter de bravura, micropolítica das relações.

Enfim, não se trata de uma desvantagem na participação política e comunitária. A questão é de dimensão. Elas parecem trabalhar mais numa micropolítica das relações que é sofisticada e demanda muita coragem, ainda mais na penitenciária, num mundo de estranhas. Dentro do raio de poder que elas têm acesso, elas fazem muito, com o pouco que possuem. A pergunta é: o que seriam capazes de produzir dentro de outros possíveis acessos? Tenho convicção que essa postura de coragem as poderia levar para “muitos outros”, “para além dos seus”, num nível importante de atuação macropolítica.

E voltamos a reflexão inicial deste trabalho: o cuidado de si reduz o assujeitamento e promove poder, mais governo de si? E o contrário: uma ausência desse cuidado significa mais assujeitamento e menos governo de si?

O que podemos afirmar até aqui é que as mulheres travam uma verdadeira luta para não serem ainda mais assujeitadas pelas demandas do “si”, “do fora do si”, “dos outros”, “da vida”, mas, nem todas lutam as mesmas guerras e nem todas estão no mesmo barco.

Enquanto umas navegam em barcos a remo artesanais, outras navegam em embarcações que tem o potencial poder de abrir caminhos para toda uma coletividade. Uma potência que exige uma subjetivação, uma dobra e talvez possamos traçar o seguinte paralelo: se temos um “sobreassujeitamento”, temos um caminho mais complexo de subjetivação, ou seja, talvez tenhamos que enxergar como uma “superdobra” para que fique claro que as distâncias e complexidades não são as mesmas.

5. CONCLUSÃO

“As prisões do feminino: entre o governo de si e dos outros”. O que o título dessa tese quer realmente dizer? O que pretendíamos alcançar? Que prisões são essas que as mulheres enfrentam, independente do lado do muro que estejam? Que governos são esses?

Muitas palavras gravitaram esse trabalho e foram repetidamente escritas na tese, elas nos deram o contorno do tema. São elas: cuidado de si; parresia; verdade; liberdade; governo e poder.

Quero aqui chamar atenção para o título porque ele reúne muito do que essa tese se ocupou (produziu): se de um lado reconhecemos que o feminino tem suas prisões, ou seja, seus assujeitamentos mais expressivos em razão do gênero e suas interseccionalidades, de outro, reconhecemos que há um trabalho sobre si possível, uma ética de existência, que possibilita práticas de liberdade e de governo de si.

Ou seja, somos mais do que apenas sujeitados pelas estruturas de poder. Podemos operar além de uma liberdade que tem a ver com as relações de poder com o mundo externo. Práticas de liberdade aqui tem a ver com essa dimensão mais íntima, do processo de subjetivação.

A liberdade individual para os gregos era algo muito importante, eles problematizavam sua liberdade para convertê-la numa questão ética. Foucault nos dizia que para eles não ser escravo (de outra cidade, dos que os rodeiam, dos que os governam, de suas próprias paixões) era um tema fundamental.

Portanto, muitos estudiosos do que chamamos de “último Foucault”, que é quando o filósofo se debruça sobre a questão da subjetivação, nos falam de uma fase mais “otimista”, uma produção mais esperançosa em termos de governo de si e de um Foucault menos determinista e fatalista no que se refere a nossa relação com o poder a que somos sujeitados.

É um salto importante na obra que buscamos capturar na tese. Nossa intervenção com as mulheres não se restringiu em constatar as opressões a que somos sujeitadas. Não nos demos por satisfeitas apenas com isso. Buscamos encontrar esse poder do governo de si, a parresia, as práticas de cuidado de si e de liberdade, breves oportunidades de consciência sobre si mesmas, que configuraram certas práticas de liberdade e escape do assujeitamento.

Se esse trabalho tivesse estacionado nas sujeições, não teríamos presenciado a beleza da natureza discursiva parresiástica, ou seja, a coragem de encarar as próprias verdades, da grande maioria das mulheres de vidas tão diferentes que conhecemos, mas que apresentaram um discurso tão cheios de “si mesmo”, de alma, de verdades que elas subjetivaram sobre si mesmas. Pudemos vivenciar que quanto mais conhecimento e cuidado de si mesmas, mais governo de si, mais poder, menor o impacto dos assujeitamentos que continuarão a existir sim, mas com um processamento interno diferenciado.

A pesquisa não se propôs ao passo seguinte valorizado pelos gregos, que é o trabalho em comunidade, as discussões coletivas. Então essa seria uma possível oportunidade para estudos futuros. A ausência dessa vida comunitária parece ser um dos dispositivos atuais dos assujeitamentos a que estamos submetidos.

Com isso não desconsideramos que, pesquisando dois grupos tão heterogêneos ficou evidente os diferentes acessos a que esses dois universos de mulheres possuem: se de um lado temos lideranças extramuros com poder de consumo para garantir algum cuidado de si com um vasto cardápio de técnicas disponíveis (cardápio Michelin), de outro temos lideranças encarceradas com quase nenhuma oferta disponível na penitenciária a não ser o “jumbo” (leitura; a oração e o trabalho).

Pudemos verificar que realmente era mais difícil encontrar “o cuidado de si” quando olhávamos para os relatos das mulheres encarceradas, especialmente, uma vez que suas histórias de sobrevivência pareciam se sobrepor a possibilidade de cuidado de si. Vimos histórias de violências e violações, de infâncias roubadas, de trabalho infantil, de gravidez precoce, de maternidade solo, abuso de drogas e de criminalidade. No entanto, isso não significou dificuldade a uma disposição, entendimento e adesão com qualidade à proposta de olhar crítico e minucioso sobre si mesmas.

O que saltou aos olhos inicialmente foram as histórias de sobrevivência física e emocional. Nesse sentido, é claro que, enquanto sociedade, precisamos deixar de romantizar a força feminina, que tem um alto custo emocional e representam o que há de mais sofisticado na manutenção da desigualdade de gênero e de poder.

Frases como: “Ela é guerreira”; “Ela é uma heroína”, “Como consegue dar conta de tudo ao mesmo tempo” são indicativos de outro tipo de aprisionamento que precisa ser estudado, compreendido e ressignificado. É uma romantização da violência e da desigualdade que é condição *sine qua non* para quase todas nós, independente de posição

social. E é claro que não estou ignorando o peso da “interseccionalidade”. Algumas lutas são maiores no sentido da sua concretude para manutenção da existência.

Mas, difícil não significa impossível. Lendo, relendo e ouvindo as gravações destas entrevistas realizadas, pudemos observar que apesar da falta de oportunidade ou condições para cultivarem a si mesmas e aplicarem as tecnologias de si disponíveis em nossos tempos para alguns privilegiados, tal como víamos na Filosofia Greco Romana resgatada por Foucault, ainda assim, encontramos essa partícula interior, esses processos acontecendo de forma viva, havia algo, uma força, uma resiliência.

E essa “força”, que aqui poderíamos chamar de alguma pista de um contrapoder, de uma possível dobra na vida nua (e crua) destas mulheres sem grandes privilégios parecem ter sido gestadas/sustentadas de uma certa capacidade de parresia, numa vivência religiosa e/ou de espiritualidade, mas também em uma certa “predisposição” e interesse para fazerem um trabalho de si sobre si. No fundo, uma consciência sobre si mesmas a despeito do preconceito e condenação social que carregam.

E nesse sentido, foi surpreendente. Felizmente, encontramos mulheres parresiastas, sendo a parresia como um componente importante do governo de si mesmas. Especialmente para as lideranças intramuros (encarceradas) que não contam com um histórico nem anterior, nem atual durante o encarceramento, ficando restritas as práticas que aqui chamamos de “jumbo”.

Foi notável que o trabalho prévio das intervenções em grupo, bem como as condições favoráveis em que as entrevistas foram realizadas possibilitou um acesso do lado de dentro de si mesmas e uma atitude parresiástica impressionante. Elas estavam ávidas por falar, romperam paradigmas, não se mantiveram em um discurso domesticado do que a sociedade espera ouvir delas (arrependimento pelo crime, etc.). Pelo contrário, foram ousadas e autênticas. O grupo do intramuros significou a “boa nova” da pesquisa e que reforça a necessidade de outras políticas de Estado para além do encarceramento em massa.

Portanto, isso nos leva a considerar que ainda que nem todas tenham acesso a um cardápio de técnicas “5 estrelas”, quando construímos um ambiente favorável, ou seja, que possibilite um diálogo qualificado, uma escuta em condições adequadas esse poder de acessar o lado de dentro é “ativado”. A pesquisa e sua organização até chegar as entrevistas, parece ter tido um significado para elas.

Uma intervenção que possibilite não apenas falar das feridas, das fragilidades, dos sofrimentos, mas que também ouse perguntar se elas se sentiam livres em algum

momento, mesmo estando presas, o que elas entendiam por uma mulher de poder, se sentiam que se conheciam, se conheciam suas verdades, dentre tantas outras perguntas que buscavam acessar essa potência.

É como se disséssemos “*eu vou te perguntar isso, porque acredito na sua capacidade de reflexão, de resposta, acredito nas suas vivências e na sua subjetivação, apesar da condição atual e limitante do encarceramento*”. O corpo está preso, mas a alma não precisa de tantas algemas e grades.

Isto posto, algo que quero ressaltar nesta conclusão é que ainda que sejamos cientes das limitações e dispositivos do sistema penitenciário brasileiro em termos de reeducação, é possível propor um aperfeiçoamento desta política pública, de oferta de práticas relativamente “simples” (mas não simplistas), como a realização de grupos reflexivos, de rodas de leituras, de atendimentos terapêuticos breves, práticas de espiritualidade mais diversificadas, dentre outras técnicas de cuidado de si que exigem baixo investimento orçamentário, mas que a pesquisa demonstrou ter um ótimo resultado em termos de conduta perante si mesmas e a própria vida.

Todavia, considerando a genealogia do sistema punitivista, não podemos ser ingênuos em admitir que o sistema é limitado por falta apenas de “condições”. Estamos falando de uma estrutura de poder e controle com dispositivos altamente “sofisticados” no sentido de abandonar à própria sorte os encarcerados no país. Agamben nos mostra claramente esse “abandono” quando nos fala da figura do *homo sacer* (68), ou seja, pessoas que são matáveis e que podem ser deixadas a própria sorte. O sistema carcerário parece cumprir essa função, construindo essa realidade de abandono. Quando há iniciativas, as poucas parecem se concentrar na construção de uma moral sobre certo e errado para com o mundo externo, para com os outros e negligencia o trabalho interior de construção de uma ética para si mesmas, que é condição prévia para o conduzir-se no mundo. As pessoas se conduzem perante o mundo e os outros, da maneira como conduzem a si mesmas pela sua ética.

Mas o que estaria “entre” o governo de si e dos outros? Que “entre” é esse? Por que esse recorte sobre o feminino é importante? Por que escolhemos mulheres com vidas tão heterogêneas?

Vimos que cuidar de si mesmas é um processo, uma conquista, um direito que todas as mulheres precisam lutar. Precisam reivindicar a si mesmas, dentro e fora. Infelizmente, no que se refere às subjetividades e direitos desrespeitados tivemos uma

categoria democrática: todas somos atingidas em algum nível pelas pressões, opressões, padrões e tantas outras cobranças sobre a performance feminina.

Para os homens gregos do período socrático, privilegiados da pólis, o cuidado de si era um luxo, um acesso diferenciado para aqueles que pretendiam governar a cidade. Ou seja, primeiro cuidavam de si e depois dos outros e só então estariam capacitados para esse governo.

Mais de 2000 anos se passaram, e, para nós, mulheres, o acesso às técnicas de si continuam sendo um luxo, um privilégio e um processo. A lógica dos nossos dias é inversa: o cuidado começa no outro na vida de mulheres e depois vai para o si, isso quando essa mulher consegue se apropriar do seu processo de subjetivação, enxergar esse si no meio de todo assujeitamento e se subjetivar.

Vale ainda lembrar que nem todas sofremos os mesmos assujeitamentos. As questões de raça e classe social explicitaram, para as mulheres privadas de liberdade, por exemplo, a grande lacuna dos possíveis que existem entre nós e por isso ali falamos de “sobreassujeitamento”. Mais um “entre”.

Também temos um “entre” o governo de si e dos outros, que podemos traduzir como uma importância de conhecer o lado de “dentro” de si e ter consciência sobre o lado de “fora”, então não descartamos a importância do “conhece-te a ti mesmo”, mas costumamos ele com o “cuida de ti mesmo”.

Chegar ao “si” não foi tarefa fácil. Esse “si”, esse trabalho consigo mesma, essa dimensão que anda de mãos dadas com uma atitude filosófica perante a vida, perante si mesma, que ao mesmo tempo é abstrata e material, porque envolve uma série de práticas, que não acontece só no mundo das ideias, que precisa ter esse “intermediário” que conduz que são as práticas de si e essa postura parresiástica perante a vida.

Inicialmente, eu achava que esse era o ponto que tínhamos tido mais dificuldade de abordar. Mas, me debruçando inúmeras vezes sobre esse material eu vi que a parresia estava viva para além da linguagem: nessa coragem, nessa atitude que produziu entrevistas em verdadeiras obras de arte.

Mas esse “entre” também pode ser o poder de impacto de mudança: vimos que independente se isso ocorre no nível micropolítico ou macropolítico, esse poder ali está. Quer seja a atuação do cuidado ali no âmbito familiar, da comunidade mais próxima, quer seja numa participação mais ativista e estruturada na coletividade.

É bem verdade que as “duas asas” (do si e da comunidade) que Verbena nos fala nos levam a possibilidade de alçar voos mais altos, uma participante que aqui

chamaremos de “intermundos”, porque ao mesmo tempo que reúne marcadores identitários que são semelhantes às das mulheres líderes intramuros (raça, baixa escolaridade, pobreza, histórico de violência e violações, etc.), encontramos Verbena como uma liderança extramuros, ou seja, alguém que nos contou uma performance e um processo de subjetivação que superou e rompeu as grades do lado de fora da vida, mas, também, as grades internas, que hoje representa uma mulher que tem uma liderança dentro de uma igreja de matriz africana, que se conduz, que tem um bom governo de si, mas que também apoia na condução de inúmeras famílias, como ela mesma costuma dizer.

Verbena nos remete à figura do mestre nas sociedades greco-romanas. E digo “intermundos” porque é alguém que fez essa travessia na medida em que encontrou a vivência de práticas religiosas e de espiritualidade libertadoras, que conseguiu fundar, se infiltrar e ganhar espaço no ativismo e na macropolítica da vida e que recorreu à herança poderosa de seu pai: a valorização de sua raça e de si mesma pelo que é, ele dizia “nossos ancestrais foram reis e rainhas”.

Entendemos que todos esses ingredientes foram subjetivados de forma a trazer uma mulher emblemática para o seu tempo e para esse trabalho. Então, não há dúvidas que a dimensão política do cuidado de si, essa maneira de estar no mundo pode reduzir abismos, quebrar muros e construir pontes.

Portanto, uma primeira proposta levantada na pesquisa é que as práticas de si precisam ser atualizadas para o nosso momento histórico e, talvez, necessite de um olhar mais atento, um recorte para a questão de gênero, por exemplo. O que impacta as mulheres não são as mesmas experiências que impactam os homens. Some a isso a intersecção das demais categorias: raça, classe social, etc.

O segundo ponto que nos chamou atenção é que não temos disponível, para a grande massa, um contexto de relação tão especializado como o tínhamos para os homens de elite na Grécia Antiga, ou seja, uma relação mestre e aprendiz (terapeuta/paciente, por exemplo); tempo disponível que a elite grega dispunha para se “exercitar” (corpo e alma) ou ainda um contexto social que transbordava cultura e o cultivo de si tão central naquele outro contexto histórico.

Isto posto, parece ser importante refletirmos sobre quais as possibilidades de cultivo de si temos disponíveis hoje e como o neoliberalismo impactou esses espaços? O quanto de acesso há nesses espaços de maior vulnerabilidade? Nosso enfraquecimento cultural, a ausência de espaços que promovam o cultivo de si (desde as escolas), da

escassez e por vezes desprezo pela convivência com os mais velhos e transmissão de saberes pelas gerações, de uma sociedade de vínculos tão líquidos e pouca vivência de comunidade.

Como pensarmos em exercícios de meditação sobre a vida para uma população que não tem acesso a ela e que se preocupa com o que colocar na mesa a cada dia? Como pensarmos na escrita, na narrativa de si mesmo, nos dias de hoje, de uma virtualidade (redes sociais) em que o “eu” é tão supervalorizado e o si é um território tão desconhecido? Como encontrar o sujeito e sua verdade nas imagens, nas postagens? Quais são os espaços de refúgio e de encontro das mulheres nos dias de hoje?

Ainda que não tenhamos tido grandes avanços em termos de acesso pois permanecemos em uma era em que o cuidado de si é para poucos e para os sujeitos mais privilegiados, a nossa tarefa, nosso desafio é tornar contemporâneo e acessível as técnicas de si. Elas não deixaram de existir, ainda é a referência para um maior governo de si, mas se travestiram de outras formas, de outras expressões, de outras manifestações e ainda é pouco acessível e atravessado pelas violações a que a maioria de nós é submetida.

E a encomenda que fica é: como podemos promover mais acesso às tecnologias de si para mulheres encarceradas e também para as mais vulnerabilizadas? Essa é uma questão de saúde coletiva das mais importantes nos dias de hoje.

As lideranças extramuros também nos impressionaram, mas, de outras maneiras. Talvez o acesso anterior às tecnologias de si mais sofisticadas (cardápio Michelin) possibilitou maior abstração, metáforas, uma autenticidade mais “artística” e “sublimada” sobre suas próprias prisões e suas práticas de liberdade.

Perguntamos sobre governo de si e liberdade. Elas nos falaram das bordas e dos limites desse governo e dessa liberdade. A sobrecarga, a falta de tempo, o dizer não, um tempo que não pertence a elas. Esse aprendizado de colocar os limites necessários que podem proteger o si e o processo de subjetivação, ainda que isso seja um aprendizado que conseguem concretizar no amadurecimento, à medida que a mulher vai se desobrigando de algumas destas tarefas a qual ela assume com mais rigor na juventude e início da vida adulta.

Nos mostraram as suas “grades”, compromissos e responsabilidades que as limitam e, muitas vezes, estes limites estão relacionados com a questão da “sobrecarga e consequente falta de tempo” e “responsabilidades com familiares/maternidade”. Portanto, essas passagens nos mostram que evidentemente há limites da vivência da liberdade e talvez possamos pensar que estes se mostram mais acentuados quando adotamos a

perspectiva de gênero, uma vez que ainda temos muito naturalizado em nossa sociedade que o papel de cuidadora de todos é exclusivamente ou preferencialmente da mulher. Também podemos acrescentar que essa sobrecarga/falta de tempo advém de uma questão estrutural e cultural: distribuição desigual de tarefas domésticas, familiares, somado a atuação profissional, ou seja, os fatores externos, mas, também, à falta de cultivo de si e de práticas que as façam priorizar essa relação consigo.

Definitivamente, em uma sociedade patriarcal, o lugar social da mulher ainda se naturaliza na doação, no cuidado e cultivo do outro em primeiro lugar, ainda que isso signifique o preço da própria liberdade. **E romper com esse paradigma é sustentar um outro modo de existência, um modo que só é sustentável, tanto quanto é nutrido.**

Já as lideranças intramuros nos trouxeram a beleza da categoria das “linhas de fuga da alma”. Quanto aprendido ali, quanta ousadia e quanta coragem em cultivar liberdade em meio a um contexto de tantas grades. Quase 100% das mulheres na penitenciária disseram ser possível vivenciar pequenos “momentos de liberdade” mesmo estando em situação de cárcere. Esse dado nos chamou atenção e buscamos compreendê-los melhor, afinal a densa estrutura da experiência do encarceramento, não subjugaria esses momentos?

A maioria delas refere os momentos de solidão e silêncio, como um momento em que conseguem se sentirem livres. Dizem algo como: “é principalmente à noite, quando todas já estão dormindo”, ou ainda, “é quando o dia está nascendo e todas estão dormindo que consigo me conectar e “ir para outros lugares em pensamento”.

Parecem compreender que a liberdade a que nos referíamos é uma liberdade existencial, extramuros: a liberdade ali vivenciada como um momento de encontro consigo mesmas, de maior contato, do converter-se a si e uma dobra no assujeitamento prisional. Sabem que estão assujeitadas e que o direito de ir e vir foi cerceado. Mas o direito de existir em um outro lugar, esse ainda reside dentro delas. Quando estão sozinhas, cada uma à sua maneira, parecem encontrar um “outro lugar dentro de si”, mesmo sentido todos os efeitos do encarceramento.

Também nos chamou a atenção que surgiu em alguns relatos, dentre as mulheres mais comprometidas com o tráfico ou uso de drogas, que o encarceramento, paradoxalmente, parece ter ampliado a vivência da liberdade. Essa liberdade do ser do lado de dentro. A droga, por vezes, também aprisiona a subjetividade.

É interessante também promover o apontamento que aparentemente a liberdade das lideranças intramuros é mais abstrata, referente a questões mais subjetivas mesmo,

menos palpáveis. Já quando migramos para o grupo das lideranças extramuros, os limites se referem sempre a algo mais concreto: filhos, trabalho, familiares e dinheiro, por exemplo. Estão mesmo mais submersas no mundo material.

Isso pode indicar que o “estar no mundo” com todas as demandas de realidade pode impactar no cuidado de si e liberdade, diferente do contexto das mulheres encarceradas, que, neste momento, estão mais desobrigadas de questões concretas, portanto, têm mais oportunidades de se dedicarem as questões mais subjetivas.

Também podemos observar que as mulheres que “dão mais conta de si”, que se mais se governam no real sentido do que entendemos como poder aqui, são aquelas que tiveram a possibilidade e fizeram esse trabalho sobre si mesmas, sobre suas histórias, que se cultivaram e que se exercitam nesse cuidado. Que conhecem melhor a si mesmas, mas que, especialmente, conseguem enunciar e expressar em sua narrativa de vida (parresia) esse poder, esse melhor governo de si.

Aqui é importante destacarmos que a todo momento em que nos remetemos a poder, não o naturalizamos como algo que se detém, ou seja, mulher no poder ou com poder, porque esses são atributos meramente acessórios que se pode portar ou deixar de portar em qualquer momento. Você pode conquistar um cargo e estar no poder, você pode exercer poder pelo dinheiro que você possui, com poder. Mas, não é possível ser forte se você não tiver cultivado dentro de si essa força, sem romantizar o sofrimento.

Aqui falamos no sentido do governo de si, da subjetivação que trata uma consistência interna sobre quem se é e o cuidado que você dirige a si mesma. Portanto, uma mulher de poder aqui, significa uma mulher que faz um trabalho sobre si mesma e tem o poder de governar-se nessa instável balança que é o governo de si e dos outros. Não se trata de um poder que se recebe e se transfere a outro. Se trata de um poder que é cultivado e que tem uma intersecção com a comunidade, mas que reside na dimensão subjetiva de cada uma de nós.

Ficou evidente que as chamadas “lideranças intramuros” (mulheres encarceradas) não são “cidadãs de segunda categoria”. O contexto em que a pesquisa foi realizada rompe esse paradigma e demonstrou que o potencial, o interesse a disponibilidade para esse trabalho interno existe e resiste. Estão ávidas por essa “oportunidade”, nesse sentido, há uma intersecção entre os lados dos muros: todas desejamos cuidarmos melhor de si mesmas.

Ou seja, ainda que no senso comum possamos ter uma falsa noção de que as pessoas resistem a esse trabalho sobre si mesmas, a pesquisa demonstrou que há um

resultado importante: uma pesquisa qualitativa adequadamente conduzida, implicada com uma intervenção ética e que envolve a realização de uma entrevista semiestruturada é capaz de promover uma reflexão significativa nos sujeitos entrevistados. Foi isso que pudemos verificar nas falas das participantes.

Dessa maneira, embora a pesquisa tenha evidenciado o impacto positivo da reflexão promovida pela entrevista semiestruturada e pela abordagem qualitativa, é necessário reconhecer que o trabalho sobre si não ocorre em um vácuo social. O acesso às tecnologias de si e a possibilidade de exercê-las são atravessados por condições materiais, relações de poder e contextos estruturais que delimitam seus alcances e limitações. Assim, torna-se imprescindível uma análise crítica que evite a idealização dessas ferramentas como soluções autossuficientes para os assujeitamentos impostos pelo capitalismo e pelo patriarcado, compreendendo-as, antes, como estratégias parciais que, embora possam gerar deslocamentos subjetivos importantes, não anulam as dinâmicas de dominação e exclusão que seguem operando na sociedade.

É fundamental aprofundar a discussão sobre os limites e possibilidades das **tecnologias de si** como ferramentas de resistência e enfrentamento ao assujeitamento em um mundo estruturado pelo capitalismo e pelo patriarcado. Se, por um lado, o governo de si, o cuidado de si e a parresia emergem como práticas fundamentais para a constituição da subjetividade feminina e para a criação de espaços internos de liberdade, por outro, esses conceitos não podem ser romantizados ou idealizados como soluções absolutas para as estruturas macrossociais que perpetuam desigualdades e violências.

Foucault nos alerta que o poder não se apresenta de forma centralizada e monolítica, mas se difunde nas relações sociais, nos discursos e nas instituições. Dessa forma, as tecnologias de si não operam como ferramentas mágicas que, isoladamente, permitem escapar ao assujeitamento, mas sim como estratégias **parciais e situadas**, que possibilitam a criação de pequenas margens de liberdade dentro de sistemas que continuamente impõem normatividades.

As mulheres entrevistadas revelam essa tensão: ainda que tenham encontrado na reflexão, na espiritualidade e na parresia um espaço de afirmação de si, isso não significa que o mundo ao redor se transforme na mesma medida. A estrutura patriarcal e capitalista continua operando, e o trabalho sobre si não elimina as desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, um **cuidado crítico** é necessário para que o conceito de governo de si não seja reduzido a uma lógica individualista e neoliberal, onde a responsabilidade pela opressão e pela superação do assujeitamento recaia exclusivamente sobre a mulher.

Outro ponto crucial na análise das tecnologias de si é o impacto subjetivo que esse processo pode gerar. Algumas pessoas, ao se aprofundarem na reflexão sobre sua condição e os mecanismos que as sujeitam, podem experimentar um sentimento de impotência, acreditando que, por mais que compreendam as engrenagens do sistema, nada efetivamente muda. Esse risco está presente quando a consciência do assujeitamento se torna tão esmagadora que a subjetivação dá lugar à **desistência**, ao conformismo ou à apatia.

Esse é um desafio teórico e metodológico relevante: até que ponto o exercício do governo de si fortalece a resistência e até que ponto ele pode gerar frustração e angústia diante das limitações impostas pelo real? Como evitar que a tomada de consciência se transforme em um fardo insuportável, ao invés de ser um catalisador de transformação?

Uma possível crítica à tese poderia apontar que a valorização das tecnologias de si incorre em um **idealismo excessivo**, ignorando que essas ferramentas, por si só, não são suficientes para desmontar as estruturas de poder. No entanto, essa pesquisa já antecipa essa questão ao reconhecer que há limites e há potencial nas práticas de si, elas não garantem uma ruptura definitiva com os assujeitamentos, mas possibilitam **novas relações com o si e com os outros, novas condutas**.

É essencial, portanto, estabelecer um equilíbrio entre a **potência** dessas ferramentas e seus **limites estruturais**, evitando uma leitura ingênua que sugira que basta um "trabalho sobre si" para superar as condições de opressão. O governo de si pode ser uma prática de resistência, mas precisa estar articulado a outras dimensões políticas e coletivas para que sua eficácia não se restrinja ao nível individual.

Acreditamos que essa pesquisa pode contribuir para lançar luz à essa dimensão feminina aprisionada de tantas maneiras e apontar as possibilidades de solturas do si, para maior governo de si mesmas e, de outra parte, trabalhar no sentido de impactar também à outras a constituírem-se em sujeitos mais críticos e mais autônomos, capazes de atitude de maioria, isto é, capazes de servir-se de seu próprio entendimento.

Portanto, essas contribuições no “último Foucault” clamam por mais reflexões de mulheres e outras intersecções. O debate ainda está aberto a muitas interrogações, possibilidades e conjecturas a serem exploradas.

5.1 Conclusões parresiásticas:

Feito as considerações acima, preciso agora escrever em primeira pessoa, mas fortemente comprometida a multiplicar a voz de todas que eu tive o privilégio de conhecer durante a pesquisa.

Nos últimos 10 anos estive pesquisando sobre o universo feminino, ou talvez melhor dizendo, o multiverso¹⁶ feminino ou metaverso¹⁷ feminino. Eu escolhi mudar o prefixo “uni” para “multi” ou “meta” porque nessa trajetória de pesquisa tudo que conheci me levou a uma multiplicidade do feminino que me encantou, pela beleza e pela coragem.

A ideia que proponho nesse capítulo final é a de que estamos todas presas. Nascermos presas. Sexo biológico feminino significa muros, grades, cadeados do lado de dentro e de fora do si mesmas.

Pelas escutas realizadas é possível afirmar que a nossa jornada em busca de liberdade, para uma ética de existência começa tarde e nunca termina. Elas dizem: “é um processo”, afinal, o que foi “naturalizado” foi cuidarmos primeiro dos outros e depois, se despertarmos para essa necessidade, cuidarmos de nós mesmas.

Eu sei, dirão que a civilização e suas leis estabelecem isso para qualquer um de nós, independente de gênero. Mas, reconheçamos: nossos corpos e almas são diferentemente violentados nesse sentido. Todos sofreremos sujeições, mas a subjetivação ou dobra de cada uma de nós será proporcional ao sistema de opressão que nos assujeita. E certos dispositivos recaem especialmente para promover certas “prisões do feminino”. E é sobre o assujeitamento feminino que essa tese trata. Mas, também, do caminho para práticas de liberdade.

Durante esses cinco anos de tese, houve inúmeros desafios. Dirão que escrevo de um lugar de privilégios: branca, heterossexual, classe média. É fato. Esse é o lugar que ocupo. Essa tese não dá conta da multiplicidade dos processos de subjetivação do ser mulher, eu sei que renunciei a alguns desafios e abracei outros nesta produção, como por exemplo, indico a necessidade de ampliação e aprofundamento para estudos da subjetivação em relação às demais identidades de gênero, orientação sexual e raça.

Mas, se agora me permito escrever de forma mais provocativa e menos “tradicionalmente acadêmica”, escrevo a partir de uma mobilização interna que a tese “acendeu”, uma escrita parresiástica, de uma nova atitude perante si, que implica em

¹⁶ Multi = Exprime a noção de muito, pluralidade.

¹⁷ Meta = A palavra vem do grego e significa algo como "além".

correr riscos, mas que tem o doce sabor de ter acessado algo muito autêntico e verdadeiro no meu si.

A conclusão é que cuidar de si mesmas não é direito líquido e certo para nenhuma de nós: todas nós teremos que reivindicar, porque há muitos obstáculos nos impedindo de chegar ao nosso si.

Algumas serão mais arrojadas, “obcecadas”, politizadas e ousadas. Aparentemente essas terão maior facilidade, mas, não se engane, ali no íntimo também encontraremos prisões. Outras se dirão muito bem sucedidas profissionalmente, mas terão dificuldades em estender esse “sucesso” a outras áreas da vida. Serão fortemente rotuladas como “masculinizadas”, “loucas”, “agressivas”. Grades, rótulos, pressões. Outras serão mais introvertidas, tímidas e comedidas. Serão julgadas como “mornas”, “sem graça” e “sem personalidade”. Talvez essas mulheres vivam de forma mais discreta os seus anseios, mas, ainda assim, aspiram por mais ar, por mais liberdade. Todas nós nos questionaremos. Faremos perguntas descabíveis ao nosso si. Nos sentiremos egoístas. Nos sentiremos inadequadas, e no final, com muita frequência, nos sentiremos presas.

Mas o bonito da teoria e do que encontramos na tese é que a vida não para aí. Na subjetivação podemos encontrar resistência, linhas de fuga, nossas dobras. Há um grito, uma voz que ecoa dentro de todas e que clama por liberdade no sentido amplo da palavra, independente do lado do muro que estejamos, podemos cavar nossos “túneis”, e lá embaixo encontrar a “janela”, fazer a dobra, criando e cultivando esse espaço interno dentro de si mesmas.

E a metáfora mais inspiradora e mais esclarecedora é que todas nós “somos presas algumas vezes”, “somos reincidentes” e precisamos passar por um processo de “reeducação”. E essa reeducação realmente tem a ver com esse trabalho de si por si mesmas, esse cuidado, essa vigilância positiva que precisamos manter para nos cuidarmos, para termos um melhor governo de si e não sermos “capturadas” novamente. Ou seja, o preço do “nosso alvará de soltura” é sempre algo que nós mesmas teremos que custear e é sempre temporário.

Mas é importante dizer, que, quer seja numa dimensão micropolítica ou macropolítica da vida, quando temos a “outra asa” a da comunidade, conseguimos impactar a vida de muitas de nós, conseguimos diminuir os muros que nos separam, abrir as “trancas” da existência.

Teremos que buscar as chaves para abrir nossos inúmeros cadeados. E essas chaves estão nas práticas de cuidado de si e na parresia. Abrir nossos cadeados significa,

trabalharmos em um estatuto de si mesmas para que possamos nos libertar e nos convertermos ao nosso si, a nós mesmas. É preciso descolonizar afetos, abandonar as margens de si para chegar ao governo de si.

O convite/proposta final e hipótese a ser trabalhada em futuros trabalhos e intervenções em políticas públicas de “cuidado” é a primazia da oferta de certas técnicas de si, da construção de uma ética de existência, referente a um certo ativismo filosófico, ético e político, envolvendo a temática da governamentalidade, por meio de um exercício crítico.

Mas, não sejamos ingênuos: o trabalho de si não é um processo isento de dor e angústia. Ao se tornar mais consciente de seus próprios assujeitamentos, o sujeito pode experimentar um aumento da vulnerabilidade psíquica, precisando desenvolver mecanismos de defesa para lidar com esse impacto. Alguns desses mecanismos incluem a **negação**, a **racionalização** e a **fuga da subjetivação**, processos que podem levar à recusa em continuar esse percurso.

Por isso, a subjetivação não pode ser vista como um caminho linear e progressivo, mas sim como um processo **não homogêneo**, que pode gerar momentos de avanço e retrocesso, resistência e recuo. Nesse sentido, compreender os limites emocionais e psíquicos desse trabalho é essencial para evitar que o discurso do cuidado de si se torne um novo dispositivo de opressão, no qual as mulheres se sintam culpadas por não conseguirem sustentar continuamente essa prática.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que as tecnologias de si possuem um grande valor para a construção da subjetividade feminina, mas seu impacto precisa ser analisado com **cautela e criticidade**. Elas são ferramentas poderosas, mas **não são panaceias**; oferecem espaços de resistência, mas não eliminam as barreiras estruturais; permitem a construção de práticas de liberdade, mas também podem gerar angústias e desafios subjetivos.

O desafio da pesquisa sobre subjetividade feminina é, portanto, **integrar luz e sombra**, reconhecendo tanto o potencial transformador dessas práticas quanto as limitações que elas enfrentam em um mundo que continua operando sob dinâmicas de poder que sempre tentam assujeitar. Afinal, como mostra a pesquisa, **o governo de si pode ser um caminho de práticas de liberdade, mas apenas se não for idealizado como um fim em si mesmo**. Ele precisa ser compreendido dentro de um **contexto político e coletivo**, onde o cuidado de si se articule ao cuidado do outro e à transformação das condições sociais que estruturam a existência das mulheres.

Ainda assim, se subjetivar é o nosso maior poder, construir uma conduta perante aquilo que nos acontece e que continuará nos assujeitando é revolucionário e corajoso.

Governar-se é conduzir-se, buscando um abolicionismo de si mesmas, uma desterritorialização do eu, pautada em uma ética que se cultiva e se alimenta por práticas diárias.

REFERÊNCIAS

1. Rios AG. O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas; 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/985408>
2. Santiago SM, Rios AG. Mulheres, gestação, ruas e drogas: pontes de cuidado no município de Jundiaí. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Redes Estratégicas do SUS e Biopolítica – Cartografias da Gestão de Políticas Públicas; 2016.
3. Rios A.G, Seixas, C.T, Cruz, K.T, Junior, H.S, Merhy, E.E, Santiago, S.M. A produção do comum como estratégia de cuidado para usuários complexos: Uma cartografia com mulheres em situação de rua. Cien Saude . 2020. [Citado em 01 dez 2021]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-producao-do-comum-como-estrategia-de-cuidado-para-usuarios-complexos-uma-cartografia-com-mulheres-em-situacao-de-rua/17665?id=17665>.
4. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.
5. Redação Revista Veja. Mulheres têm risco 40% maior de sofrer algum transtorno mental, diz estudo. [Citado em 01 dez 2021]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/mulheres-tem-risco-40-maior-de-sofrer-algum-transtorno-mental-diz-estudo/>.
6. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
7. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 3ed. 2021. [Citado em 01 dez 2021]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.

8. Foucault M. Verdade e poder. M Foucault. Microfísica do poder (p. 1-14). Rio de Janeiro: Graal; 1995 a.
9. Barros RR. Da diferença sexual à diferença feminina. Opção Lacaniana. 2012, 9. [Citado em 1 out 2021]. Disponível em http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_9/Da_diferenca_sexual_a_diferenca_feminina.pdf.
10. Vieira MM de CD, Moreira ACG. Ideais culturais e o tornar-se mulher: a cultura na constituição da feminilidade. Trivium: Estudos Interdisciplinares. 2020; 12(1), p. 14-28.
11. Kehl MR. Deslocamentos do feminino. Rio de Janeiro: Imago; 2008, p. 58.
12. Rousseau JJ. Emílio ou da educação. São Paulo: Difusão Europeia do livro; 1973 (Original publicado em 1762).
13. Laqueur TW. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2001.
14. Sampaio R. Do universal ao particular: uma discussão sobre o masculino na psicanálise (tese). Programa de pós-graduação em psicologia do departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro; 2010.
15. Rago M. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed. Mulheres; 1998 [Citado em 15 ago 2021]. Disponível em http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-Epistemologia_Feminista.pdf.
16. Freud S. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. J. Strachey. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 22, p. 13-189; 1996. Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1933-1932).

17. Cossi RK, Dunker CIL. A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2017; 33, pp. 1-8
18. Lacan J. O seminário, Livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1985. (Seminário ministrado em 1972-73).
19. Narvaz MG, Koller SH. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*. 2006; 11(3): 647–54.
20. Davis A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo; 2016.
21. Gonzalez L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar; 2020.
22. Crenshaw K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*. 1989(1):139–67.
23. Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Lander E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO; 2005, p.117-142.
24. Dombkowitz LA, Costa CA. Interseccionalidade, uma categoria Ameericana e Decolonial: de Lélia Gonzales à Patrícia Hill Collins. *Revista Razão & Fé*. 23, 2; 2021[Citado em 10 jan 2023]. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rrf/article/view/3173/1847>
25. Maia BSR, Melo VDS. A colonialidade do poder e suas subjetividades. *Revista Teoria e Cultura*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFJF. 15; 2020.
26. Hooks b. *Feminist Theory: From Margin to Center*. London: Routledge; 2014.

27. Grosz E. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Labrys Estud Femin.* 2002; p. 1-2. [Citado 23 Maio 2003]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/grosz1.html>
28. Rago M. Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação.* 2019.
29. Nogueira C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 13(1), 107-128; 2001.
30. Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre. 20 (2), p. 71-99, jul./dez; 1995.
31. Louro GL. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes; 1997, p.22.
32. Brah, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, 26, p. 329-76; 2006.
33. Rago M. Descobrimo historicamente o gênero. Em *Cadernos Pagu* (11) 1998: p.89-98 [Citado 3 dez 2021]. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998\(11\)/Rago.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998(11)/Rago.pdf).
34. Butler J. Problemas de gênero. *Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2010. p.25
35. Amazonas MCLA, Vieira LLFP, Cavalcanti V. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão.* 2011; 31, 2, p. 314-27. [Citado 3 dez 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>>.
36. Nicholson L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas.* 8, 2; 2000, p. 9-43.

37. Costa CL. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, 19; 2002, p. 59-90.
38. Beauvoir S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
39. Relatório de Desenvolvimento Humano 2020, lançado mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em dezembro de 2020. [Citado em 14 mar 2021]. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-faz-lancamento-nacional-do-relatorio-de-desenvolvimento-hum.html>.
40. G1. Mulheres estudam mais no Brasil, mas têm renda 41,5% menor que homens, diz ONU.[Citado em 14 mar 2021]. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/mulheres-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-renda-415percent-menor-que-homens-diz-onu.ghtml>
41. PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. [Citado em 14 mar 2021]. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020.pdf>.
42. Fórum Econômico Mundial. Global Gender Gap Report 2020. [Citado em 14 mar 2021]. Disponível em: https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2020/02/WEF_GGGR_2020.pdf
43. OXFAM Brasil. O vírus da desigualdade. [Citado 3 dez 2021]. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/#:~:text=As%20taxas%20de%20contamina%C3%A7%C3%A3o%20e,popula%C3%A7%C3%B5es%20mais%20pobres%20dos%20pa%C3%ADses.&text=As%20mulheres%20foram%20as%20que,%C3%A0%20covid%2D19%20no%20per%C3%ADodo>.
44. Weinmann A de O. Dispositivo: um solo para a subjetivação. Psicologia & Sociedade. 2006;18(3): p.16–22. [Citado em 3 dez 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sg6tCv5VrHKSGWTYp9bTymz/?lang=pt>

45. Foucault M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes; 2002.
46. Foucault M. M. B. Motta. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004, p. 234-39
47. Hartsock N. *Foucault on Power: a theory for woman? Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge; 1990.
48. Moi T. *Power, sex and subjectivity: feminist reflections on Foucault*. *Paragraph*. 1985; 5, p. 95–102.
49. McLaren MA. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios; 2016.
50. Batliwala S. *The meaning of women's empowerment : new concepts from action*. Lincoln C, Germain A. *Policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press; 1994.
51. Berth J. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen; 2018.
52. Foucault M. *O sujeito e o poder*. Dreyfus H, Rabinow P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1995, p. 231-49.
53. Berth J. *Empoderamento e os perigos do esvaziamento leviano de conceitos*. 2019. [Citado em 4 abril 2020]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/empoderamento-e-os-perigos-do-esvaziamento-leviano-de-conceitos/>
54. Cornwall A. *Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global*. Disponível em *Dossiê Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo*. *Cad. Pagu*, 52; 2018. [Citado em 4 abril 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520002>)

55. Nobre D. Não é escolha quando você objetifica seu próprio corpo — ou não confunda autoestima com empoderamento. Medium. Revista Cosmopolita; 2020 [Citado em 4 abril 2020]. Disponível em: <https://medium.com/revista-cosmopolita/n%C3%A3o-%C3%A9-escolha-quando-voc%C3%AA-objetifica-seu-pr%C3%B3prio-corpo-ab38007f3fe2>.
56. Gallo S. Biopolítica e subjetividade: resistência? Educar em Revista, Curitiba, 66, p. 77-94; 2017. [Citdo em 20 set 2020]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/nmFRqJV8P8mRGzbB3j7bHXm/?format=pdf&lang=pt>
57. Foucault M. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
58. Foucault M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. Foucault M. Ditos & escritos: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004.
59. Foucault M. História da sexualidade 2: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal; 1988).
60. Foucault M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 2002).
61. Foucault M. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983). Edição Frédéric Gros. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010
62. Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/pt>.
63. Gomes MM. O cuidado de si na redução de danos: uma análise histórica, política e ética, a partir de Michel Foucault [dissertação]. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão; 2013.
64. Gomes MM, Ferreri M, Lemos F. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. Fractal, Rev.

- Psicol. 30, (2); 2018. Disponível em <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5540>
65. Foucault M. A Coragem da Verdade. São Paulo: Martins Fontes; 2011.
66. Lauro R. Foucault: O parresiasta. Em Razão Inadequada. 2018. (Citado em 21 abril 2021). Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/06/27/foucault-o-parresiasta/>).
67. Foucault M. Tecnologias del yo – Y otros textos afines. Tradução de Mercedes Allendesalazar. Barcelona: Paidós Ibérica; 1995.
68. Agamben G. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos; 2009.
69. Calomeni T. Filosofia, estética da existência e cuidado de si – o que nos faz pensar. Rio de Janeiro: PUC; 2012.
70. Foucault M. Ditos e Escritos. Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2006, p. 244.
71. Deleuze G. Foucault. São Paulo: Brasiliense; 2006.
72. Silva RN. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. Rev. Dep. Psicol., Rio de Janeiro, 16, 1, p. 55-75; 2004.
73. Streva A. Norma, assujeitamento e subjetivação: uma leitura de Michel Foucault a partir de Gilles Deleuze [dissertação]. PUC Rio de Janeiro; 2016.
74. Rocha M, Aguiar F. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. Psicologia: Ciência e Profissão. 23, 4, 64-73; 2003. Brasília: CFP. [Citado em 12 mar 2021] Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>

75. Damiani MF. Sobre pesquisas do tipo intervenção. ENDIPE – Encontro nacional de didática e práticas de ensino. Anais... Campinas: Junqueira e Marins Editores; 2012, p. 002882.
76. Fávero MHA. A pesquisa de intervenção na psicologia da educação matemática. Educar em revista, Curitiba. Editora UFPR. n. Especial, p. 47-62; 2011. [Citado em 12 mar 2021]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nse1/04.pdf>.
77. SENAPENN – Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>.
78. DW. Raio X carcerário: superlotação, prisão ilegal e morosidade .2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/raio-x-carcer%C3%A1rio-superlota%C3%A7%C3%A3o-pris%C3%A3o-ilegal-e-morosidade/a-66422478>.
79. Galvao J. Pesquisa mostra que o Brasil tem terceira maior população carcerária feminina do mundo. Jornal da USP. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>.
80. Davis A. Estarão as prisões obsoletas?. Imprensa: Rio de Janeiro, Difel; 2019.
81. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Mulheres Sem Prisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal. São Paulo: ITTC, 2019. [Citado em 13 jan 2023]Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/mulheresemprisao-enfrentando-invisibilidade-mulheres-submetidas-a-justica-criminal.pdf>
82. Brasil. Presidência da República. Lei Estatuto da Igualdade Racial. Lei n. 12.288, de 20 de Julho de 2010.
83. Lima FS, Jeremias JDC, Ferrazzo D. Como gênero e raça estruturam o sistema prisional: diálogos com Angela Davis. Rev. Direito Práx, 15, 2; 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/66960>

84. Almeida F. Liderança feminina cresce no Brasil, e mulheres ocupam 17% das presidências. Em Forbes Mulher. 2023. Disponível em <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2023/05/lideranca-feminina-cresce-no-brasil-e-mulheres-ocupam-17-das-presidencias>.
85. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>
86. Ribeiro FT. Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência nas universidades? Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/03/03/por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades/>.
87. Caregnato RCA, Mutti R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. [Citado em 17 out 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?lang=pt&format=pdf>.
88. Foucault, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
89. Gill R. Análise de Discurso. Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis Vozes; 2002. p.244-70
90. Brasil. Presidência da República. Código Penal. Decreto-Lei. n. 2848 de 07 de dezembro de 1940.
91. Brasil. Presidência da República. Lei da Execução Penal- LEP -Lei n. 7210 de 11 de julho de 1984.

92. Andrade CC, Junior AO, Braga, AA, Jakob AC, Araújo TD. O Desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. 2015. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf>
93. Baratta A. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado. Alemanha: Universidade de Saarland; 2007.
94. Sá A. Sugestão de um esboço de bases conceituais para um sistema penitenciário. São Paulo: SAP, 2005.
95. Martins LAM, Junior CAP. Deslocamentos na Governamentalidade: a subjetivação como resistência ético-política em Foucault, 13, 27; 2013.
96. IPEA. Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça; 2011.
97. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Ainda%20em%202021%2C%20cerca%20de,pessoas%20pobres%20na%20sua%20popula%C3%A7%C3%A3o.>
98. Think O. Relatório Esgotadas. 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>.
99. Kuchemann BA, Pfeilsticker ZVS. Cuidado com os idosos e as idosas: um trabalho feminino e precário. IV Seminário de Trabalho e Gênero. Universidade Federal de Goiás. Anais... Goiás; 2010. [Citado em 11 jun 2018]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/Astrid_Zilda.pdf.

100. Piccinini, CA., Gomes, AG., Nardi T., & Lopes, RS. Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13,1, p.63-72; 2008.
101. Bossi TJ, Piccinini CA. A Vivência Materna do Processo de Separação-Individuação de Bebês que Frequentavam ou Não a Creche *Trends Psychol.* 26, 4. Disponível em <https://doi.org/10.9788/TP2018.4-12Pt>
102. Zanello V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 103-122; 2016.
103. Moura SMSR, Araújo MF. Maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24,1, p 44-55; 2004.
104. Diniz S. Maternidade Voluntária, prazerosa e socialmente amparada. Disponível em: <https://www.mulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/02/maternidade-volunt%C3%A1ria.pdf>
105. Zanello V. *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris; 2018.
106. Revel J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claralu; 2005.
107. Audi CAF et al. Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. *Saúde em Debate*. 40, p. 112-24; 2016
108. Butler J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. São Paulo: Autêntica; 2020.
109. Souza, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG; 2009.

110. Miranda CR, Silva PCD, Shitsuka R. Representações em Torno da Maternidade: Do Elogio à Crítica Social. *Research, Society and Development*, 8, 10, p. 01-24; 2019. Disponível em: <https://periodicos.unitau.br/caminhoslinguistica/article/view/308>.
111. Amâncio L. Factores psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho. [tese]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Técnica de Lisboa; 1989.
112. Nogueira MCOC. Os discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9, 2, p. 57-72; 2016.
113. Powell G N, Butterfield DA. (1989). The “good manager”: did androgyny fare better in the 1980s? *Group and Organization Studies*, 14, 2, p. 216-233; 1989.
114. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Relatório “Iniciativa Mulheres no Trabalho”. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/iniciativa-mulheres-no-trabalho>.
115. Oxfam. Relatório Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>.
116. Wikipedia. Poema “Invictus”, de William Ernest Henley. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Invictus_\(poema\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Invictus_(poema)).
117. Foucault MA. Vida dos homens infames. Motta MB. Ditos e escritos: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2003. v. 4, p. 203-22.
118. Deleuze G. O que é um dispositivo? G. Deleuze. O mistério de Ariana. Lisboa: Vega; 1995, p. 83-96
119. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

ANEXOS

1. Versão final do questionário de entrevista

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- Nome completo:
- Idade:
- Orientação Sexual:
- Raça/cor:
- Estado Civil:
- Tem filhos?
- Escolaridade:
- Trabalha fora de casa atualmente? Se sim, qual a sua profissão?
- É praticante de alguma religião? Se sim, qual?

CUIDADO DE SI:

- 1) Imaginando uma linha do tempo de sua vida, comente como você foi cuidada e educada (desde a infância até a vida adulta). Sente que recebeu bons ensinamentos, práticas e exemplos?
- 2) Hoje, você se sente capaz de cuidar de si própria?
- 3) Como você se cuida? Como você cultiva seu bem estar (físico, mental, emocional e espiritual)?
- 4) Você tem alguma preocupação em relação a você? Se sim, qual?
- 5) Você se sente sobrecarregada? Se sim, o que você faz para aliviar a sobrecarga e pressões existentes em sua vida? Quais as estratégias que você tem para aliviar o peso e tornam a vida mais leve?
- 6) Assinale com X se você pratica alguma dessas técnicas/ atividades
 - () Leitura. Que tipo de leitura você realiza?
 - () Escrita. Comente que tipo de texto você costuma escrever (escreve sobre você mesma?
 - () Escuta. Comente se esta escuta é sobre “ouvir o próprio silêncio” ou os outros.
 - () Autocrítica.
 - () Falar em público. Em quais contextos?
 - () Vida comunitária. Você participa de algum grupo, coletivo ou associação?
 - () Meditação.
 - () Terapias.

VERDADE

1. Para você, quais os maiores desafios de ser mulher nos dias de hoje?
2. Você se sente pressionada em desempenhar um papel de um ideal feminino?
3. Você sente que se conhece bem? Conhece a verdade sobre si mesma?
4. Se sente confortável para se expressar de forma espontânea (jeito de se vestir, de falar, de se comportar, da sua conduta?) Já se sentiu julgada por alguma atitude? Se sim, quais tipos de julgamento?
5. Você considera que consegue viver de acordo com suas verdades e ser autêntica?
6. O que você gostaria de mudar em você mesma?
7. Há algo na sua história que você sente vergonha?
8. A religião /espiritualidade tem algum papel em sua vida? Se sim, ela oferece a você um padrão de comportamento? Você se sente confortável em seguir esse padrão?

LIBERDADE/GOVERNO DE SI

1. Você sente que consegue governar a sua própria vida? Caso não, quem ou que interfere nisso? O que você entende por governar a própria vida?
 2. Você se sente uma mulher livre? O que você pratica que a faz sentir-se livre? Tem algo que você gostaria de fazer e não tem podido? Exemplifique. (Para as mulheres na penitenciária: É possível se sentir livre mesmo estando presa? Se sim, em quais momentos?)
 3. Para você, o que é uma mulher de poder?
 4. Você já sofreu algum tipo de violência por ser mulher? Se sim, como foi?
- Comentários sobre a entrevista:
-